



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVII Nº 13, QUINTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2022

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 9ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2022

1.1 – ABERTURA 11

1.2 – ORDEM DO DIA

1.2.1 – Item 4

Projeto de Lei Complementar nº 11/2020, do Deputado Federal Emanuel Pinheiro Neto, que *altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para dispor sobre substituição tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com combustíveis. **Apreciação adiada.*** 11

1.2.2 – Item 5

Projeto de Lei nº 1472/2021, do Senador Rogério Carvalho, que *dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto. **Apreciação adiada.*** 11

1.2.3 – Oradores

Senador Jorge Kajuru – Solidariedade aos moradores de Petrópolis-RJ, atingida pelos deslizamentos provocados por fortes chuvas. Reflexão sobre os recentes eventos climáticos e a crescente degradação do meio ambiente. Insatisfação com o decreto publicado pelo Presidente da República que institui um novo Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal em Pequena Escala. Preocupação com a situação do desmatamento na Amazônia. Apelo para que o Senado Federal promova amplo debate sobre a política ambiental do País. 11

Senador Paulo Paim – Preocupação com a seca que atinge o Estado do Rio Grande do Sul. Manifestação favorável à edição de uma medida provisória que forneça os recursos necessários para tratar essa situação de calamidade pública. Exposição sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do País. Solidariedade aos familiares e amigos das vítimas dos deslizamentos de terra ocorridos em Petrópolis-RJ. 12

Senadora Nilda Gondim – Críticas à aprovação, pelo TCU, da privatização da empresa Eletrobras nos moldes propostos pelo Poder Executivo, com destaque ao voto contrário proferido pelo Ministro Vital do Rêo. 13



1.2.4 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 1/2022 (proveniente da Medida Provisória nº 1070/2021), que *institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro*. **Aprovado, com emenda de redação**, nos termos do **Parecer nº 20/2022-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Marcos do Val; após **Emendas nºs 83 a 85-PLEN** e **Requerimento nº 86/2022** (prejudicada a Medida Provisória nº 1070/2021). 14

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 1/2022 (**Parecer nº 21/2022-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada**. À sanção. 22

1.2.5 – Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 13/2019, primeiro signatário o Senador Plínio Valério, que *altera o art. 156 da Constituição Federal, para estabelecer critérios ambientais para a cobrança do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e desonerar a parcela do imóvel com vegetação nativa*. **Retirada da pauta**. 23

1.2.6 – Item 3

Projeto de Lei nº 4392/2021, dos Senadores Nelsinho Trad e Giordano, que *institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI) e dá outras providências*. **Aprovado, com emendas**, nos termos do **Parecer nº 22/2022-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Eduardo Braga; após **Emendas nºs 1 a 7-PLEN**. 24

Redação final do Projeto de Lei nº 4392/2021 (**Parecer nº 23/2022-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados. 40

1.2.7 – Oradores (continuação)

Senadora Eliziane Gama, como Líder – Considerações sobre as diretrizes que guiarão o mandato de S. Exa. à frente da Bancada Feminina no Senado Federal, com destaque para a ampliação da participação da mulher nos espaços de poder, o combate à violência e a garantia à dignidade e à proteção das mulheres. Anúncio de que a Bancada Feminina irá cobrar da Presidência da República que encaminhe para o Congresso a ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho. 41

Senador Esperidião Amin – Apelo ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para que convoque sessão do Congresso Nacional a fim de apreciar vetos, em especial o Veto nº 11/2022, que contingencia recursos da Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA), bem como viabilize a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 245/2019, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). 44

Senador Lasier Martins – Cumprimentos ao Sr. Leonardo Lamacchia, novo Presidente da OAB do Rio Grande do Sul. Registro da participação de S. Exa. em reunião no Ministério da Agricultura para tratar de crédito emergencial aos produtores rurais que sofrem ante a estiagem por que passa o Rio Grande do Sul. Anúncio de investimentos a serem feitos na cidade de Rio Grande-RS, que serão destinados à construção de uma usina termoeletrônica. 45

1.2.8 – Fala da Presidência

Manifestação de solidariedade à população de Petrópolis (RJ), em decorrência da destruição causada pelas enchentes. 46



1.2.9 – Oradores (continuação)

Senador Acir Gurgacz – Apresentação do resultado de audiências públicas realizadas pela CRA, durante o ano de 2021, que tiveram por objetivo debater a vulnerabilidade brasileira diante da dependência externa de fertilizantes agrícolas. 47

1.2.10 – Item extrapauta

Requerimento nº 23/2022, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, de realização de sessão especial, em agosto, destinada a celebrar os 10 anos da Lei de Cotas. **Aprovado** 49

1.2.11 – Item extrapauta

Requerimento nº 40/2022, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 24 de fevereiro de 2022, destinada a homenagear os 90 anos da conquista do voto feminino. **Aprovado** 49

1.2.12 – Oradores (continuação)

Senador Oriovisto Guimarães – Considerações acerca de projetos que tratam sobre a estabilização do preço dos combustíveis, o Projeto de Lei nº 1472/2021, que cria um fundo para a estabilização dos preços de derivados de petróleo, e o Projeto de Lei Complementar nº 11/2020, que estipula cobrança única do ICMS sobre combustíveis. Apelo ao Presidente do Senado, para que o relator apresente modificações ao projeto pelo menos dois dias úteis antes de ele ser apreciado pelo Plenário. 50

Senador Eduardo Girão – Registro do arquivamento pelo STJ do inquérito contra os procuradores da Lava Jato. Defesa do trabalho realizado pela Operação Lava Jato e lamento pelo seu encerramento. Expectativa pela volta da Operação após as eleições deste ano. 52

Senador Wellington Fagundes – Apresentação de requerimento para a instalação de uma comissão externa para acompanhar e apoiar o Município de Petrópolis-RJ, em decorrência dos desastres ocorridos por conta das fortes chuvas. Solidariedade aos moradores do Município e às famílias das vítimas. 55

1.2.13 – Convocação de sessões

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional para 17 de fevereiro de 2022, às 15 horas e 30 minutos, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 116/2022. 57

Convocação de sessão deliberativa semipresencial para 17 de fevereiro de 2022, às 16 horas. 57

1.3 – ENCERRAMENTO 57

1.4 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO 58

PARTE II**2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 9ª SESSÃO****2.1 – EXPEDIENTE****2.1.1 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados**

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 1/2022 (proveniente da Medida Provisória nº 1070/2021), que institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro); e altera as Leis nºs 8.677, de 13 de julho de 1993, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 11.124, de 16 de junho de 2005, e 11.977, de 7 de julho de 2009.



61

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA**2.2.1 – Projeto de Lei Complementar nº 11/2020**

Emendas nºs 1 a 12-PLEN 84

2.2.2 – Projeto de Lei nº 1472/2021

Emendas nºs 1 a 7-CAE; 9 a 22-PLEN 113

Requerimentos nºs 83 e 85/2022 168

2.2.3 – Projeto de Lei de Conversão nº 1/2022 (MPV nº 1070/2021)

Emendas nºs 83 a 85-PLEN 174

Parecer nº 20/2022-PLEN-SF 179

Redação final (Parecer nº 21/2022-CDIR/PLEN-SF) 192

Requerimento nº 86/2022 205

2.2.4 – Projeto de Lei nº 4392/2021

Emendas nºs 1 a 7-PLEN 208

Parecer nº 22/2022-PLEN-SF 219

Redação final (Parecer nº 23/2022-CDIR/PLEN-SF) 226

Requerimentos nºs 87 a 89/2022 229

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Abertura de Prazos**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Segurança Pública, ao Projeto de Lei nº 1903/2021. 236

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aos Projetos de Lei nºs 2320 e 4438/2021 e 192/2022. 237

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, ao Projeto de Lei nº 2768/2021. 238

3.1.2 – Comunicações

Da Liderança do PSDB, de indicação de membro para integrar a Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 4/2022). 240

Da Liderança do PSDB, de indicação de membro para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 5/2022). 241



Da Liderança do PSDB, de desligamento do Senador José Serra da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 6/2022)	243
--	-----

3.1.3 – Despachos

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Requerimentos nºs 18 e 20/2022.	245
Despacho sobre a tramitação conjunta dos Requerimentos nºs 43, 45, 46, 64 e 65/2022.	246

3.1.4 – Encaminhamento de matéria

Encaminhamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 2/2022 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	248
--	-----

3.1.5 – Indicação

Nº 9/2022, da Senadora Eliziane Gama e outros Senadores, que <i>sugere, ao Presidente da República, a ratificação da Convenção nº 190, de 2019, da Organização Internacional do Trabalho, que dispõe “sobre eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho”, adotada em 21 de junho de 2019, na 108ª sessão, em Genebra.</i>	250
--	-----

3.1.6 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 2991/2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), que <i>altera as Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), para garantir pleno acesso a informações relacionadas a parcerias com organizações da sociedade civil mantidas pelos órgãos e entidades da administração pública envolvidos na materialização do respectivo instrumento</i>	254
Projeto de Decreto Legislativo nº 418/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D’Abadia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Romaria, Estado de Minas Gerais.</i>	258
Projeto de Decreto Legislativo nº 420/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Cultural de Iracemápolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iracemápolis, Estado de São Paulo.</i>	261
Projeto de Decreto Legislativo nº 421/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cândido Mota, Estado de São Paulo.</i>	264
Projeto de Decreto Legislativo nº 422/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Três Fronteiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Fronteiras, Estado de São Paulo.</i>	267
Projeto de Decreto Legislativo nº 429/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Encruzilhadense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.</i>	270
Projeto de Decreto Legislativo nº 430/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Guaraniaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaraniaçu, Estado do Paraná.</i>	273
Projeto de Decreto Legislativo nº 431/2021, que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural A Gazeta de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão</i>	



<i>comunitária no Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo.</i>	276
<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 433/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária 29 de Dezembro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.</i>	279
<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 434/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Sócio - Cultural Ribeirão Branco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.</i>	282
<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 435/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e de Defesa do Ecossistema do Rio Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aruanã, Estado de Goiás.</i>	285
<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 443/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Landel de Moura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.</i>	288
<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 446/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Ideal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boituva, Estado de São Paulo.</i>	291
<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 452/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró - Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caconde, Estado de São Paulo.</i>	294
<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 453/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Potirendaba, Estado de São Paulo.</i>	297
<i>Projeto de Decreto Legislativo nº 455/2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo.</i>	300
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 418, 420, 421, 422, 429, 430, 431, 433, 434, 435, 443, 446, 452, 453 e 455/2021.</i>	303
<i>Projeto de Lei nº 296/2022 (nº 9007/2017, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo federal a doar vinte viaturas operacionais MBB 1418 revitalizadas ao Exército Paraguai.</i>	304

3.1.7 – Projeto de Decreto Legislativo

<i>Nº 42/2022, do Senador Fabiano Contarato, que susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos dos Decretos nº 10.965 e 10.966, de 11 de fevereiro de 2022.</i>	309
---	------------

3.1.8 – Projetos de Lei

<i>Nº 287/2022, da Senadora Zenaide Maia, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer específica pena de multa na hipótese de cancelamento de contrato de prestação de serviço de telefonia sem pedido ou concordância do consumidor.</i>	316
--	------------



Nº 288/2022, do Senador Randolfe Rodrigues, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a obrigatoriedade de os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio abordarem o combate ao racismo e outros*. 320

3.1.9 – Requerimentos

Nº 2354/2021, do Senador Roberto Rocha, de informações ao Ministro de Estado da Cidadania. **Deferido**. 326

Nºs 52, 53, 54, 55, 56 e 57/2022, do Senador Izalci Lucas, de informações a diversos Ministros de Estado. **Deferidos**. 327

Nº 21/2021-CTFC, de informações ao Ministro de Estado da Saúde. 329

Nº 82/2022, do Senador Nelsinho Trad, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Helder Paniago. 332

Nº 84/2022, do Senador Alessandro Vieira, de retirada do Projeto de Resolução nº 2/2022. 334

PARTE III

4 – RETIFICAÇÃO

Diário do Senado Federal nº 207, de 11 de dezembro de 2021 337

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 339

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 342

7 – LIDERANÇAS 343

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 346

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 353

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 357

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 411



Ata da 9ª Sessão, Deliberativa Ordinária Semipresencial,
em 16 de fevereiro de 2022

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 23 minutos e encerra-se às 19 horas e 41 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Início da Ordem do Dia.

Neste momento serão abertas as inscrições de oradores, que farão uso da palavra por três minutos.

Para os Senadores presentes no Plenário, as inscrições serão feitas em lista específica de inscrições que se encontra sobre a mesa; para os Senadores presentes remotamente, as inscrições serão feitas através do sistema de videoconferência. Os oradores inscritos terão a palavra concedida de forma intercalada entre as duas listas.

A presente sessão deliberativa semipresencial é destinada à deliberação da seguinte pauta:

- Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2022, proveniente da Medida Provisória nº 1.070 de 2021, tendo como Relator o Senador Marcos do Val;
- Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2019, do Senador Plínio Valério e outros Senadores, tendo como Relatora a Senadora Eliziane Gama;
- Projeto de Lei nº 4.392, de 2021, dos Senadores Nelsinho Trad e Giordano, tendo como Relator o Senador Eduardo Braga;
- Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020, do Deputado Emanuel Pinheiro Neto, tendo como Relator o Senador Jean Paul Prates;
- Projeto de Lei nº 1.472, de 2021, do Senador Rogério Carvalho, tendo como Relator o Senador Jean Paul Prates.

As matérias foram disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia Eletrônica de hoje.

Comunico desde já ao Plenário que os itens 4 e 5 da pauta, respectivamente o Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020, e o Projeto de Lei nº 1.472, de 2021, ambos relatados pelo Senador Jean Paul Prates, tiveram a apreciação adiada para a próxima terça-feira, no Plenário do Senado Federal. De modo que não serão apreciados na data de hoje os itens 4 e 5 na pauta do Senado.

O primeiro orador inscrito, Senador Jorge Kajuru, tem a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para discursar.) – Brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, volto a esta tribuna como seu empregado público, Jorge Kajuru, cumprimentando o Presidente, querido Rodrigo Pacheco, aqui presentes meus amigos Senadores, outros daqui a pouco, colegas e amigos.

De imediato, manifesto minha solidariedade aos moradores de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, atingida ontem por forte temporal que causou destruição e mortes. São 66 até este momento. Em seis horas, a chuva atingiu 175mm, o que costuma cair num mês inteiro.

A repetição de eventos extremos parece configurar um novo padrão climático. No caso das fortes chuvas, elas fizeram estragos primeiro na Bahia, no fim do ano passado, e vêm atingindo outros estados. Um fenômeno que, infelizmente, a quase totalidade das nossas cidades não consegue enfrentar. O poder público tem de sair da inércia.

E este assunto puxa outro. Não são poucos os especialistas que vinculam os extremos eventos do clima à crescente degradação do meio ambiente, uma temática em que o Brasil tem se destacado negativamente, por causa de uma política de Governo centrada naquilo que vulgarmente – vulgarmente – um ex-Ministro do Meio Ambiente qualificou de passar a boiada. Como ele falou de animal, ele, como ministro, mostrou que é uma mula, aquele tal de Ricardo Salles.

E haja gado, porque, há dois dias, por exemplo, foi publicado decreto do Presidente da República que institui um novo Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal em Pequena Escala.



Para os ambientalistas, garimpo em microescala é uma ficção. O decreto pode se converter em retaguarda jurídica ao garimpo ilegal, cada vez mais atuante na maltratada Amazônia.

Aqui registro a presença do orgulhoso amazonense Senador Eduardo Braga, que, certamente, pensa o mesmo, porque, em outra frente, Eduardo, a Amazônia perdeu, no ano passado, 10 mil quilômetros quadrados de floresta nativa, a maior destruição em dez anos, e começou 2022 com um recorde de alertas de desmatamento para o mês de janeiro, nos últimos seis anos, segundo o Instituto de Pesquisas Espaciais.

Concluindo, vamos ao mais grave: estudo inédito do projeto Amazônia 2030 mostra que os alvos preferidos dos criminosos são as terras públicas. Nos últimos três anos, Presidente Rodrigo Pacheco, 51% do desmatamento na região ocorreram em terras indígenas, unidades de conservação e nas chamadas florestas públicas não destinadas.

Encerro. Necessário registrar declaração do pesquisador Paulo Moutinho, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), abro aspas:

Está em curso, hoje no país, a maior usurpação de patrimônio público da história. O processo todo é subsidiado por investidores que desembolsam um bocado de dinheiro para o grileiro desmatar, estimulado pela perspectiva futura de legalização da posse da terra pública.

Fecho aspas.

Acho, então, Presidente Pacheco, que está na hora de o Senado promover um debate amplo, geral e irrestrito sobre a política ambiental em nosso país.

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Agradeço ao Senador Jorge Kajuru.

O próximo orador inscrito é o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente Rodrigo Pacheco, Senadores e Senadoras.

Quero falar, Presidente, um pouco do meu Estado. A seca no Rio Grande do Sul é muito grave. Nos últimos 17 anos, 257 mil propriedades, agora, mais do que nunca, são atingidas, com tudo o que aconteceu no passado; 17,3 mil famílias de agricultores estão com dificuldade de água para si e para os animais; a redução, nas lavouras, chegou a 50%; os animais estão morrendo por falta de água; é uma situação muito triste e grave; a perda econômica, para se ter uma ideia, ultrapassa 27 bilhões. Os agricultores estão pedindo socorro.

É preciso medidas concretas urgentemente devido a esse estado de calamidade. Eu chego a pedir, Presidente, que se baixe, por parte do Governo uma medida provisória com recursos necessários – urgente. Ontem uma missão oficial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul esteve em Brasília, e o pedido foi nessa linha. O Governo Federal precisa ter sensibilidade para esta grave situação, como, da mesma forma, claro, o Governo estadual.

Hoje, nesse momento, mais de 1,5 mil agricultores estão em frente à Secretaria de Agricultura no Estado, pedindo ações rapidamente, com urgência, necessárias para minimizar esses efeitos drásticos da falta de água, da estiagem, da falta de chuva. Crédito, pedem eles, repactuação das dívidas, liberação de milho com valor subsidiado, recursos do BNDES, criação do comitê estadual de estiagem, manutenção do Proagro, implementação urgente da lei aprovada por esta Casa, Lei Assis Carvalho, entre outros pedidos.

A seca, Presidente, não é somente no Rio Grande do Sul. Os agricultores também estão mobilizados em outros estados. Lembro aqui rapidamente Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul. Atos estão programados na BR-116, BR-163, BR-282, BR-470.

A agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento do nosso país. Ela é a principal



produtora dos alimentos que chegam à nossa mesa todos os dias, dentro do limite daqueles que podem ainda. Eu sempre digo que a mistura de terra e mãos semeia o ventre que faz nascer a vida e ensina que o pão que dela nasce deve ser dividido em grandes atos de amor e de humanidade.

Presidente, permita só que eu termine deixando aqui a minha total solidariedade e sentimentos aos familiares e amigos das vítimas do temporal com deslizamento de terra que arrasou inclusive o centro de Petrópolis, no Rio de Janeiro. O cenário é desolador, de muita tristeza. Que seus corações sejam confortados neste momento de extrema dor. Pelas informações que tive até o momento, já foram 58 corpos encontrados e ainda há muitos desaparecidos.

O mesmo pedido que fiz para o Rio Grande e para os estados do Sul faço para o Rio de Janeiro, no sentido de uma medida provisória urgente para atender à nossa gente.

Era isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Próxima oradora inscrita, Senadora Nilda Gondim.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discursar.)

– Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o Tribunal de Contas da União, em sessão realizada ontem, lamentavelmente acordou pela aprovação da privatização da nossa Eletrobras, nos moldes definidos pelo Governo, com o voto contrário proferido pelo Ministro Vital do Rêgo.

Em seu voto, o Ministro Vital apresenta estudos técnicos do TCU, demonstrando que o patrimônio da estatal, avaliado em 67 bilhões pelo Governo, vale, na verdade, pelo menos 130,4 bilhões. Ora, nobres colegas, estamos diante de uma diferença de 63 bilhões, mostrando que a Eletrobras poderá ser vendida por quase metade do seu valor real. Esse prejuízo para a população brasileira é inaceitável.

O Ministro Vital do Rêgo demonstra que há equívocos nas estimativas de preço de energia a longo prazo, no risco hidrológico e na taxa de desconto do fluxo de caixa, elementos que foram desconsiderados no cálculo de precificação realizado pelo Governo.

O voto discordante do Ministro também ratifica muitos dos discursos proferidos neste Parlamento, por ocasião da apreciação do PLV 72, de 2021, defendendo que a privatização da Eletrobras contraria o interesse público. De acordo com o magistrado, nenhum país cuja matriz energética possua hidroeletricidade como parte significativa privatizou seu setor elétrico. Exemplos: Estados Unidos, China, Canadá, Suécia, Noruega, Índia, Rússia... Nenhum deles.

Também argumentou que as hidrelétricas da Eletrobras já estão completamente amortizadas e depreciadas, mostrando que a população poderia usufruir de uma política de modalidade tarifária promovida pelo Governo.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ao aprovar a privatização, podemos ter condenado a camada mais pobre da nossa população a um futuro de escuridão.

Nobres colegas, ainda com indignação, recorro que estamos vendendo uma empresa que, somente entre 2018 e 2020, de acordo com o Dieese, obteve lucro líquido acumulado em R\$31 bilhões. Ora, em apenas três anos, o lucro da empresa foi equivalente a quase metade do valor estimado pelo Governo. Isso não pode ser considerado razoável, Sr. Presidente.

O brilhante voto do Ministro Vital do Rêgo motivou uma manifestação efusiva dos trabalhadores da Eletrobras do Brasil, agradecendo ao magistrado e afirmando que os colaboradores da estatal sentem muito orgulho de ter o Ministro Vital naquela corte, falando a verdade e defendendo o país.

Para finalizar, quero me unir aos trabalhadores da Eletrobras e parabenizar o Ministro Vital do Rêgo pelo magnífico voto proferido e afirmar que, de fato, você orgulha o povo brasileiro, pela sua capacidade técnica, pela sua coragem e pela defesa incansável dos interesses da nossa nação.



Agradeço, Sr. Presidente, esta oportunidade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senadora Nilda Gondim.

Anuncio o item 1 da pauta.

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2022, que institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública, Programa Habite Seguro (Proveniente da Medida Provisória nº 1.070, de 2021).

Durante o prazo inicial, foram apresentadas 82 emendas.

Perante a Mesa do Senado Federal, foram apresentadas as Emendas nºs 83 a 85, já disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação. **(Emendas nºs 83 a 85-PLEN - Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Coronel Tadeu, favoráveis à medida provisória e à parte das emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.

A matéria foi aprovada no dia 10 de fevereiro, na Câmara dos Deputados. O seu prazo de vigência se esgota no dia 21 de fevereiro.

A matéria depende de parecer no Senado Federal.

Faço a designação do nobre Senador Marcos do Val para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – ... e com a licença do Senador Marcos do Val.

Só para registrar a presença, no Plenário, Presidente, do nosso eminente Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, que vem fazendo uma bela administração em favor da nossa cidade; do Presidente da Frente dos Prefeitos do Brasil, Edvaldo Nogueira; e do Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, que estão aqui na expectativa da discussão e votação, logo mais, do item 3, no qual se luta pela tarifa gratuita aos idosos acima de 65 anos, com financiamento da União e com garantia de não acontecer, de não se propor aumento de tarifas nos coletivos do Brasil presentemente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Lasier Martins.

A Presidência saúde e deseja boas-vindas a todos os Srs. Prefeitos municipais que aqui estão presentes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeitamente, com muita honra, com muita satisfação.

Tomem assento, por gentileza, para acompanharem a votação.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para proferir parecer.) – Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos os companheiros e companheiras.

Então vamos: nos termos do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020, compete ao Plenário desta Casa emitir parecer sobre a matéria em exame.



Ninguém duvida de que, durante o desempenho de suas funções, os profissionais de segurança pública estão sujeitos a condições de trabalho adversas e a riscos graves e constantes à sua integridade física e à sua vida. Porém, um aspecto importante dessa questão costuma passar despercebido: o risco de vida e o estresse psicológico causado pelo constante estado de alerta acompanham policiais, bombeiros e demais profissionais da área até a esfera particular. Pelo simples fato de serem profissionais de segurança, essas pessoas vivenciam um grau adicional de risco mesmo em seu horário de descanso e lazer, quando estão com suas famílias em suas casas, que deveriam ser locais de refúgio e de relativa tranquilidade.

Esse é um custo que precisa ser reconhecido e compartilhado por toda a sociedade, já que é em seu benefício que as atividades de segurança são desempenhadas. Nesse contexto, as condições de habitação desses profissionais podem, em muitos casos, agravar ainda mais a sua exposição ao risco. Não é incomum que, pela ausência de políticas públicas específicas, integrantes das forças de segurança tenham que morar com suas famílias em locais com altos índices de violência, convivendo diariamente com situações que podem, a qualquer momento, requerer sua atuação em defesa dos bens jurídicos mais valiosos para a sociedade. Não é difícil imaginar a tensão que um policial militar, por exemplo, experimenta em uma vizinhança hostil. São frequentes os relatos de profissionais que não podem nem sequer secar seus uniformes no varal de casa ou que precisam se deslocar para o local de trabalho à paisana e, só lá, vestir o seu uniforme.

O PLV nº 1, de 2022, oriundo da MP nº 1.070, de 2021, cria instrumento fundamental de concretização do direito à moradia digna dos profissionais de segurança pública em todo o país. Trata-se, assim, de iniciativa de grande relevância, mas também urgente, tendo em vista o disposto no inciso I do §1º do art. 5º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Esse dispositivo determina que parte dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública seja empregada em programas habitacionais em benefício dos profissionais de segurança. A criação de programas dessa natureza é, portanto, obrigação legal inafastável do Estado brasileiro. O Programa Habite Seguro vem em boa hora preencher uma lacuna que há três anos não encontrava solução legislativa adequada. Consideramos, portanto, plenamente preenchidos os requisitos constitucionais de relevância e urgência para a edição de medidas provisórias.

No que tange à constitucionalidade, ressaltamos que promover a melhoria das condições habitacionais é competência material comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (art. 23, IX). A matéria não afronta as vedações impostas às medidas provisórias, prescritas pelo §1º do art. 62 da Constituição Federal, tampouco avança sobre temas da competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas (arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal). O PLV está em linha ainda com os princípios constitucionais fundamentais e não desrespeita os direitos e garantias individuais e sociais. Pelo contrário, contribui para materializar o direito à moradia, inscrito no art. 6º da Carta Magna, e busca concretizar o princípio superior da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da Constituição Federal).

Entendemos que o Programa Habite Seguro, tanto a concessão discricionária de subvenção econômica conforme as regras do Fundo Nacional de Segurança Pública como os demais dispositivos, não conflita com as normas financeiras e orçamentárias vigentes, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), mas também o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Por essa razão, manifestamo-nos por sua adequação financeira e orçamentária.

No mérito, consideramos o PLV nº 1, de 2022, oportuno e conveniente, tendo em vista a necessidade de dar ágil consequência ao disposto no inciso I do §1º do art. 5º da Lei nº 13.756, de 2018, a fim de melhorar a qualidade de vida e valorizar os profissionais de segurança pública, por meio da redução para esse importante segmento da sociedade da carência habitacional e dos riscos a ela associados.

O PLV preserva em grande medida a redação original da MP nº 1.070, de 2021. Além disso,



consideramos que as mudanças promovidas pela Câmara dos Deputados, consolidadas no PLV, aprimoram o texto original.

No Plenário do Senado Federal, o PLV nº 1, de 2022, recebeu três emendas, as de nºs 83 a 85.

A Emenda nº 83, da Senadora Rose de Freitas, permite que agentes socioeducativos concursados, agentes de trânsito concursados e policiais legislativos, além do benefício das condições especiais de crédito concedidas pelos agentes financeiros do programa, recebam também a subvenção econômica criada pelo art. 10.

A Emenda nº 84, do Senador Rodrigo Cunha, atribui prioridade às mulheres profissionais de segurança na concessão de benefícios no âmbito do Habite Seguro.

A Emenda nº 85, da Senadora Mara Gabrilli, atualiza a linguagem empregada no PLV ao propor a substituição da expressão "profissionais portadores de deficiência" por "profissionais com deficiência".

Em que pese a nobre intenção dos autores no sentido de introduzir aprimoramentos importantes ao PLV, consideramos inviável acolher qualquer dessas emendas, tendo em vista o encerramento do prazo de deliberação da matéria. Embora a MP nº 1.070 tenha sido editada em 13 de setembro de 2021, a Câmara dos Deputados só aprovou o PLV em 9 de fevereiro de 2022, deixando, na prática, apenas uma semana para análise e deliberação aqui no Senado. Considerando que a vigência do texto se encerra em 21 de fevereiro, ou seja, na próxima segunda-feira, e tendo em vista que mudanças de mérito ocasionariam o retorno da proposta à Câmara, consideramos que não há tempo hábil para nova votação naquela Casa. Desse modo, adotando uma atitude pragmática e responsável, optamos por não acolher essas importantes emendas e, assim, preservar o programa como um todo, ainda que passível de melhorias.

Contudo, acolhemos como de redação a Emenda nº 85, da Senadora Mara Gabrilli. Se, por um lado, o uso da expressão "profissionais com deficiência" não configura alteração de mérito e, portanto, não ocasiona o retorno à Câmara, por outro, constitui uma importante oportunidade de avançar pelo menos no nível do discurso, na proteção dos direitos de um segmento importante dos brasileiros, oportunidade essa que não pode ser desperdiçada. Faço minhas as palavras da autora da emenda em sua justificção, abro aspas: "o cuidado com a linguagem utilizada revela o respeito em relação às pessoas com deficiência, em benefício de uma sociedade mais igualitária e inclusiva" – fecho aspas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância; pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória 1.070, de 2021; e, no mérito, por sua aprovação nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2022; pelo acolhimento da Emenda 85 como emenda de redação; e pela rejeição das Emendas 83 e 84.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 20/2022-PLEN-SF - Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

O parecer é favorável ao projeto de lei de conversão, pelo acolhimento da Emenda nº 85 como emenda de redação e pela rejeição das Emendas nºs 83 e 84.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Para discutir, concedo a palavra inicialmente ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero me congratular com a prioridade que foi dada a esse projeto de lei de conversão e trazer uma brevíssima notícia, sugerindo a incorporação a esse projeto da matéria constante da página A-19 do jornal *Folha de S.Paulo* de hoje: "Brasileiro valoriza mais casa própria do que filhos, religião e estabilidade". E segue uma pesquisa desenvolvida pela *startup* Centro de Moradia Quinto Andar em parceria com o instituto Datafolha.



Então, esse projeto de lei de conversão e, por consequência, essa medida provisória vêm preencher um tijolo apenas dessa parede vazia que deve ter ficado mais vazia ainda durante essa pandemia, porque a pandemia nos deixou mais fixados na nossa morada, prova disso é o volume de reformas e melhorias que fizeram disparar a atividade da construção civil de reformas e adaptações em imóveis.

Então, além de votar a favor e respeitar essa cautela e essa prudência com a celeridade da sua tramitação, ao considerar que a Emenda 85 pretendida seria de redação, cuidados esses que foram tomados pelo nosso Senador Marcos do Val, eu gostaria de dizer que esse tijolo não construiu ainda a parede da casa, mas é positivo, ou seja, é uma iniciativa positiva que merece o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu consulto o Relator, V. Exa., a Mesa.

Nós estamos aqui com a seguinte situação, Presidente...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – O Senador Izalci Lucas está discutindo a matéria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É um projeto importantíssimo, que apoiamos integralmente. Agora, nós temos aí os agentes, tanto os de trânsito como também os socioeducativos, que não fazem parte ainda do fundo, e o projeto exclui realmente a subvenção a esses profissionais. Eu sei que há um projeto já tramitando, que está na CCJ, com parecer já do Senador Veneziano, incluindo esses agentes no fundo.

Então, eu não sei, porque eu vi a última redação e se estava excluindo isso; pelo menos na observação que eu tinha, excluía. Mas, na medida em que eles entram, se aprovarmos aqui o projeto que já está pronto para vir ao Plenário, se automaticamente eles poderiam entrar nisso... Então, eu queria ver se, em termos de redação, para não comprometer o projeto, daria margem para que, aprovado o projeto da inclusão dos agentes de trânsito e dos agentes socioeducativos, automaticamente eles pudessem também obter a subvenção como os demais? Porque, na Constituição, eles já estão também fazendo parte da segurança pública.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – É totalmente pertinente e sou totalmente favorável. O que nos fez não colocar de imediato os guardas municipais de trânsito, os agentes de trânsito, os guardas municipais, os socioeducativos é a questão de que, se incluíssemos agora, não daria tempo para votação e iria se perder esse projeto. Mas nós podemos, se for uma alteração de redação, fazer agora, adaptar agora. Se não for, acredito – vou consultar meus assessores – que, a partir do momento em que for aprovada a inclusão deles no fundo nacional, automaticamente eles farão parte desse projeto e serão beneficiados por esse projeto. Seria algo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu não sei se na redação, Presidente. Eu não sei – consultaria a Mesa ou a assessoria – se essa redação automaticamente... Aprovado o relatório do Senador Veneziano, que inclui os agentes no fundo, se automaticamente eles podem já...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – A assessoria deu a sugestão de o projeto que está aqui já incluir essa questão de já fazerem parte desse



projeto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Assim, no projeto, colocaria.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso. Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nessa redação aí não tem como deixar margem para isso?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não, porque a gente já aprova assim, e o projeto que já está tramitando aqui vem dizendo que, assim que for inserido, ele faz parte desse projeto Habite Seguro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bem.

Eu quero, então, já fazer o pedido ao Relator, Senador Veneziano, que é o Relator do projeto, para que ele inclua no relatório, e já peço o apoio dos pares, para que quando... E de V. Exa., que é o Relator...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Excelente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... para que quando vier o relatório para cá... Eu vou pedir, inclusive, que a gente possa votar na reunião de Líderes, Presidente, para incluir...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... esse projeto na pauta.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Excelente solução.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E que o Relator colocaria essas duas, para que a gente possa realmente atender toda segurança pública.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Excelente solução. Agradeço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k., Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Está esclarecido, então? Porque, na verdade, há um acolhimento, pelo Relator, da Emenda nº 85 como emenda de redação. Essa sugestão do Senador Izalci não poderia ser como emenda de redação, seria uma emenda de mérito, mas o encaminhamento feito pelo Senador Izalci é algo que atende.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Sim, sim, porque colocaria no projeto que está tramitando, já está aqui no Senado e o Relator é o Senador Veneziano...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O relatório já está pronto. Se V. Exa. vai...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – E ele insere no relatório dele a inclusão...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Isso poderia ser, inclusive, pauta de apresentação pelo Senador Izalci na reunião de Líderes, para nós tratarmos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É. Já vou antecipar e pedir o apoio aqui dos demais Líderes.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeito. O Relator, então, mantém o seu parecer...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Isso. Mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – ... da forma como foi anunciado. Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente, o Projeto de Conversão 2.022, oriundo da 1.070, institui um programa nacional, que eu entendo justo, de apoio à aquisição de habitação para profissionais da segurança pública. Eu tive, inclusive, conversa nesse sentido com o nobre Senador Relator Marcos do Val.

Eu reconheço a importância. Todos nós temos que entender que não é fácil você chegar a uma área, digamos, de alto risco e lá ter a sua moradia, sendo você um profissional da segurança. Por isso, reconheço – e falei para ele – a importância dessa proposta e do relatório dele.

Entendo eu que todos trabalhadores – e esses são alguns deles que eu respeito – merecem uma atenção especial em matéria de sua habitação. Nesse sentido, a bancada resolveu apresentar um destaque à Emenda nº 9, de minha autoria, que visa garantir que sejam também contemplados, além dos profissionais da segurança pública – no que eu concordo plenamente com o Relator –, também os profissionais na educação pública e da área da saúde. Desses profissionais nós vimos agora durante a pandemia a batalha, a luta em defesa do nosso povo e da nossa gente. Só entre os médicos foram em torno de 893 óbitos em razão do covid. Podemos lembrar que enfermeiros foram mais de 800. Neste momento, milhares de profissionais de educação e saúde ariscam a sua vida em prol de toda sociedade, seja em hospitais ou nas salas de aula lotadas pelo retorno que agora está acontecendo.

Este é o espírito da nossa emenda: valorizar também os profissionais da educação e da saúde.

Compreendemos, sim, a urgência da proposta que o nobre Relator aqui advogou com muita competência para os profissionais da segurança pública.

Com a palavra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Devolvo a palavra ao eminente Relator.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria falar com o nosso Exmo. Senador Paulo Paim que a proposta é meritória. Lógico, quando falamos de educação e saúde, são questões inquestionáveis diante da necessidade e da importância desses profissionais dentro da nossa sociedade.

Mas essa proposta já foi apresentada também na Câmara dos Deputados, e as emendas não puderam ser acatadas por proporem alterações que desvirtuavam o mérito da medida provisória, com impacto na sua aplicação para o atendimento dos objetivos pretendidos pelo Governo, ou seja, os recursos são oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública, com foco no risco à integridade física e à vida do profissional da segurança pública nas regiões nas quais alguns ainda residem, uma boa parte ainda reside.

Então, eu pediria para que o nosso digníssimo Senador Paulo Paim pudesse fazer a retirada desse destaque, e que nós, juntos, pudéssemos construir uma caminhada para que, em outro projeto, de iniciativa do Governo – que nós pudéssemos fazer isso juntos –, nós possamos fazer, então, uma proposta também de incentivo à moradia para os profissionais da educação e para os profissionais da saúde, porque, por esse projeto e pelo fundo do qual vão ser direcionados os investimentos, não seria possível.

Eu pediria a compreensão do nobre Senador Paulo Paim e a possibilidade da retirada do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – O Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.



Por videoconferência.) – De pronto, Presidente, de pronto.

Eu havia feito uma conversa preliminar com o nosso amigo e querido Senador, que sempre que relata um projeto tem procurado nos atender, e acertamos – e eu queria, é claro, este compromisso dele no Plenário – de discutir outro projeto com esse objetivo. É o compromisso que ele assume e que eu também, naturalmente, independentemente do que vai acontecer no amanhã: tentaremos construir junto.

Devido a isso, Presidente, eu retiro o destaque, em nome do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Fica retirado o destaque do Partido dos Trabalhadores. (**Requerimento nº 86/2022 - Vide Item 2.2.3 do Sumário**)

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu apresentei uma emenda dando a redação aos §§3º e 4º, no caso, no *caput* do artigo: o reconhecimento dos integrantes das respectivas carreiras dar-se-á mediante a declaração do órgão a que pertencerem, na forma do regulamento a ser expedido; e também, no §4º, aos integrantes das guardas municipais concursados, cuja corporação não se enquadra no disposto na Lei 13.022, de 8 de agosto de 2014, vedada a concessão da subvenção de que trata o art. 10 desta lei, facultando ao agente financeiro, a seu critério, oferecer-lhes outras condições especiais de crédito imobiliário.

E justificamos pelo seguinte.

O PLV nº 1, de 2022, incluiu agentes socioeducativos concursados, agentes de trânsito concursados e policiais legislativos entre os potenciais beneficiários do programa Habite Seguro; entretanto, negou-lhes a possibilidade de obter a subvenção econômica criada pelo art. 10 da lei. Ora, se a Constituição Federal não faz distinção, Sr. Presidente e Sr. Relator, colega do Espírito Santo, entre essas categorias, tampouco pode a lei fazê-la, sob pena de criarmos profissionais de segurança pública de segunda categoria.

E eu falo para uma pessoa que entende, que está dentro desse meio e que redigiu um relatório com muita acuidade, mas que, ao mesmo tempo, manteve a vedação da concessão da subvenção econômica a profissionais que integram corporações que não se enquadram no marco legal instituído pela lei que eu citei, a 13.022. Então, é desejável que as guardas municipais se organizem segundo aquela lei, podendo essa vedação ser mais um elemento a estimular o enquadramento legal dessas guardas municipais ao regime jurídico geral.

Esses são os objetivos que eu coloquei, oferecendo-os, inclusive, aos nossos pares, sobretudo ao Relator, pois estamos convencidos de que merece ser acolhida a emenda, e V. Exa. a rejeitou. Ela tem o intuito de aprimorar o tão necessário programa habitacional para os profissionais da segurança pública.

E, Sr. Senador, o Brasil deve muito: o déficit habitacional do Brasil é imenso. Nós precisamos, aos poucos, quando a lei abre uma brecha, tentar aperfeiçoar exatamente para atender essas demandas que estão todas reprimidas, pois até hoje não existe no Brasil um programa habitacional que entenda que certas categorias, sobretudo, merecem estímulo à acolhida. Eu gostaria de pedir a sua reconsideração para que a gente possa dar o apoio necessário para a aquisição da habitação por profissionais da área de segurança pública.

E vamos, pouco a pouco, tentar corrigir essas deficiências e essas lacunas que não permitem que haja justiça na efetivação de programas habitacionais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Devolvo a palavra ao Relator.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Querida Senadora Rose de Freitas, nossa Constituinte, pertencente ao Senado pelo Espírito Santo, assim como eu, a supressão da vedação à concessão da subvenção aos integrantes das carreiras de agente socioeducativo, de agentes de trânsito e de policiais viola o disposto na legislação do Fundo Nacional



de Segurança Pública, fonte da subvenção, que limita a concessão aos servidores da segurança pública, sendo inviável a ampliação em legislação incidental, já que as respectivas categorias não são enquadradas no âmbito da segurança pública, devendo isso ser proposto eventualmente na legislação própria do fundo. Além disso, a operacionalização do programa junto ao agente financeiro acabaria sendo inviabilizada, tendo em vista que todo o desenho de precificação já foi submetido a mecanismos internos de governança do agente financeiro.

Nós temos também... É lógico que são profissionais que sempre defendi e que sempre irei defender, mas o nosso querido Senador Izalci deu uma excelente sugestão, porque já está tramitando aqui no Senado um projeto, um PL, em que temos como Relator o Veneziano, e já fizemos um acordo para que nesse PL relatado pelo Senador Veneziano nós possamos incluir essas categorias, que são as mesmas questionadas pelo Senador Izalci. E é desconfortável para mim não tê-los junto a este projeto, para que a gente possa solucionar de vez.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Se incluíssemos agora, este projeto não teria tempo hábil para ser votado, haja vista que 21 de fevereiro, próxima segunda, é o último dia. Então, eu peço vênica, mantenho o projeto da forma como relatei, e mantemos o acordo conforme já foi falado com o Senador Izalci para incluirmos no próximo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – A matéria continua em discussão.
Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para discutir.)
– É apenas um esclarecimento.

Primeiro, quero ressaltar a relevância muito evidente do projeto, mas eu preciso de um esclarecimento do Relator sob o ponto de vista do atendimento justamente para agentes de trânsitos concursados, porque a informação que eu tenho é que na Câmara dos Deputados foi acolhida emenda no sentido de incluir os agentes, emenda, inclusive, sugerida pelo nosso gabinete e pelos nossos parceiros políticos na Câmara dos Deputados. Eu queria confirmar se foram acolhidos ou não agentes de trânsitos concursados dentro do escopo do projeto tão bem relatado por V. Exa. É para confirmar essa informação, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Na operação de crédito eles estão dentro; na subvenção é que não, mas é porque eles precisam fazer parte da Lei Geral das Guardas Municipais – e é o Prefeito que tem que inseri-los. Assim que o Prefeito inseri-los, automaticamente eles terão o direito da subvenção.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ótimo.

Agradeço e registro como foi oportuna esta medida provisória, uma vez que resgatou conteúdo de vários projetos que tramitavam na Casa, inclusive um projeto da minha autoria, que desde 2019 tinha relatório na CCJ e não conseguia avançar.

Está de parabéns o Governo, que conseguiu fazer através de medida provisória.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, me perdoe.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Para discutir.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.)
– É apenas para cumprimentar o Relator e agradecer o acatamento da emenda que apresentamos, incluindo



também os nossos policiais de trânsito nesta melhoria, neste avanço, porque, sem dúvida nenhuma... Imagine, no Estado do Amazonas, Sr. Presidente, um policial militar que mora num bairro controlado por uma facção criminosa: ele tem que esconder a farda, tem que se disfarçar para não ser reconhecido como policial sob pena de ele e a família dele sofrerem consequências. Portanto, este projeto não tem apenas aspectos sociais; ele tem aspecto de segurança pública importante, para que nós possamos dar garantias àqueles que fazem a repressão do crime.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Passamos à apreciação da matéria.

Foi apresentado o Requerimento nº 86, de destaque, da Liderança do PT, da Emenda nº 9, e foi retirado pelo Partido dos Trabalhadores. **(Requerimento nº 86/2022 - Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

Não remanescem destaques em relação a esta matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação conjunta os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; o mérito do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, e das emendas, nos termos do parecer, que é favorável ao projeto de lei de conversão e ao acolhimento da Emenda nº 85 como emenda de redação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto de lei de conversão, com a Emenda nº 85, de redação.

Ficam prejudicadas a medida provisória e as demais emendas apresentadas.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 21/2022-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final, a matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Meus cumprimentos ao Senador Marcos do Val pelo competente parecer apresentado e ora aprovado pelo Senado Federal.

Senador Marcos do Val, com a palavra.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Eu gostaria de agradecer a todos os Senadores a compreensão e o entendimento para com uma categoria dificilmente vista pela sociedade. Só em situações extremas, quando nossa vida está em risco, a gente lembra esses profissionais. E, aqui, foram lembrados, para que eles possam ter a segurança de um lar, num local seguro, com a sua família, para que, até de forma emocional, eles possam sair para o trabalho sabendo que sua família está segura. Então, eu agradeço a todos os pares aqui e agradeço ao Presidente a iniciativa.

Parabenizo todos os profissionais da segurança pública do nosso Brasil!

Digo àqueles que ainda não puderam ser incluídos, como os agentes de trânsito: nós vamos trabalhar para incluí-los o quanto antes.

Muito obrigado, Presidente.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Marcos do Val.



Meus cumprimentos, uma vez mais, pelo trabalho realizado.

O próximo item da pauta é a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2019, de autoria do Senador Plínio Valério, relatado pela Senadora Eliziane Gama.

Consulto a Senadora Eliziane Gama se tem alguma objeção à inversão da pauta do item 2 com o item 3, em razão de que o item 3, relatado pelo Senador Eduardo Braga, deve ser uma votação simbólica e a proposta de emenda à Constituição haverá de ser uma votação nominal. Então, há essa solicitação de inversão de pauta.

Consulto a Senadora Eliziane Gama se há alguma objeção.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu cumprimento V. Exa.

Quero cumprimentar vários Prefeitos que estão presentes conosco aqui em Plenário. Eu destaco aqui a presença de todos. Perdoem-me se eu deixar de citar alguns: o de Salvador, o de Belém, o de Aracaju, o de Porto Alegre, o de São Paulo e o de Rio Branco. São os Prefeitos que estão aqui presentes que, na verdade, são da Federação Nacional de Prefeitos...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Da Frente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Da Frente Nacional de Prefeitos.

Eles vieram até aqui, ao Plenário, conversar conosco, Presidente. Dentre as questões que foram colocadas, de forma muito justa, conversamos junto com o Senador Plínio, que é o autor dessa importante PEC para o Brasil... Aliás, é bom lembrar que a legislação no sentido de incentivar a proteção ambiental é uma iniciativa necessária, e o Brasil, na verdade, precisa avançar nessa agenda, em que o mundo inteiro tem avançado. O que nós temos hoje aqui, nesta proposta do querido Plínio, é exatamente o IPTU Verde, que é o incentivo, na verdade, à nossa proteção ambiental de todo o Brasil. Ocorre que os Prefeitos fazem a solicitação de terem maior conhecimento e aprofundamento desta pauta. Na conversa com o Senador Plínio...

E, Presidente, eu queria pedir a V. Exa., antes de fazer a proposta, que V. Exa. se comprometesse conosco que, em sendo retirado esse projeto hoje da pauta, que ele retornasse nas próximas três semanas, já que o projeto já vem se arrastando há muitos meses aqui no Congresso Nacional – aproximadamente três anos – e agora chega aqui, com a iniciativa de V. Exa. de colocá-lo na Ordem do Dia. Aliás, é uma prioridade que V. Exa. tem dado à agenda ambiental brasileira. Então, se V. Exa. se comprometer conosco a retornar com o projeto nas próximas três semanas, tempo que seria razoável para conversar com os Prefeitos, eu pediria a V. Exa. que retirasse da pauta e que a gente retornasse com esse projeto nas próximas três semanas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senadora Eliziane Gama, V. Exa. se refere à proposta de emenda à Constituição ou ao projeto de lei?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É a proposta de emenda à Constituição, de autoria do Senador Plínio...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – ... de que V. Exa. é Relatora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeito. A minha proposta foi a inversão na data de hoje.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exato. Na verdade, eu ia fazer a inversão, mas ocorre que esta minha colocação eu só faria no momento em que fosse chamada para tratar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – A Frente dos Prefeitos quer discutir



também a PEC?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Ah, perfeito. Então, com essa presença tão marcante dos Prefeitos, quem sou eu para dizer "não"? (*Risos.*)

A Relatora pede a retirada de pauta, e há o meu compromisso de reinclusão na pauta, até porque fiz esse compromisso com o autor da proposta de emenda à Constituição, que é o Senador Plínio Valério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O Senador Plínio Valério – acabei de conversar com ele, em viva voz com os Prefeitos – concorda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeito

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Que possamos atender esse pleito dos Prefeitos para as próximas três semanas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Fica atendido o pleito da Senadora Eliziane Gama, Relatora do item 2 da pauta: é retirada de pauta a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2019, que, oportunamente, será reincluída na pauta do Senado no decorrer do mês de março. (*Pausa.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, aproveitando o ensejo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – É um ofício com um brevíssimo requerimento direcionado a V. Exa. e que pede o restabelecimento das atividades do Conselho de Transparência e Controle Social do Senado.

É uma instituição importante de auxílio à direção do Senado, é um órgão consultivo e está paralisado desde julho de 2017.

Então, repasso aqui a solicitação que vem da sociedade para que esse conselho seja reativado por V. Exa. e possa dar andamento ao que é mais importante talvez neste momento, que é uma transparência ativa e presente no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Agradeço, Senador Alessandro.

Terei toda a atenção ao requerimento de V. Exa.

Já peço à Secretaria-Geral da Mesa que o recolha.

Anuncio o item 3 da pauta, o Projeto de Lei 4.392, de 2021, dos Senadores Nelsinho Trad e Giordano, que institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI) e dá outras providências.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 7, já disponibilizadas na tramitação da matéria, e que serão encaminhadas à publicação. (**Emendas nºs 1 a 7-PLEN - Vide Item 2.2.4 do Sumário**)

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do nobre Senador Eduardo Braga para proferir parecer de Plenário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, só para registrar que eu fiz uma solicitação pelo tempo de Liderança. Obviamente, logo após a leitura do Senador Eduardo Braga, se V. Exa. puder me conceder o tempo, porque hoje estou assumindo, com muita honra, a Liderança Feminina, em substituição à nossa querida Simone.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeitamente, Senadora Eliziane Gama. Logo após a apreciação desse item, a primeira a se pronunciar será V. Exa., como Líder da Bancada Feminina.

Com a palavra, Líder Eduardo Braga.



O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para proferir parecer.) – Presidente Rodrigo Pacheco, eu quero começar agradecendo a V. Exa. por ter me designado Relator dessa importante matéria.

Quero cumprimentar também os autores desse projeto de Lei 4.392, Senador Nelsinho Trad e meu colega de partido, Senador Giordano, que institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Área Urbana, o Pnami, e dá outras providências.

Antes do relatório, eu quero poder saudar, Sr. Presidente, a presença da Frente Nacional de Prefeitos aqui, representados pelo seu Presidente, Edvaldo Nogueira, Prefeito de Aracaju; o nosso Prefeito da cidade de São Paulo, Ricardo Nunes; o Prefeito da cidade de Porto Alegre, Sebastião Melo; o Prefeito da cidade de Salvador, Bruno Reis; o Prefeito de Rio Branco, Tião Bocalom, e o Prefeito de Belém, o nosso querido Edmilson Rodrigues.

Sejam todos muito bem-vindos ao Senado da República!

Sr. Presidente, vem para o exame deste Plenário um projeto que trata de resolver um dos maiores gargalos que nós temos nesse momento no país, diante do preço dos combustíveis, diante do preço do óleo diesel, responsável por 60% do custo do transporte urbano das cidades brasileiras. Chega a mim para relatar o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas, benefício esse que vem sofrendo sério risco de manutenção, exatamente pelo achatamento da lucratividade e o aumento dos custos no transporte público urbano.

O Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos tem a finalidade de, simultaneamente, custear o direito constitucional das pessoas idosas à mobilidade urbana, portanto, garantir o direito constitucional, manter a modicidade tarifária, ou seja, garantir que não haverá impacto para aumento de tarifas nas nossas cidades brasileiras em um momento tão difícil e, ao mesmo tempo, garantir equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de transporte coletivo.

Na justificção que acompanha a proposta, os autores, Senador Giordano e Senador Nelsinho, relatam as dificuldades financeiras que os sistemas municipais de transporte público de passageiros vêm atravessando e apontam que a gratuidade dos idosos para acessar esse sistema, embora justa, embora direito constitucional, deveria ser custeada por meio de uma fonte orçamentária de recursos, de forma a não criar empecilhos para a sobrevivência do mencionado sistema de transportes, tão atacado já por transportes inclusive não regulares nas cidades brasileiras.

Foram apresentadas sete emendas: pelo Senador Fabiano Contarato, pelo Senador Paulo Paim, pela eminente Senadora Rose de Freitas, pelo Senador Wellington Fagundes e pela Senadora Mara Gabrilli.

Conforme os arts. 235, 252 e 281 do Regimento Interno do Senado Federal, é facultado ao Plenário o exame do Projeto de Lei 4.392, de 2021.

Em relação aos aspectos formais, não há óbice de constitucionalidade na propositura, uma vez que a Carta Magna determina que compete à União o estabelecimento de diretrizes para os transportes urbanos. Determina também as diretrizes da assistência social aos idosos e o seu direito à gratuidade no transporte coletivo.

Além disso, seu mérito é indiscutível. De fato, o sistema de transporte coletivo urbano, nas cidades e no Distrito Federal, já vinha de uma situação financeira precária, decorrente de um processo histórico de crescente descompasso entre as suas receitas e despesas. Sofreu um impacto agudo com a queda de arrecadação por conta da pandemia da covid-19.

Nesse sentido, Srs. Senadores, caso o sistema de transportes coletivos entre em colapso, um dos grupos que mais iria sofrer com o fim desses serviços seria justamente dos idosos e daqueles que gozam de gratuidade nesse sistema, por força do art. 230, §2º, da nossa Carta Magna, e daqueles mais humildes.

Para evitar essa catástrofe, o projeto analisado propõe a criação do Programa Nacional de Assistência



à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (Pnami), de forma a garantir os recursos públicos necessários à saúde financeira desse importante serviço público.

Ressalte-se que a proposta conta com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos, aqui representada, que fez chegar o Ofício Circular nº 2, de 2022, assinado por seu Presidente e Prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira Filho, no qual afirma que esta entidade “debateu exaustivamente o tema e apoia o PL 4.392/2021, por ser o único que contribui efetivamente para a mitigação da crise atual, na medida em que aporta recursos diretamente nos sistemas” de transporte público local e que “o cenário exige celeridade, inclusive, para assegurar os salários de motoristas e cobradores e trabalhadores do sistema de transporte urbano, evitando interrupções nos serviços e transtornos aos consumidores”, com greves que impõem grande sofrimento ao povo brasileiro.

A despeito de seu mérito, contudo, são necessárias algumas emendas para aperfeiçoar o texto do projeto, conforme passaremos a analisar. E aqui, Sr. Presidente, eu quero agradecer a todos os Líderes, quero agradecer ao Senador Alessandro, quero agradecer à Senadora Eliziane, à Senadora Leila, à Senadora Simone Tebet, ao Senador Nelsinho, ao Senador Alexandre Silveira, a todos os Senadores com os quais discutimos, ao Senador Paulo Paim, com quem discutimos largamente o projeto.

Em relação às emendas apresentadas pelos Srs. Senadores, é necessário suprimir o art. 6º do projeto de lei, como propõem as Emendas 1, 2, 4, 5 e 6, todas acolhidas, Sr. Presidente, uma vez que o projeto, à guisa de buscar justa contrapartida da União pelo benefício criado pelos Constituintes de 1988, não pode, não deve e não irá retirar direitos dos idosos, não só por uma questão de justiça, como até mesmo por possível vício de inconstitucionalidade.

Acatamos a Emenda nº 3, do ilustre Senador Paulo Paim, que dá nova redação ao inciso I do art. 1º do PL. A forma redigida originalmente, ao citar direito à assistência social, poderia provocar interpretação indesejada, como a de ter o custeio da gratuidade com recursos da assistência social, destinada ao atendimento das pessoas com deficiência e idosos carentes. Esse apontamento foi feito por diversos Senadores e acolhemos o aperfeiçoamento.

Acatamos também a Emenda nº 7, da eminente e nobre Senadora Mara Gabrilli, que visa a garantir que os idosos não terão seus benefícios suspensos, ainda que não ocorra o repasse dos recursos de que trata este projeto.

Apresentamos também emendas de Relator. A primeira delas incide sobre o art. 5º e visa incluir os municípios (e não só estados) gestores de sistemas de transporte metropolitano como destinatários dos recursos do programa, e para determinar que somente os entes federados que puderem comprovar que possuem sistemas de transporte coletivo em operação poderão receber os valores do programa.

A segunda emenda determina ampla publicidade aos montantes de recursos repassados no âmbito do Plano Nacional de Assistência à Mobilidade do Idoso, e atende a pertinente sugestão encaminhada a nosso gabinete pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

A terceira emenda, também apresentada pelo Relator, tem o objetivo de adequar o projeto de lei às exigências da legislação sobre finanças públicas. Em particular, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige, em seu art. 17, que os atos que criam despesas obrigatórias de caráter continuado, como este PL, devem ser instruídos com a estimativa de seu impacto orçamentário-financeiro e com indicação de fonte de custeio.

Quero aqui agradecer a contribuição da assessoria parlamentar do nosso gabinete, que trabalhou, juntamente com a assessoria parlamentar dos Senadores aqui já mencionados, para que nós pudéssemos ter bases de cálculo referentes e fontes de informação.

Sobre o impacto orçamentário-financeiro, estimam-se gastos da ordem de R\$5 bilhões, Sr. Presidente, por ano. Para chegar a esse número, partiu-se da população com mais de 65 anos no Brasil, 9,2 milhões de indivíduos espalhados em todos os municípios brasileiros.



Supondo que cada idoso, em média, faça cinco viagens de ida e volta por mês – é verdade que alguns desses idosos sequer usam esse sistema, outros podem usar mais, e outros podem usar menos o sistema, esta é uma média estabelecida consultando os prefeitos e os municípios como média em cada um dos municípios nacionais –, teríamos um total de 120 viagens por ano em média. Multiplicando esse valor por R\$4,50 como preço médio da tarifa do transporte urbano, chega-se ao montante de R\$4,968 bilhões.

Pela magnitude de recursos envolvidos, propomos vincular parte – e somente parte – das receitas dos *royalties* do petróleo para financiar tais gastos. Deve-se destacar que a receita de *royalties* do petróleo pertencente à União é mais do que suficiente para financiar essas novas despesas. Somente em 2021, por exemplo, a parcela dos *royalties* apropriada pela União superou R\$11 bilhões, mais que o dobro do que estava projetado no Orçamento Geral da União. Portanto, ao estabelecer que o petróleo gera outras receitas, como a participação especial, o bônus de assinatura no pré-sal, as receitas com óleo excedente do regime de partilha de produção, a PPSA, o programa deverá gastar somente uma ínfima fração daquilo que o Governo arrecada a partir do petróleo, e sendo o óleo diesel o principal responsável pela oneração atual na tarifa de transporte urbano.

Em síntese, promover a vinculação com as receitas dos *royalties* de petróleo, além de permitir que nos adequemos à legislação que dispõe sobre o equilíbrio das finanças públicas, evita que, anualmente, o Congresso tenha de discutir e deliberar sobre um gasto que, consensualmente, é meritório para subsidiar a gratuidade aos idosos.

Por último, é necessário oferecer um horizonte temporal. É claro que esse plano tem que ter um período, um tempo para se extinguir, pelo seguinte: nós esperamos que a política pública nacional, seja a do preço do petróleo, seja a de tributação sobre os combustíveis, possa apontar um novo caminho para o Brasil, com a redução do preço desses combustíveis que são a base da nossa economia, seja no transporte urbano, seja no transporte da nossa produção, seja no transporte da segurança alimentar. O impacto no preço do feijão, do arroz, do milho, de toda a nossa cesta básica, tem como premissa um tema que nós estamos, neste momento, debatendo no Senado da República, que é o preço do petróleo e a tributação sobre os combustíveis. Nós haveremos de deliberar, em breve, no Senado, e, espero, de forma afirmativa e não apenas autorizativa.

Portanto, entendemos que é necessário estabelecer um marco temporal. Para isso, estabelecemos, além do ano de 2022, mais dois anos apenas para que esse subsídio seja realizado nos municípios e para atender a mobilidade dos idosos. O programa vigorará, portanto, durante três anos.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.392, de 2021, aprovadas as emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, e, na forma da Emenda nº 1, aprovadas as Emendas nºs 3 e 7, e apresentadas as seguintes emendas de Relator...

Sr. Presidente, eu peço dispensa de ler as emendas apresentadas pelo Relator porque já foram analisadas e estão publicadas no *site* do Senado da República, são do conhecimento de todos os Srs. Senadores.

Portanto, é este o parecer: pela aprovação. E eu peço o voto dos nossos Senadores e das nossas Senadoras para fazermos justiça aos nossos idosos neste país. (*Palmas.*) **(Íntegra do Parecer nº 22/2022-PLEN-SF - Vide Item 2.2.4 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

O parecer é favorável ao Projeto e às Emendas nºs 3 e 7, favorável às Emendas nºs 1, 2, 4, 5 e 6, na forma da Emenda nº 1, com as Emendas nºs 8 a 12, do Relator.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.



Por videoconferência.) – Presidente Rodrigo Pacheco, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar a grandeza, a clareza, tanto do autor, Senador Nelsinho Trad, em parceria com Senador Giordano, quanto o trabalho brilhante feito pelo Relator, Senador Eduardo Braga.

A preocupação que eu tinha, claro, é os idosos, os aposentados. As suas entidades me ligaram, como a Cobap e tantas outras. O Senador Eduardo Braga me deixou muito tranquilo, o Acir também, os dois, com quem falei diretamente, de que as emendas – não só a minha, a do PT, mas a de outros Senadores – seriam todas acatadas de forma tal que não trouxesse nenhum prejuízo para os idosos e para os aposentados, como é o caso do cadastro. Ele informou, inclusive, que os próprios prefeitos entendiam, também, que não havia aquela necessidade, como também o transporte coletivo. Aí criava todo um choque semiurbano.

Feito esse entendimento, eu queria dizer que votaremos favoravelmente, cumprimentando o trabalho daqueles que tiveram a iniciativa, o Senadores Nelsinho Trad e o Giordano, e o belo trabalho realizado pelo Senador Eduardo Braga.

Meus cumprimentos.

E eu quero também cumprimentar, Presidente, me permita, o Prefeito da capital, Sebastião Melo, que, por diversas vezes, fez contato comigo. Eu disse: "Olha, estou tentando ajeitar as emendas, vou levar para a bancada, mas a tendência é o voto favorável".

Por isso tudo que já falei, voto favoravelmente. Isso é uma vontade, eu acho, entendo eu, não acho, de todos os Prefeitos do Brasil, independentemente de partido.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero parabenizar o nosso Relator e parabenizar a mobilização dos Prefeitos aqui, que estão firmes na pressão democrática sobre o Relator.

Paulo Paim, faltou falar aqui no Prefeito de Canoas, que está bem aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – É o Prefeito Jairo, de Canoas. Ele não está aí, não. Está?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Saiu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Já saiu. Foi embora mais cedo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, permita-me dialogar com o Relator, uma vez que nós temos um destaque que trata... Ele já me fez esse esclarecimento, mas eu quero fazer um esclarecimento público para dialogar também com os setores que possivelmente poderiam ser prejudicados.

Aqui se trata do cobertor curto, beneficiar uma questão tão importante, que é a questão dos negros, mas não pode trazer prejuízos para a educação e para a saúde, que é o caso dos *royalties* que tratam disso.

V. Exa. me disse que houve um aumento e há um grande resultado sobre essa questão dos *royalties*. Portanto, não prejudicaria os setores de educação e saúde, o.k.?

No entanto, há a questão do teto. A questão é a seguinte: esses *royalties* vêm da União ou vêm do que é dos estados e dos municípios?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – União.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, o nosso destaque, Presidente, trata do art. 7º da lei e, como diz a Constituição, serão destinados



exclusivamente para a educação pública e como prioridade para a educação básica e para a saúde. Vossa Excelência acrescentou aí "e para a mobilização dos idosos". A pergunta, para esclarecimento de V. Exa., é para dizer o seguinte: isso prejudicaria ou tiraria um pedaço da educação e da saúde para atender aos idosos, etc.?

É esse o nosso questionamento. No entanto, como já encaminhou o Senador Paulo Paim, nós votaremos "sim", só queremos que fique clara, esclarecida essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, eu posso esclarecer ao Senador?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Pode, perfeitamente.

Com a palavra o Relator e, na sequência, o Senador Oriovisto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Eu quero agradecer ao eminente Senador Paulo Paim pelas palavras, em busca do entendimento, e dizer ao nobre Senador Paulo Rocha que, sem a fonte específica de financiamento, nós estaríamos desrespeitando a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, nós estamos apontando um recurso de *royalty* no momento em que o barril de petróleo está em torno de US\$100, enquanto que a estimativa que o Governo vinha trabalhando era de US\$45. Isso tudo aponta para um excesso de arrecadação nos *royalties* de petróleo que não impacta, obviamente, no custo dos combustíveis, porque o *royalty* é sobre o óleo produzido de petróleo e sobre o gás natural produzido do petróleo. Esses impostos são importantes para a União, para o estado e para os municípios e creio que, durante três anos, eles terão uma função fundamental: garantir a mobilidade dos idosos sem que isso impacte – e aí era a preocupação do Senador Paulo Paim –, ao deixar a expressão de "interesse social", que o recurso viria da seguridade social, tirando dinheiro inclusive dos aposentados, dos idosos e daqueles que têm benefício continuado na previdência.

Portanto, entendemos nós que apontarmos um valor fixo de R\$5 bilhões através dos *royalties* nos anos de 2022, 2023 e 2024 não implicará em prejuízos aos demais setores, sejam educação ou saúde, principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, eminente Relator.

Para discutir, pede a palavra...

É pela ordem ou para discutir, Senador Petecão? (*Pausa.*)

Para discutir?

Já passo a palavra a V. Exa.

Para discutir, Senador Oriovisto...

Só a lista de inscrição para discussão: Senador Oriovisto Guimarães, Senador Acir Gurgacz, Senador Lasier Martins, Senadora Eliziane Gama, Senador Alessandro Vieira, Senador Sérgio Petecão e Senadora Simone Tebet.

Senador Oriovisto Guimarães, para discutir.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, quero cumprimentar o Relator, Senador Eduardo Braga e dizer que a nossa recomendação para que aprovemos esse projeto é de suma importância. Todos os Prefeitos do Brasil estão esperando que esse projeto seja aprovado.

Hoje, já pela manhã, ligou-me o Prefeito de Curitiba, Prefeito Rafael Greca, a quem eu cumprimento aqui, nesta sessão, e que igualmente, como os outros prefeitos que aí estão, pediu o apoio dos Senadores



do Estado do Paraná no sentido de que aprovemos este projeto pela situação dos transportes municipais, que é complicada, e o projeto vem em boa hora.

É claro que, nessa questão dos *royalties*, como bem disse o Senador Eduardo Braga, o preço do barril, hoje, está em torno de US\$100; nada impede que daqui a um ano esteja em torno de US\$40. Vai ser um problema de ajustar realmente aquilo que existir de *royalties* para financiar esse projeto.

Mas acho extremamente factível, quatro bilhões e oitocentos e poucos milhões são mais ou menos o equivalente ao que nós aprovamos para o fundo eleitoral. Então, eu acho que aprovarmos isso para o transporte municipal para as pessoas da terceira idade é extremamente louvável.

Parabenizo o autor, parabenizo o Relator e já aproveito para orientar o meu partido no sentido de que votemos todos "sim" a este importante projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Para discutir, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras., e Srs. Senadores, caro colega Senador Eduardo Braga, que muito bem relata esse projeto, meus cumprimentos aos autores.

Essa é uma matéria importantíssima, que V. Exa. conhece muito bem.

Nós temos dois ganhos com esse projeto: primeiro, a manutenção e a continuidade do atendimento aos idosos. Isto é de fundamental importância: desburocratizar o máximo possível, para que todos os idosos possam ter acesso ao transporte público. Mas temos um outro ganho também, tão importante quanto, pois, hoje, quem paga essa conta é o trabalhador brasileiro, porque está embutido na planilha o custo desse transporte dos nossos idosos. A partir da aprovação desse projeto, sairá da planilha e nós teremos a possibilidade – e aí as prefeituras o farão – de ou diminuir o preço das passagens, ou de não deixar que elas aumentem, pois o subsídio será do Governo.

Essa é uma coisa que não pode ser apenas por três anos, Relator, Senador Eduardo Braga – e cumprimento o autor, Senador Nelsinho Trad, pela brilhante ideia de fazer esse programa –, deve ser permanente, para que nós possamos tirar, em definitivo, esse custo da planilha, pois quem acaba sempre pagando essa conta é o trabalhador que paga a passagem por inteiro; é o trabalhador que não tem o vale-transporte; é o trabalhador, aquele que não tem o emprego garantido.

Portanto, eu encaminho, pela Bancada do PDT, o voto "sim", parabenizando os autores e o Relator pela brilhante matéria e pelo brilhante relatório, Senador Eduardo Braga.

Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria acrescentar, eminente Senador Acir Gurgacz, que, hoje, já há um subsídio no transporte urbano que é arcado exclusivamente pelos municípios brasileiros.

Os municípios, hoje, já pegam recursos das suas receitas, seja de IPTU, seja de ISS, e, em vez de aplicarem na educação, em vez de aplicarem na saúde básica das cidades brasileiras, estão sendo obrigados a subsidiar o transporte urbano para que isso não exploda no país, como já aconteceu em 2013, quando um pequeno reajuste na passagem acendeu a fagulha e colocou 2 milhões de brasileiros nas ruas, protestando e reivindicando novos direitos.

Portanto, nós estamos vivendo um momento de extrema dificuldade. Por quê? Porque os municípios estão suportando esse subsídio sobre a passagem. Em algum estado, aqui e acolá, há uma ajuda do governo estadual, principalmente para as capitais; para o interior, nem imaginar.



Agora, com esse subsídio, que é nacional, nós vamos abrir um espaço para que nós possamos construir políticas públicas. Nós estamos discutindo, no Senado, e saberemos, pelo diálogo, pela construção, encontrar um caminho para a política de preços do petróleo e para a política de tributação dos combustíveis brasileiros, que também chegou no seu modelo extremo.

Não é possível ter alcançado o volume de excessos de arrecadação que os estados, municípios e a União alcançaram em cima do coitado do cidadão, que não aguenta mais pagar gasolina a R\$7, óleo diesel a mais de R\$6, e, no interior deste país, chega a R\$8. Portanto, quando colocamos temporalmente, é para que tenhamos a capacidade de construir uma política pública nacional que garanta estabilidade para o transporte urbano, para as cidades e para a mobilidade de idosos neste país.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Para discutir, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para discutir.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Olha, falar depois do Senador Acir Gurgacz é um pouco mais fácil, porque aqui no nosso meio há um homem que é do ramo, um empresário do transporte coletivo.

Quero me congratular com o relatório adequado, brilhante, do Senador Eduardo Braga e dizer que nós não podemos, por uma questão de responsabilidade, deixar de aprovar essa matéria. Ela nos sensibiliza, porque a crise do transporte coletivo é gritante. E não preciso falar das demais capitais, porque é a mesma coisa que nós vemos na capital do meu estado, Porto Alegre.

Aliás, o meu Prefeito de Porto Alegre, que aqui está, tem agido intensamente no sentido da aprovação: Sebastião Melo. Chegou a me dizer que hoje recuou para mais da metade o número de passageiros no transporte coletivo, que não tem como se aguentar. É problema do preço dos combustíveis, é a concorrência dos aplicativos, é a idade dos beneficiários que nós estamos procurando aqui socorrer, 65 anos, de modo que repito a palavra que eu entendo como sendo essencial: a nossa responsabilidade com essa votação, para minorar um dos grandes problemas que estamos vivendo, que é o caos no transporte coletivo.

Eu me congratulo com Edvaldo Nogueira, o Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, com os demais Prefeitos que estão aqui, que, com suas presenças, refletem a premência de aprovação dessa matéria. E eu acho que é o que vamos fazer dentro de alguns instantes, não é, Presidente?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Para discutir, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga pelo brilhante relatório e dizer, Senador, que essa é uma pauta muito importante e pertinente no Brasil. Dentre vários elementos, eu destacaria o momento que a gente está vivendo no Brasil, de aprofundamento, infelizmente, da pobreza, do aumento da desigualdade social, do nascimento, infelizmente, de novos pobres. Nós temos hoje os ricos mais ricos no Brasil e tivemos um aumento preocupante do fosso entre ricos e pobres no Brasil. Isso acaba trazendo uma redução da capacidade de sobrevivência desses idosos, porque é muito claro, por exemplo, o aumento de um percentual significativo das pessoas negras, indígenas e pobres que morrem relativamente em número maior antes dos 60 anos de idade, em relação, por exemplo, ao homem ou à mulher branca. Isso realmente é muito preocupante.

Ou seja, nós avançamos no Brasil com o Estatuto do Idoso e eu vejo que, nesse momento de pandemia, quando os problemas econômicos também se aprofundaram, um projeto dessa natureza é fundamental para garantir essa sobrevivência da população idosa, que às vezes não consegue nem mesmo se locomover.

A gratuidade do transporte do idoso foi um avanço importante no Brasil e uma conquista da qual a gente jamais pode abrir mão.

E o projeto de V. Exa., o relatório de V. Exa. é de um projeto que vem com muita inteligência; ele



não reduz o recurso da educação nem da saúde. Ou seja, ele pega um dinheiro que, em tese, estava lá reservado em sobra, para fazer um investimento em uma área que é vital, que é exatamente o atendimento à população idosa.

E aí eu queria cumprimentar as duas bravas amigas, a Senadora Mara Gabrilli e a Senadora Rose de Freitas, que o aprimoraram ainda mais com suas emendas. A Senadora Rose vem desburocratizar, porque imaginem só o que é você fazer um cadastro com antecedência.

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O que que isso, na verdade, significa do ponto de vista de tempo e de desperdício e de desestímulo, para se ter acesso a esse benefício? Ela retira, na verdade, o cadastro prévio, e a Mara Gabrilli diz: "Olha, por mais que falte lá o dinheiro, o benefício não pode acabar para o idoso". Ou seja, elas aprimoraram, é uma contribuição importante da Bancada Feminina.

Parabéns a V. Exa. pelo relatório e, já aproveitando aqui a discussão, faço também o encaminhamento favorável pela Bancada Feminina a esse importante projeto, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Presidente, só para fazer justiça...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... justiça, Senadora Eliziane, ao trabalho de todos os Senadores, inclusive da Senadora Rose e da Senadora Mara Gabrilli, eu quero aqui destacar o papel, a importância da Frente Nacional dos Prefeitos, que, por motivo próprio, inclusive, me procurou, porque a grande dificuldade para avançar nesse projeto era o cadastro prévio, que poderia ser um cerceador do direito do idoso, e nós construímos, a partir de uma proposta da Senadora Rose, minha, da Senadora Mara Gabrilli etc., um grande entendimento com a Frente Nacional dos Prefeitos.

Portanto, eu creio que hoje o Senado da República está dando um passo importantíssimo, no sentido de fazer com que o direito do idoso seja assegurado, com que o direito constitucional do idoso seja assegurado e, por outro lado, com que os Municípios possam assegurar estabilidade econômica e financeira no modelo de transporte coletivo, enquanto nós encontramos uma solução para a política pública dos combustíveis e do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Para discutir, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar o trabalho realizado pelo Relator, Senador Eduardo Braga, que, com muito critério, com muita qualidade, removeu todos os obstáculos que tinham sido identificados no texto original; garantiu que seja aplicado, como solução paliativa, o recurso com fonte indicada, com preservação daquilo que está estabelecido na Lei de Responsabilidade, na nossa Constituição; a prioridade e o foco para aquilo que é mais urgente: evitar o agravamento da situação financeira de quem mais precisa.

Quero parabenizar a frente de prefeitos pela mobilização através do conterrâneo, o Prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira. Todas as propostas apresentadas pelos Prefeitos foram acatadas, foram bem recebidas, na compreensão de que essa é apenas uma etapa de passagem.

Temos problemas mais sérios, mais graves, que inviabilizam o modal hoje estabelecido para o transporte público brasileiro. E, para tratar disso, Sr. Presidente – V. Exa. sabe melhor do que ninguém –, é a reforma tributária o caminho adequado para garantir financiamento suficiente para as prefeituras e



governos, para que a gente possa ter um transporte necessariamente subsidiado, porque é de interesse da sociedade, de interesse do meio ambiente e de interesse do Brasil.

Parabéns a todos os envolvidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu estava ouvindo o relatório do Senador Eduardo Braga e vendo aqui essa legião formidável de Prefeitos que representam, sem dúvida nenhuma, no mínimo, os 27 Prefeitos de capitais no Brasil fora das cidades consideradas da região metropolitana, que tem mobilidade urbana, transporte coletivo, e eu fiquei lembrando da história do nosso partido, Eduardo Braga. Eu acho que esta sessão vai, de alguma forma, entrar para os *Anais* da Casa como uma sessão em que o MDB não resgata, porque nunca deixou de ser, mas confirma o seu papel de partido municipalista.

O projeto tem a autoria do Senador Nelsinho, que já foi do MDB, Prefeito pelo MDB, e coautoria do Senador Giordano, do MDB. Relatado por V. Exa., que é do nosso partido, o nosso Líder, tendo aqui à frente, entre tantos Prefeitos que eu saúdo, os dois Prefeitos de duas das maiores cidades do Brasil – São Paulo e Porto Alegre –: Sebastião Melo e Ricardo Nunes. Isso mostra que o MDB é um partido de raiz, um partido municipalista que sabe que as pessoas moram nas cidades. E sabe, porque ajudou a formar e a fazer a Constituição Cidadã, que ela foi injusta com os Prefeitos e com os municípios brasileiros.

O Senador Alessandro foi muito feliz. Nós resolvemos parte do problema hoje. Parte do problema todos nós do Senado vamos ajudar a resolver. Mas o maior problema é aquele que precisa ser resolvido de fundo é revermos, ao lado da reforma tributária, o pacto federativo.

Eu fui Prefeita e reeleita Prefeita. Tive o privilégio de ser a primeira mulher Prefeita da minha cidade natal. Fiz parte como diretora da Confederação Nacional dos Municípios. Briguei pelo 1% do FPM, pela taxa de iluminação pública. Nós discutimos essas questões. Mas isso é enxugar gelo.

Nós temos 80% dos serviços públicos no Brasil de responsabilidade dos Prefeitos. Não é só contabilidade fiscal que bate na porta dos Prefeitos.

(Soa a campanha.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É contabilidade política da mãe que não tem o teto para morar e pede uma casa popular, daquele que não tem asfalto na porta, da criança que morre na infância por falta de saneamento básico. Oitenta por cento dos serviços públicos, de acordo com a Constituição, é de responsabilidade dos Prefeitos, e na conta nós não temos a desconcentração dos recursos. Dezesseis por cento de todo o orçamento fica para que eles possam suportar 80% dos serviços públicos essenciais.

Então, ao parabenizar V. Exa., sim, pela capacidade – não é como meu Líder; é pela capacidade, pelo diálogo, pela convergência, ouvindo e acatando as emendas necessárias para equilibrar esse projeto –, faz-me aqui apenas crescer que V. Exa. seja o Relator dos próximos projetos que venham a esta Casa, para que nós possamos tirar do papel o discurso teórico de mais Brasil...

(Soa a campanha.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... menos Brasília. Isso tem que vir, na prática, com projetos como este. Então, parabenizo V. Exa.



Desculpem-me, mas assim fazendo uma homenagem num saudosismo de quem já foi Prefeita e continua municipalista.

Obrigada.

E parabéns, Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Para discutir, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Para discutir.) – Presidente, na mesma linha da colega que fez uso da palavra, eu queria também parabenizar o nosso querido Relator, o Senador Eduardo Braga, por ter tido a sensibilidade e ter entendido o apelo da Frente Nacional dos Prefeitos.

Eu me sinto um Parlamentar também municipalista, até porque as pessoas moram é nos municípios. A gente fala muito do estado, mas é nos municípios que as coisas acontecem.

E aqui também queria parabenizar os Prefeitos. Estou muito orgulhoso do Prefeito da minha capital, que está aqui presente, meu amigo, meu parceiro, Tião Bocalom. É o Prefeito da nossa capital Rio Branco. Tenho visto um esforço... Nós tínhamos um problema de transporte público em Rio Branco que era um caos, e o Bocalom teve a coragem de fazer esse enfrentamento. Graças a Deus, nós avançamos, e avançamos muito, porque era um transtorno total, e ele teve a coragem. E eu penso que esse projeto... Nós estamos falando de R\$5 bilhões. Eu fazia uma conta com ele e com os colegas Prefeitos. Grosso modo, nós estamos falando que Rio Branco poderá receber em torno de R\$600 mil/mês. Isso é um valor razoável, que vai ajudar, e ajudar muito, o transporte público no Acre.

E o mais importante do projeto é que vai ajudar as pessoas que mais precisam. Eu acho que esse é o foco.

Então, as minhas palavras são de gratidão ao Relator e quero parabenizar a V. Exa., Presidente, também por ter tido a sensibilidade em pautar esse projeto na tarde/noite de hoje.

Parabéns Bocalom! Nota dez!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Petecão.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade. Quero também, na mesma linha, parabenizar o meu querido Eduardo Braga por ter acatado a emenda, mantendo a extensão do benefício aos brasileiros e brasileiras idosos, também cumprimentando o nosso amigo Giordano, Nelsinho Trad, da autoria e da relatoria.

Agora eu queria aproveitar este momento, Sr. Presidente, para dar aqui um depoimento. Todos sabem, os colegas sabem, que eu costumo dizer que eu tenho duas missões na minha vida, que é ser policial e ser professor – eu estou como Senador –, e hoje esta Casa deu um passo muito importante.

Eu trabalhei por 27 anos como delegado de polícia, atendendo a ocorrências. Via a dor e o sofrimento daqueles policiais militares. O policial é o primeiro garantidor de direitos. Ele não é violador de direitos. Ele é garantidor de direitos. Ele vive em circunstâncias muitas vezes deploráveis, mora em locais onde o índice de violência é altíssimo, afeta o seu fator psicológico, afeta o relacionamento familiar, e hoje aqui nós aprovamos o PLV 1, que institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais de Segurança Pública.

Quero aqui aproveitar este momento pra agradecer ao querido Senador Marcos do Val, que também acatou uma emenda para estender isso para os agentes de trânsito.

A população não sabe diferenciar qual é a função de um policial militar, de um policial civil, de um policial rodoviário, da guarda municipal, mas a segurança pública é direito de todos e dever do Estado.

(Soa a campanha.)



O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Isso não sou eu que estou falando, está lá no art. 144. Já que o Estado avocou a *persecutio criminis*, o *jus puniendi*, para evitar a justiça privada, esses policiais, que são guerreiros... E falo isto, volto a falar: eu passei por anos dentro de plantões, delegacias superlotadas, local que era para 16 presos ter 140, controlar rebelião, e aí nós temos este passo importante.

Eu fico muito feliz quando este Senado tem a empatia de se colocar na dor do outro. Colocar-se na dor do outro é entender que todos esses agentes que fazem parte das forças de segurança pública, seja Polícia Civil, seja Polícia Militar, seja Polícia Rodoviária Federal, seja Polícia Federal, seja Guarda Municipal, todos, estabelecidos lá no art. 144, tenham dignidade, porque a dignidade...

(*Soa a campanha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... profissional passa obrigatoriamente pela dignidade salarial, por uma qualidade de vida. É essa qualidade de vida que almejo para toda a população brasileira.

O que nós não podemos, meu querido Eduardo Braga, é fechar os olhos para os dados da Pnad agora, do IBGE, que falam que 80 milhões de brasileiros estão em situação de pobreza e de extrema pobreza; 25 milhões de desempregados, subutilizados.

É preciso que este Senado tenha, cada vez mais, a empatia de se colocar na dor do outro.

Eu estou muito feliz. Falo isso e fiz questão de fazer este registro aqui porque eu sou policial e sei como nós passamos lá na linha de frente. Eu volto a falar que o policial que está lá na ponta, lá no calor do acontecimento, que, muitas vezes, evita demandas judiciais, que soluciona conflitos de interesses, é o principal garantidor dos direitos constitucionais estabelecidos na Constituição Federal.

Muito obrigado.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Para discutir, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu só quero parabenizar o nosso querido Senador Nelsinho Trad, pela autoria deste projeto tão relevante e importante, e o nobre Senador e amigo Eduardo Braga, que, como sempre, com muita competência, soube relatar este belo projeto.

Reparo aqui um pouco neste *slogan* de que eu não gosto: "Mais Brasil, menos Brasília", porque o *slogan* correto seria "Mais Brasil, menos União", porque Brasília não tem nada com isso. Seria o Governo Federal. Brasília não é Esplanada. Brasília são 3,1 milhões de habitantes, são 33 regiões administrativas. Aqui do lado, a 15 km, nós temos, na Estrutural, em Santa Luzia, pessoas morrendo de fome. Então, Brasília não é isto que está aqui na Esplanada. No *slogan*, não combinava "Mais Brasil, menos União", ficaria um negócio muito ruim. Então, botaram Brasília nesse negócio. É só para corrigir.

Eu tenho visto, no Brasil e em Brasília também, um tratamento muito ruim para os idosos em relação ao transporte. É muito comum os ônibus passarem e deixarem os velhinhos – e eu me incluo agora, já tenho 65 também –, que ficam nas paradas, porque não param.

Então, além de agora ajudar o município, acho que é justo, e os estados, a gente vai também dar mais dignidade ao idoso, que precisa ter dignidade. E não estão tendo não é só no transporte, mas, no transporte, é visível.

Na medida em que esse idoso agora passa...

(*Soa a campanha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... a contar



para efeito de recurso, aí valorizam, porque a parte do corpo humano que mais dói é o bolso. Sempre foi falado isso.

Então, além do mérito de você subsidiar os estados e os municípios, também se dá mais dignidade ao idoso.

Quero parabenizar o Senador Eduardo Braga, o nosso querido Nelsinho Trad e também o Presidente, sempre pautando essas matérias tão importantes para o país.

Obrigado, Presidente.

Já orientando pelo PSDB, o voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Próximo orador inscrito, para discutir, é o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, faço questão de cumprimentar os Srs. Prefeitos das nossas capitais aqui presentes, começando pelo Prefeito Ricardo Nunes, da maior cidade do nosso país e da América Latina, São Paulo; o Prefeito Sebastião Melo; o Prefeito Tião Bocalom, de Rio Branco, aqui presente também, capital da minha Amazônia, onde os rios nascem, Macapá e Belém – não é, Edmilson? –, onde os rios da Amazônia deságuam; o Prefeito Bruno Reis, de Salvador; o Prefeito Edvaldo Nogueira, de Aracaju; e, em especial, permitam-me, o meu querido companheiro, amigo, camarada de muitas datas Edmilson Rodrigues.

Acho que eu vou um pouco aqui, talvez denunciar o Edmilson, mas a minha formação política se deve muito ao Edmilson, o começo da minha militância política se inicia, inclusive, com os ensinamentos do Sr. Edmilson. Então, permitam-me, Srs. Prefeitos, fazer esse registro. E é uma satisfação ver o Edmilson, Prefeito da capital irmã da minha Macapá, de Belém, que tem tanta relação com todos nós amapaenses, sobretudo, vê-lo bem de saúde. O Edmilson, como os senhores sabem, atravessou uma pesada fogueira, recentemente, em decorrência da covid-19. E é muito bom vê-los, em especial ver o Edmilson bem e com saúde, pela minha relação de amizade de muito tempo.

Sr. Relator, em primeiro lugar, eu quero cumprimentá-lo, inclusive pela capacidade que o senhor tem, Senador Eduardo Braga, de ter ajustado este financiamento, com recurso dos *royalties*, sem penalizar os recursos da educação e da saúde, como acabou aqui de esclarecer. Só a habilidade, que V. Exa. tem, e a experiência que tem, como ex-Ministro de Minas e Energia, como Senador há tanto tempo aqui, que poderia construir essa solução, que atende os municípios...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... – já concluo, Sr. Presidente –, mas, sobretudo, atende onde o cidadão vive. O cidadão não vive na União; o cidadão não vive no Estado, que são entes abstratos; o cidadão vive na cidade. O cidadão usa o ônibus, procura a escola, vive no bairro... Então, o primeiro resultado disso é a possibilidade que temos da redução das tarifas do transporte coletivo. É diretamente, Prefeito Ricardo, um projeto de iniciativa aqui do Congresso.

Meu caríssimo Senador Giordano e Senador Nelsinho Trad, quero cumprimentá-los pela iniciativa, assim como o trabalho do Relator que dá cabo a uma consígnia, que foi a única coisa que Jair Bolsonaro não fez, ao contrário de ter iniciado dizendo, uma consígnia inclusive inadequada, já advertida por Izalci: "Mais Brasil, menos Brasília". Foi a única coisa que não teve. Ao contrário, ainda há pouco, inclusive, alfinetou, na conta dos Prefeitos, um reajuste do piso salarial para...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... um reajuste do piso salarial dos professores para três mil e pouco, como se fosse dele, jogando para as prefeituras fazerem o pagamento. Talvez não seja... Talvez São Paulo possa dar conta disso. Agora, São Paulo deve ter dificuldade. Aracaju deve ter dificuldade. Imaginem cidades menores! Faz esse reajuste, que inclusive eu acho que deve ser mais...

Há um projeto de lei aqui apresentado, de nossa autoria, o 138, que até estabelece o piso salarial dos professores em R\$4 mil, mas com 30% financiado pela União, porque é muito fácil para o Presidente da República fazer reajuste de piso e espetar as contas nas costas dos Prefeitos. Faz para os outros.

Então, a única coisa que não foi feita neste Brasil, nesses quatro anos que, se Deus quiser – valei-me, minha Nossa Senhora –, estão terminando, nesses quatro anos de tragédia, foi diminuir o poder da União...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... foi fortalecer os municípios.

Esse exemplo do piso é um exemplo exatamente do que mostra. Ele poderia ter regulado, inclusive, o piso, garantindo o financiamento da União em 30%. Essa, não. Foi iniciativa do Congresso Nacional, daqui do Senado, de dois membros deste Senado que muito nos orgulham para valorizar onde os cidadãos vivem, onde na verdade as pessoas sentem, onde as pessoas têm o seu cotidiano. Então, nesse sentido...

E eu espero que o Sr. Paulo Guedes não se meta a vetar. Espero que ele não se meta a atrapalhar. Essa é uma ação concreta do Congresso Nacional que visa os municípios, que visa as cidades. Espero que o Ministério da Economia, o Sr. Paulo Guedes, não se meta agora a atrapalhar o que está sendo feito concretamente para os municípios, para o Brasil e não para concentrar em torno do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues. Com a palavra o Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, é apenas para concordar com o Senador Randolfe, mas dizer ao Senador Randolfe que nós redigimos de tal forma o texto imaginando já que pode haver um veto. Mas, se houver um veto, nós teremos grande capacidade de mobilização das diversas bancadas, até pela manifestação aqui de diversos Líderes, de diversos partidos, dos próprios Prefeitos para derrubar esse veto.

Agora, Sr. Presidente, eu não poderia encerrar a minha participação neste importante processo sem agradecer a V. Exa. por ter me designado Relator, agradecendo também a todos que nos ajudaram a construir um entendimento. Hoje pela manhã, Presidente, eu tinha graves e sérias dificuldades. Ao final do dia, nós estamos com um texto que é aprovado e aclamado por todos no Senado da República e por todos que tiveram acesso a esse texto. V. Exa. foi o grande comandante de tudo isso e eu não posso deixar de reconhecer. Portanto, cumprimento V. Exa. e o parabenizo por essa iniciativa.

Agora, Presidente, hoje o Brasil vive mais uma tragédia em função de desmoronamentos, em função de encostas, em função das chuvas, chuvas essas que são muito bem-vindas, mas os municípios precisam estar preparados para que essas chuvas não se transformem em mortes, em desabrigados. A falta de recursos nos municípios nos leva a essa situação repetidamente. Petrópolis mais uma vez é vítima de uma grande catástrofe ambiental.

Eu queria, Sr. Presidente, aqui, em nome do Senado da República, se V. Exa. me permite, prestar os nossos sentimentos, as nossas condolências devido às perdas de vidas que aconteceram em Niterói. O estado de V. Exa. recentemente sofreu, com essas inundações, perdas também de vidas. O Estado da Bahia... Aqui o Prefeito de Salvador é testemunha do que passou o Estado da Bahia, em vários



municípios, em função das chuvas, que são necessárias, que são bem-vindas, mas nós precisamos estar com os municípios preparados, com investimento em saneamento, investimento em segurança nas encostas, com política pública de habitação para não pressionar essas encostas com habitações inadequadas. Mas o meu sentimento maior, no dia de hoje, Sr. Presidente, é de pesar, de pesar pela perda de mais vidas de brasileiros.

Eu faço um apelo a V. Exa. para que nós possamos também incluir, na nossa agenda, uma pauta para que nós possamos assegurar aos municípios recursos para que nós possamos prevenir, evitar, excluir os brasileiros do risco de morte tão repetidamente em função das chuvas no nosso país.

No mais, é agradecer a todos os Senadores, agradecer a V. Exa., agradecer aos Prefeitos e à Frente Nacional de Prefeitos, porque acho que construímos um grande projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Senador Esperidião Amin, para discutir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu vou procurar ser o mais breve possível, até porque o projeto de lei que nós estamos aprovando por unanimidade tem dois recados muito importantes que eu quero aqui ressaltar sem ser o primeiro a deles falar.

Primeiro, o nosso Relator, Senador Eduardo Braga, deu cumprimento a um preceito da Lei de Responsabilidade Fiscal ao estabelecer fonte dimensionada corretamente para fazer face a este bônus que, há mais de 30 anos, é ofertado sem fonte.

Eu me lembro das primeiras leis aprovadas para assegurar dois assentos em transporte coletivo urbano e intermunicipal para idosos, assim como para professores em alguns casos. Nenhum desses projetos tinha fonte de recursos. Hoje nós estamos cumprindo esse dever, e compete, sim, Senador Eduardo Braga, ao Parlamento dizer qual é a origem, e este projeto, didaticamente, como V. Exa. pôde explicar, fazendo até as contas aqui rapidamente, este projeto dá uma lição de indicar a fonte procedente, ou seja, legítima.

Segundo, muito se falou aqui sobre urbanização, o mundo virou urbano, segundo a ONU, em 2007, há 14 anos, vamos para 15 anos. Passamos a ter mais moradores em cidades do que no meio rural. No mundo e no Brasil, já ultrapassamos 85% faz tempo da nossa população morando em cidades.

O transporte coletivo é essencial, e hoje nós estamos dando um primeiro passo consequente e responsável para atender uma parte pequena, mas que deve ser preferencial nesta demanda, atendendo a esta faixa etária. Eu não estou falando aqui só em causa própria, mas, evidentemente, é a faixa etária que mais cresce no Brasil, Eduardo Braga, e você também não está fora disso não, está bem próximo. Eu queria cumprimentá-lo pelo trabalho.

Eu queria endereçar também cumprimentos à mobilização dos Prefeitos aqui presentes, saudando especialmente o Prefeito de Belém do Pará. Acho que ele deve dar uma passadinha na Câmara – Edmilson, querido amigo, dê uma passadinha na Câmara –, porque a Câmara incluiu hoje como item 13 da pauta a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, que cuida da extinção dos terrenos de marinha em áreas urbanas. Pelo que eu sei, Belém do Pará tem pouco mais de 50% da sua área urbana com terras de marinha, segundo o conceito constitucional. Então, dê uma passadinha lá e ajude a fazer pressão. Sua palavra lá sempre foi muito respeitada, até quando falava da casa da mãe joana.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Esperidião Amin, pelo que eu digo, será difícil o Prefeito Edmilson ir à Câmara e não querer subir à tribuna. De fato, nós fomos colegas na Câmara dos Deputados, e ele foi um dos grandes tribunos da Câmara dos Deputados, muito combativo, muito inteligente. É uma honra recebê-lo agora na qualidade de Prefeito da cidade de Belém. Seja muito



bem-vindo V. Exa., Prefeito Edmilson Rodrigues; igualmente Prefeito Bruno Reis, de Salvador; Prefeito Tião Bocalom, de Rio Branco; Prefeito Sebastião Melo, de Porto Alegre; Prefeito Edvaldo Nogueira, de Aracaju; e meu querido amigo Prefeito Ricardo Nunes, da cidade de São Paulo. Não por outra razão, pela importância da presença de vocês, é que estão sentados na primeira fileira para ouvir o relatório que será em instantes aprovado pelo Senado Federal, da lavra do competente Líder Eduardo Braga, para o bem dos municípios brasileiros, uma medida muito justa, muito propositiva, que de fato tem todo o mérito da iniciativa da Frente Nacional dos Prefeitos, que encamparam a ideia, que trabalharam muito por isso, fizeram diversas reuniões, inclusive comigo. E as reuniões não terminam por aqui; uma vez aprovado no Senado Federal, é preciso fazê-las também na Câmara dos Deputados e, em especial, com o Ministério da Economia, que, não tenho dúvida, será sensível ao que é uma posição do Senado da República em relação a um tema que interessa sobremaneira ao municipalismo brasileiro. Então, sejam muito bem-vindos ao Senado Federal.

Eu consulto a Senadora Rose de Freitas se deseja discutir a matéria ou se está inscrita como oradora. *(Pausa.)*

Podemos votar? É porque a Senadora Rose...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, é que congelou a sua imagem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – A sua também, a nossa.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Para discutir. Por videoconferência.*) – Eu estava ouvindo.

Eu quero agradecer a oportunidade – é sobre a matéria – de poder saudar o Líder e, sobretudo, saudar a mobilização dos Prefeitos.

O Prefeito Edmilson sabe que todas as vezes em que avançamos em qualquer direção neste país foi quando o povo se mobilizou, e os senhores fazem parte dessa organização de mobilização permanente a favor da democracia e das conquistas que a sociedade precisa engendrar.

Olhem só, é histórico isto, Senador Eduardo, Senadores Giordano e Nelsinho Trad: eu fui Constituinte, nós garantimos na Constituição o que nós estamos tratando agora, nós garantimos o direito constitucional das pessoas idosas à mobilidade urbana. Vejam, estamos concretizando, realizando, através do seu relatório, que eu não diria perfeito, pois nada é perfeito nesta vida, mas que é uma concretude que nós podemos exaltar, porque foi na soma das ideias e da sua sensibilidade que nós conseguimos esse direito, garantindo até o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão do transporte coletivo e atendendo o objetivo do programa.

Quero parabenizá-lo e dizer que, veja, estou falando como uma ex-Constituinte. Tantos anos se passaram, e agora se presta atenção, muita atenção a que direitos até hoje não foram alcançados por falta de iniciativas que aconteceram através dos Parlamentares ou da oportunidade de haver um Relator como V. Exa. Então, eu quero parabenizá-lo.

E eu até quero, se me permitir, dizer que, na MP 457, muitos anos atrás também, no Governo do Lula ainda, nós falávamos o que V. Exa. falou, que é a necessidade de termos laudo, de termos a capacidade de entender as condições que os municípios têm para enfrentar adversidades como essa. É tão triste, é tão doído ver acontecer o que aconteceu, tanto outro dia, com o patrimônio, quanto com milhares, dezenas de vidas neste país. Se há uma calamidade como nós estamos vivenciando, é evidente que há fatidicamente morte de cidadãos, casas destruídas, cidades destruídas. Eu sou dedicada municipalista deste país, mas é preciso que se exija que se cumpram as leis. Essa questão de haver o laudo, de haver a capacidade de diagnosticar a cidade está na MP – não sei se o senhor se lembra, Líder – 457, que obrigava anualmente as cidades a terem esse levantamento sobre as condições para enfrentar calamidades,



tempestades, secas e tudo mais; e, sobretudo, os governos receberem; e, nessa escala de município, governo do estado e Governo Federal, haver certa prevenção para enfrentar tudo isso.

Parabenizo-o, Líder Eduardo. Vai ser candidato a governo? Não sei, mas, se for, nós vamos perder aqui a capacidade de síntese do seu pensamento e a grande colaboração que V. Exa. dá nos debates importantes desta Casa. Meus parabéns e obrigado por acatar nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senadora Rose de Freitas.

E obviamente faço um adendo ao meu pronunciamento, quando elogiei o Líder Eduardo Braga, aos autores do projeto também: o meu Líder, do meu partido, o Senador Nelsinho Trad, e o Senador Giordano, que chega ao Senado já com uma iniciativa muito inteligente. Então, o meu cumprimento a ambos os autores também do projeto relatado pelo Senador Eduardo Braga.

Podemos encerrar a discussão e passar à apreciação da matéria? (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto e as emendas, em turno único, nos termos do parecer, que é favorável ao projeto e às Emendas n^{os} 3 e 7, favorável às Emendas n^{os} 1, 2, 4, 5 e 6, na forma da Emenda n^o 1, com as Emendas n^{os} 8 a 12 do Relator.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto, com as Emendas n^{os} 1, 3 e 7 a 12. (*Palmas.*)

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.
(Parecer n^o 23/2022-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 2.2.4 do Sumário)

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Meus cumprimentos, mais uma vez, ao autor Nelsinho Trad, ao autor Giordano e também ao Relator, Líder Eduardo Braga.

Com a palavra, Líder Nelsinho Trad.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para ressaltar aos Srs. Prefeitos que aqui se encontram – os Prefeitos Bruno Reis, de Salvador, Sebastião Melo, de Porto Alegre, Ricardo Nunes, de São Paulo, Tião Bocalom, de Rio Branco, Edmilson, de Belém, e Edvaldo Nogueira, da Frente Nacional de Prefeitos – que este projeto teve a sensibilidade do Presidente da Casa, o Senador Rodrigo Pacheco, de priorizá-lo e colocá-lo na pauta, para que esse direito pudesse ser seguramente conquistado.

Quero dividir aqui os louros com o Senador Giordano, que, desde o início da matéria, sempre esteve também disposto a aperfeiçoá-la e a discuti-la.

Parabenizo também o Senador Eduardo Braga por essa iniciativa.

Quero dizer a Edvaldo Nogueira, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, que nós, graças a Deus, temos um Presidente do Senado municipalista, um Presidente que nunca faltou com o apoio às causas do municipalismo brasileiro.

Era isso o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Líder Nelsinho, que está sendo convidado a comparecer à mesa.



(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – O Senador Giordano está... Senador Giordano, por favor. *(Pausa.)*

Os Prefeitos são muito bem-vindos ao Senado. *(Pausa.) (Palmas.)*

Com a palavra o Senador Giordano.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP. Pela ordem.) – Obrigado.

Eu queria agradecer a Deus, primeiramente, aos meus nobres colegas e ao Presidente Pacheco, que muito fez para acontecer este momento aqui. Eu queria agradecer ao meu parceiro Nelsinho Trad neste projeto de lei, ao nosso grande Relator, ao nobre Relator, que com excelência explanou o nosso projeto de lei.

É a primeira vez que eu subo à tribuna neste Senado da República. Estou me sentindo muito feliz por ter aprovado o meu primeiro projeto de lei. Estou muito feliz, ainda mais por ser um projeto que beneficia o povo que muito fez: os idosos que muito trabalharam para o nosso país. No momento, não há como não discutir o assunto da gratuidade para essas pessoas que muito fizeram para o nosso país.

Agradeço a todos, a Deus todo-poderoso, ao Prefeito de São Paulo, que muito trabalhou por isso, aos Prefeitos da FNP.

Agradeço a todos e, principalmente, à mamãe Maria, a minha mãe, uma mulher maravilhosa. Literalmente, eu vim do *hot dog* ao Senado da República.

Agradeço a todos. Muito obrigado a todos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Giordano. Meus cumprimentos, uma vez mais.

Com a palavra a Líder da Bancada Feminina no Senado Federal, a nova Líder da Bancada Feminina no Senado Federal, a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares – e vou tirar aqui a máscara, Sr. Presidente, porque estou aqui obedecendo rigorosamente às exigências sanitárias, por conta do distanciamento –, eu quero, inicialmente, cumprimentar a minha querida e diletta amiga, a Senadora Simone Tebet.

Como todos, na verdade, já têm conhecimento, eu estou iniciando hoje na Liderança da Bancada Feminina, substituindo a querida Simone Tebet, uma grande mulher, uma grande Senadora, uma combativa e guerreira defensora dos direitos da mulher brasileira, que, como todos já falaram aqui, fez história, faz história dentro do Congresso Nacional: foi a primeira mulher a conduzir a Bancada Feminina, foi a primeira mulher a ser candidata à Presidência do Senado Federal e, agora, também é pré-candidata à Presidência da República pelo PMDB.

Na verdade, Presidente Rodrigo Pacheco, quero estender os meus cumprimentos a V. Exa. V. Exa. foi eleito Presidente desta Casa, e, ao ser eleito Presidente desta Casa, apresentamos-lhe o pleito desta criação inovadora que é a Bancada Feminina. A pauta feminina se restringia ao 8 de março ou à semana de março ou, num cenário muito mais, digamos assim, benevolente, ao mês de março, mas, tão logo foi implantada a Liderança da Bancada Feminina nesta Casa, nós temos, em todos os dias do ano, em todas as semanas do ano e meses do ano, a pauta feminina em ação, numa ação implementada pelo senhor enquanto Presidente desta Casa. Isso, não há dúvida nenhuma, é um divisor de águas na política legislativa do Senado Federal.

E eu quero aqui – porque o tempo, realmente, é muito pouco – apenas colocar três pontos que nós



colocaremos em prática durante os próximos meses.

Um é a ampliação da mulher nos espaços de poder, portanto, da representação política brasileira. Prefeito Edvaldo e meu querido Prefeito Edmilson, meu colega na Câmara dos Deputados, que, inclusive, hoje, faz um grande mandato na nossa querida cidade de Belém, a nossa presença dentro do Executivo brasileiro é muito baixa ainda. Nós temos, num universo de mais de 5 mil municípios brasileiros, pouco mais de 600 mulheres, ou seja, apenas 11%. Quando você vai para os demais espaços, varia entre 12% e 13% a participação. Há uma necessidade urgente da ampliação. Nesse sentido, nós apresentamos aqui vários projetos de lei que estabelecem até de forma compulsória – porque é necessário – mandatos para as mulheres no Legislativo federal e que também criam, na verdade, uma prática para que isso fosse reproduzido nas Câmaras de todo o Brasil e também nas Assembleias Legislativas.

Também vamos trabalhar, de forma muito importante, na ampliação... E aí eu lembro a querida Leila Barros, que foi autora do substitutivo que estabelece 5% de utilização do recurso, na verdade, da segurança pública nacional, que é do Fundo Nacional de Segurança Pública, para reestruturação da rede de combate à violência contra a mulher. Nós não temos hoje delegacias estruturadas no Brasil para fazer valer a Lei Maria da Penha, para fazer a aplicação, por exemplo, da tipificação penal do feminicídio. E esse substitutivo precisa, na verdade, se tornar lei.

E aí nós estamos, Presidente Rodrigo Pacheco, pedindo duas agendas. Falei hoje tanto com a Procuradora quanto com a Coordenadora na Câmara dos Deputados. Eu juntamente com a Senadora Leila Barros vamos nos reunir na Câmara dos Deputados com o Presidente da Câmara para fazer agilizar a pauta que vem desta Casa.

Aliás, uma preocupação que me foi colocada logo de início pela Senadora Rose de Freitas, que disse: "Eliziane, a pauta do Senado Federal precisa caminhar na Câmara dos Deputados". Como também a pauta, Senadora Rose de Freitas, da Câmara dos Deputados precisa caminhar aqui no Senado Federal, obviamente dentro de uma pactuação.

Quero deixar também claro que temos caminhado, mas nós precisamos avançar ainda numa reunião que faremos com o Presidente Rodrigo Pacheco, juntamente com as nossas queridas Líderes da Câmara dos...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Quero finalizar, Presidente. V. Exa. me consiga só mais um minuto e meio para dizer que uma das pautas que vamos priorizar neste ano aqui é exatamente a garantia à dignidade e à proteção das nossas mulheres no mercado de trabalho.

É inaceitável que aquilo que nós conseguimos colocar aqui na pauta, que foi a aprovação da isonomia salarial entre homens e mulheres, tenha ido para a Presidência da República, na mesa do Presidente para ser sancionada, e tenha voltado para o Congresso Nacional. Coisa que nunca havia acontecido com nenhum projeto na história do Congresso Nacional, isso aconteceu com a isonomia salarial entre homens e mulheres. Isso realmente não pode acontecer e nós precisamos retornar esse projeto para a sanção presidencial.

Por fim, nós apresentamos uma indicação para que o Presidente encaminhe a esta Casa, porque já está na Casa Civil, exatamente a Convenção 190, da Organização Internacional do Trabalho...

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... que dispõe sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho.



Essa é uma convenção que o Brasil de fato tem que ratificar, porque o Brasil precisa ser signatário. É inaceitável assédio, é inaceitável a violência contra as nossas mulheres.

Nós apresentamos já essa indicação que será assinada por todas as nossas colegas, Senador Acir, e pediria a V. Exa. e a todos os Senadores também desta Casa que assinem, juntamente conosco, para que o Presidente da República envie a esta Casa esta convenção e ela possa ser, na verdade, ratificada, possa se tornar uma lei e evitar que numa convenção tão importante dessa o Brasil não seja signatário. Tem que ser signatário a partir da aprovação aqui nesta Casa.

Portanto, Presidente Rodrigo, peço a V. Exa. o seu apoio e dos demais colegas para dar....

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... continuidade à nossa Bancada Feminina nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senadora Eliziane.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Pede a palavra, pela ordem, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Ontem, na Presidência, eu assumi um compromisso com o Senador Paulo Paim de incluir na extrapauta uma sessão solene dos dez anos da Lei de Cotas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Qual que é essa?

Perfeitamente, já está no encaminhamento extrapauta, vamos apreciar hoje.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente, nessa linha, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Pois não, Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Obrigado.

Sr. Presidente, o PDL 25, de 2022, aprova o texto do acordo sobre a mobilidade entre os Estados-membros da comunidade dos países de língua portuguesa.

Pediria extrapauta dele para amanhã, se for possível.

Confere ao Município de Campo Grande, o PL 4.528, o título de capital do Chamamé. É uma moda musical que é muito forte na cultura campo-grandense sul-mato-grossense.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeitamente, Líder Nelsinho Trad.

Consulto o Plenário se há alguma objeção na inclusão, como itens extrapautas, na sessão de amanhã do Senado Federal, dos dois projetos. *(Pausa.)*

Então, não havendo objeção, serão incluídos na pauta de amanhã do Senado.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Líder Nelsinho.

Pela ordem, Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço a palavra pela ordem para fazer um breve comunicado.

Já assistimos a pronunciamentos de vários colegas Senadores e Senadoras sobre os problemas das políticas ambientais brasileiras e sustentabilidade. Concorro plenamente com eles. A Senadora Eliziane



Gama falou sobre o assunto; o Senador Jorge Kajuru e o Senador Eduardo Braga também citaram.

E, aqui, quero prestar as minhas homenagens e a minha solidariedade às vítimas da tragédia ocorrida no Município de Petrópolis.

Mas, Sr. Presidente, nem tudo é notícia ruim. Venho aqui a tribuna deste Plenário para falar que, hoje, uma matéria internacional, do jornal argentino *La Nación*, noticiou que a empresa Maggi, grupo genuinamente mato-grossense, pertencente à família do ex-Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, foi eleita, entre 500 empresas, a melhor empresa do mundo na gestão do combate ao desmatamento.

A Maggi concorreu com 500 *players*, sendo 350 empresas e 150 bancos, como Nestlé, Colgate-Palmolive, PepsiCo, Cargill, Johnson & Johnson, entre outras.

O levantamento avaliou a efetiva relação dos compromissos socioambientais com as práticas que as empresas conduzem.

O Brasil recebeu muitas críticas por questões ambientais, e temos uma empresa brasileira, mato-grossense, sendo reconhecida internacionalmente.

Parabéns à Maggi, parabéns aos seus acionistas e colaboradores por esse reconhecido e tão importante prêmio que traz para o Estado do Mato Grosso, mostrando que é possível aliar crescimento econômico com desenvolvimento e sustentabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Como orador inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, quero lhe agradecer pelas oportunidades que me deu hoje de falar e quero, agora, tocar em três pontos: o primeiro é me dirigir a V. Exa., na condição de Presidente do Congresso Nacional, pedindo, reforçando o pedido que outros Senadores já lhe fizeram, para convocar, o mais cedo possível, sessão do Congresso para apreciar vetos, e, entre esses vetos, eu quero priorizar os vetos à LOA.

Estou olhando aqui, do lado do meu coração, a Senadora Rose de Freitas. Ela sabe que Santa Catarina tem sérios vetos aplicados. Perdemos recursos. No último relatório do Relator, perdemos recursos com os vetos presidenciais, exatamente em infraestrutura, sendo Santa Catarina, que eu saiba, a única unidade federada, Senador Oriovisto, que está entregando dinheiro dos cofres públicos catarinenses, – R\$465 milhões – para dar velocidade às obras rodoviárias federais em nosso estado, e recebemos perda no relatório final e perda nos vetos. Então, por isso, a prioridade que eu peço para a apreciação aos vetos à Lei Orçamentária Anual.

Igualmente, à questão das micro e pequenas empresas e, também, aos vetos aplicados à Lei nº 14.285, que trata da questão da adequação à legislação urbana das contingências de poder ou não construir junto a córregos em área urbana.

Esses são os vetos que eu priorizo. E gostaria de informar a V. Exa. e ao Senador Paulo Paim em especial, mas a todos, que eu já apresentei o relatório do PL 245, que é um projeto de lei remanescente da reforma da previdência, quando muitas categorias foram desatendidas. Não quero fazer especificação nenhuma, mas nós resolvemos o problema dos mineiros de subsolo atuais, não... Atuais na época, não os que ingressaram nessa atividade de 2019 em diante, que enfrentam um limbo na sua profissão e na CLT.

E outras categorias, especialmente de transporte aéreo, seja aeronauta, seja aeroviário, agora, neste momento em que o transporte aéreo começa a recuperar a sua vitalidade – nós queremos que seja recuperada plenamente –, quanto a esse projeto de lei, o que eu peço ao Presidente é que seja encaminhado o meu parecer para as Comissões que a Secretaria-Geral da Mesa priorizar. E eu estarei sempre à disposição.

Repito: PL, Projeto de Lei nº 245, para o que eu fui designado Relator em outubro de 2019. Durante



o período de pandemia não pudemos trabalhar com isso. Eu considero que a pandemia está nos seus estertores, graças a Deus, e por isso faço esse apelo a V. Exa. Os vetos e a tramitação do PL 245.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Esperidião Amin. Fica registrado o pleito de V. Exa., considerado pela Presidência, e daremos andamento a essa solução.

Próximo orador inscrito, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente Rodrigo Pacheco; Srs. Senadores, Senadoras; telespectadores, ouvintes.

Eu quero que a minha primeira palavra seja de extensão a um abraço a uma pessoa muito prezada que neste momento, lá em Porto Alegre, Sr. Presidente, está tomando posse como Presidente da OAB do Rio Grande do Sul. Eu gostaria muito de estar lá, a família me pediu muito, mas com o compromisso de estar aqui, não poderia ter ido a Porto Alegre hoje. É Leonardo Lamacchia, irmão de Claudio Lamacchia, que há bem pouco tempo fez uma brilhante gestão como Presidente do Conselho Federal da OAB.

Então, aqueles que tomarem conhecimento saibam do meu apreço e do pesar por não estar lá; o compromisso com o Senado me manteve aqui.

Que o Leonardo Lamacchia, novo Presidente da OAB do Rio Grande do Sul, tenha uma gestão tão qualificada como tem sido a sua atuação como advogado no Rio Grande do Sul, com muitas participações nos tribunais superiores aqui em Brasília.

Outra palavra rápida que eu quero registrar aqui, antes de saudar uma boa notícia que chega para o Rio Grande do Sul, é a triste notícia da estiagem que se abate de maneira tão ruínosa para o Rio Grande do Sul. Já se manifestou hoje aqui sobre esse assunto o meu conterrâneo Paulo Paim, o meu outro conterrâneo que está aqui representando no Senado o Rio Grande do Sul, o Heinze, não é? E eu também quero registrar, porque ontem nós tivemos uma concorrida reunião, com grande presença da Bancada gaúcha, dos Deputados Estaduais, que vieram em massa para Brasília, com os Deputados Federais, em uma reunião no Ministério da Agricultura, com o Secretário-Geral do Ministério...

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – ... Marcos Pontes, mas não conseguimos até agora sensibilizar o Governo para o crédito de emergência de que os produtores rurais estão precisando.

Dito isso, eu quero registrar aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que após uma longa expectativa de oito anos, o Rio Grande do Sul está prestes a receber um grande investimento. Mais do que isso, Srs. Senadores: trata-se do maior aporte financeiro até hoje recebido pelo Estado do Rio Grande do Sul, porque em torno de R\$6 bilhões.

O valor será destinado a uma usina termoelétrica a gás no extremo sul gaúcho, na cidade de Rio Grande, o Município mais antigo do meu Estado, que recebeu os primeiros imigrantes açorianos, que dominaram o território naquela época...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – ... Então, sobre a usina: houve uma tentativa anterior com uma empresa gaúcha, que não conseguiu atender os requisitos.

Mas, agora, o grupo espanhol Cobra, experiente no ramo de usinas, com quem trataram as autoridades do estado e do município, sobretudo, o Prefeito de Rio Grande – a quem estendo a homenagem por sua



perseverança –, Fábio Branco, e o superintendente do Porto de Rio Grande, o líder empresário Antônio Estima... Todos eles, após reuniões que fizemos aqui, junto ao Ministério de Minas e Energia, nas quais estive presente algumas vezes, acabam eles de obter a licença ambiental para o projeto concebido pela Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental), do Rio Grande do Sul, depois de longo tempo de estudos.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Trata-se da licença prévia, passando o Estado a agir, a partir de agora, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a buscar o documento de outorga, que outra coisa não é senão a autorização para o início das obras, que constarão da preparação do terreno lá em Rio Grande, projeto de engenharia, um píer para receber navios, trazendo gás em estado liquefeito, as linhas de transmissão, culminando, então, ao final, com a instalação do terminal de regaseificação e a usina termoeletrica.

Com esse projeto, o Estado gaúcho se tornará autossuficiente em energia, além de poder suprir de gás as indústrias gaúchas interessadas.

Também o Rio Grande do Sul não precisará mais pagar elevadas taxas de *royalties* ao Estado do Mato Grosso, por onde chega o gás que vai para o Rio Grande...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Também esse projeto... Peço um pouquinho mais de tempo, Presidente, porque se trata de uma grande notícia que nós precisamos compartilhar com os brasileiros. Obrigado por sua tolerância e colaboração.

Esse projeto devolve à população do Município de Rio Grande e região a satisfação que foi frustrada, há alguns anos, quando o Governo do PT não se consolidou com o alardeado polo naval.

Na época, muitos investimentos foram realizados em vão, à espera do polo naval, com inestimáveis prejuízos ante o fracasso do polo causado pelo lamentável escândalo dos desvios da Petrobras.

Assim, Sr. Presidente, eu venho à tribuna para registrar a alegria do recebimento dessa licença ambiental para a instalação da usina termoeletrica a gás...

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – ... no Município de Rio Grande, um projeto que irá capacitar um grande desenvolvimento econômico e social na região sul do estado, já se anunciando que o empreendimento dará lugar entre 4 mil e 5 mil empregos.

A Aneel havia declarado que só trataria da outorga após ter a licença ambiental, o que anteontem foi conseguido, de modo que as esperanças naturais, daqui para diante, são de que o processo vai andar.

Com a usina a gás em Rio Grande, ganhará a cidade de Rio Grande, ganhará o Estado do Rio Grande do Sul e ganhará o Brasil com mais energia nacional na sua mais ampla acepção.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG. Para discursar - Presidente.) – Obrigado, Senador Lasier Martins.

Eu gostaria de me dirigir ao Plenário do Senado Federal, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, para transmitir o nosso profundo pesar pela destruição causada pelas enchentes ocorridas no Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, que, num período de apenas 24 horas, recebeu um volume de chuvas superior ao esperado para todo o mês de fevereiro, causando alagamentos e deslizamentos de terra



em toda a cidade.

Este Senado Federal gostaria de se solidarizar com o Prefeito municipal Rubens Bomtempo, com o Presidente da Câmara, o Vereador Hingo, com todos os Vereadores, com o ex-Prefeito Bernardo, com toda a população de Petrópolis por esta tragédia.

Até o momento, Senador Izalci Lucas, 78 vítimas fatais, além de dezenas de desabrigados e inúmeros desaparecidos. No último balanço divulgado pelas autoridades, haviam sido registradas 325 ocorrências, entre elas 279 por deslizamentos e o número impressionante até aqui de 78 vidas perdidas.

A cidade está com sua mobilidade comprometida, a exemplo da Rua Teresa, famosa Rua Teresa, sua principal via, que se encontra completamente tomada pela lama. Há muitas confecções na Rua Teresa. Ela está totalmente tomada pela lama, assim como outras tantas vias de Petrópolis.

Diante dessa situação, a Prefeitura decretou estado de calamidade pública, bem como luto oficial de três dias no município.

Embora a cidade de Petrópolis já possua uma cultura de resiliência às fortes chuvas, contando com sistemas pluviométricos e de sirenes, centenas de pontos de apoio à população, um importante corpo de voluntários e um núcleo de defesa civil bastante desenvolvido, essa recente tragédia parece ter superado e certamente superou todas as capacidades do município.

Segundo a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros, diversos pontos de arrecadação de doativos foram estabelecidos por toda a região, sendo o maior desafio neste momento a possibilidade de falta de água potável para a população. Mais de 180 pessoas que moram em áreas de risco já foram acolhidas em abrigos. Temos notícia também – e mais cedo falei com o próprio Governador Cláudio Castro – de que o Governador se encontra, neste momento, em Petrópolis, tendo disponibilizado os órgãos estaduais para prestar assistência aos prejudicados pela tragédia.

Cabe recordar a todos que, há praticamente dez anos – na esteira de uma tragédia ocorrida no mesmo local em 2011 –, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Nesses momentos de consternação e luto, fica claro que, a despeito dos avanços que alcançamos, há muito para ser aperfeiçoado. Em nome do Senado Federal e do Congresso Nacional, reforço nosso compromisso com a melhoria da legislação sobre a defesa civil no Brasil e a importância da constante vigilância sobre as políticas públicas de prevenção a calamidades públicas para que tragédias como essa possam não se repetir em tamanhas proporções.

Este Senado Federal, novamente, presta suas condolências a toda a população petropolitana, em especial às famílias das vítimas – repito, a nossa solidariedade muito especial e os nossos sentimentos a todos os familiares que perderam entes queridos nessa tragédia, ao Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores, ao nosso colega Deputado Federal Hugo Leal, que é de Petrópolis, com quem já me encontrei diversas vezes em Petrópolis, que é uma cidade onde eu particularmente gosto muito de estar, onde tenho muitos amigos. Portanto, fica essa solidariedade e os nossos agradecimentos ao Corpo de Bombeiros e à Defesa Civil pelo brilhante e inestimável trabalho de auxílio a todos, neste momento de luto e extrema dificuldade.

Portanto, fica esse registro em nome do Senado Federal. Abraço todo o povo do Estado do Rio de Janeiro por essa tragédia, na pessoa do nosso Governador Cláudio Castro. Certamente, Deus abençoará essas vítimas e os seus familiares. Fica esse registro.

Senador Confúcio Moura está conectado? (*Pausa.*)

Próximo Senador inscrito, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio



Senado, nosso país é um dos maiores produtores de alimentos, e nós estamos vendo aumentar ainda mais a produção no nosso país. Mas para isso, nós temos que resolver alguns problemas. E um deles é a questão dos fertilizantes.

A crise global de fertilizantes não é uma coisa passageira e nem de fácil solução. Iniciamos os debates sobre esse tema já no ano passado, em duas audiências públicas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, nos dias 21 e 28 de outubro de 2021, com a participação de diversas autoridades e especialistas dos Ministérios da Agricultura, das Relações Exteriores, de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Infraestrutura e também a participação da Embrapa, da Aprosoja e da CNA. O tema central dos debates foi a vulnerabilidade brasileira diante da dependência externa de fertilizantes, pois, conforme os dados apresentados, o Brasil precisaria importar cerca de 80% do que atualmente usa em sua produção agrícola.

Os Senadores e palestrantes propuseram diversas soluções à crise no fornecimento de fertilizantes e nos altos custos desses insumos, entre os quais destaco algumas que compõem um documento que preparamos para entregar ao Governo Federal.

O Governo deve garantir a importação de fertilizantes para as próximas safras, usando a diplomacia, novas operações comerciais...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... revisão tarifária e cumprimento dos acordos internacionais.

O Governo deve promover a exploração das jazidas nacionais de potássio, fosfato, nitrogênio, calcário e outros minérios usados na indústria de fertilizantes, incentivando a indústria nacional na produção de fertilizantes aqui, no nosso país.

O Governo deve realizar alterações tributárias para novos investimentos na produção e comercialização do insumo. Os bancos públicos devem abrir novas linhas de crédito para inovação e produção de fertilizantes nacionais. O Governo deve facilitar a produção de bioinsumos por fabricantes brasileiros; modificações legislativas e regulatórias. Por fim, elaboração e implementação do Plano Nacional de Fertilizantes, considerando que foi instituído um grupo de trabalho interministerial...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... com essa finalidade em janeiro de 2021, com prazo de 120 dias para apresentação de uma proposta prévia.

Todas as contribuições foram reunidas neste documento, que já foi distribuído aos Senadores e Senadoras membros da Comissão de Agricultura e que será entregue ao Governo Federal, ao Presidente da República e aos ministérios relacionados, para que essas contribuições possam ser incorporadas nas estratégias e ações do Governo brasileiro.

Como diagnosticamos, a crise dos fertilizantes é resultado de um choque de demanda internacional, ou seja, do aumento do consumo, confrontando com a redução da oferta dos insumos.

Esse fato tem sido agravado pelos conflitos no Leste Europeu, envolvendo a Rússia, a Ucrânia e a...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... Bielorrússia, que são grandes exportadores de fertilizantes. Esse é um problema global, agravado pela geopolítica do Leste Europeu, sobre o que temos pouca gerência, mas podemos agir, como está fazendo o Presidente da República, em visita à Rússia neste momento.



O maior problema do Brasil, no entanto, é que dependemos quase que exclusivamente de fertilizantes produzidos no estrangeiro. No caso do cloreto de potássio, nossa dependência chega a 94% da importação de outros países. Hoje, as importações brasileiras concentram-se no Canadá, com 32,5%; depois, com a Rússia, 26%; Bielorrússia, 18%; Israel, com 11%.

Entendo que a solução definitiva para esta crise é reduzirmos essa dependência. Temos jazidas com matéria-prima suficiente para suprir nossa demanda e ainda para exportar...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... temos capacidade industrial e tecnologia suficiente para isso.

Portanto, falta uma estratégia bem definida, uma política de Estado, para colocar o Brasil em condições de destaque. Esse é o nosso grande desafio.

Portanto, esse documento que estamos entregando ao Governo Federal é uma contribuição importante da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre esse tema dos fertilizantes.

Aproveito, mais uma vez, para agradecer todos os Senadores e Senadoras que participaram desse debate, assim como, todos os especialistas e autoridades do Governo Federal que estão nominadas neste documento.

Amanhã nós vamos deliberar, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para que nós possamos entregar a V. Exa., Presidente, para que V. Exa., como Presidente do Senado, possa encaminhar ao Presidente da República e aos Ministros, como uma forma de colaboração...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... dos nossos Senadores e Senadoras, componentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Item extrapauta.

Requerimento nº 23, de 2022, do Senador Paulo Paim e de outros Senadores, que solicitam a realização de sessão especial destinada a celebrar os dez anos da Lei de Cotas.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa, Senador Paulo Paim.

Item extrapauta.

Requerimento nº 40, de 2022, da Senadora Leila Barros e de outros Senadores, que solicitam a realização de sessão especial em homenagem aos 90 anos da conquista do voto feminino.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Senador Izalci, era esse o requerimento?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Requeri-



mento do Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... dos dez anos da Lei de Cotas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeito.

Então atendi V. Exa.

Está atendido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bem.

Senador Paim, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Paim.

Próximo orador inscrito, Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu aguardei até agora para fazer um apelo. O apelo é o seguinte. Nós tínhamos para hoje dois projetos importantíssimos a respeito de petróleo, a respeito de preço de combustíveis.

Eu estudei detalhadamente esses dois projetos, e tinha inclusive algumas emendas a oferecer.

Eu e meu partido queremos muito que tudo que puder ser feito, dentro da boa técnica legislativa, respeitando as leis da economia, seja feito para estabilizar o preço dos combustíveis ou, se possível, abaixar o preço dos combustíveis. Queremos colaborar com isso.

Só que está acontecendo uma coisa, Sr. Presidente, terrível. Ontem à noite, o projeto simplesmente mudou completamente. O Senador Jean Paul Prates apresentou outro projeto diferente daquele que eu estava trabalhando já há dias.

Então o que eu queria pedir a V. Exa. é que um assunto complexo como esse só seja pautado novamente pelo menos dois dias úteis após a última modificação do projeto pelo relator, para que tenhamos tempo útil de analisar, estudar e contribuir com emendas.

Então fica o meu pedido, Sr. Presidente.

Não dá para mudar, na noite anterior à que vai ser relatada o projeto, mudar completamente o projeto.

Nós Senadores ficamos sem poder colaborar.

A observação que eu faço é no sentido construtivo, de auxiliar o Senador Jean Paul Prates.

Muito obrigado pela sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Oriovisto Guimarães.

A Presidência vai levar em consideração a ponderação de V. Exa. O compromisso sempre da Presidência é estabelecer uma pauta que seja antecedente para a previsão dos projetos que serão votados no decorrer da semana.

E há uma referência no art. 10, do nosso Ato da Comissão Diretora nº 8, que diz que as proposições referentes aos itens constantes da pauta e as de natureza procedimental deverão ser apresentadas até o início da sessão, observados os seguintes prazos: relatórios, até duas horas antes do horário previsto para o início da sessão em que a respectiva matéria esteja em pauta. Portanto, duas horas antes do início da sessão.

E no item do inciso I, das Emendas, até às 15 horas do dia anterior ao da sessão em que a respectiva matéria esteja em pauta.

Então, há sempre uma observância ao que é o Ato da Comissão Diretora, aprovado e sempre praticado no Senado, mas, de fato, é uma matéria muito complexa. É sempre preciso ter a compreensão de que



matérias tão complexas eventualmente se pode excepcionar até pela boa vontade do Relator também e dos Líderes partidários. No final das contas, tudo que puder ser feito por acordo melhor será, especialmente nessa matéria.

E em relação a esses dois projetos referentes aos combustíveis, que foram adiados para terça-feira, a Presidência também garantiu a reabertura do prazo de emendamento, de modo que se terá a oportunidade pelas Lideranças partidárias, pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a oportunidade de fazer emendas em relação ao projeto até a próxima semana.

Mas fica a advertência de V. Exa., inclusive, para conhecimento do eminente Relator, que também não desconhece a complexidade desse tema.

Líder Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.)

– Presidente, eu quero corroborar com a colocação do Senador Oriovisto. É um tema muito complexo.

Eu conversei ontem com o Senador Jean Paul. Não tive condições de participar da reunião de Líderes, porque houve uma mudança do horário, mas eu quero levantar aqui uma questão muito importante.

O Senador Serra, que entende muito desse assunto, apresentou uma emenda, e eu concordo plenamente. E eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista de Investimentos Estrangeiros para o Brasil. O Brasil precisa de investimentos. E esse projeto, da forma como foi colocado no relatório, vai inibir muito os investimentos no Brasil, porque, depois de participar de um leilão... Agora mesmo: a Petrobras acabou de fazer o leilão da refinaria; só acabou investindo lá US\$2 bilhões agora, recentemente. Como é que você vai chegar para esse pessoal e dizer: "Ó, a partir de agora há imposto de 12%", 7% do imposto que não existia, que é o Imposto de Exportação? Então, a gente tem essa fragilidade.

O maior problema de investimento no Brasil é exatamente a insegurança jurídica, a insegurança política e essa instabilidade jurídica.

Então, sinceramente, se a gente pudesse fazer um esforço para votar a PEC 110, que é a reforma tributária, que eu acho que está muito mais ajustada do que essa questão dos combustíveis...

Aí, você tem um outro projeto que fala de ICMS. V. Exa., que é um jurista, sabe que há a questão dos estados e municípios, a autonomia dos estados e municípios. Então, nós vamos fazer uma lei autorizativa, porque já se pode fazer isso.

Então, é um tema muito complexo para a gente votar na terça sem um debate. Eu, sinceramente, gostaria muito de que houvesse uma audiência pública aqui. Ou na Comissão ou aqui, eu não sei, para que a gente não cometesse, em função da urgência...

Todo mundo quer diminuir o preço do combustível, não é? Eu também acho que está muito alto, até porque 80% da produção, nós temos 80% do nosso consumo na produção própria. Então, existe a questão do etanol, existe uma série de problemas que a gente tem que enfrentar, mas não dá para fazer remediando.

Eu acho que essa reforma do imposto de renda que veio para cá que está sem votar é um remendo muito mal feito, e essa questão dos combustíveis não dá para, realmente, votar na terça-feira sem um debate mais amplo. Também faço um apelo a V. Exa. para que se discuta essa questão mais detalhadamente. É muito séria essa questão desses projetos que nós estamos votando.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Como orador, passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Senadora Rose de Freitas com a palavra. (*Pausa.*)

A Senadora Rose de Freitas está conectada? (*Pausa.*)



Senadora Rose. (*Pausa.*)

Bom, Senador Eduardo Girão com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, a Senadora Rose está falando, mas está sem som.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Não, parece-me que ela não está. Eu acho que não, eu acho que é alguma outra fala.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Vamos dar a palavra ao Senador Eduardo Girão e, na sequência, nós voltamos à Senadora Rose.

Eu acho que ela não está ouvindo lá, Senador Heinze.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para discursar.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, funcionários do Senado Federal, população brasileira que está nos acompanhando agora, às 19h18min, pela Agência Senado, Rádio Senado, TV Senado...

Nós completamos agora, há pouco tempo, Senador Heinze, há cerca de uma semana, um ano que a Lava Jato foi sepultada no Brasil, a partir de uma decisão da PGR, esse encerramento forçado de uma operação que é um patrimônio do povo brasileiro.

O STJ, anteontem, decidiu, corretamente, pelo arquivamento das denúncias infundadas contra os procuradores da Lava Jato por *hackers*, na operação *Spoofing*.

Em seis anos, dez meses, 17 dias da força tarefa Lava Jato, que teve 79 fases, qual cidadão de bem do Brasil que não vibrou, que não celebrou cada uma dessas operações, que colocou, pela primeira vez na história, políticos poderosos corruptos atrás das grades, empresários poderosíssimos corruptos também condenados? Foram 195 denúncias, 244 ações penais, 1.921 mandados de busca e apreensão, 560 prisões e 981 pessoas, quase mil pessoas denunciadas.

Foram 278 acordos de colaboração e leniência em que se obteve o compromisso da devolução de R\$22 bilhões, em parcelas de até 20 anos. Até hoje, já retornaram aos cofres públicos quase R\$6 bilhões. O TCU estima que o prejuízo causado na Petrobras foi de R\$29 bilhões, dinheiro meu, dinheiro seu, dinheiro de quem está nos assistindo agora. Só mesmo uma grande empresa de petróleo para suportar esse rombo sem quebrar.

Vergonhosamente, Ministros do STF decidiram alterar as regras do julgamento ocorrido há anos na primeira instância, confirmadas por unanimidade nos tribunais federais, inclusive lá da sua terra, o tribunal do Rio Grande do Sul, na segunda instância, para anular provisoriamente condenações justas e legalmente indiscutíveis.

Isso foi o STF, depois de quatro anos. Primeira instância confirmou, segunda instância confirmou...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – TRF4.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... TRF4, o STJ confirmou, e aí vem, depois de quatro anos, depois de o próprio Supremo confirmar a competência, desfazer e dizer que não era da alçada...

(*Soa a campanha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... da 13ª Vara de Curitiba. Brincadeira isso. Brincadeira com o cidadão de bem do Brasil.

Tal procedimento vindo da Suprema Corte de Justiça só faz aumentar ainda mais a percepção de que, no Brasil, a impunidade é garantida para os criminosos com grande poder político e econômico. E, aí, a gente não pode dourar a pílula; a verdade tem que ser entregue com muito amor: os três



Poderes da República, inclusive o nosso, o Legislativo, mas também o Executivo e, sobretudo, o Judiciário, enfraqueceram o combate à corrupção e à impunidade no Brasil; enfraqueceram...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... neste sentido, o que nos deixa muito preocupados com tudo isso.

Por isso o Brasil foi rebaixado, passando a ocupar a 96ª posição no Índice de Percepção da Corrupção, medição feita pela Transparência Internacional, que, desde 1995, acompanha 180 países. O extraordinário desempenho da Operação Lava Jato, em contraposição às decisões do STF, corre o risco, segundo o economista Samuel Renan, corre o risco... Na verdade, já está gerando o risco de o Brasil estar numa situação inusitada, com corruptores sem serem corruptos. Olha só esse milagre...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... esse milagre brasileiro às avessas. Olha que frase genial. Hoje nós temos corruptores sem serem corruptos. Sim, porque um gerente da Petrobras, apenas um gerente da Petrobras, devolveu mais de R\$200 milhões, preço da época.

Eu quero, encaminhando-me para o fim, dizer que, além de tudo isso que eu falei aqui, de acordo com a Agência Estado, o número de prisões por crime de corrupção realizadas pela Polícia Federal caiu 44% nesse último ano, registrando o menor patamar desde 2008.

Eu quero dizer que foi o êxito da Operação Lava Jato, como eu disse aqui, o maior...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... à corrupção, ao combate, ao enfrentamento da corrupção e à impunidade, uma das razões que me levaram a disputar a eleição aqui para o Senado. Eu fui inspirado também pela Operação Lava Jato.

Eu quero também dizer que, apesar de tudo, eu não perdi a esperança. Não, absolutamente. E muito menos meu otimismo com as perspectivas da construção de uma nação que seja um dia referência mundial de justiça e moralidade.

Eu encerro este pronunciamento com estas palavras proferidas por Ulysses Guimarães, em 1988, no momento em que nossa Constituição foi aprovada. Olha o que ele falou – eu peço só mais um minuto para concluir, se possível: "A corrupção é o cupim da República. [...] Não roubar, não deixar roubar e pôr na cadeia quem roube [...]". Eis aí o nosso pronunciamento, hoje, sobre exatamente um ano – completou semana passada – do encerramento da Lava Jato.

E eu tenho muita fé de que, nestas eleições que nós vamos ter este ano, vamos ter um movimento no país, de novo, com as pessoas acordando, indo para as ruas, mobilizando-se, porque eles estão gostando de política. Você, brasileiro, está gostando de política e você pode interferir para que a gente faça a Lava Jato voltar e terminar o papel que ela começou, porque há muita gente ainda a prestar contas com a Justiça neste país, e nós sabemos disso. Que Deus abençoe esta nação.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, apenas uma informação, e eu quero fazer um agradecimento ao General Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional, ao Brigadeiro Saturnino, que é o chefe lá do



CDN (Conselho de Defesa Nacional), da mesma forma à Dra. Renata Furtado e toda a sua equipe, que, há duas semanas, aprovaram o assentimento prévio para que a empresa Ibitu – é uma empresa dinamarquesa e também com capital gaúcho – pudesse construir um parque eólico nos Municípios de Quaraí, Uruguaiana e Alegrete, uma obra de quase R\$4 bilhões e 810 megawatts.

O estado, que é importador de energia, dessa forma, dá mais um passo importante. Do parque eólico das três divisas desses três municípios, na fronteira com a Argentina e também próximo ao Uruguai – um assentimento prévio permitiu que se fizesse esse investimento –, uma linha de transmissão ligará com a subestação de Alegrete. Alegrete serve à fronteira oeste, serve ao Vale do Jaguari, serve à região da Depressão Central, chegando à Santa Maria e a outras regiões do estado. Portanto, é energia para uma grande região do estado, energia que vai sobrar e que vai ser importante para o desenvolvimento da região.

Sr. Presidente, nós tivemos, agora nessa segunda-feira, a liberação do termo de referência do Ibama em cima de uma outra obra que eu venho trabalhando, que é o Porto de Arroio do Sal. É mais um passo para nós termos o licenciamento ambiental definitivo, porque continua o processo ainda no Ibama. Com isso, já se permite que nós possamos entrar com a documentação...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... que a empresa possa entrar com a documentação junto à Antaq.

E, mais um detalhe: junto à Secretaria de Patrimônio da União está fechado; já temos uma licença da Secretaria Nacional de Portos, já temos a licença da Marinha, agora esse termo de referência ligado ao Ibama, para que nós possamos ter, definitivamente, essa obra iniciada no Rio Grande do Sul. É o segundo porto marítimo do nosso estado, que é muito importante, uma obra de R\$6 bilhões a R\$7 bilhões, totalmente com recursos privados. Então, é esse avanço. Nós votamos a Lei dos Portos. Com isso, é importante que nós possamos ter também esse tipo de investimento no nosso Estado do Rio Grande do Sul. Toda a parte norte do Estado vai se beneficiar.

Veja que a pequena Santa Catarina, menor do que o Rio Grande do Sul – pequena é um termo carinhoso –, possui hoje seis portos funcionando e está construindo mais três.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É impossível que nós não possamos ter dois portos marítimos no Rio Grande do Sul. Um estado do tamanho do Rio Grande do Sul, com a costa de mar que nós temos, agora, já quase torna realidade... Foi sonhado, Senador Rodrigo Pacheco, por Dom Pedro, em 1826. Eu trabalho esse tema há três anos.

Quero aqui cumprimentar os proprietários do empreendimento, a empresa de engenharia DTA, de São Paulo, o Dr. João Acácio, que está fazendo o projeto definitivo. Que nós possamos ver essa grande obra para ajudar o Rio Grande do Sul, o seu crescimento, o seu desenvolvimento!

Junto com esse porto, há uma obra, de R\$6 bilhões a R\$7 bilhões, que vai ligar diretamente o Arroio do Sal à BR-101, numa estrada que está projetada no próprio porto. Nós teremos também outros empreendimentos na região de Arroio do Sal, de Torres, de Três Cachoeiras, de Capão da Canoa. Todos aqueles Municípios vão receber grandes investimentos.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só uma empresa... Eu ouvi um colega falar sobre fertilizantes. Uma empresa de fertilizantes nos procurou e está



com interesse de montar uma fábrica de fertilizantes nesse porto. Só essa fábrica, Senador Wellington, custa mais do que o próprio porto, são quase R\$8 bilhões ou R\$9 bilhões. E, assim como esse, outros empreendimentos aflorarão na região.

Portanto, todo o nosso empenho para que nós possamos, ainda neste ano, comemorar mais esse grande projeto de investimento no Rio Grande do Sul chamado Porto de Arroio do Sal, em que a gente vem há três anos trabalhando.

Quero aqui render a minha homenagem ao Dr. Fernando Carrion, que foi Deputado Federal aqui deste Parlamento, foi Prefeito por duas vezes da cidade de Passo Fundo, um grande município gaúcho, e é um aficionado por essa obra. Ele me trouxe essa ideia e nós embalamos esse sonho e estamos tornando realidade nos próximos meses, esse grande empreendimento do Rio Grande do Sul, chamado Porto de Arroio do Sal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Heinze.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.)

– Meu caro Presidente Rodrigo Pacheco, eu tenho alguns assuntos aqui para falar, mas, inicialmente, Sr. Presidente, eu quero aqui pedir a V. Exa. a possibilidade de aprovar um requerimento a que já dei entrada para que formemos, que V. Exa. nomeie uma Comissão Externa para que a gente possa visitar o Rio de Janeiro, levar o nosso apoio e ir lá, *in loco*, inclusive eu, ver o que já podemos fazer.

Eu quero já indicar aqui para compor essa Comissão o Senador Portinho, que é Líder do nosso partido e é do Rio de Janeiro, do meu partido, o PL, também o Senador Romário, do PL, e o Senador Flávio Bolsonaro. E, ao mesmo tempo, eu quero aqui também trazer o nosso apoio e, principalmente, a preocupação, V. Exa. já externou isso aqui agora há pouco, principalmente, ao nosso Governador Cláudio Castro, que é do PL também. Portanto, o PL tem uma responsabilidade como partido extremamente forte no Rio de Janeiro.

Eu quero aqui...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Se me permite um aparte, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG. Para apartear.) – Eu gostaria de também me solidarizar com os nossos colegas Senadores.

Eu fiz um pronunciamento há instantes me solidarizando com o Governador do Estado e o Prefeito municipal, mas, evidentemente, essa solidariedade se estende aos nossos colegas do Rio de Janeiro, o Senador Romário, o Senador Flávio Bolsonaro e o Senador Carlos Portinho, e fica, desde já, acolhida a pretensão de V. Exa. para que possa ser submetida a apreciação da instalação dessa Comissão Externa, justamente para que o Senado possa se fazer presente para poder contribuir com o Município de Petrópolis neste momento muito triste da sua história, porque, de fato, é muito impactante a notícia de 78 vítimas fatais já contabilizadas agora.

De fato, são os nossos sentimentos, a nossa solidariedade, agora, materializados numa iniciativa concreta que V. Exa. propõe.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu, agora há pouco, falava com o Senador Portinho. Há, é claro, a preocupação. Tentei falar com o Governador, mas ele está visitando também... O próprio Presidente Bolsonaro, lá da Rússia, já manifestou também essa preocupação e, é claro, solidariedade neste momento, porque o que está acontecendo em Petrópolis não acabou. Ainda poderá... As notícias que temos são muito graves.



Então, além da solidariedade, nós queremos estar lá presentes. Eu quero, inclusive, Sr. Presidente, me incluir nessa Comissão Externa. Se possível, que V. Exa. até a nomeie *ad referendum*, já que os três Senadores já estão trabalhando nesse sentido. E, além da solidariedade, é claro, buscar trabalhar aqui no orçamento para que a gente possa ajudar àquela população, que neste momento sofre tanto.

E quero trazer os nossos sentimentos também, como ser humano, a todas as famílias que estão enlutadas, porque cada vida perdida, sem dúvida nenhuma, é um prejuízo muito grande para o país, mas, acima de tudo, para a família e para a comunidade.

Eu quero, ainda, Sr. Presidente, registrar aqui, presentes conosco, representantes da Federação dos Oficiais de Justiça e aí eu destaco aqui o Presidente João Batista, também os Diretores Luiz Arthur, lá do meu Estado do Mato Grosso, e, ainda, o Rômulo Alves Baldes e o Hugo Correa, que representam aqui, então, a Federação dos Oficiais de Justiça e temos, inclusive, um tema na Comissão de Constituição e Justiça que depende agora de o Senador Presidente colocar em pauta. Espero que a gente possa votar essa matéria, que é extremamente importante para os oficiais de justiça.

Também destaco aqui a presença do João Garcia, também do Dr. Júlio Mello, médico, e do Fábio Volpe, que representam a empresa de biotecnologia na área de alimentos, lá do Estado do Paraná, com sede, inclusive, na cidade de Maringá.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Aqui está, inclusive, um exemplar da tecnologia desenvolvida por eles, em que há aqui, através dessa tecnologia, a possibilidade de acompanhar toda a área da saúde, principalmente hoje que temos um problema muito grande com pessoas que contraem principalmente diabetes. Isso, para o Brasil, em que temos a possibilidade de milhares de pessoas que já são pré-diabéticas e, talvez, com o controle eletrônico, possamos, inclusive, evitar gastos tão grandes com a saúde, além, claro, a perda de vidas.

Eu quero aqui, ainda, Sr. Presidente, dizer que hoje nós tivemos a aprovação desse projeto extremamente importante para o transporte dos idosos, principalmente daqueles de mais de 65 anos e que são carentes. Eu fiz uma emenda que, felizmente, foi aprovada também, facilitando o acesso daqueles que têm idade de mais...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... que possam utilizar os transportes de passageiros rodoviários.

Eu tenho aqui, Sr. Presidente, vou ler rapidamente, porque já tinha preparado. Quero dizer que hoje acompanhei com muita tristeza e muito pesar o sofrimento dos moradores de Petrópolis que, desde ontem, então, sofrem com as chuvas intensas.

Quero aqui, além de me solidarizar com todas as famílias que perderam os seus entes queridos e também as suas propriedades e ainda, claro, solidarizar-me com as mães, pais, irmãos e amigos que aguardam notícias de tantos outros desaparecidos após essa imensa catástrofe lá na cidade de Petrópolis.

Até agora, pelo que me informaram, Sr. Presidente, já passaram de 80 vidas perdidas e outras tantas continuam em risco, dependendo dos esforços dos nossos heróis, dos nossos bombeiros, também da Defesa Civil e de muitos voluntários que estão lá trabalhando.

Então, nós aqui de Brasília e certamente do meu querido Mato Grosso estamos em intensas orações e, claro, já fazendo campanhas para que alimentos cheguem lá e, por isso, clamo aqui a todos aqueles que puderem contribuir de alguma forma que doem alimentos, produtos de higiene, colchões, água e cestas



básicas. Então, peço que quem tiver condições ajude essas pessoas por meio de algum dos canais oficiais de auxílio comprovadamente sérios, como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, o SOS Petrópolis, o projeto SOS Serra e também, claro, trazendo aqui solidariedade à Petrópolis, que é outra empresa, a campanha SOS Enchentes Brasil.

Sei que há muitas pessoas em Mato Grosso que querem ajudar e, por isso, acabamos de colocar em meu Instagram a conta de recebimento de doações de um desses canais, ou seja, desses canais oficiais.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mais uma vez agradeço, Sr. Presidente, por essa possibilidade, então, de formarmos essa Comissão Externa para estar lá apoiando, principalmente, o Governo Cláudio Castro e todos aqueles que estão envolvidos, os Prefeitos, desta região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Cumprimento-o uma vez mais pela iniciativa, uma vez mais também a nossa solidariedade ao Governador Cláudio Castro, aos nossos colegas Senadores do Rio de Janeiro, Romário, Flávio Bolsonaro e Carlos Portinho.

Acabo de receber a notícia aqui de que já há 80 vítimas fatais contabilizadas. Realmente, uma tragédia muito grande, muito grave no Município de Petrópolis, que merece toda a nossa atenção, toda a nossa solidariedade e ações efetivas. Inclusive, como V. Exa. bem citou, além da Comissão Externa, a priorização em relação ao Orçamento deste ano para que possa ser a cidade reconstruída. Portanto, agradeço a V. Exa. Será dado andamento à iniciativa de V. Exa.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, quinta-feira:

– sessão solene do Congresso Nacional, às 15h30, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 116, de 2022, que acrescenta o §1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel; e

– sessão deliberativa semipresencial do Senado Federal, às 16h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 41 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 56ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

9ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas
Presenças no período: 16/02/2022 14:00:00 até 16/02/2022 19:43:00
Votos no período: 16/02/2022 14:00:00 até 16/02/2022 19:43:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X
PSD	MG	Alexandre Silveira	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X
MDB	MG	Carlos Viana	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X
MDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X
PROGRES	PI	Elmano Férrer	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X
PROS	AL	Fernando Collor	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X
MDB	SP	Giordano	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PSD	TO	Irajá	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X
DEM	MT	Jayme Campos	X
Podemos	GO	Jorge Kajuru	X
PL	SC	Jorginho Mello	X
PSDB	SP	José Serra	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X
Cidadania	DF	Leila Barros	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X
PSL	AC	Marcio Bittar	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X
PL	RO	Marcos Rogério	X

Emissão 16/02/2022 19:44:46





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 56ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

9ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas
Presenças no período: 16/02/2022 14:00:00 até 16/02/2022 19:43:00
Votos no período: 16/02/2022 14:00:00 até 16/02/2022 19:43:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X
MDB	PB	Nilda Gondim	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
Podemos	DF	Reguffe	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X
PL	RJ	Romário	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
MDB	MS	Simone Tebet	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X
PROS	RR	Telmário Mota	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X

Compareceram 72 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 9^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2022

(Proveniente da Medida Provisória nº 1070, de 2021)

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro); e altera as Leis nºs 8.677, de 13 de julho de 1993, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 11.124, de 16 de junho de 2005, e 11.977, de 7 de julho de 2009.

DOCUMENTOS:

- Medida provisória original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2072407&filename=MPV-1070-2021

- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/45233920-315e-4877-9026-dce25b076d1f>

- Nota técnica

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/ea79e34d-90be-43ac-a52a-99a2cc67a02e>

- Sinopse de tramitação na Câmara

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;.proposicoesWeb2?idProposicao=2298445&ord=1&tp=completa



Página da matéria



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro); e altera as Leis n°s 8.677, de 13 de julho de 1993, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 11.124, de 16 de junho de 2005, e 11.977, de 7 de julho de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I**DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA (PROGRAMA HABITE SEGURO)**

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro), como instrumento destinado à promoção do direito à moradia a profissionais de segurança pública, em observância ao disposto no inciso I do § 1º do art. 5º da Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Parágrafo único. O Programa Habite Seguro proporcionará condições específicas para acesso à moradia própria, nos termos desta Lei e de seu regulamento, e integrará, no que couber, o Programa Casa Verde e Amarela, de que trata a Lei n° 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

Art. 2º O Programa Habite Seguro é destinado aos seguintes profissionais de segurança pública:

I - policiais integrantes da polícia federal, da polícia rodoviária federal, das polícias civis, das polícias penais e das polícias militares:

- a) ativos;
- b) inativos:
 - 1. da reserva remunerada; e



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

2. reformados; e

c) aposentados;

II - bombeiros integrantes dos corpos de bombeiros militares:

a) ativos; e

b) inativos:

1. da reserva remunerada; e

2. reformados;

III - agentes penitenciários, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação:

a) ativos;

b) inativos; e

c) aposentados;

IV - integrantes das guardas municipais, observado o disposto na Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014:

a) ativos;

b) inativos; e

c) aposentados;

V - agentes socioeducativos concursados;

VI - agentes de trânsito concursados; e

VII - policiais legislativos.

§ 1º Os dependentes e os cônjuges dos beneficiários falecidos em razão do exercício do cargo acessarão às mesmas condições aplicáveis aos beneficiários.

§ 2º É vedada aos integrantes das carreiras de agente socioeducativo, aos agentes de trânsito e aos policiais legislativos a concessão da subvenção de que trata o art. 10 desta Lei, o que não os impede de acessar outras condições





CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

especiais de crédito imobiliário a critério dos agentes financeiros.

§ 3º Para os fins do disposto no § 2º deste artigo, o reconhecimento dos integrantes das respectivas carreiras dar-se-á mediante declaração do órgão a que pertencerem, na forma do regulamento a ser expedido:

I - pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no caso dos agentes socioeducativos; e

II - pelo Ministério da Infraestrutura, no caso dos agentes de trânsito; e

III - pela Presidência do órgão legislativo ao qual estiverem administrativamente vinculados os policiais legislativos.

§ 4º Aplica-se o disposto no § 2º deste artigo aos integrantes das guardas municipais concursados cuja corporação não se enquadre no disposto na Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014.

§ 5º Para os fins do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, não cabe ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, no âmbito do Programa, propor as condições diferenciadas de que trata a alínea b do inciso I do § 1º do art. 7º desta Lei.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - gestor do Programa Habite Seguro: unidade organizacional pertencente à estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública responsável pela política de valorização e qualidade de vida dos profissionais de segurança pública;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

4

II - gestor dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública: unidade organizacional pertencente à estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública responsável pela coordenação das atividades relacionadas à gestão dos recursos orçamentários do Fundo Nacional de Segurança Pública no âmbito do Programa Habite Seguro;

III - agente operador do Programa Habite Seguro: instituição financeira oficial responsável pela gestão operacional do Programa Habite Seguro e dos recursos orçamentários destinados à concessão da subvenção econômica de que trata o art. 10 desta Lei;

IV - agente financeiro: instituição financeira oficial responsável pela adoção de mecanismos e de procedimentos necessários à execução das ações abrangidas pelo Programa Habite Seguro na contratação das operações de crédito imobiliário com os beneficiários do Programa; e

V - beneficiário: profissional de segurança pública tomador do crédito imobiliário, incluído aquele contemplado com a subvenção econômica do Programa Habite Seguro, de que trata o art. 2º desta Lei.

§ 1º Serão estabelecidas no contrato a ser celebrado entre as partes as remunerações devidas ao agente operador, no que couber, pelas atividades exercidas no âmbito do Programa Habite Seguro.

§ 2º A Caixa Econômica Federal exercerá a função de agente operador do Programa Habite Seguro.

§ 3º As cooperativas de crédito poderão atuar como agente financeiro do Programa Habite Seguro, desde que sejam habilitadas pelo agente operador.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****5**

CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES E DOS OBJETIVOS

Art. 4º São diretrizes do Programa Habite Seguro:

I - transparência em relação à execução física e orçamentária e participação dos agentes envolvidos e dos beneficiários no Programa;

II - atuação em parceria com instituições financeiras oficiais;

III - cooperação federativa e fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública;

IV - atendimento habitacional aos beneficiários;

V - valorização dos profissionais de segurança pública;

VI - atuação em parceria entre os órgãos públicos e os agentes financeiros;

VII - distribuição racional dos recursos orçamentários; e

VIII - valorização dos profissionais portadores de deficiência, com concessão de prioridade no seu atendimento, quando possível.

Art. 5º São objetivos do Programa Habite Seguro:

I - auxiliar a superação das carências de natureza habitacional dos profissionais de segurança pública, de acordo com os interesses institucionais e sociais;

II - reduzir a exposição dos profissionais de segurança pública a riscos em decorrência de condições habitacionais a que estejam submetidos;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

6

III - promover a melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública; e

IV - valorizar os profissionais de segurança pública.

Art. 6º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I - as condições para a participação no Programa Habite Seguro;

II - os prazos para financiamento habitacional no âmbito do Programa Habite Seguro;

III - os limites de recursos orçamentários destinados ao Programa Habite Seguro; e

IV - as faixas de subvenção econômica e de remuneração.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 7º O Programa Habite Seguro será promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública com a participação de instituições financeiras oficiais.

§ 1º No âmbito do Programa Habite Seguro, respeitadas as competências estabelecidas em legislação específica, compete:

I - ao Ministério da Justiça e Segurança Pública:

a) elaborar, propor ou editar regulamentos e normas complementares; e

b) propor condições diferenciadas de crédito imobiliário aos beneficiários por meio de negociação com instituições financeiras oficiais;

II - ao gestor do Programa Habite Seguro:



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

7

a) estabelecer as informações a serem apresentadas pelo agente operador em conjunto com o gestor dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública;

b) monitorar, planejar e coordenar a implementação do Programa Habite Seguro e avaliar os seus resultados; e

c) assegurar a transparência e a publicidade conferidas aos dados e às informações do Programa Habite Seguro, observadas as regras aplicáveis de sigilo e de proteção de dados;

III - ao gestor dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública:

a) contratar diretamente a Caixa Econômica Federal como agente operador, com dispensa de licitação, e remunerá-la na forma prevista em contrato;

b) monitorar os saldos disponíveis para a implementação do Programa Habite Seguro em conjunto com o agente operador e em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira;

c) apresentar ao órgão colegiado gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública os relatórios de prestação de contas e de auditoria fornecidos pelo agente operador;

d) efetuar os repasses de recursos orçamentários para o agente operador;

e) estabelecer as informações a serem apresentadas pelo agente operador em conjunto com o gestor do Programa Habite Seguro com a finalidade de avaliar o emprego dos recursos orçamentários e de conferir-lhe transparência;

f) avaliar a prestação de contas do agente operador e emitir parecer sobre o emprego dos recursos orçamentários;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****8**

g) estabelecer os critérios para habilitação dos agentes financeiros e, no âmbito de suas competências, autorizar o agente operador a estabelecer critérios adicionais para esse fim; e

h) autorizar o agente operador a especificar o formato do arquivo a ser utilizado para receber as informações oriundas dos agentes financeiros, a fim de viabilizar a execução do Programa Habite Seguro e a prestação de contas;

IV - ao agente operador:

a) atuar como instituição depositária e gestora dos recursos orçamentários recebidos para a execução do Programa Habite Seguro;

b) habilitar os agentes financeiros participantes do Programa Habite Seguro de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo gestor dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e, no que couber, com os critérios complementares estabelecidos pelo agente operador;

c) expedir orientações e instruções complementares aos agentes financeiros necessárias à execução do Programa Habite Seguro, de acordo com as diretrizes e os regulamentos editados pelos gestores do Programa, e ao emprego dos recursos orçamentários do Fundo Nacional de Segurança Pública;

d) efetuar os repasses das subvenções econômicas para os agentes financeiros participantes do Programa Habite Seguro;

e) efetuar a gestão operacional dos recursos orçamentários das subvenções econômicas do Programa Habite Seguro;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

9

f) remunerar à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) os recursos orçamentários recebidos para a implementação do Programa Habite Seguro até a sua transferência efetiva aos agentes financeiros;

g) gerir e monitorar os recursos orçamentários recebidos para a implementação do Programa Habite Seguro, vedada a autorização da realização de despesas que excedam o montante disponível;

h) solicitar aos agentes financeiros a apuração de responsabilidades por eventuais falhas na sua atuação;

i) prestar contas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública quanto ao emprego dos recursos orçamentários recebidos e fornecer as informações necessárias à avaliação contínua do Programa Habite Seguro;

j) apresentar relatório gerencial trimestral com informações sobre a implementação do Programa Habite Seguro;
e

k) executar o Programa Habite Seguro em âmbito nacional na forma prevista em regulamento;

V - aos agentes financeiros:

a) adotar mecanismos e procedimentos necessários à execução das ações abrangidas pelo Programa Habite Seguro;

b) participar do Programa Habite Seguro, de acordo com as suas capacidades técnica e operacional, na forma prevista em regulamento ou em norma editada pelos agentes de que tratam os incisos III e IV deste parágrafo, conforme o caso, incluído:

1. firmar ajuste com o agente operador para formalizar a execução dos repasses de recursos orçamentários



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****10**

e a realização das demais atividades do Programa Habite Seguro relativas às operações de crédito imobiliário;

2. receber e analisar a documentação apresentada pelos beneficiários nas operações de crédito imobiliário, de acordo com os critérios estabelecidos pelo gestor do Programa Habite Seguro;

3. contratar as operações de crédito imobiliário com os beneficiários do Programa Habite Seguro, de acordo com a sua faixa de remuneração;

4. solicitar ao agente operador o montante correspondente ao repasse das subvenções econômicas;

5. prestar contas ao agente operador quanto às contratações das operações de crédito imobiliário;

6. disponibilizar ao agente operador acesso à base de dados no formato por ele estabelecido com a finalidade de viabilizar a execução do Programa Habite Seguro;

7. promover a apuração das responsabilidades e informar o agente operador, o Ministério Público e a Polícia Federal, tempestivamente, sobre as medidas adotadas na hipótese de suspeita de irregularidade na aplicação dos recursos orçamentários;

8. prestar contas quanto ao emprego dos recursos orçamentários destinados à implementação do Programa Habite Seguro por eles geridos;

9. estabelecer as cláusulas sancionatórias decorrentes de situações de inadimplemento nos contratos de financiamento habitacional;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****11**

10. executar, no âmbito de suas competências, as demais ações necessárias à implementação do Programa Habite Seguro; e

11. exercer outras competências que lhes forem atribuídas pelo agente operador; e

c) conceder, a seu critério, condições especiais para a contratação das operações de crédito imobiliário, além das subvenções econômicas instituídas por esta Lei, bem como promover a migração de financiamentos habitacionais já em curso; e

VI - aos beneficiários:

a) fornecer dados, informações e documentos necessários à contratação do financiamento habitacional;

b) responsabilizar-se pela contratação do financiamento habitacional e pelo pagamento de suas prestações; e

c) apropriar-se corretamente dos bens colocados à sua disposição.

§ 2º Os governos estaduais e distrital, no âmbito de suas competências, poderão apoiar a implementação do Programa Habite Seguro por meio:

I - da disponibilização de dados e informações;

II - do aporte de recursos orçamentários oriundos de programas habitacionais estaduais e distrital que concedam subvenção econômica; e

III - de outras ações que viabilizem a implementação do Programa Habite Seguro.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

12

§ 3º Os programas habitacionais estaduais e distrital de que trata o inciso II do § 2º deste artigo deverão ser instituídos por meio de ato normativo.

CAPÍTULO IV DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 8º Os recursos orçamentários destinados à implementação e à execução do Programa Habite Seguro observarão a programação financeira e orçamentária do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Parágrafo único. O agente operador e o agente financeiro, no exercício de suas competências, não disporão de recursos orçamentários próprios para suprir insuficiência orçamentária ou financeira do Fundo Nacional de Segurança Pública no pagamento das subvenções econômicas concedidas no âmbito do Programa Habite Seguro, nos termos do Decreto nº 8.535, de 1º de outubro de 2015.

Art. 9º Na hipótese de emprego dos recursos orçamentários em desacordo com o disposto nesta Lei atestado pelo gestor do Programa Habite Seguro, o beneficiário ficará obrigado a devolver o montante correspondente à subvenção econômica concedida, acrescido de atualização monetária à taxa do Selic, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação aos responsáveis.

Art. 10. Fica instituída subvenção econômica destinada a atender os beneficiários do Programa Habite Seguro na forma prevista em regulamento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

13

§ 1º A subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo será financiada exclusivamente com recursos orçamentários do Fundo Nacional de Segurança Pública.

§ 2º A concessão da subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo fica limitada à disponibilidade orçamentária e financeira consignada ao Programa Habite Seguro em ação orçamentária específica do Fundo Nacional de Segurança Pública.

§ 3º A subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo subsidiará, conforme estabelecido em regulamento, exclusivamente:

I - parte do valor do imóvel; e

II - pagamento da parcela da tarifa para contratação do financiamento devida pelo beneficiário do Programa Habite Seguro no ato da contratação do crédito imobiliário até o limite previsto em regulamento.

§ 4º Observado o disposto no inciso II do § 3º, a subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo não poderá custear o pagamento da tarifa inicial para avaliação do imóvel dado em garantia ou de tarifa equivalente.

§ 5º Os profissionais de segurança pública de que trata o art. 2º desta Lei não contemplados com a subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo poderão ter acesso a outras condições especiais de crédito imobiliário concedidas pelos agentes financeiros.

Art. 11. Para a concessão da subvenção econômica de que trata o art. 10 desta Lei, deverão ser observados os seguintes critérios:

I - remuneração; e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

14

II - valor do imóvel.

Art. 12. A subvenção econômica de que trata o art. 10 desta Lei concedida ao beneficiário do Programa Habite Seguro no ato da contratação que tenha por objetivo proporcionar a aquisição ou a construção da moradia por meio do Programa Habite Seguro será deferida apenas uma vez para cada beneficiário.

Parágrafo único. A subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo poderá ser cumulativa com outras concedidas por programas habitacionais previstos em lei de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal.

CAPÍTULO V DAS VEDAÇÕES

Art. 13. É vedada a concessão de subvenções econômicas com a finalidade de aquisição ou de construção de unidade habitacional por pessoa física, nos termos do art. 2º desta Lei:

I - titular de financiamento ativo de imóvel localizado em qualquer parte do território nacional, exceto na hipótese de celebração de contratos destinados à aquisição de material de construção; e

II - proprietária, possuidora, promitente compradora, usufrutuária ou cessionária de imóvel localizado em qualquer parte do território nacional.

§ 1º Para fins do disposto no *caput* deste artigo, é vedado o emprego de recursos orçamentários da subvenção econômica para:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

15

I - reforma, ampliação, conclusão ou melhoria de imóvel;

II - aquisição de terra nua, dissociada da construção de imóvel em prazo superior a 2 (dois) anos, contado da data de assinatura do contrato de financiamento habitacional pelo beneficiário; e

III - aquisição ou construção de imóveis rurais ou comerciais.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica à pessoa física, observada a legislação específica relativa à fonte de recursos, que se enquadre nas seguintes hipóteses:

I - tenha propriedade de parte de imóvel residencial em fração igual ou inferior a 40% (quarenta por cento); ou

II - tenha nua propriedade de imóvel residencial gravada com cláusula de usufruto vitalício e tenha renunciado a esse usufruto.

§ 3º O beneficiário do Programa Habite Seguro apresentará declaração que ateste o cumprimento dos requisitos estabelecidos neste artigo, sob pena de devolução do montante correspondente à subvenção econômica, acrescido de atualização monetária à taxa do Selic, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na legislação aos responsáveis.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. Na hipótese de cessão onerosa ou gratuita *inter vivos* de imóvel adquirido ou construído com recursos orçamentários do Programa Habite Seguro, o beneficiário devolverá o montante correspondente à subvenção econômica,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

16

acrescido de atualização monetária à taxa do Selic, quando a cessão for efetuada antes de transcorridos 5 (cinco) anos da aquisição do referido imóvel.

Art. 15. O Programa Habite Seguro será regido pelo disposto nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 16. A Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

Parágrafo único.

a) (revogada);

b) (revogada).

I - 50% (cinquenta por cento), no mínimo, e 98% (noventa e oito por cento), no máximo, em financiamentos dos projetos referidos no art. 2º desta Lei; e

II - 2% (dois por cento) em reserva de liquidez, dos quais:

a) 1% (um por cento) em títulos públicos;

e

b) 1% (um por cento) em títulos de emissão da Caixa Econômica Federal.”(NR)

“Art. 9º

I - praticar os atos necessários à operação do FDS, incluída a edição de regulamentos operacionais, de acordo com as diretrizes, as normas e os programas estabelecidos pelo Conselho Curador e pelo órgão gestor do FDS;

.....

IV - (revogado);





CÂMARA DOS DEPUTADOS

17

V - firmar, como representante do FDS, contrato de repasse com os agentes financeiros para aporte dos recursos destinados à concessão dos empréstimos e dos financiamentos;

VI - gerir o fluxo dos empréstimos, dos financiamentos, dos repasses e dos subsídios, por intermédio dos agentes financeiros, e, como representante do FDS, adotar as medidas necessárias para assegurar a sua aplicação;

.....

VIII - cumprir as atribuições estabelecidas pelo Conselho Curador; e

IX - orientar, por intermédio dos agentes financeiros, a atuação dos agentes promotores, no âmbito dos programas de regularização fundiária e melhoria habitacional, com vistas à aplicação correta dos recursos orçamentários, e, como representante do FDS, adotar as medidas de regresso contra os agentes financeiros relativamente aos danos decorrentes de falhas cometidas por esses agentes na prestação dos serviços.

§ 1º No âmbito dos programas de regularização fundiária e melhoria habitacional, os riscos do agente operador inerentes ao repasse e à aplicação dos recursos estão circunscritos à certificação do envio, pelos agentes financeiros habilitados a atuar nos referidos programas, da comprovação documental da execução física dos contratos de financiamento e à conferência das





CÂMARA DOS DEPUTADOS

18

informações financeiras dela constantes, nos termos estabelecidos pelo gestor do FDS.

§ 2º A certificação do recebimento da comprovação documental de que trata o § 1º deste artigo autorizará a liberação dos recursos financeiros pelo agente operador ao agente financeiro, que será responsável pela veracidade e pela consistência das informações prestadas.” (NR)

“Art. 12-A. Ficam os cotistas do FDS autorizados a efetuar doação gratuita, total ou parcial, dos valores que compõem as suas cotas ao referido Fundo, incluídos aqueles referentes ao retorno financeiro proporcional aos mútuos concedidos no âmbito de programas habitacionais.

.....

§ 2º As receitas provenientes da doação de que trata o *caput* poderão ser utilizadas para:

.....” (NR)

Art. 17. A Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

§ 4º Os imóveis produzidos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial poderão ser alienados nas condições estabelecidas em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, com prioridade para:

I - União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou entidades da administração pública





CÂMARA DOS DEPUTADOS

19

indireta desses entes, para destinação a programas habitacionais de interesse social por eles desenvolvidos; e

II - pessoas físicas que constituam o público-alvo dos programas habitacionais federais.” (NR)

“Art. 2º-B. Fica criado o Comitê de Participação do Fundo de Arrendamento Residencial (CPFAR), cujas composição e competências serão estabelecidas em ato do Poder Executivo federal.”

Art. 18. O § 3º do art. 10 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

.....

§ 3º O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a composição do Conselho Gestor do FNHIS.

.....” (NR)

Art. 19. O art. 6º-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 17:

“Art. 6º-A

.....

§ 17. As unidades dispensadas da reinclusão em programa habitacional de que trata o § 9º deste artigo, as unidades ociosas, as unidades disponíveis sem indicação de beneficiários e as unidades integrantes de operações pendentes de finalização cuja viabilidade de conclusão restar prejudicada poderão ser alienadas pelo gestor





CÂMARA DOS DEPUTADOS

20

operacional do respectivo Fundo nas condições estabelecidas em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, com prioridade para:

I - União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou entidades da administração pública indireta desses entes, para destinação a programas habitacionais de interesse social por eles desenvolvidos;

II - pessoas físicas que constituam o público-alvo dos programas habitacionais federais; e

III - pessoas físicas que constituam público-alvo do Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro).” (NR)

Art. 20. Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos da Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993:

a) alíneas a e b do parágrafo único do art. 3º; e

b) inciso IV do *caput* do art. 9º; e

II - o § 5º do art. 2º da Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Of. nº 43/2022/SGM-P

Brasília, 11 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2022 (Medida Provisória nº 1.070, de 2021, do Poder Executivo), que "Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro); e altera as Leis nºs 8.677, de 13 de julho de 1993, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 11.124, de 16 de junho de 2005, e 11.977, de 7 de julho de 2009".

Informamos que o link de acesso aos documentos relativos à referida Medida Provisória é:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2298445>

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 92047 - 2



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei Complementar nº 11/2020





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020**, que *"Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para dispor sobre substituição tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com combustíveis."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	001
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	002
Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)	003
Senador Wellington Fagundes (PL/MT)	004
Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)	005; 006
Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	007; 012
Senador Eduardo Braga (MDB/AM)	008; 010; 011
Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	009

TOTAL DE EMENDAS: 12



[Página da matéria](#)



PLP 11/2020
00001

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLP nº 11, de 2020)

Dê-se ao § 1º do art. 8º-A, acrescido à Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), nos termos do art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 8º-A:

‘Art. 8º-A

§ 1º As alíquotas específicas serão definidas anualmente pelos Estados e pelo Distrito Federal e vigorarão por 12 (doze) meses, a partir da data de produção de efeitos, observado o disposto no art. 150, III, “b” e “c”, da Constituição Federal, no caso de majoração das alíquotas.

.....’”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o propósito de aperfeiçoar a redação da parte final do § 1º do novel art. 8-A (“a partir da data de sua publicação”), que nos parece pouco cuidadosa, em relação ao princípio constitucional da noventena (art. 150, inciso III, alínea “c”).

De acordo com as disposições do PLP nº 11, de 2020, é certo que, na primeira definição pelos Estados e pelo Distrito Federal das alíquotas específicas, não haverá aumento de carga tributária, podendo as alíquotas específicas vigorarem desde a data de sua publicação. Contudo, se continuarem no ano de 2022 a desvalorização do real e a alta do preço do petróleo, a segunda definição de alíquotas específicas apresentará valores majorados e sua vigência precisará obrigatoriamente respeitar a noventena.

A redação do texto remetido para apreciação do Senado Federal pode causar dificuldades de interpretação e de aplicação, de forma a não se



chocar com os comandos constitucionais, motivo pelo qual merece o reparo feito pela presente emenda.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



PLP 11/2020
00002



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

EMENDA Nº , DE 2022.
(ao PLP 11, de 2020)

O art. 8º da EMENDA Nº – PLENÁRIO (SUBSTITUTIVO) ao PLP nº 11, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando o atual art. 8º para o art. 9º:

“Art. 8º Para fins de que trata o art. 7º, fica o Poder Executivo Federal autorizado a ampliar os subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, assegurando às famílias beneficiadas pelo auxílio Gás dos Brasileiros o direito, a cada bimestre, a um valor monetário correspondente a uma parcela de 100% (cem por cento) da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg (treze quilogramas) de GLP, estabelecido pelo Sistema de Levantamento de Preços (SLP) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), nos 6 (seis) meses anteriores, conforme definição em regulamento.

§ 1º O Poder Executivo compensará, por meio de transferência de renda, o valor da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre os botijões de 13 kg (treze quilogramas) de GLP às famílias de baixa renda beneficiárias de programa de transferência de renda de caráter permanente do governo federal que não sejam beneficiárias do auxílio Gás dos Brasileiros.

§ 2º O Poder Executivo definirá diretrizes específicas que atendam o processo de universalização do benefício e acesso ao gás no meio rural, priorizando os municípios em localidades que possuam





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

sistemas isolados não interligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).
” (NR)

JUSTIFICATIVA

O PL em destaque visa garantir redução no custo dos combustíveis e no gás de cozinha.

Acreditamos, que garantiríamos segurança jurídica aos consumidores definindo, *ipsis litteris*, na legislação supramencionada, que as famílias beneficiadas pelo auxílio Gás dos Brasileiros tem o direito, a cada bimestre, a um valor monetário correspondente a uma parcela de 100% (cem por cento) da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg (treze quilogramas) de GLP.

Ainda, ressaltamos, que nas localidades que possuem sistemas isolados não interligados ao Sistema Interligado Nacional a pobreza atinge milhares de famílias brasileiras, com altas tarifas de energia, sem gás de cozinha, deixando milhares de famílias em situação de extrema necessidade, em especial no meio rural.

Lutamos, diariamente, para que a União promova a interligação de sistemas isolados dos estados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), estes investimentos desenvolvem a política energética nacional e asseguram menores custos das tarifas de energia, acesso ao gás e dignidade as famílias brasileiras, *verbi gratia*, o estado de Roraima que é o único do País que ainda não está integrado ao sistema elétrico nacional e clama para sair do isolamento energético.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

A aprovação de leis sem menção às particularidades regionais em geral tem conduzido à ineficácia destas legislações e completa dificuldade social para alguns estados brasileiros.

Assim, a presente emenda, também estabelece que o Poder Executivo Federal definirá, prioritariamente, diretrizes específicas que atendam o processo de universalização do benefício e acesso ao gás no meio rural, priorizando os municípios em localidades que possuam sistemas isolados não interligados ao Sistema Interligado Nacional

Desta forma, assegura aos municípios supracitados diretrizes específicas para garantir dignidade no meio rural que sofre com a angústia da falta de energia, do acesso ao gás de cozinha e será uma forma de acolhimento e inclusão social, sobretudo nas regiões que possuem sistemas isolados não interligados ao Sistema Interligado Nacional.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2022.

Senador MECIAS DE JESUS



**PLP 11/2020**
00003SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ**SUBEMENDA Nº - PLEN**
(À Emenda Substitutiva ao PLP nº 11, de 2020)

Acrescente-se onde couber, na Emenda Substitutiva ao PLP nº 11, de 2020, as seguintes alterações às Leis Complementares nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), e nº 116, de 31 de julho de 2003 (Lei do ISS):

Art... A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

II - nas prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via de bens, mercadorias ou valores;
.....” (NR)

“Art. 3º.....

X - nas prestações de serviços de transportes transporte coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário, interestadual e intermunicipal de pessoas.
.....” (NR)

Art... A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º

XIX - do Município onde teve início a prestação do transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;
.....

Lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

16 – Serviços de transportes coletivo terrestre e aquaviário de passageiros e outros com destinação intramunicipal.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

16.01 - Serviços de transporte coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte com destinação intramunicipal.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a apresentação da presente emenda nos indiscutíveis fatos de que pessoas não são mercadorias, sobre as quais os custos dos fretes de transporte são agregados, a Lei Kandir é a Lei do ICMS e a Lei Complementar 116/2003 é a Lei do ISS.

Apesar da Lei Kandir incorporar o “S” à sigla “ICM”, pelo fato de tratar sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à **circulação de mercadorias**, o “ICM”, e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o “S”, é essencialmente uma lei que normatiza as relações de comércios de mercadorias.

Os serviços de transporte interestadual e intermunicipal aos quais ela se refere são, nitidamente, aqueles cujos valores são incorporados às mercadorias como insumos de sua composição, inclusive com direito aos créditos de ICMS relativos às sucessivas saídas das mercadorias até ao seu consumidor final, que absorverá toda a cadeia tributária do imposto.

As pessoas não são mercadorias e ao comprar passagens para os seus deslocamentos estão simplesmente requisitando a prestação de um serviço cujo valor evidentemente não será incorporado ao seu, que é moral.

A atual redação da Lei Kandir diz que:

Art. 2º O imposto incide sobre:

I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

*II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, **de pessoas**, bens, mercadorias ou valores*

A inclusão das pessoas nesse rol é até desrespeitosa e só é fruto da necessidade insaciável dos erários estaduais, em detrimento dos erários municipais. É uma usurpação de um legítimo direito dos municípios, atropelados pelo maior poder de articulação dos estados.

A ilegitimidade dessa cobrança está clara no próprio conteúdo da Lei Complementar 116/2003, nos serviços que ela identifica. E aí, em face dessas outras prestações de serviços, não se consegue identificar, ou até imaginar, por que razão uma





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

pessoa tem que pagar ICMS sobre um tipo de serviço que recebeu, o transporte, enquanto para outros tipos pagará o ISS, cuja alíquota é bem menor.

Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres. Escoltas, inclusive de veículos e cargas, cujos valores serão incorporados aos preços dessas mercadorias. Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários. Serviços de exploração de rodovia, por onde estarão trafegam passageiros de veículos que não cobram passagens individuais, carros próprios ou de fretamentos. Todas esses e muitos outros serviços são tributados com o ISS, porque inequivocamente são serviços, então, à luz do bom senso, é incompreensível que um passageiro de linhas regulares, intermunicipais e interestaduais, seja tratado como se fosse uma mera mercadoria.

Essa é, essencialmente, a justificativa para minha iniciativa em propor a correção dessa situação que é, ou puro nonsense ou inaceitável desrespeito às pessoas.

Ante o exposto e convicto da relevância da alteração proposta, que busca fazer justiça no tratamento aos passageiros das linhas regulares de transportes coletivos intermunicipais e interestaduais, que hoje, por força da tributação, pagam mais do que deveriam e ainda aos municípios, que são prejudicados por mais essa atual distorção tributária, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das sessões, 16 de fevereiro de 2022.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

PLP 11/2020
00004

EMENDA Nº - PLEN
(Ao PLP nº 11, de 2020)

Insira-se o seguinte inciso IV ao art. 2º do Projeto:

“Art.2º.....
.....

IV – QAV”

JUSTIFICAÇÃO

O combustível da aviação (QAV) representa aproximadamente 30% dos custos e despesas variáveis das empresas aéreas brasileiras e afeta diretamente as operações de voos regulares para a aviação comercial no país. A revisão de tais custos impactam diretamente o preço dos bilhetes aéreos domésticos.

O setor foi duramente afetado pela crise pandêmica ocasionada pela Covid-19, que começou em março de 2020 e se estende até os dias atuais. O impacto no setor resultou em uma redução inicial de 90% nos voos domésticos.

Neste contexto, o preço do querosene de aviação (QAV) acumulou alta de 77,8% de janeiro de 2019 a dezembro de 2021, segundo levantamento feito pela ABEAR com os dados mais atuais disponibilizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP).

Com esse resultado, o QVA é o combustível de consumo em massa cujo preço teve a maior valorização no ano passado, acima do diesel (+56%), gasolina (+42,4%) e gás de cozinha (+36%), que têm sido apontados como um dos principais responsáveis pela escalada da inflação no país.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLP nº 11, de 2020)

**PLP 11/2020
00005****EMENDA SUBSTITUTIVA**

O PLP nº 11, de 2020 para a vigorar com a seguinte redação:

Define, nos termos do art. 155, § 2º, inciso XII, alínea h, da Constituição Federal, os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar define, nos termos do disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea h, da Constituição Federal, os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior.

“Art. 2º Os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o ICMS, qualquer que seja sua finalidade, são os seguintes:

I – gasolina;





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

II – diesel;

III – álcool combustível;

IV – biodiesel; e

V – gás liquefeito de petróleo – GLP, derivado de petróleo e de gás natural.” (NR)

“**Art. 3º** Para a incidência do ICMS nos termos do disposto nesta Lei Complementar, será observado o seguinte:

I – não se aplicará o disposto no art. 155, § 2º, inciso X, alínea b, da Constituição Federal;

II – nas operações com os combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo;

III – nas operações interestaduais, entre contribuintes, com combustíveis não incluídos no inciso II, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias;

IV – nas operações interestaduais com combustíveis não incluídos no inciso II, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem;

V – as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal, observado o seguinte:

a) serão uniformes em todo o território nacional e poderão ser diferenciadas por produto;

b) serão específicas, por unidade de medida; e

c) poderão ser reduzidas e restabelecidas no mesmo exercício financeiro, observado o disposto no art. 150, inciso III, alínea c, da Constituição Federal.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Art. 4º São contribuintes do ICMS incidente nos termos do disposto nesta Lei Complementar o produtor e aqueles que lhe sejam equiparados e o importador dos combustíveis.

Parágrafo único. O disposto no caput alcança inclusive as pessoas que produzem combustíveis de forma residual, os formuladores de combustíveis por meio de mistura mecânica e as bases das refinarias de petróleo.

Art. 5º Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS incidente nos termos do disposto nesta Lei Complementar no momento:

I – da saída dos combustíveis de que trata o art. 2º do estabelecimento do contribuinte de que trata o art. 4º, nas operações ocorridas no território nacional; e

II – do desembaraço aduaneiro dos combustíveis de que trata o art. 2º, nas operações de importação.

Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal disciplinarão o disposto nesta Lei Complementar mediante deliberação nos termos do art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal, observado que:

I – poderão ser estabelecidas equiparações a produtores dos produtos mencionados no art. 2º para fins de incidência do ICMS nos termos do disposto nesta Lei Complementar;

II – poderá ser atribuída a contribuinte do imposto ou a depositário a qualquer título a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS incidente nos termos do disposto nesta Lei Complementar;

III – poderá ser instituída câmara de compensação dos Estados e do Distrito Federal com atribuições relativas aos recursos arrecadados em decorrência da incidência do ICMS nos termos do disposto nesta Lei Complementar; e

IV – na hipótese de definição de alíquotas específicas, nos termos do art. 3º, inciso V, alínea b, desta Lei Complementar, deverá ser previsto um





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

intervalo mínimo razoável entre os reajustes dessas alíquotas, observado o disposto na alínea c do inciso III do art. 150 da Constituição Federal.

“**Art. 7º** A base de cálculo, para fins de substituição tributária em relação às operações com diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo será, até 31 de dezembro de 2022, a média móvel dos preços praticados no mercado consumidor, nos últimos trinta seis meses.” (NR)

“**Art. 8º** O disposto nos incisos I e II do caput e no § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 125 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, não se aplica às proposições legislativas e aos atos do Poder Executivo que entrarem em vigor no exercício de 2022, relativamente aos impostos e contribuições previstos nos arts. 155, inciso II, 195, inciso I, alínea “b”, 177, § 4º, e 239 da Constituição, nas operações envolvendo biodiesel, óleo diesel e gás liquefeito de petróleo derivado de petróleo e de gás natural no referido exercício.” (NR)

“**Art. 9º** As alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins de que tratam os incisos II e III do caput do art. 4º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, os incisos II e III do caput do art. 23 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, os arts. 3º e 4º da Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, ficam reduzidas a zero até 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. As alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes na importação de óleo diesel e suas correntes, de biodiesel e de gás liquefeito de petróleo derivado de petróleo e gás natural de que trata o § 8º do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, e o art. 7º da Lei nº 11.116, de 2005, ficam reduzidas a zero no prazo estabelecido no caput.” (NR)

“**Art. 10.** Esta Lei Complementar entra em vigor:

I - na data de sua publicação com relação aos arts. 7º, 8º e 9º; e

II - em 1º de janeiro de 2023 em relação aos demais dispositivos.” (NR)





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

JUSTIFICAÇÃO

A alteração no art. 2º proposta visa a ampliar a abrangência da incidência monofásica do ICMS para alcançar a comercialização de etanol, um dos principais combustíveis automotivos do país, de modo a manter isonomia no tratamento tributário conferido aos demais combustíveis automotivos, e alcançar também o gás liquefeito de petróleo, combustível fundamental para as famílias brasileiras e sujeito à cadeia de comercialização semelhante à dos demais combustíveis incluídos no dispositivo.

A alteração do art. 3º tem por objetivo garantir a adoção de alíquotas específicas, por unidade de medida, no ICMS sobre os combustíveis, sendo medida fundamental para conferir maior estabilidade dos preços dos combustíveis e da arrecadação estadual com o referido tributo.

A alteração do art. 7º cumpre dois papéis. Por mais que se reconheça a nobre intenção do Relator, a redação original proposta para o artigo não observa os ditames da legislação orçamentária, especialmente no que se refere ao art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao art. 125 da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ainda, entendemos que sua supressão não impede que o Poder Executivo promova a ampliação do auxílio Gás dos Brasileiros de maneira compatível com a legislação de regência.

Já a nova redação proposta, retomando o espírito do substitutivo ao PLP nº 11, de 2020, aprovado pela Câmara dos Deputados, define que a base de cálculo do ICMS, para fins da substituição tributária em relação às operações com diesel, biodiesel e GLP observe a média móvel dos preços praticados nos últimos 36 meses ao consumidor final, representando um





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

esforço dos Estados na solução da grave crise econômica e energética que se abate sobre a sociedade brasileira.

No mesmo sentido, o artigo 8º dispõe que as reduções de alíquotas de tributos federais e estaduais incidentes sobre os mesmos combustíveis mencionados acima, excepcionalmente no corrente exercício, não demandarão as medidas compensatórias previstas na LRF e na LDO em virtude da renúncia de receita que provoquem, bastando a demonstração do seu impacto orçamentário e financeiro, nos termos do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Complementando os artigos anteriores, o art. 9º efetivamente reduz a zero, até 31 de dezembro de 2022, as alíquotas das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS, tanto nas operações internas quanto nas importações, incidentes sobre as operações com óleo diesel, biodiesel e GLP.

Por fim, o art. 10º estabelece a vigência imediata dos dispositivos que tratam da redução dos tributos incidentes sobre os combustíveis para o ano de 2022, corroborando o caráter emergencial e transitório das medidas, e prevê que os demais dispositivos que tratam da instituição da cobrança monofásica do ICMS sobre os combustíveis abrangidos pela proposta passem a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023, propiciando tempo suficiente para que os Estados e os agentes de mercado se adequem às novas regras

Senado Federal, 16 de fevereiro de 2022.

Senadora **SORAYA THRONICKE**

PSL/MS





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

PLP 11/2020
00006**EMENDA Nº - PLEN (SUBSTITUTIVO)**
(ao PLP nº 11, de 2020)

Dê-se nova redação ao art. 8º, inclua-se o 9º, e renumere o atual art. 8º para art. 10:

“**Art. 8º** O disposto nos incisos I e II do caput e no § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 125 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, não se aplica às proposições legislativas e aos atos do Poder Executivo que entrarem em vigor no exercício de 2022, relativamente aos impostos e contribuições previstos nos arts. 155, inciso II, 195, inciso I, alínea “b”, 177, § 4º, e 239 da Constituição, nas operações envolvendo biodiesel, óleo diesel e gás liquefeito de petróleo derivado de petróleo e de gás natural no referido exercício.” (NR)

“**Art. 9º** As alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins de que tratam os incisos II e III do caput do art. 4º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, os incisos II e III do caput do art. 23 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, os arts. 3º e 4º da Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, ficam reduzidas a zero até 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. As alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes na importação de óleo diesel e suas correntes, de biodiesel e de gás liquefeito de petróleo derivado de petróleo e gás natural de que trata o § 8º do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, e o art. 7º da Lei nº 11.116, de 2005, ficam reduzidas a zero no prazo estabelecido no caput.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Eminentes Pares, a presente emenda se destina a aperfeiçoar o texto do substitutivo apresentado pelo Relator.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

O art. 8º dispõe que as reduções de alíquotas de tributos federais e estaduais incidentes sobre os mesmos combustíveis mencionados acima, excepcionalmente no corrente exercício, não demandarão as medidas compensatórias previstas na LRF e na LDO em virtude da renúncia de receita que provoquem, bastando a demonstração do seu impacto orçamentário e financeiro, nos termos do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Complementando os artigos anteriores, o art. 9º efetivamente reduz a zero, até 31 de dezembro de 2022, as alíquotas das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS, tanto nas operações internas quanto nas importações, incidentes sobre as operações com óleo diesel, biodiesel e GLP.

Forte em tais razões, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente emenda.

Senado Federal, 16 de fevereiro de 2022.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL/MS





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO

PLP 11/2020
00007

EMENDA Nº PLEN
(ao PLP 11, de 2020)

Modifica-se a alínea ‘b’ do inciso V do art. 3º da proposta no Substitutivo do Projeto de Lei Complementar nº 11 de 2020 que altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para dispor sobre substituição tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com combustíveis., passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Para a incidência do ICMS nos termos do disposto nesta Lei Complementar, será observado o seguinte:

(...)

V – as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal nos termos do art. 155, §2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal, observando o seguinte:

a)

b) Serão ser específicas, por unidade de medida adotada

Justificativa

A Constituição Federal confere a competência para os Estados elegerem entre alíquotas específicas (“ad rem”), por unidade de medida adotada, ou “ad valorem”, e qual o percentual ou a tipologia a ser aplicada por cada produto. Adicionalmente, poderão escolher o tipo de base de cálculo: se será “o valor da operação” ou “o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência”. Trata-se de faculdade conferida aos Estados para decidirem por um ou por outro modelo.

O quadro normativo dos pressupostos a serem observados, como a determinação da alíquota “ad rem”, ou mesmo os critérios gerais para a escolha e para reger a “apuração” da base de cálculo do ICMS-monofásico, este somente poder instituído por norma geral veiculada pela Lei Complementar.

Como uma das finalidades do projeto é desindexar o tributo do preço do produto para que o mesmo não acompanhe eventuais aumentos do PPI e ou Dólar.

Sala das Sessões,

Senador FLÁVIO BOLSONARO



PLP 11/2020
00008

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLP nº 11, de 2020)

Dê-se a seguinte redação a *alínea b*, do inciso V, do art. 3º, do Substitutivo apresentado ao PLP nº 11, de 2020:

Art. 3º

.....

b) serão específicas, por unidade de medida adotada; e

.....

JUSTIFICAÇÃO

O Substitutivo apresentado ao PL 11 de 2020, em 15 de fevereiro de 2022, propõe o resgate do texto dos PLP nº 16, de 2021 e PLP nº 23, de 2021, que tramitavam apensados ao PLP nº 11, de 2020, na Câmara dos Deputados, e que objetivavam disciplinar a **monofasia** na cobrança de ICMS sobre os combustíveis.

O PLP nº 16, de 2021, de autoria do Poder Executivo, previa ainda, que a incidência monofásica se daria apenas com a aplicação de alíquotas específicas por unidade de medida (*ad rem*), uma vez que essa modalidade de tributo tende a conferir mais estabilidade ao valor do imposto incidente sobre as operações e, consequentemente, contribuir para maior estabilidade do preço de venda dos combustíveis.

No entanto, o nobre relator, incluiu na *alínea b*, do inciso V, do art. 3º, do Substitutivo ora apresentado, a possibilidade dos Estados e do Distrito Federal também adotarem a modalidade do tributo *ad valorem*, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência.

Entendemos ser de fundamental importância a manutenção do espírito proposto pelo PLP nº 11, de 2021, que determinou a adoção do imposto *ad rem*. Sendo assim, na redação sugerida através de nossa Emenda, propomos a retirada da possibilidade de aplicação do tributo *ad valorem*, que



é apurada através de porcentagem incidente sobre o valor do produto. Essa modalidade de tributo não é revestida de transparência em relação ao peso do tributo nos combustíveis e, ainda, não contribui para a redução da volatilidade dos preços.

Segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, que congrega os principais atores do mercado de combustíveis, “é fundamental a adoção da incidência monofásica do ICMS para os combustíveis, com alíquotas *ad rem* – valor fixo por litro em substituição às alíquotas *ad valorem* – e uniformes em âmbito nacional. Tal medida, simplificaria a apuração e o recolhimento de impostos, daria mais transparência ao peso do tributo nos combustíveis e reduz a volatilidade dos preços”¹.

Contamos com o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO BRAGA**

¹ Disponível em:< <https://www.ibp.org.br/noticias/posicionamento-do-ibp-a-favor-da-livre-formacao-e-negociacao-do-preco-dos-combustiveis/>>. Acesso em 15. Fevereiro. 2022.



**PLP 11/2020
00009****SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze****EMENDA**

Inclua-se, onde couber, no substitutivo ao PLP 11 de 2020, o seguinte artigo:

Art. X. Os biocombustíveis não sujeitos à incidência monofásica de que trata esta Lei Complementar poderão ter alíquotas específicas, por unidade de medida adotada, ou ad valorem, uniformes em todo território nacional, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência.

Justificativa

O artigo 3º do substitutivo ao PLP 11 de 2020, apresentado pelo nobre sen. Jean Paul Prates, traz importante avanço ao sistema de tributação sobre combustíveis ao elencar a possibilidade de tributação “ad rem”, ou seja, a tributação de combustíveis com valor fixo por unidade de medida adotada.

A tributação “ad rem” reduz a volatilidade e efeito inflacionário residual dos ciclos de alta dos combustíveis, impactando positivamente tanto o planejamento dos cidadãos consumidores quanto o dos Estados, gerando previsibilidade na arrecadação e simplificando sobremaneira o modelo tributário atual, trazendo o Brasil mais próximo do que é adotado, hoje, como melhor prática pelos países da OCDE.

A presente proposta tem o condão de incluir todos os biocombustíveis dentro da possibilidade de tributação “ad rem”, facilitando seu modelo tributário, incentivando o consumo de combustíveis de fonte renovável pelos cidadãos bem como saneando arrecadação sobre ele pelos Estados.

Não é novidade a necessidade de trabalharmos a transição energética. Nesse consoante - em estudo recente sobre a precificação do carbono - a OCDE reiterou o alerta da urgente necessidade de os países adotarem medidas para combater o aquecimento global, alimentado pela queima de combustíveis com alto teor de carbono. E isso requer tributação equilibrada dos combustíveis. A redução das emissões de gases que causam o efeito estufa pode se dar mediante a substituição de combustíveis com alta emissão de carbono por energia com baixa ou nula emissão de carbono.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Os estudos da OCDE apontam que a tributação simplificada dos combustíveis é um modelo eficaz para reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO₂), privilegiando o consumo de fontes renováveis.

BRASÍLIA, 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

Senador **Luis Carlos Heinze**,
PROGRESSISTAS/RS



PLP 11/2020
00010

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLP nº 11, de 2020)

Dê-se a seguinte redação ao art. 6º do Substitutivo de Plenário apresentado ao PLP 11 de 2020:

“Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal disciplinarão o disposto nesta Lei Complementar mediante deliberação nos termos do art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição, observado que:

I – deverão ser estabelecidas equiparações a produtores dos produtos mencionados no art. 2º para fins de incidência do ICMS nos termos do disposto nesta Lei Complementar;

II – deverá ser atribuída a contribuinte do imposto ou a depositário a qualquer título a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS incidente nos termos do disposto nesta Lei Complementar;

III – deverá ser instituída câmara de compensação dos Estados e do Distrito Federal com atribuições relativas aos recursos arrecadados em decorrência da incidência do ICMS nos termos do disposto nesta Lei Complementar.”

IV – na definição de alíquotas específicas, nos termos do art. 3º, inciso V, alínea b, desta Lei Complementar, deverá ser previsto um intervalo mínimo de 12 meses entre os reajustes dessas alíquotas, observado o disposto na alínea c do inciso III do art. 150 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto pretende definir medidas para mitigar os efeitos do aumento dos combustíveis em relação a incidência do ICMS, respeitando a autonomia e competência dos Estados e do Distrito Federal para disciplinarem a matéria mediante deliberação no Conselho Nacional. Tanto que mantém plena autonomia aos Estados para fixar as alíquotas do imposto em montantes que garantam a manutenção dos patamares de arrecadação.



No entanto algumas questões precisam estar bem definidas para que os objetivos do projeto sejam de fato alcançados. Nesse sentido, consideramos que é necessário dar efetividade a alguns normativos, como os estabelecidos no artigo 6º.

A obrigatoriedade da instituição de câmara de compensação (que no inciso III do art. 6º é facultativa) se justifica em razão do comando constitucional de que as alíquotas do ICMS monofásico sejam uniformes em todo o território nacional. Dado o investimento necessário para sua implantação, é possível que não seja uma opção atraente para os Estados e o Distrito Federal, que acabariam uniformizando as alíquotas pelo valor mais alto cobrado entre os entes federados. Isso elevaria ainda mais a carga tributária sobre os combustíveis, exatamente o efeito contrário ao pretendido com a edição do PLP 11/2020. Tornando a câmara de compensação obrigatória, será possível ao Confaz fixar uma alíquota uniforme que mantenha ou mesmo reduza a carga tributária atualmente cobrada.

Também o inciso II do artigo 6º, considerarmos que a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS é uma obrigação e não uma possibilidade, motivo de nossa sugestão de ajuste.

A mesma lógica consideramos necessárias aplicar ao inciso I.

Diante do exposto, conto com o apoio dos meus pares para aprovação dessa emenda

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO BRAGA



PLP 11/2020
00011

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLP nº 11, de 2020)

Insira-se no art. 2º, do Substitutivo apresentado ao PLP nº 11, de 2020, o seguinte inciso IV:

Art. 2º

.....

IV – gás liquefeito de petróleo – GLP

JUSTIFICAÇÃO

O Substitutivo do PLP 11 de 2020, apresentado em 15 de fevereiro de 2022, propõe o resgate do texto dos PLP nº 16, de 2021, e do PLP nº 23, de 2021, que tramitavam apensados ao PLP nº 11, de 2020, na Câmara dos Deputados, cujo principal objetivo era disciplinar a monofasia na cobrança de ICMS sobre os combustíveis.

No entanto, o relator introduziu, no art. 2º do Substitutivo a monofasia de ICMS apenas para a gasolina, o diesel e o biodiesel. Entendemos ser de fundamental importância a inclusão do gás liquefeito de petróleo (GLP). Trata-se de medida extremamente necessária para ampliar os ganhos de eficiência, a redução de fraudes e desburocratizar o setor.

A monofasia do GLP é fundamental para a população brasileira, especialmente para os mais vulneráveis. O encarecimento do gás de cozinha, ocorrido nos últimos anos, tem impedido as famílias de baixa renda de adquirirem o combustível, obrigando-as a fazer uso de lenha, carvão e, mesmo, etanol para a cocção dos alimentos. A consequência é um aumento da incidência de doenças pulmonares, que afligem principalmente as mulheres e as crianças, e de acidentes graves com queimaduras.

Recentemente, o Congresso Nacional deu uma resposta para mitigar os impactos negativos da alta de preços desse produto sobre a população de menor renda, ao instituir o auxílio Gás dos Brasileiros, de que



trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, proposta encaminhada por mim no Senado Federal.

Diante dessas colocações, esperamos contar com o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO BRAGA**



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO

**PLP 11/2020
00012****EMENDA Nº PLEN.
(ao PLP 11, de 2020)**

Inclua-se o inciso IV no art. 2º na proposta no Substitutivo do Projeto de Lei Complementar nº 11 de 2020 que altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para dispor sobre substituição tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com combustíveis., passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

.....

.....

IV – Etanol Anidro;”

Justificativa

Atualmente o regime de substituição tributária relativo ao ICMS devido pelas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo está previsto no Convênio ICMS nº 110 de 2007 que, na sua Cláusula vigésima primeira, dispõe que os Estados e o Distrito Federal concederão diferimento ou suspensão do lançamento do imposto nas operações internas ou interestaduais com EAC ou com B100, quando destinados a distribuidora de combustíveis, para o momento em que ocorrer a saída da gasolina C ou a saída do óleo diesel B.

Ou seja, sem a inclusão do etanol anidro haverá uma lacuna na interpretação do diferimento que, diga-se, poderá não ser aplicado.

A gasolina C comercializada no Posto Revendedor é composta pelo etanol Anidro e gasolina A que passará a ser tributado no regime monofásico. Com isso, se manterá sistemática de tributação distinta para produtos que misturados formam um terceiro produto.

Ao tratar apenas da tributação monofásica nas operações com gasolina quebra sistemática atual das operações com etanol anidro trazendo maior complexidade, insegurança jurídica e, possivelmente, uma maior oneração ao produto final (gasolina C), uma vez que restará inviabilizada a manutenção do diferimento.

Sala das Sessões,

Senador Flávio Bolsonaro



Projeto de Lei nº 1472/2021





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 1472, de 2021**, que *"Dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador José Aníbal (PSDB/SP)	001; 002; 007
Senador Eduardo Braga (MDB/AM)	003; 014; 019; 020
Senador Jaques Wagner (PT/BA)	004; 006
Senadora Maria Eliza (MDB/RO)	005
Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	009; 013
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	010; 011; 021
Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	012
Senador José Serra (PSDB/SP)	015
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	016
Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	017
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)	018
Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	022

TOTAL DE EMENDAS: 21



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **JOSÉ ANÍBAL****PL 1472/2021**
00001**EMENDA Nº - CAE**
(ao Substitutivo do PL nº 1472, de 2021)

Suprima-se o art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021, renumerando-se os arts. posteriores, e dê-se a seguinte redação aos atuais arts. 1º e 3º:

“**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre as diretrizes dos preços dos derivados de petróleo comercializados no mercado interno.”

“**Art. 3º** A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘CAPÍTULO IX-C

.....
.....
Art. 68-H.

.....
§ 2º O Programa poderá utilizar como instrumento para o alcance de seu objetivo o disposto no art. 68-G e utilizar como fonte de receita os dividendos da Petrobras recebidos pela União.’ ”

JUSTIFICAÇÃO

O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021, estabelece alíquotas para o Imposto de Exportação sobre petróleo bruto. Em que pesem as boas intenções do Relator, a fonte de receita proposta para o Programa de Estabilização dos preços dos derivados de petróleo não nos parece a mais adequada.

O Imposto de Exportação sobre petróleo bruto prejudicará fortemente as atividades de Exploração e Produção de petróleo (E&P). É possível apontar, desde já, uma consequência inescapável: a diminuição da atratividade do Brasil como polo de exploração petrolífera, o que afetará negativamente os futuros leilões de blocos, dentro e fora do pré-sal.



Não se pode desconsiderar que o panorama na indústria do petróleo não é mais o mesmo de uma ou duas décadas atrás. A preocupação com a sustentabilidade, especialmente em relação ao aquecimento global, está na ordem do dia. A indústria do petróleo não é uma indústria do futuro, pelo contrário, é a principal representante da indústria “fóssil”, fadada a minguar no período de transição energética para as fontes renováveis. Obviamente, essa tendência torna as empresas petrolíferas muito mais seletivas no tocante aos seus investimentos.

O resultado desse comportamento pode ser verificado no último leilão de áreas para E&P, realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no dia 7 de outubro¹. Apenas 5 das 92 áreas ofertadas foram arrematadas pelas duas únicas empresas que apresentaram lances. Esse foi o pior resultado de todos os leilões até hoje realizados pela ANP.

Os investimentos em blocos já arrematados, por sua vez, podem ser cancelados se o Imposto de Exportação inviabilizar economicamente a produção futura de petróleo. Mesmo campos já em fase de produção podem ser devolvidos caso a exploração se torne gravosa. Esse risco é maior para as áreas de custo de produção mais elevado, haja vista que o Imposto de Exportação é calculado sobre o preço do petróleo e não sobre a rentabilidade do campo.

O resultado final será a redução de investimentos, produção, empregos, arrecadação de tributos e de participações governamentais na renda petrolífera da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Para substituir o Imposto de Exportação sobre petróleo bruto como fonte de receita para o Programa de Estabilização dos preços dos derivados de petróleo, propomos que sejam utilizados os dividendos da Petrobras recebidos pela União. Até o terceiro trimestre, a Petrobras se comprometeu a pagar R\$ 63,4 bilhões em dividendos referentes ao resultado de 2021. A União, incluindo a fatia do BNDES e BNDESPar, receberá R\$ 23,3 bilhões².

Como a Petrobras já quitou grande parte de sua dívida e os pesados investimentos feitos no pré-sal, principalmente nas áreas da Cessão Onerosa, resultarão em expressivo crescimento da produção de petróleo nos

¹ Disponível em [Leilão da ANP tem apenas 5 de 92 blocos de petróleo e gás arrematados; área próxima a Noronha não recebe proposta | Economia | G1 \(globo.com\)](#). Acesso em 21 de outubro de 2021.

² Disponível em [Petrobras: Dividendos de 2021 pagos à União chegam a R\\$ 23,3 bilhões | Empresas | Valor Econômico \(globo.com\)](#). Acesso em 19 de novembro de 2021.



próximos anos, a tendência é de aumento dos dividendos pagos pela empresa. Ou seja, haverá recursos para o Programa de Estabilização.

Ante o exposto, pedimos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores membros da CAE para a aprovação desta Emenda ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021.

Sala da Comissão,

Senador **JOSÉ ANÍBAL**
PSDB/SP



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **JOSÉ ANÍBAL****PL 1472/2021**
00002**EMENDA Nº - CAE**
(ao PL nº 1.472, de 2021)

Suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei nº 1.472, de 2021, renumerando-se os seguintes, bem como dê-se as seguintes redações à ementa e ao atual art. 6º:

“Dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, e cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis.”

“Art. 6º

§ 2º O Fundo poderá receber recursos oriundos da variação de preços em relação à banda de que trata o art. 4º desta Lei e dos dividendos da Petrobras S.A. recebidos pela União.

§ 3º O Fundo não poderá receber recursos orçamentários de outras fontes além dos dividendos da Petrobras S.A. recebidos pela União.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 1.472, de 2021, estabelece alíquotas para o Imposto de Exportação de petróleo bruto. Em que pesem as boas intenções do Autor, a fonte de receita proposta para o Programa de Estabilização dos preços dos derivados de petróleo não nos parece a mais adequada.

O Imposto de Exportação de petróleo bruto prejudicará fortemente as atividades de Exploração e Produção (E&P) de hidrocarbonetos. É possível apontar, desde já, uma consequência inescapável: a diminuição da atratividade do Brasil como polo de exploração petrolífera, e isso afetará negativamente os futuros leilões de blocos, dentro e fora do pré-sal.



Não se pode desconsiderar que o panorama na indústria do petróleo não é mais o mesmo de uma ou duas décadas atrás. A preocupação com a sustentabilidade, especialmente em relação ao aquecimento global, está na ordem do dia. A indústria do petróleo não é uma indústria do futuro, pelo contrário, é a principal representante da indústria “fóssil”, fadada a minguar no período de transição energética para as fontes renováveis. Obviamente, essa tendência torna as empresas petrolíferas muito mais seletivas no tocante aos seus investimentos.

O resultado desse comportamento pode ser verificado no último leilão de áreas para E&P, realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no dia 7 de outubro¹. Apenas 5 das 92 áreas ofertadas foram arrematadas pelas duas únicas empresas que apresentaram lances. Esse foi o pior resultado de todos os leilões até hoje realizados pela ANP.

Os investimentos em blocos já arrematados, por sua vez, podem ser cancelados se o Imposto de Exportação inviabilizar economicamente a produção futura de petróleo. Mesmo campos já em fase de produção podem ser devolvidos caso a exploração se torne gravosa. Esse risco é maior para as áreas de custo de produção mais elevado, haja vista que o Imposto de Exportação é calculado sobre o preço do petróleo e não sobre a rentabilidade do campo.

O resultado final será a redução de investimentos, produção, empregos, arrecadação de tributos e de participações governamentais na renda petrolífera da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Para substituir o Imposto de Exportação sobre petróleo bruto como fonte de receita para o Programa de Estabilização dos preços dos derivados de petróleo, propomos que sejam utilizados os dividendos da Petrobras recebidos pela União. Até o terceiro trimestre, a Petrobras se comprometeu a pagar R\$ 63,4 bilhões em dividendos referentes ao resultado de 2021. A União, incluindo a fatia do BNDES e BNDESPar, receberá R\$ 23,3 bilhões².

Como a Petrobras já quitou grande parte de sua dívida e os pesados investimentos feitos no pré-sal, principalmente nas áreas da Cessão Onerosa, resultarão em expressivo crescimento da produção de petróleo nos próximos anos, a tendência é de aumento dos dividendos pagos pela empresa. Ou seja, haverá recursos para o Programa de Estabilização.

¹ Disponível em [Leilão da ANP tem apenas 5 de 92 blocos de petróleo e gás arrematados; área próxima a Noronha não recebe proposta | Economia | G1 \(globo.com\)](http://leilao-da-anp-tem-apenas-5-de-92-blocos-de-petroleo-e-gas-arrematados-area-proxima-a-noronha-nao-recebe-proposta-economia-g1-globo.com). Acesso em 21 de outubro de 2021.

² Disponível em [Petrobras: Dividendos de 2021 pagos à União chegam a R\\$ 23,3 bilhões | Empresas | Valor Econômico \(globo.com\)](http://petrobras-dividendos-de-2021-pagos-a-união-chegam-a-r$-23,3-bilhoes-empresas-valor-economico-globo.com). Acesso em 19 de novembro de 2021.



Ante o exposto, pedimos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores membros da CAE para a aprovação desta Emenda ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021.

Sala da Comissão,

Senador **JOSÉ ANÍBAL**
PSDB/SP



PL 1472/2021
00003

EMENDA Nº - CAE
(ao PL nº 1472, de 2021)

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 6º e insiram-se os seguintes arts. 7º e 8º ao Projeto de Lei nº 1.472, de 2021, renumerando-se o atual art. 7º:

“**Art. 6º**

.....

§ 2º O Fundo poderá receber recursos oriundos:

I – da variação de preços em relação à banda de que trata o art. 4º;

II – dos valores arrecadados com o imposto de que trata o art. 5º;

III – da receita advinda da comercialização referida no art. 45 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

IV – do resultado positivo apurado no balanço semestral do Banco Central do Brasil da gestão das reservas cambiais referida no arts. 3º e 5º da Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019.72 de 2021

“**Art. 7º** Dê-se a seguinte redação ao art. 46 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2021:

‘**Art. 46.** A receita advinda da comercialização referida no art. 45 será destinada, segundo proporção definida anualmente nas leis orçamentárias, ao Fundo Social, conforme dispõem os arts. 47 a 60, e à estabilização do preço dos derivados de petróleo.’ (NR)”

“**Art. 8º** Dê-se a seguinte redação aos arts. 3º e 5º da Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019:

‘**Art. 3º**

.....



§ 3º A reserva de resultado de que trata este artigo somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista no inciso I do *caput* do art. 4º, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 5º desta Lei.’

‘Art. 5º Mediante prévia autorização do Conselho Monetário Nacional, os recursos existentes na reserva de resultado de que trata o art. 3º, observado o limite estabelecido no § 2º do art. 4º desta Lei, poderão ser destinados ao pagamento da DPMFi quando severas restrições nas condições de liquidez afetarem de forma significativa o seu refinanciamento e ao Fundo de Estabilização, com a finalidade de estabilizar os preços de derivados de petróleo.’”

JUSTIFICAÇÃO

A subida dos preços dos combustíveis derivados de petróleo se acentuou de tal forma neste ano que se tornou um grave problema macroeconômico e uma tragédia social. Nos dez primeiros meses de 2021, a gasolina, o óleo diesel e o gás liquefeito de petróleo (GLP) acumulam alta de, respectivamente, 38,29%, 36,32% e 33,34%¹.

Mês a mês, os combustíveis têm impactado fortemente a inflação. Em outubro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 1,25%. A gasolina, com aumento de 3,10%, foi o item individual que mais pesou nesse resultado, contribuindo com 0,19 ponto percentual². Impulsionado principalmente pelos aumentos dos combustíveis³, o IPCA já acumula alta de 8,24% em 2021⁴ e de 10,67% nos últimos 12 meses⁵.

¹ Disponível em [Tabela 7060: IPCA - Variação mensal, acumulada no ano, acumulada em 12 meses e peso mensal, para o índice geral, grupos, subgrupos, itens e subitens de produtos e serviços \(a partir de janeiro/2020\) \(ibge.gov.br\)](#). Acesso em 25 de novembro de 2021.

² Disponível em [Indicadores IBGE](#). Acesso em 26 de novembro de 2021.

³ Disponível em [Mais da metade da inflação é resultado da disparada dos combustíveis, energia e carne, aponta levantamento | Economia | G1 \(globo.com\)](#). Acesso em 26 de novembro de 2021.

⁴ Disponível em [Tabela 7060: IPCA - Variação mensal, acumulada no ano, acumulada em 12 meses e peso mensal, para o índice geral, grupos, subgrupos, itens e subitens de produtos e serviços \(a partir de janeiro/2020\) \(ibge.gov.br\)](#). Acesso em 26 de novembro de 2021.

⁵ Disponível em [Inflação | IBGE](#). Acesso em 26 de novembro de 2021.



Infelizmente, a inflação não dá mostras de arrefecer nos próximos meses: a prévia de novembro (IPCA-15) é a mais alta para esse mês em dezenove anos: 1,17%⁶. Mais uma vez, a gasolina foi a grande vilã, causando o maior impacto individual entre todos os itens que compõem o índice: 0,40 ponto percentual, ou seja, cerca de 1/3 da inflação total do mês⁷.

Diante da escalada inflacionária verificada ao longo de 2021, o Banco Central está sendo obrigado a subir a taxa básica de juros da economia (SELIC). No mês de outubro, o Comitê de Política Monetária (COPOM) aumentou a taxa Selic em 1,5 ponto percentual, de 6,25% para 7,75% ao ano, a mais alta em quatro anos⁸. Provavelmente haverá outro aumento de igual magnitude em dezembro⁹. Segundo o Banco Central, a taxa de juros deve chegar a dois dígitos em 2022¹⁰. Isso é estarrecedor, considerando que a Selic era de apenas 2% em janeiro de 2021.

Juros mais altos implicam diminuição do crescimento. A cada semana, os analistas econômicos reduzem suas expectativas em relação ao PIB. No Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central em 22 de novembro, a mediana¹¹ das projeções do mercado para o crescimento da economia brasileira caiu de 4,88% para 4,80% em 2021 e de 0,93% para 0,70% em 2022¹².

É um crescimento pífio, tendo em vista o potencial de nossa economia, e claramente insuficiente para uma recuperação vigorosa do mercado de trabalho, bem como da renda dos trabalhadores. No trimestre encerrado em junho, a taxa de desemprego caiu em 1 ponto percentual, mas ainda é muito elevada: 13,7%, indicando 14,1 milhões de pessoas ainda em

⁶ Disponível em [IPCA-15: prévia da inflação fica em 1,17% em novembro e atinge 10,73% em 12 meses | Economia | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/brasil/noticia/2021/11/22/ipca-15-previa-da-inflacao-fica-em-1-17-em-novembro-e-atinge-10-73-em-12-meses-g1.globo.com). Acesso em 26 de novembro de 2021.

⁷ Disponível em [Prévia da inflação registra maior alta para o mês de novembro desde 2002 | Brasil e Política | Valor Investe \(globo.com\)](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/11/22/previa-da-inflacao-registra-maior-alta-para-o-mes-de-novembro-desde-2002-brasil-e-politica-valor-investe.globo.com). Acesso em 26 de novembro de 2021.

⁸ Disponível em [Banco Central aumenta taxa de juros para 7,75% ao ano, maior patamar desde 2017 | Economia | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/brasil/noticia/2021/11/22/banco-central-aumenta-taxa-de-juros-para-7-75-ao-ano-maior-patamar-desde-2017-economia-g1.globo.com). Acesso em 26 de novembro de 2021.

⁹ Disponível em [Por que o Banco Central acelera a taxa de juros | CNN Brasil](https://cnnbrasil.com.br/economia/2021/11/22/por-que-o-banco-central-acelera-a-taxa-de-juros/). Acesso em 26 de novembro de 2021.

¹⁰ Disponível em [BC confirma que taxa de juros deve chegar a dois dígitos para controlar inflação em 2022 - Economia - Estadão \(estadao.com.br\)](https://estadao.com.br/economia/2021/11/22/bc-confirma-que-taxa-de-juros-deve-chegar-a-dois-digitos-para-controlar-inflacao-em-2022-economia-estadao.com.br). Acesso em 26 de novembro de 2021.

¹¹ Mediana é o valor central da amostra pesquisada.

¹² Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/11/22/mercado-reduz-projecao-para-a-alta-do-pib-do-brasil-em-2022-de-093percent-para-070percent.ghtml>. Acesso em 26 de novembro de 2021.



busca de emprego¹³. Em paralelo, encolhe a renda domiciliar per capita do trabalho, estimada em apenas R\$ 1.326 nas regiões metropolitanas, a menor em quase dez anos¹⁴.

Nesse contexto, o aumento dos combustíveis derivados de petróleo castiga os trabalhadores de três formas: a primeira pela corrosão de seu poder de compra pela inflação, a segunda pela manutenção da taxa de desemprego em níveis altos e, por fim, a terceira pelo decréscimo da renda salarial média. Em suma, é uma verdadeira tragédia.

Em razão da importância dos combustíveis para a economia, seus preços não deveriam variar tão livremente, ao sabor da volatilidade da cotação do petróleo e também do dólar, como quer a Petrobras, que adota o malfadado Preço de Paridade de Importação (PPI) para precificar seus produtos. Por isso, é tão necessário o estabelecimento de um mecanismo que mitigue essas variações e dê certa estabilidade ao preço dos combustíveis. Nesse sentido, aplaudimos o PL nº 1472, de 2021.

Entretanto, dado o elevado volume de combustíveis consumidos no Brasil, é preciso acrescentar fontes de receitas, além das já previstas, para abastecer o fundo de estabilização criado pelo PL nº 1472, de 2021. Com esse objetivo, propomos destinar, em percentual a ser definido anualmente nas leis orçamentárias, parte dos recursos advindos da comercialização do excedente em óleo da União, decorrente dos contratos de partilha de produção, para a estabilização do preço dos combustíveis. A Pré-Sal Petróleo S.A., empresa responsável pela gestão da comercialização de petróleo e gás natural da União, estimou em US\$ 116 bilhões (R\$ 645 bilhões ao câmbio atual) a receita a ser gerada por essa fonte entre 2022 e 2031¹⁵. Esse montante deve ser mais que adequado para dar consistência financeira ao fundo de estabilização.

Adicionalmente, propomos que os recursos obtidos pelo Banco Central na gestão das reservas internacionais possam ser usados para a estabilização do preço dos combustíveis, que indiretamente ajuda no controle da inflação.

¹³ Disponível em [IBGE: desemprego cai para 13,7% no trimestre encerrado em julho | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](https://www.ibge.gov.br/indicadores/emprego/137-desemprego-cai-para-137-no-trimestre-encerrado-em-julho-agencia-brasil-100436769.html). Acesso em 26 de novembro de 2021.

¹⁴ Disponível em [Renda média atinge menor nível em quase 10 anos nas metrópoles do Brasil - 07/10/2021 - Mercado - Folha \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/mercado/07/10/2021/renda-media-atinge-menor-nivel-em-quase-10-anos-nas-metropoles-do-brasil-07/10/2021-mercado-folha-uol.com.br). Acesso em 26 de novembro de 2021.

¹⁵ Disponível em [gerkfinal_rev08.pdf \(presalpetroleo.gov.br\)](https://www.presalpetroleo.gov.br/gerkfinal_rev08.pdf). Acesso em 26 de novembro de 2021.



O Banco Central não tem mais a obrigação de repassar esses recursos ao Tesouro Nacional desde a edição da Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019. Não obstante, houve repasse relevante em 2020 para ajudar a cumprir a regra de ouro, operação que foi realizada por meio de autorização do Conselho Monetário Nacional e com aval do Tribunal de Contas da União. Entendemos que ajudar a compor o Fundo de Estabilização é uma possibilidade importante que deve estar incluída no rol de usos desses recursos.

Diante do exposto, peço o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação desta Emenda ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021.

Sala da Comissão,

Senador EDUARDO BRAGA





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

**PL 1472/2021
00004****PROJETO DE LEI Nº 1.472, DE 2021**

Dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto.

EMENDA Nº - CAE**Modificativa**

Dê-se a seguinte redação aos Arts. 1º e 2º do Projeto de Lei nº 1.472, de 2021:

“Art. 1º Esta Lei estabelece alíquotas máximas para o Imposto de Exportação de petróleo bruto e dispõe sobre diretrizes dos preços dos derivados de petróleo comercializados no mercado interno.

Art. 2º As alíquotas máximas do Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto, classificado no código 2709.00.10, da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM são as seguintes:

I - 0% (zero por cento) para o valor do petróleo bruto até US\$ 40 (quarenta dólares dos Estados Unidos) por barril;

II - 30% (trinta por cento) aplicados apenas sobre a parcela do valor do valor do petróleo bruto acima de US\$ 40 (quarenta dólares dos Estados Unidos) por barril e abaixo ou igual a US\$ 70 (setenta dólares dos Estados Unidos) por barril;

III - 50% (cinquenta por cento) aplicados apenas sobre a parcela do valor do petróleo bruto acima de US\$ 70 (setenta dólares dos Estados Unidos) por barril.”





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa ajustar as alíquotas mínimas propostas para o Imposto de Exportação de petróleo bruto. Tendo em vista as recentes flutuações cambiais e a desvalorização da moeda brasileira, as empresas que atuam no setor acabam por reforçar sua política de exportação, explorando ganhos maiores, mas elevando, no entanto, o preço nacional dos combustíveis devido à oferta decrescente, acarretando em prejuízos para a economia brasileira.

O referido imposto é, portanto, importante não apenas como fonte de recursos para a política de estabilização de preços proposta no referido PL, mas também por servir como estímulo para que a empresa aumente sua oferta nacional, praticando assim valores menores internamente. Desta forma, sugerimos a adoção das referidas alíquotas, visando o efetivo alcance dos resultados desejados.

A alteração proposta para o Art. 1º apenas corrige a redação, compatibilizando-o com as **alíquotas máximas** estabelecidas no Art. 2º.

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 2021

Senador JAQUES WAGNER
PT/BA



PL 1472/2021
00005

EMENDA Nº - CAE
(ao PL nº 1.472, de 2021)

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 1.472, de 2021, nos termos do Substitutivo apresentado pelo Relator na Comissão de Assuntos Econômicos em 30 de novembro de 2021, o seguinte art. 5º, renumerando-se os demais:

“**Art. 5º** Serão concedidos incentivos fiscais à instalação e ampliação de refinarias de petróleo em território nacional, nos termos de Regulamento a ser submetido pelo Poder Executivo à aprovação do Congresso Nacional no prazo de trinta dias após a publicação desta lei.”

JUSTIFICAÇÃO

Muitos especialistas alertam que o grande gargalo enfrentado pela economia brasileira deve-se não à nossa capacidade de extração de petróleo, mas à baixa capacidade de refino para a produção de combustíveis e outros derivados.

O objetivo da presente Emenda é justamente conceder incentivos fiscais, nos termos de Regulamento, para a instalação de novas refinarias de petróleo, bem como a ampliação das atualmente existentes, com vistas a superar este gargalo.

Sabemos que a concessão de incentivos fiscais deve seguir a legislação orçamentária e financeira em vigor, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que exige a edição de norma legal observando-se uma série de critérios. Desta forma, em respeito à LRF, propomos que o Regulamento seja submetido pelo Poder Executivo à aprovação do Congresso Nacional no prazo de trinta dias após a publicação da futura lei.

Sala da Comissão,

Senadora MARIA ELIZA





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

**PL 1472/2021
00006****PROJETO DE LEI Nº 1.472, DE 2021**

Dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto.

EMENDA Nº - CAE**Modificativa**

Dê-se a seguinte redação aos Arts. 1º e 2º do Projeto de Lei nº 1.472, de 2021:

“Art. 1º Esta Lei estabelece alíquotas para o Imposto de Exportação de petróleo bruto e dispõe sobre diretrizes dos preços dos derivados de petróleo comercializados no mercado interno.

Art. 2º As alíquotas do Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto, classificado no código 2709.00.10, da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM são as seguintes:

I - 0% (zero por cento) para o valor do petróleo bruto até US\$ 40 (quarenta dólares dos Estados Unidos) por barril;

II - 30% (trinta por cento) aplicados apenas sobre a parcela do valor do petróleo bruto acima de US\$ 40 (quarenta dólares dos Estados Unidos) por barril e abaixo ou igual a US\$ 70 (setenta dólares dos Estados Unidos) por barril;

III - 50% (cinquenta por cento) aplicados apenas sobre a parcela do valor do petróleo bruto acima de US\$ 70 (setenta dólares dos Estados Unidos) por barril.

§ 1º O valor do petróleo bruto, base para incidência do Imposto de Exportação, é o mesmo utilizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para cálculo dos royalties.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

§ 2º Do valor da exportação utilizado como base de cálculo para se determinar o valor do Imposto de Exportação de que trata o art. 2º desta Lei poderá ser deduzido o valor das importações de petróleo bruto, desde que o petróleo bruto seja refinado no País pela mesma pessoa jurídica exportadora e durante o mesmo período.

§ 3º O Poder Executivo, obedecida a alíquota máxima de 50% (cinquenta por cento) fixada neste artigo, poderá alterar as alíquotas do Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto, tendo em vista as diretrizes do art. 68-E da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

§ 4º O Poder Executivo poderá estabelecer alíquotas diferenciadas do imposto de que trata o caput para pessoas jurídicas que destinem parte da produção para refino no mercado interno, conforme regulamentação.”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa ajustar as alíquotas mínimas propostas para o Imposto de Exportação de petróleo bruto. Tendo em vista as recentes flutuações cambiais e a desvalorização da moeda brasileira, as empresas que atuam no setor acabam por reforçar sua política de exportação, explorando ganhos maiores, mas elevando, no entanto, o preço nacional dos combustíveis devido à oferta decrescente, acarretando em prejuízos para a economia brasileira.

O referido imposto é, portanto, importante não apenas como fonte de recursos para a política de estabilização de preços proposta no referido PL, mas também por servir como estímulo para que a empresa aumente sua oferta nacional, praticando assim valores menores internamente.

Desta forma, sugerimos a adoção das referidas alíquotas, visando o efetivo alcance dos resultados desejados. Vale perceber que mantivemos a flexibilidade para o Poder Executivo alterar as alíquotas, tendo em vista se tratar de um imposto regulatório que deve ser adaptado às condições de abastecimento e de mercado. Ainda assim, é fundamental alterar os parâmetros do Imposto de Exportação para que ele tenha efetividade.

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente proposta.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

Sala das Comissões, em 06 de dezembro de 2021

Senador JAQUES WAGNER
PT/BA



PL 1472/2021
00007**EMENDA Nº - CAE**
(ao Substitutivo do PL nº 1472, de 2021)

Suprimam-se os arts. 2º e 4º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021, renumerando-se os arts. posteriores, e dê-se a seguinte redação à Ementa e aos atuais arts. 1º e 3º:

Ementa: “Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para dispor sobre diretrizes de preços para os derivados do petróleo e criar o Programa de Estabilização, com a finalidade de reduzir a volatilidade desses preços.”

“**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre as diretrizes dos preços dos derivados de petróleo comercializados no mercado interno e cria o Programa de Estabilização, com a finalidade de reduzir a volatilidade desses preços.”

“**Art. 3º** A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘CAPÍTULO IX-C

Art. 68-G.

Parágrafo único. Fica vedado o estabelecimento de subsídios cruzados entre derivados de petróleo.

Art. 68-H.

§ 2º O Programa poderá utilizar como instrumento para o alcance de seu objetivo o disposto no art. 68-G desta Lei e considerar como fonte adicional de receita, ressalvada disponibilidade orçamentária e financeira:

I – dividendos da Petrobrás devidos à União; e

II – participações governamentais destinadas à União, resultantes dos regimes de concessão, cessão onerosa e partilha de



produção, de que tratam, respectivamente, as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 12.276, de 30 de junho de 2010, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010, ressalvadas vinculações estabelecidas na legislação.

§ 3º Os recursos obtidos na forma dos incisos I e II do § 2º só podem ser utilizados:

I – quando a cotação internacional do petróleo escolhido como referência pela ANP for igual ou superior a US\$ 80,00 (oitenta dólares dos Estados Unidos) por barril; e

II – para reduzir a volatilidade dos preços da gasolina, do óleo diesel e do gás liquefeito de petróleo (GLP).’ ”

JUSTIFICAÇÃO

O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021, estabelece alíquotas para o Imposto de Exportação sobre petróleo bruto. Em que pesem as boas intenções do ilustre Relator, Senador Jean Paul Prates, a fonte de receita proposta para o Programa de Estabilização dos preços dos derivados de petróleo não nos parece a mais adequada.

O Imposto de Exportação sobre petróleo bruto prejudicará fortemente as atividades de Exploração e Produção de petróleo (E&P). É possível apontar, desde já, uma consequência inescapável: a diminuição da atratividade do Brasil como polo de exploração petrolífera, o que afetará negativamente os futuros leilões de blocos, dentro e fora da área do pré-sal.

O resultado final será a redução de investimentos, produção e arrecadação de tributos, de *royalties* e de outras participações governamentais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Já os trabalhadores perderão emprego e renda.

A sinalização negativa para os investidores provocada pelo Imposto de Exportação extrapola o setor de Petróleo & Gás. Alterar a rentabilidade de concessões já licitadas, nas quais os investidores calibraram os lances ofertados de acordo com as condições editalícias determinadas pelo Estado Brasileiro, aumenta a percepção de risco regulatório do País e gera o temor de que expediente semelhante venha a ser utilizado em licitações já realizadas em outras áreas de infraestrutura.

Reconhecemos o esforço do nobre Relator em aprimorar o Imposto de Exportação de petróleo bruto, reduzindo as alíquotas inicialmente propostas. Ponderamos, contudo, que as alíquotas não são o problema, mas sim o próprio Imposto de Exportação. Como explicado acima, a criação do Imposto de Exportação traz insegurança regulatória



para o ambiente de investimentos do Brasil. Esse ônus, entretanto, não é compensado por bônus algum que o justifique. A nova alíquota proposta, por exemplo, nada teria arrecadado em 2021. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)¹, o valor médio das exportações de petróleo bruto neste ano foram de aproximadamente US\$ 61 por barril, valor bem abaixo do mínimo para que ocorra a incidência do Imposto de Exportação. Mesmo que fosse arrecadada alguma quantia com o Imposto de Exportação, não haveria garantia de que se destinasse a reduzir o preço dos combustíveis, haja vista que a receita de impostos não pode ser vinculada a despesas ou fundos.

Enfim, qual é a razão de se criar um imposto que não traz qualquer benefício para o consumidor de combustíveis, o que deveria ser o propósito deste Projeto de Lei, e ainda prejudica a indústria do petróleo, um dos poucos setores da economia brasileira que funciona a contento? A rigor, o Imposto de Exportação não pode ser justificado no âmbito deste Projeto de Lei. Por isso, propomos a sua supressão.

Com relação às fontes de recursos para o Programa de Estabilização, estamos convictos de que os dividendos da Petrobras pagos à União são suficientes para servir de lastro inicial. Conforme anunciou em seu novo plano de investimentos, a estatal pretende distribuir entre US\$ 60 bilhões e US\$ 70 bilhões em dividendos a seus acionistas nos próximos cinco anos². Nessas condições, a União receberá entre R\$ 27 bilhões e R\$ 31 bilhões por ano. Montante que dificilmente o Imposto de Exportação arrecadará. Além disso, pode-se contar com participações governamentais destinadas à União, ressalvadas vinculações estabelecidas pela legislação. Essas duas fontes de receita, já acolhidas no Relatório, permitem a operacionalização do Programa de Estabilização em breve prazo.

Ressalte-se, ainda, que a fonte principal de receita do Programa é a própria banda de preços, quando a cotação do petróleo estiver em baixa. Os recursos adicionais provenientes de dividendos e de participações governamentais prestam-se basicamente para o reforço de caixa, com o objetivo de dar liquidez ao Programa no início das operações e quando a cotação do petróleo mantiver tendência de alta por muito tempo.

Nesse contexto, também propomos a supressão dos dispositivos que destinam para o Programa de Estabilização os saldos positivos do Banco Central na gestão das reservas cambiais do Brasil, bem como o superávit financeiro de fontes de livre aplicação. É verdade que a

¹ Disponível em <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-estatisticos/de/ie/importacoes-exportacoes-b.xlsx>. Acesso em 4 de dezembro de 2021.

² Disponível em [Petrobras prevê até R\\$ 392 bilhões em dividendos nos próximos cinco anos - 25/11/2021 - Mercado - Folha \(uol.com.br\)](https://www.petrobras.com.br/pt-br/assuntos/relatorio-anual/2021/25-11-2021-mercado-folha). Acesso em 5 de dezembro de 2021.



elevada participação de reservas internacionais no balanço do Banco Central gera grandes lucros, mas não se pode esquecer que também ocorrem grandes perdas, com os resultados acompanhando as valorizações e desvalorizações do real. Em função dessa volatilidade, parcela elevada dos lucros deveria ser direcionada a reservas dentro do próprio Banco Central para a compensação de perdas futuras. Também não é sensato lançar mão de todo recurso disponível no Balanço da União para diminuir a volatilidade do preço dos combustíveis, como se essa questão fosse a maior ou a única prioridade do Brasil, um país com tantas carências e tão poucos recursos.

Adicionalmente, inserimos três dispositivos no Substitutivo. O primeiro deles proíbe a instituição de subsídios cruzados entre os derivados de petróleo. Dessa forma, o valor arrecadado na banda de preços de um derivado não pode ser utilizado para compensar o preço de outro derivado. Subsídios cruzados geram distorções, desequilibrando preços e, na maioria das vezes, escolhendo arbitrariamente favorecidos e prejudicados. Já o segundo dispositivo estabelece que as receitas provenientes de fontes fora da banda de preços, isto é, dos dividendos da Petrobras e das participações governamentais destinadas à União, só podem ser empregados para reduzir a volatilidade do preço dos combustíveis quando a cotação de referência do petróleo for igual ou superior a US\$ 80 por barril. Assim, essas receitas só serão utilizadas quando a pressão altista sobre os preços dos combustíveis aos consumidores for mais forte. Em outras palavras, esse dinheiro só será gasto quando for realmente necessário. Afinal, são recursos públicos e o seu dispêndio, portanto, demanda cautela e moderação por parte dos governantes. Por fim, o terceiro dispositivo determina que as receitas de fontes fora da banda de preços só possam ser usadas para reduzir o preço da gasolina, do óleo diesel e do GLP, justamente os combustíveis mais consumidos pela população. O intuito é evitar que o Governo de plantão caia na tentação de, por exemplo, subsidiar com recursos do Estado a nafta para os grandes grupos petroquímicos ou o asfalto para as grandes empreiteiras.

Ante o exposto, pedimos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores membros da CAE para a aprovação desta Emenda ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021.

Sala da Comissão,

Senador JOSÉ ANÍBAL



**PL 1472/2021**
00009

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Carlos Portinho

EMENDA Nº - PLEN

(ao PL 1.472, de 2021)

Suprimam-se a íntegra do art. 2º, do Substitutivo do Projeto de Lei nº 1472, de 2021, bem como, o I, do §2º do art. 68-H, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, na forma proposta pelo art. 3º, também do Substitutivo do Projeto de Lei nº 1472, de 2021 e, ainda, dê-se à ementa e ao art. 1º a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para dispor sobre diretrizes de preços para os derivados do petróleo.”

.....
“**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre diretrizes dos preços dos derivados de petróleo comercializados no mercado interno.”

JUSTIFICAÇÃO

O imposto de exportação pode ser um entrave para investimentos futuros na área de exploração e produção de petróleo.

Estabelecer o imposto de exportação tem potencial para onerar e diminuir a competitividade das empresas, um setor importante para a economia nacional.

Ele pode ser um instrumento arrecadatário eficaz no curto prazo, mas pode comprometer a atividade no longo prazo. O Brasil exporta petróleo bruto e importa gasolina. O imposto de exportação pode ter impacto tanto nas importações quanto nos preços da gasolina que volta para o Brasil, principalmente no mercado inteiro.

Além disso, a vinculação de imposto à despesa é inconstitucional, dessa forma, não há garantias de que os recursos serão utilizados para estabilizar os preços dos combustíveis. A partilha deste ônus do imposto em regra é sempre o consumidor que paga.



Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 1472, de 2021, busca aperfeiçoar a legislação ao dar mais previsibilidade ao mercado de combustíveis, atenuando a volatilidade dos preços tipicamente observada nesses produtos.

Entretanto, uma das fontes propostas para a composição da receita do programa de estabilização de preços, o imposto de exportação sobre o petróleo bruto, pode trazer consequências severas para a recuperação da economia. O setor petrolífero é um dos grandes responsáveis pelo superávit da balança comercial brasileira, bem como pela segurança de abastecimento nacional.

Como forma de manter o meritório objetivo principal da proposta, isto é, a redução da volatilidade dos preços dos combustíveis, porém expurgando o imposto de exportação, cujo efeito é nocivo para a economia nacional, apresento esta emenda, que suprime o art. 2º e o inciso I, do §2º, do art. 68-H, na forma proposta pelo art. 3º, e propõe a consequente adaptação da redação da ementa do art. 1º, *caput*.

Conto com o apoio dos meus nobres pares para essa correção pequena para os fins do Projeto de Lei, porém, importante para a economia brasileira.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS PORTINHO



PL 1472/2021
00010**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PL nº 1472, de 2021)

Suprima-se o art. 2º e o inciso I do §2º do art. 68-H da Lei nº 9.478/1997, na forma proposta pelo artigo 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.472, de 2021, renumerando-se os demais artigos, e dê-se as seguintes redações à ementa e ao art. 1º:

“Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para dispor sobre diretrizes de preços para os derivados do petróleo ”

“Art. 1 º Esta Lei dispõe sobre as diretrizes dos preços dos derivados de petróleo comercializados no mercado interno. ”

JUSTIFICAÇÃO

Em que pese o mérito do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021, de propor meios de conter os sucessivos aumentos dos preços dos combustíveis no Brasil, a criação de um novo tributo incidente sobre a exportação de petróleo bruto gera grande insegurança jurídica ao setor, com potencial para desestimular investimentos, inviabilizar os projetos já instalados que não levaram em consideração esse custo financeiro em sua modelagem inicial, e reduzir a atratividade dos projetos para investimentos no país na área de exploração e produção de petróleo e gás natural.

A complexa e elevada carga tributária brasileira sobre o comércio exterior afeta de forma negativa a competitividade da indústria. A cumulatividade dos tributos ao longo da cadeia produtiva gera o aumento de custos para as empresas, que consequentemente são transferidos nas exportações.

Ademais, a tributação sobre a exportação de petróleo bruto demonstra-se incompatível com o objetivo para a qual é concebida, uma vez



que recomenda-se a utilização desse mecanismo tributário quando os produtos exportados apresentem vantagens competitivas para o país exportador, de tal forma que, mesmo com a incidência tributária, ele permaneça competitivo no mercado internacional, o que não é o caso. Assim, a criação de um imposto de exportação sobre o petróleo poderá comprometer a competitividade do produto nacional no mercado externo.

Por essas razões proponho a supressão do art. 2º que institui o Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto e define suas alíquotas, bem como a supressão do inciso I do §2º do art. 68-H da Lei nº 9.478/1997, na forma proposta pelo artigo 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021, que faz referência ao Imposto de Exportação como fonte adicional de receita do Programa de Estabilização

Conto com apoio dos nobres pares no apoio a essa emenda

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



PL 1472/2021
00011

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 1472, de 2021)

Acrescente-se ao art. 68-E, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, inserido pelo art. 3º da Emenda CAE nº 8 (Substitutivo) ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021, o seguinte inciso VI:

“Art. 68-E.

.....
VI – preços acessíveis para derivados do petróleo utilizados na cadeia de segurança alimentar de famílias de baixa renda.”

JUSTIFICAÇÃO

Uma das funções primordiais do fornecimento de combustíveis aos brasileiros é a disponibilização de insumo energético para cocção dos alimentos a preços acessíveis às classes de baixa renda. Portanto, a política de preços internos de venda para agentes distribuidores e empresas comercializadoras deve observar esse princípio.

Para isso, apresento emenda para que os mecanismos a serem implementados por essa lei possam trazer alívio a esse segmento da população que vem sendo demasiadamente castigado, a despeito dos recentes esforços para conceder auxílio parcial para aquisição de GLP.

A garantia de que as famílias de baixa renda tenham acesso ao botijão também é garantia de que poderão passar pela crise atual do Brasil com alguma proteção.

Conto com apoio dos nobres pares no apoio a essa emenda

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



**PL 1472/2021
00012****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

EMENDA Nº - PLEN
(ao Substitutivo do PL nº 1472, de 2021)

Suprima-se o art. 2º, bem como o *inciso I*, do §2º do Art. 68-H da Lei nº 9.478/1997 proposto pelo artigo 3º, ambos do substitutivo ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021, renumerando-se os arts. e incisos remanescentes, e dê-se a seguinte redação ao atual art. 1º:

“Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as diretrizes dos preços dos derivados de petróleo comercializados no mercado interno.”

JUSTIFICAÇÃO

A indústria global de energia tem passado por mudanças estruturais ao longo dos últimos anos, com crescentes requerimentos em prol da redução de carbono e diversificação da matriz energética. Há pouco mais de uma década, o desafio era viabilizar o aumento da oferta de petróleo em meio ao crescimento constante da demanda. Atualmente, há o entendimento de que a demanda por petróleo pode atingir seu ápice nas próximas décadas e esta pode ser a última janela de exploração desses ativos.

Além das condições geológicas, a segurança jurídica para o setor de exploração e produção de petróleo é outro pilar de sustentação para a atratividade de investimentos. E dentro da segurança jurídica, a estabilidade do ambiente tributário é elemento essencial para que o país continue elevando seu protagonismo no cenário mundial.

Como dito, no âmbito tributário, pressupõe-se a proteção das normas jurídicas e de sua estabilidade. É fundamental que alterações e revogações de normas tributárias não sejam realizadas com risco de incremento injustificado da carga tributária. Esse aspecto é especialmente importante para o setor de exploração e produção de petróleo, que se caracteriza por investimentos intensivos e de longo tempo de maturação.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Na contramão dessa diretriz, a criação de um novo tributo incidente sobre a exportação de petróleo bruto traz grande insegurança jurídica, com potencial para desestimular potenciais investidores a aplicarem seus recursos no Brasil na área de exploração e produção de petróleo e gás natural. De fato, um novo tributo poderia, inclusive, inviabilizar os projetos já instalados e que não levaram em consideração esse custo financeiro em sua modelagem inicial.

Com efeito, o tributo sobre a exportação de petróleo bruto levaria a um aumento da já elevada carga tributária incidente sobre a indústria do petróleo, uma vez que, apesar de as receitas oriundas da atividade de exploração e produção de petróleo no Brasil (tributos, bônus de assinatura, participações especiais, royalties, etc.) representarem aproximadamente 70% da renda do setor, atualmente o petróleo bruto não sofre tributação sobre as exportações. Portanto, tal aumento tende a reduzir a atratividade dos projetos para investimentos no país, uma vez que acarretaria elevação de custos em um mercado tomador de preços, no qual não é possível qualquer repasse à ponta compradora.

Ademais, a pretendida tributação sobre a exportação de petróleo bruto demonstra-se incompatível com o objetivo para a qual é concebida. Pela perspectiva da política fiscal, recomenda-se a utilização desse mecanismo tributário quando os produtos exportados apresentem vantagens competitivas para o país exportador, de tal forma que, mesmo com a incidência tributária, ele permaneça competitivo no mercado internacional, o que não é o caso. Ou seja, o Brasil passaria a “exportar tributo” na contramão dos mais básicos conceitos de comércio exterior. Em suma, a criação de um imposto de exportação sobre o petróleo poderá comprometer a competitividade do produto nacional no mercado externo.

Senador NELSINHO TRAD
(PSD/MS)





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

PL 1472/2021
00013

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL 1472, de 2021)

Insira-se o seguinte artigo, onde melhor couber, no substitutivo da CAE ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021, promovendo as renumerações necessárias:

Art. Cabe a Agência Nacional do Petróleo (ANP), no exercício de sua competência de fiscalização, conforme impõe a Lei nº 9.478, de 6º de agosto de 1997, dar transparência ao consumidor final dos preços dos combustíveis e gás natural veicular (GNV) praticados diariamente pelos postos de combustíveis, permitindo ao consumidor ter acesso a essas informações de forma adequada, clara e precisa.

§1º Visando garantir a aplicabilidade do disposto no *caput*, bem como, o cumprimento do disposto nos art. 6º e 31, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, os postos de combustíveis deverão informar diariamente a ANP os preços praticados para o consumidor final.

§2º O descumprimento no disposto no §1º, implicará na aplicação de advertência, multa, suspensão das atividades por prazo certo e, persistindo o descumprimento, aplicar-se-á a pena de cessação definitiva das atividades.

§3º A Agência Nacional de Petróleo, observando o disposto no *caput* desta lei, tornará disponível as informações ao consumidor, garantindo-lhe a escolha livre e adequada, vinculando a informação correta e satisfatória, expondo o acesso de modo fácil em seu site oficial e por meio de plataformas digitais os valores e as variações dos preços dos combustíveis e GNV, nos termos da Lei Complementar 131, 27 de maio de 2009.

JUSTIFICAÇÃO

É de amplo conhecimento que PL 1472/2021, ora em análise, visa encontrar uma solução para a crise recorrente acerca do preço final de derivados líquidos de petróleo ao consumidor, em especial o diesel e a gasolina. Nessa linha, além das soluções proposta pelo relator, faz-se necessário a implementação de mecanismo que possibilite o





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

acompanhamento da dinâmica do preço final de derivados de petróleo ao consumidor.

A formação do preço final de um derivado passa por diversas fases, que compreendem as margens da produção do petróleo até o refino, o transporte, as aditivações compulsórias de biomassa como o álcool (gasolina) e biodiesel (diesel) e a chegada às distribuidoras e ao revendedor final, que são os postos de combustíveis. Essa cadeia é difícil de monitorar por parte dos diversos agentes, pela pulverização da logística em um país com as dimensões continentais do Brasil, dada sua complexidade e a dinâmica da velocidade das alterações que vão surgindo a partir do preço da refinaria.

Sendo assim, a emenda em foco visa dar maior transparência e possibilidade de acompanhamento do preço do combustível final por parte do consumidor e estimula a concorrência entre os postos de combustíveis.

Essa medida encontra amparo no ordenamento jurídico pátrio, merecendo destaque o art. 8º, da Lei nº9.478, de 6 de agosto de 1997, que define como **finalidade da ANP** a promoção da regulação, da contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe, ainda, implementar, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, protegendo os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos contida (III, do art. 1º), com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Ademais, na mesma linha, o Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.087/1990) - em seus artigos 6 e 31, respectivamente garantem como direitos básicos do consumidor a informação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida, tal como por quilo, por litro, por metro ou por outra unidade, conforme o caso, bem como, a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

Verifica-se, portanto, que a transparência aos preços exercidos pelos postos de combustíveis, não fere qualquer regra de livre mercado para atividade de revenda, pois não é um controle de preços, e sim um acompanhamento. Na verdade, faz com que a atividade de revenda, que é regulada, proporcione governança para Agência e para a sociedade sobre flutuações de preços e também sobre reajustes.

A partir desse modelo, órgãos de defesa do consumidor podem planejar, junto à ANP, suas atividades de fiscalização para combater eventuais cartelizações regionais, identificando movimentos atípicos por tipos de bandeiras e por velocidade. Certamente os consumidores, em médio prazo, iriam utilizar tais informações para exercer papel “regulador” por meio do poder de consumo – buscando o preço mais competitivo, o que hoje já acontece, porém de forma básica.

Como forma de manter o meritório objetivo da proposta, será importante dar transparência e o acesso a informação e sua divulgação como uso de mecanismos para acompanhamento dessa dinâmica que, na prática, só é percebida pelo consumidor final diante da bomba de combustível.

Por fim, registra-se que caso a ANP não detenha métodos tecnológicos com capacidade para recebimento e publicação dos dados, poderá se valer dos métodos já disponibilizado pela legislação para resolução do problema, cita-se, como exemplo, a lei que institui o marco legal das *startups* (Lei nº 182/2021), que dispõe de mecanismos facilitados para contratação de soluções inovadoras com empresas denominadas de *startups*.

Diante da importância desta emenda, peço apoio dos pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS PORTINHO



PL 1472/2021
00014**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PL nº 1472, de 2021)

Suprima-se o art. 2º, renumerando-se os demais, e dê-se a seguinte redação à ementa e aos atuais arts. 1º e 3º do Projeto de Lei nº 1472, de 2021, na forma da Emenda CAE nº 8 (Substitutivo):

“**Ementa:** Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 13.820, de 2 de maio de 2019, para dispor sobre diretrizes de preços para os derivados do petróleo.”

“**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre diretrizes dos preços dos derivados de petróleo comercializados no mercado interno.”

“**Art. 3º**

Art. 68-H.

§ 2º

I – Dividendos da Petrobrás devidos à União;

II – Participações governamentais destinadas à União, resultantes tanto do regime de concessão quanto do regime de partilha de produção, ressalvadas vinculações estabelecidas na legislação; e

III – Resultado positivo apurado no balanço semestral do Banco Central do Brasil da gestão das reservas cambiais referida no arts. 3º e 5º da Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019.72 de 2021.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei (PL) nº 1472, de 2021, tanto na redação original como na Emenda CAE nº 8 (Substitutivo), cria o Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto. Todavia, contrariamente aos melhores propósitos do autor do PL, tal inovação legislativa provocará a diminuição da atratividade do Brasil para os empreendimentos de



Exploração e Produção (E&P) de petróleo e gás natural. Isso prejudicará os futuros leilões de blocos, dentro e fora do pré-sal.

Não se pode desconsiderar que o panorama na indústria do petróleo não é mais o mesmo de uma ou duas décadas atrás. A preocupação com a sustentabilidade, especialmente em relação ao aquecimento global, está na ordem do dia. A indústria do petróleo não é uma indústria do futuro, pelo contrário, é a principal representante da indústria “fóssil”, fadada a minguar no período de transição energética para as fontes renováveis, que deverá acontecer nas próximas três décadas. Obviamente, essa tendência torna as empresas petrolíferas muito mais seletivas no tocante aos seus investimentos. O resultado desse comportamento pode ser verificado no último leilão de áreas para a E&P de petróleo e gás natural, realizado pela ANP no dia 7 de outubro. Apenas 5 das 92 áreas ofertadas foram arrematadas pelas duas únicas empresas que ofertaram lances. Esse foi o pior resultado de todos os leilões até hoje realizados pela ANP.

Os investimentos em blocos já arrematados, por sua vez, podem ser cancelados caso o imposto de exportação inviabilize economicamente as atividades de E&P. Mesmo a extração pode ser interrompida caso torne-se gravosa, principalmente nas áreas de maior custo de produção, haja vista que o imposto é calculado sobre o preço do petróleo e não sobre a rentabilidade da operação.

Todas essas consequências são contrárias a um dos principais objetivos da Política Energética Nacional: ampliar a competitividade do País no mercado internacional (inciso XI do art. 1º da Lei nº 9.478, de 1997).

Por fim, cabe ressaltar que a produção nacional de petróleo bruto é superior ao consumo interno na forma de derivados. Ou seja, mesmo que o Brasil fosse autossuficiente na produção de derivados, ainda haveria muito petróleo a ser exportado. Em outras palavras, não é a exportação de petróleo que torna nosso País importador de derivados. Portanto, não faz sentido fragilizar um elo eficiente e competitivo, que é a base da cadeia produtiva do setor petrolífero, para tentar solucionar um problema na precificação de combustíveis para os consumidores, no outro extremo dessa cadeia.

Já passou o tempo em que se julgava resolver os problemas de nossa economia pelo simples aumento da carga tributária. O mais provável é que as atividades de E&P sejam prejudicadas pelo Imposto de Exportação sem que haja nenhum benefício para os consumidores, até porque é inconstitucional a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa (art. 167, IV, CF). Portanto, não há como garantir que os recursos arrecadados com o Imposto de Exportação sejam efetivamente utilizados para reduzir o preço dos combustíveis.



Contamos com o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação desta emenda que suprime o prejudicial Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto, para preservar investimentos no País, receita dos entes federados e emprego e renda para os brasileiros.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO BRAGA



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **JOSÉ SERRA****PL 1472/2021**
00015**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PL nº 1472, de 2021)

Suprimam-se os arts. 2º e 4º, renumerando-se os arts. posteriores, e dê-se a seguinte redação à Ementa e aos atuais arts. 1º e 3º do Projeto de Lei nº 1472, de 2021, na forma da Emenda CAE nº 8 (Substitutivo):

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para dispor sobre diretrizes de preços para os derivados do petróleo e criar o Programa de Estabilização, com a finalidade de reduzir a volatilidade desses preços.

“**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre as diretrizes dos preços dos derivados de petróleo comercializados no mercado interno e cria o Programa de Estabilização, com a finalidade de reduzir a volatilidade desses preços.”

“**Art. 3º**
.....

‘**Art. 68-G.**
.....

Parágrafo único. Fica vedado o estabelecimento de subsídios cruzados entre derivados de petróleo.’

‘**Art. 68-H.**
.....

§ 2º
.....

I – dividendos da Petrobrás devidos à União; e

II – participações governamentais destinadas à União, resultantes dos regimes de concessão, cessão onerosa e partilha de produção, de que tratam, respectivamente, as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 12.276, de 30 de



junho de 2010, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010, ressalvadas vinculações estabelecidas na legislação.

§ 3º Os recursos obtidos na forma dos incisos I e II do § 2º só podem ser utilizados:

I – quando a cotação internacional do petróleo escolhido como referência pela ANP for igual ou superior a US\$ 80,00 (oitenta dólares dos Estados Unidos) por barril; e

II – para reduzir a volatilidade dos preços da gasolina, do óleo diesel e do gás liquefeito de petróleo (GLP).”

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda CAE nº 8 (Substitutivo) ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021, aprovado na CAE, estabelece alíquotas para o Imposto de Exportação incidente sobre petróleo bruto. Porém, a fonte de receita proposta para o Programa de Estabilização dos preços dos derivados de petróleo não nos parece a mais adequada por prejudicar a competitividade do Brasil.

O Imposto de Exportação incidente sobre petróleo bruto prejudicará fortemente o futuro das atividades de Exploração e Produção de petróleo e gás natural (E&P). É possível apontar, desde já, uma consequência inescapável: a diminuição da atratividade do Brasil como polo de exploração petrolífera, o que afetará negativamente todo o desenvolvimento dessa indústria.

O resultado será a redução de investimentos, produção e arrecadação de tributos, de *royalties* e de outras participações governamentais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive reduzindo as receitas que podem custear o Programa de Estabilização. Já os trabalhadores perderão emprego e renda.

A sinalização negativa para os investidores provocada pelo Imposto de Exportação extrapola o setor de Petróleo & Gás. Alterar a rentabilidade de concessões já licitadas, nas quais os investidores calibraram os lances ofertados de acordo com as condições do edital do leilão, determinadas pelo Estado Brasileiro, aumenta a percepção de risco regulatório do País e gera o temor de que expediente semelhante venha a ser utilizado em licitações já realizadas em outras áreas de infraestrutura.

Reconhecemos o aprimoramento introduzido pelo Substitutivo no tratamento do Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto, reduzindo as alíquotas inicialmente propostas. Ponderamos, contudo, que as



alíquotas não são o problema, mas sim o próprio Imposto de Exportação. Como explicado acima, a criação do Imposto de Exportação traz insegurança regulatória para o ambiente de investimentos do Brasil. Esse ônus, entretanto, não é compensado por bônus algum que o justifique. Mesmo porque há vedação constitucional à vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa (art. 167, IV, CF) e, por conseguinte, não há como garantir que os recursos arrecadados com o Imposto de Exportação sejam destinados a reduzir o preço dos combustíveis.

Enfim, qual é a razão de se criar um imposto que não garante benefício para o consumidor de combustíveis, o que deveria ser o propósito deste Projeto de Lei, e ainda prejudica a indústria do petróleo, um dos poucos setores da economia brasileira que funciona a contento? A rigor, o Imposto de Exportação não pode ser justificado no âmbito deste Projeto de Lei. Por isso, propomos a sua supressão. O que o Brasil precisa é de uma verdadeira reforma tributária e não da criação infundável de novos impostos.

Com relação às fontes de recursos para o Programa de Estabilização, estamos convictos de que os dividendos da Petrobras pagos à União são suficientes para servir de lastro inicial. Conforme anunciou em seu novo plano de investimentos, a estatal pretende distribuir entre US\$ 60 bilhões e US\$ 70 bilhões em dividendos a seus acionistas nos próximos cinco anos¹. Nessas condições, a União receberá entre R\$ 27 bilhões e R\$ 31 bilhões por ano. Além disso, pode-se contar com participações governamentais destinadas à União, ressalvadas vinculações estabelecidas pela legislação. Essas duas fontes de receita, já acolhidas no Substitutivo, permitem a operacionalização do Programa de Estabilização em breve prazo.

Ressalte-se, ainda, que a fonte principal de receita do Programa é a própria banda de preços, quando a cotação do petróleo estiver em baixa. Os recursos adicionais provenientes de dividendos e de participações governamentais prestam-se basicamente para o reforço de caixa, com o objetivo de dar liquidez ao Programa no início das operações e quando a cotação do petróleo mantiver tendência de alta por muito tempo.

Nesse contexto, também propomos a supressão dos dispositivos que destinam para o Programa de Estabilização os saldos positivos do Banco Central na gestão das reservas cambiais do Brasil, bem como o superávit financeiro de fontes de livre aplicação. É verdade que a elevada participação de reservas internacionais no balanço do Banco Central gera grandes lucros, mas não se pode esquecer que também ocorrem grandes perdas, com os resultados acompanhando as valorizações e desvalorizações do real. Em função dessa volatilidade, parcela elevada dos lucros deveria ser direcionada

¹ Disponível em [Petrobras prevê até R\\$ 392 bilhões em dividendos nos próximos cinco anos - 25/11/2021 - Mercado - Folha \(uol.com.br\)](http://www.petrobras.com.br/pt-br/assuntos/relacoes-com-a-comunidade/2021/01/25/2021-01-25-petrobras-preve-at%C3%A9-R%24-392-bilhoes-em-dividendos-nos-proximos-cinco-anos-25-11-2021-Mercado-Folha-uol.com.br). Acesso em 15 de fevereiro de 2021.



a reservas dentro do próprio Banco Central, ou devolvê-las para o Tesouro Nacional, para a compensação de perdas futuras. Também não é sensato lançar mão de todo recurso disponível no Balanço da União para diminuir a volatilidade do preço dos combustíveis, como se essa questão fosse a maior ou a única prioridade do Brasil, um país com tantas carências e tão poucos recursos.

Adicionalmente, inserimos três dispositivos no Substitutivo. O primeiro deles proíbe a instituição de subsídios cruzados entre os derivados de petróleo. Dessa forma, o valor arrecadado na banda de preços de um derivado não pode ser utilizado para compensar o preço de outro derivado. Subsídios cruzados geram distorções, desequilibrando preços e, na maioria das vezes, escolhendo arbitrariamente favorecidos e prejudicados. Já o segundo dispositivo estabelece que as receitas provenientes de fontes fora da banda de preços, isto é, dos dividendos da Petrobras e das participações governamentais destinadas à União, só podem ser empregados para reduzir a volatilidade do preço dos combustíveis quando a cotação de referência do petróleo for igual ou superior a US\$ 80 por barril. Assim, essas receitas só serão utilizadas quando a pressão altista sobre os preços dos combustíveis aos consumidores for mais forte. Em outras palavras, esse dinheiro só será gasto quando for realmente necessário. Afinal, são recursos públicos e o seu dispêndio, portanto, demanda cautela e moderação por parte dos governantes. Por fim, o terceiro dispositivo determina que as receitas de fontes fora da banda de preços só possam ser usadas para reduzir o preço da gasolina, do óleo diesel e do GLP, justamente os combustíveis mais consumidos pela população. O intuito é evitar que o Governo de plantão caia na tentação de, por exemplo, subsidiar com recursos do Estado a nafta para os grandes grupos petroquímicos ou o asfalto para as grandes empreiteiras.

Ante o exposto, pedimos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores a aprovação desta Emenda.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ SERRA**





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PL 1472/2021
00016

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 1.472, de 2021)

Suprima-se o § 4º do artigo 2º do PL nº 1472, de 2021, na forma da Emenda nº 8-CAE (Substitutivo).

JUSTIFICAÇÃO

O § 4º do art. 2º do projeto determina que o Poder Executivo poderá estabelecer alíquotas diferenciadas para o imposto de exportação marginal incidente sobre o petróleo bruto, estipulado para os casos de valores acima do patamar de US\$ 80 dólares por barril, para pessoas jurídicas que destinem parte da produção para refino no mercado interno.

O objetivo desse tratamento diferenciado seria estimular a atividade de refino no país, a fim de minimizar os efeitos da volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional, desincentivando assim a atuação exclusiva para exportação.

Ocorre que o § 4º, da forma como está redigido, deixa a cargo única e exclusivamente do Poder Executivo, por meio de regulamentação, a definição dessas alíquotas diferenciadas, eliminando deste processo a participação tanto do Legislativo quanto dos entes federativos. É uma liberalidade que se deveria evitar.



Além do mais, a própria implantação de alíquotas progressivas de imposto de exportação, proposta pelo Projeto de Lei para o petróleo bruto a partir do valor de US\$ 40 o barril já servirá para conter a atuação exclusivamente voltada para o mercado externo, não sendo necessário, a nosso ver, que se estabeleça outro benefício.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF

ce2021-08208





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

PL 1472/2021
00017**EMENDA Nº – PLEN**

(ao Substitutivo do PL nº 1.472, de 2021)

Suprima-se o inciso IV do § 2º do art. 68-H da Lei nº 9.478, de 6 agosto de 1997, incluído pelo Substitutivo do PL nº 1472, e o art. 4º do Substitutivo do PL nº 1472, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos que se pretende suprimir versam sobre a utilização do resultado positivo apurado no balanço do Banco Central, oriundo da valorização patrimonial das reservas cambiais, como fonte para o programa de estabilização dos preços de combustíveis.

O programa de estabilização tem o pressuposto de redistribuir a renda petrolífera em favor dos consumidores de derivados de petróleo, amortecendo o impacto da variação de preços internacionais sobre o mercado interno.

Tal pressuposto é fundamental para evitar a compreensão que o fundo subsidiará combustíveis fósseis, o que não faria sentido em um país com as carências sociais do Brasil.

Portanto, é importante que as fontes estruturais para o Programa se circunscrevam a receitas extraordinárias resultantes do funcionamento de setor de óleo e gás, em geral, relacionadas aos elevados preços do barril de petróleo, como atualmente. Entre as fontes previstas, há o imposto de exportação sobre o petróleo, os dividendos da Petrobras e receitas dos regimes de concessão e partilha não vinculadas legalmente, como o bônus de assinatura.

Pede-se apoio aos pares para a presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO
PT/SE



**PL 1472/2021
00018**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

EMENDA SUPRESSIVA Nº

(ao PL nº 1.472, de 2021)

Suprima-se o art. 2º da Emenda CAE nº 8 incorporada ao texto do substitutivo e o inciso I do parágrafo 2º do art. 68-H da Lei 9.478/1997, inserido pelo art. 3º da Emenda CAE nº 8.

JUSTIFICAÇÃO

O texto inicial do PL 1472 propôs, a fim de mitigar oscilações nos preços dos combustíveis, a criação de um Fundo de Estabilização dos preços dos combustíveis. Esse Fundo de Estabilização seria financiado, em parte, pela arrecadação do Imposto de Exportação (IE) sobre os mesmos produtos. Conforme emenda acatada pelo relator na Comissão de Assuntos Econômicos, essa tributação do IE funcionaria em faixas de preço vinculadas à cotação do barril de petróleo no mercado internacional. Quanto mais elevada a cotação do barril de petróleo, maior seria a alíquota do imposto de exportação sobre o petróleo bruto, este, também criado pelo PL 1472. A alíquota do novo imposto, de acordo com o substitutivo apresentado, variaria em patamares, a depender da cotação do barril de petróleo.

Inicialmente, há que se observar a inconstitucionalidade da previsão contida no inciso I do parágrafo segundo do art. 68-H, na redação dada pelo art. 3º do PARECER (SF) Nº 37, DE 2021. Os impostos fundam-se na ideia de redistributividade da renda em um país de imensa desigualdade material, sendo necessário que a receita esteja disponível para os gastos programados. A proposição viola, assim, o inciso IV do art. 167 da Constituição, que proíbe a vinculação de impostos a órgão, fundo ou despesa. Ressalte-se que a proposta legislativa em comento não se enquadra em nenhuma das exceções previstas no dispositivo.

Também não seria possível tributar as receitas decorrentes de exportação por meio de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, diante da proibição prevista no art. 149, § 2º, I, da Constituição. Observa-se, assim, que a par da análise do mérito que se seguirá,



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

é evidente a inconstitucionalidade da previsão relativa ao custeio do Programa de Estabilização por meio da tributação sobre a exportação.

Não obstante os vícios de inconstitucionalidade do PL 1.472, é fora de contexto a intenção de onerar as exportações de *commodity* brasileira (o petróleo), deixando o produto nacional em desigualdade perante os concorrentes internacionais. As normas da Organização Mundial do Comercio (OMC) consagram justamente o oposto. Deve-se buscar desonerar as exportações e onerar as importações. Do contrário, o produto estrangeiro fica mais competitivo do que o nacional e com isso a produção brasileira cai e com ela o nível de emprego, a renda e a arrecadação. Isso é uma intervenção direta na gestão estratégica da Petrobras, que é uma empresa de economia mista com capital aberto em bolsa.

A instituição desse IE acaba por prejudicar, repentinamente, investimentos já feitos pelas empresas que possuem concessões e contratos de partilha da produção no país. A estabilidade do arcabouço legal-regulatório, o respeito aos contratos, e o equilíbrio econômico-financeiro são pilares absolutamente fundamentais para se atrair e reter investimentos.

Diante do exposto, para que sejam evitadas distorções no mercado de combustíveis, propomos a presente emenda supressiva e pedimos o apoio de nossos nobres pares para a sua aprovação.

Salas das Sessões,

SENADOR ALESSANDRO VIEIRA
(CIDADANIA/SE)



PL 1472/2021
00019

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 1472, de 2021)

Dê-se aos §§ 2º e 3º do art. 68-H do art. 3º do Projeto de Lei nº 1472, de 2021, na forma da Emenda CAE nº 8 (Substitutivo):

“Art. 68-H.

.....
.....
§ 2º O Programa deverá, sempre que necessário, utilizar como instrumento para o alcance de seu objetivo o disposto no art. 68-G desta Lei e considerar como fonte adicional de receita, ressalvada disponibilidade orçamentária e financeira:

.....
§ 3º O Programa deverá, extraordinariamente, sempre que necessário, utilizar como fonte adicional de receita o superávit financeiro de fontes de livre aplicação disponíveis no Balanço da União.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 1472, de 2021, na forma da Emenda CAE nº 8 (Substitutivo), estabelece as condições para criar um programa de estabilização com a finalidade de reduzir a volatilidade dos preços de derivados de petróleo.

O Programa será regulamentado por ato do Poder Executivo, que definirá a forma de utilização dos recursos e os parâmetros para redução da volatilidade de preços.

Consideramos prudente, para garantir recursos e dar efetividade ao programa, alterar a redação dos §§ 2º e 3º, a fim de definir com objetividade e segurança em que condições os recursos serão disponibilizados.



Contamos com o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO BRAGA**



PL 1472/2021
00020

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 1472, de 2021)

Insira-se o seguinte § 4º no art. 68-H da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, na forma do art. 3º da Emenda CAE nº 8 (Substitutivo) ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021:

“**Art. 68-H.**

.....
§ 4º O auxílio Gás dos Brasileiros, criado pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, terá preferência na destinação dos recursos frente ao Programa de Estabilização de que trata este artigo nos casos de fontes de receita comuns aos dois programas.”

JUSTIFICAÇÃO

Tanto o auxílio Gás dos Brasileiros, criado pela Lei nº 14.237, de 2021, quanto o Programa de Estabilização, criado pelo Projeto de Lei nº 1472, de 2021, têm como fontes de receita parcelas da renda petrolífera recebida pela União, seja na forma de dividendos da Petrobras, seja na forma de participações governamentais.

Como bem sabe a nossa população, não adianta desvestir um santo para cobrir outro. O auxílio Gás dos Brasileiros é um programa que apenas recentemente iniciou suas atividades, mas já se mostra bem-sucedido, contribuindo para que as famílias de baixa renda possam adquirir o botijão de gás de cozinha. Portanto, não faz sentido que o Programa de Estabilização, muito embora também meritório, venha com ele disputar os mesmos recursos, nem cremos que seja essa a intenção do PL nº 1472, de 2021.

Sendo assim, para, de antemão, dirimir quaisquer conflitos potenciais na distribuição de recursos de fontes de receita comuns aos dois programas, apresentamos esta emenda que dá preferência ao auxílio Gás dos Brasileiros na destinação desses recursos. Apenas depois de satisfeitas as necessidades do auxílio Gás dos Brasileiros, os recursos dessas fontes por ventura restantes poderão ser destinados ao Programa de Estabilização.



Para preservar o auxílio Gás dos Brasileiros, um programa social com foco nas camadas mais humildes de nossa população, peço o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO BRAGA

lc2022-00904



PL 1472/2021
00021

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 1472, de 2021)

Altere-se o Projeto de Lei do Senado nº 1.472, de 2021, acrescentando-se o “Querosene de Aviação” aos combustíveis contemplados pela regulação de preços de venda, nos termos abaixo, sem renumeração:

“Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as diretrizes da política de preços de venda para distribuidores e comercializadores da gasolina, diesel, Querosene de Aviação e gás liquefeito de petróleo – GLP, produzidos no Brasil e importados”

(...)

“Art. 3º Os preços internos praticados por produtores e importadores da gasolina, diesel, Querosene de Aviação e gás liquefeito de petróleo – GLP deverão ter como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação, desde que aplicáveis”.

(...)

“Art. 6º Fica criado o Fundo de Estabilização, com a finalidade de estabilizar os preços de derivados de petróleo, incluindo Querosene de Aviação”.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei do Senado nº 1.472/2021 (“PL”) cria diretrizes para a política de preços de venda de combustível para distribuidores e comercializadores da gasolina, diesel e GLP, com o objetivo de proteger interesses do consumidor e reduzir a vulnerabilidade externa, estimular a capacidade instalada das refinarias nacionais, entre outros.

Na proposta, os preços internos do combustível deverão ter como referência, nos termos do art. 3º, as cotações “médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação, desde que aplicáveis”. Todavia, no art. 4º, fica ressalvado que o Poder Executivo “regulamentará a utilização de bandas de preços com a finalidade de estabelecer limites para variação de preços de combustíveis (...)”.



Relativamente aos combustíveis a serem objeto de regulação, entretanto, o PL se omite quanto à inclusão do Querosene de Aviação, fonte de energia fundamental no transporte aéreo de passageiros, ou seja, para a mobilidade aérea no âmbito do território nacional, no transporte aéreo transfronteiriço e no transporte aéreo de cargas¹.

De acordo com dados² da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), ligada ao Ministério de Minas e Energia, o QAV é o combustível de consumo em massa cujo preço teve a maior valorização em 2021, muitíssimo acima do diesel (+56%), gasolina (+42,4%) e gás de cozinha (+36%), apontados como um dos principais responsáveis pela escalada da inflação no Brasil e inclusive contemplados no âmbito da PEC.

A limitação do preço do QAV insere-se no contexto da Política Nacional de Aviação Civil (Decreto nº 6.780/09), que determina que deve ser estimulado o desenvolvimento dos serviços aéreos, assegurada a regulação econômica clara e bem definida, bem como garantida a segurança jurídica e a redução dos riscos regulatórios.

A limitação do preço do QAV também está em perfeita e absoluta harmonia com a finalidade que motiva a edição do referido PL, que é justamente a de garantir a mobilidade urbana mais acessível à população brasileira, democratizando e barateando o custo de transporte ante à inflação.

Conto com apoio dos nobres pares no apoio a essa emenda

¹ A Câmara dos Deputados, em audiência na Comissão de Minas e Energia, debate rotineiramente mecanismos de desoneração do Querosene de Aviação, principal fonte de energia do modal aéreo: “Descarbonização e redução de preço estão entre as prioridades da agenda legislativa ligada aos combustíveis de aviação, segundo representantes das empresas aéreas, do governo e das agências reguladoras que participaram de audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara nesta quarta-feira (8). De janeiro a outubro, o querosene de aviação, mais conhecido como QAV, registrou alta acumulada de 71,1%, bem superior aos 44,8% da gasolina e aos 57,1% do diesel, no mesmo período. Os combustíveis têm impacto de 30% a 40% nos custos gerais do setor (...)”. Fonte: “Agência Câmara de Notícias”, disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/836642-setor-aereo-aponta-solucoes-para-combustiveis-mais>>. Acesso em 09.02.2022.

² Disponível em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/precos-de-produtores-e-importadores-de-derivados-de-petroleo>>. Acesso em 09.02.2022.



Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PL 1472/2021
00022

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 1472 de 2021)

Dê-se a seguinte redação ao Substitutivo ao PL nº 1472 de 2021
(Parecer nº 37/2021-CAE) a seguinte redação:

“Art. 1º Esta Lei estabelece alíquotas mínimas e máximas para o Imposto de Exportação de petróleo bruto e querosene de aviação e dispõe sobre diretrizes dos preços dos derivados de petróleo comercializados no mercado interno.

Art. 2º As alíquotas do Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto classificado no código 2709.00.10, da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e o, são as seguintes:

.....
....

§ 1º O valor do petróleo bruto e do querosene de aviação, base para incidência do Imposto de Exportação, é o mesmo utilizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para cálculo dos royalties.

§ 2º Do valor da exportação utilizado como base de cálculo para se determinar o valor do Imposto de Exportação de que trata o art. 2º desta Lei poderá ser deduzido o valor das importações de petróleo bruto e do querosene de aviação, desde que o petróleo bruto seja refinado no País pela mesma pessoa jurídica exportadora e durante o mesmo período.

§ 3º O Poder Executivo, obedecidos os limites mínimo e máximo fixados neste artigo, poderá alterar as alíquotas do Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto e o querosene de aviação, tendo em vista as diretrizes do art. 68-E da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

.....
....

Art. 3º





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

‘

Art. 68-E. A política de preços internos de venda para agentes distribuidores e empresas comercializadoras de derivados do petróleo e de querosene de aviação produzidos no Brasil e importados deve se pautar pelos seguintes princípios:

.....
...

Art. 68-F. Os preços internos praticados por produtores e importadores de derivados do petróleo e de querosene de aviação deverão ter como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação, desde que aplicáveis.

Art. 68-G. O Poder Executivo regulamentará a utilização de bandas móveis de preços com a finalidade de estabelecer limites para variação de preços dos derivados de petróleo e do querosene de aviação, definindo a frequência de reajustes e os mecanismos de compensação

.Art. 68-H. Fica criado o Programa de Estabilização, com a finalidade de reduzir a volatilidade dos preços de derivados de petróleo e do querosene de aviação.’

.....
...

§ 2º O Programa poderá utilizar como instrumento para o alcance de seu objetivo o disposto no art. 68-G desta Lei e considerar como fonte adicional de receita, ressalvada disponibilidade orçamentária e financeira:

I - Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto e o querosene de aviação;

.....
’
.

.....
”





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Senado nº 1.472/2021 (“PL”) cria diretrizes para a política de preços de venda de combustível para distribuidores e comercializadores da gasolina, diesel e GLP, com o objetivo de proteger interesses do consumidor e reduzir a vulnerabilidade externa, estimular a capacidade instalada das refinarias nacionais, entre outros.

Na proposta, os preços internos do combustível deverão ter como referência, nos termos do art. 3º, as cotações “médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação, desde que aplicáveis”. Todavia, no art. 4º, fica ressalvado que o Poder Executivo “regulamentará a utilização de bandas de preços com a finalidade de estabelecer limites para variação de preços de combustíveis (...)”.

Relativamente aos combustíveis a serem objeto de regulação, entretanto, o PL se omite quanto à inclusão do Querosene de Aviação, fonte de energia fundamental no transporte aéreo de passageiros, ou seja, para a mobilidade aérea no âmbito do território nacional, no transporte aéreo transfronteiriço e no transporte aéreo de cargas .

De acordo com dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), ligada ao Ministério de Minas e Energia, o QAV é o combustível de consumo em massa cujo preço teve a maior valorização em 2021, muitíssimo acima do diesel (+56%), gasolina (+42,4%) e gás de cozinha (+36%), apontados como um dos principais responsáveis pela escalada da inflação no Brasil e inclusive contemplados no âmbito da PEC.

A limitação do preço do QAV insere-se no contexto da Política Nacional de Aviação Civil (Decreto nº 6.780/09), que determina que deve ser estimulado o desenvolvimento dos serviços aéreos, assegurada a regulação econômica clara e bem definida, bem como garantida a segurança jurídica e a redução dos riscos regulatórios.

A limitação do preço do QAV também está em perfeita e absoluta harmonia com a finalidade que motiva a edição do referido PL, que é justamente a de garantir a mobilidade urbana mais acessível à população brasileira, democratizando e barateando o custo de transporte ante à inflação.

Dessa forma, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Senador RANDOLFE RODRIGUES
(REDE/AP)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 83, DE 2022

Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 15 ao PL nº 1.472/2021.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)




SF/22541.48159-01 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PSDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 15 ao PL 1472/2021, que “dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto”.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
Líder do PSDB





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 85, DE 2022

Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 9-PLEN ao PL nº 1.472/2021.

AUTORIA: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Partido Liberal

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Partido Liberal, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 9 ao PL 1472/2021, que “dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui imposto de exportação sobre o petróleo bruto”.

JUSTIFICAÇÃO

O imposto de exportação pode ser um entrave para investimentos futuros na área de exploração e produção de petróleo.

Estabelecer o imposto de exportação tem potencial para onerar e diminuir a competitividade das empresas, um setor importante para a economia nacional.

Ele pode ser um instrumento arrecadatário eficaz no curto prazo, mas pode comprometer a atividade no longo prazo. O Brasil exporta petróleo bruto e importa gasolina. O imposto de exportação pode ter impacto tanto nas importações quanto nos preços da gasolina que volta para o Brasil, principalmente no mercado inteiro.

Além disso, a vinculação de imposto à despesa é inconstitucional, dessa forma, não há garantias de que os recursos serão utilizados para estabilizar os



preços dos combustíveis. A partilha deste ônus do imposto em regra é sempre o consumidor que paga.

Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 1472, de 2021, busca aperfeiçoar a legislação ao dar mais previsibilidade ao mercado de combustíveis, atenuando a volatilidade dos preços tipicamente observada nesses produtos.

Entretanto, uma das fontes propostas para a composição da receita do programa de estabilização de preços, o imposto de exportação sobre o petróleo bruto, pode trazer consequências severas para a recuperação da economia. O setor petrolífero é um dos grandes responsáveis pelo superávit da balança comercial brasileira, bem como pela segurança de abastecimento nacional.

Como forma de manter o meritório objetivo principal da proposta, isto é, a redução da volatilidade dos preços dos combustíveis, porém expurgando o imposto de exportação, cujo efeito é nocivo para a economia nacional, apresento esta emenda, que suprime o art. 2º e o inciso I, do §2º, do art. 68-H, na forma proposta pelo art. 3º, e propõe a consequente adaptação da redação da ementa do art. 1º, caput.

Conto com o apoio dos meus nobres pares para essa correção pequena para os fins do Projeto de Lei, porém, importante para a economia brasileira.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2022.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do Partido Liberal



Projeto de Lei de Conversão nº 1/2022 (MPV nº 1070/2021)





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas à **Medida Provisória nº 1070, de 2021**, que *"Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	083
Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)	084
Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)	085

TOTAL DE EMENDAS: 3



[Página da matéria](#)



**MPV 1070
00083**

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 1, de 2022)

Dê-se a seguinte redação aos §§ 3º e 4º do art. 2º do PLV nº 1, de 2022, e suprima-se o § 2º:

Art. 2º

.....
§ 3º No caso dos incisos V, VI e VII do *caput* deste artigo, o reconhecimento dos integrantes das respectivas carreiras dar-se-á mediante declaração do órgão a que pertencerem, na forma do regulamento a ser expedido:

.....
§ 4º Aos integrantes das guardas municipais concursados cuja corporação não se enquadre no disposto na Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, é vedada a concessão da subvenção de que trata o art. 10 desta Lei, facultando-se aos agentes financeiros, a seu critério, oferecer-lhes outras condições especiais de crédito imobiliário.

JUSTIFICAÇÃO

O PLV nº 1, de 2022, incluiu agentes socioeducativos concursados, agentes de trânsito concursados e policiais legislativos entre os potenciais beneficiários do Programa Habite Seguro.

Entretanto, negou-lhes a possibilidade de obter a subvenção econômica criada pelo art. 10 da Lei. Ora, se a Constituição Federal não faz distinção entre essas categorias, tampouco pode a lei fazê-la, sob pena de criarmos profissionais de segurança pública de segunda categoria.

Ao mesmo tempo, mantemos a vedação da concessão de subvenção econômica a profissionais que integram corporações que não se enquadram no marco legal instituído pela Lei nº 13.022, de 2014. É desejável que as guardas municipais se organizem segundo aquela Lei, podendo essa vedação ser mais um elemento a estimular o enquadramento legal dessas guardas municipais no regime jurídico geral.



Estes são os objetivos da presente Emenda, que oferecemos aos nossos Pares, convicta de que ela merece acolhida, a fim de aprimorar o tão necessário programa habitacional para profissionais da segurança pública.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



**MPV 1070
00084**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 1, de 2022)

Acrescente-se ao art. 11 do PLV nº 1, de 2022, o seguinte parágrafo único:

Art. 11.

Parágrafo único. As mulheres profissionais de segurança pública terão prioridade na concessão dos benefícios previstos nesta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o art. 5º, II, do PLV nº 1, de 2022, um dos objetivos da proposição é “reduzir a exposição dos profissionais de segurança pública a riscos em decorrência de condições habitacionais a que estejam submetidos”.

Em nossa sociedade, é inegável a maior vulnerabilidade das mulheres à violência, mesmo as profissionais de segurança pública. A presente emenda visa a garantir prioridade justamente àquelas profissionais mais expostas ao risco em função do seu local de moradia: as mulheres.

Contamos com o apoio de nossos Pares para a aprovação da presente emenda, que busca corrigir um aspecto ainda mais grave de injustiça dentro do cenário que a Lei foi criada para mudar.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO CUNHA



**MPV 1070
00085****SENADO FEDERAL**
Senadora Mara Gabrilli**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PLV nº 1, de 2022)

Substitua-se a expressão “profissionais portadores de deficiência” por “profissionais com deficiência” no inciso VIII do art. 4º.

JUSTIFICAÇÃO

O cuidado com a linguagem utilizada revela o respeito em relação às pessoas com deficiência, em benefício de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. A presente emenda tem por objetivo adequar os termos utilizados no PLV ao atual estágio de evolução da ciência e da sociedade, brasileira e mundial.

Propomos, assim, a substituição de “profissionais portadores de deficiência” por “profissionais com deficiência”, expressão consagrada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, adotados pela Organização das Nações Unidas em 2007 e promulgados no Brasil pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

PARECER Nº 20, DE 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2022, oriundo da Medida Provisória nº 1.070, de 2021, que *institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro); e altera as Leis nºs 8.677, de 13 de julho de 1993, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 11.124, de 16 de junho de 2005, e 11.977, de 7 de julho de 2009.*

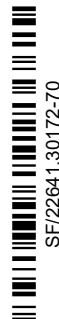
Relator: Senador **MARCOS DO VAL**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 1, de 2022, oriundo da Medida Provisória (MPV) nº 1.070, de 2021, que *institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro); e altera as Leis nºs 8.677, de 13 de julho de 1993, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 11.124, de 16 de junho de 2005, e 11.977, de 7 de julho de 2009.*

A MPV nº 1.070, de 2021, está estruturada em vinte artigos organizados em seis capítulos.

O Capítulo I (Do Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública) é composto pelos arts. 1º a 3º.



SF/22641.30172-70



2

SENADO FEDERAL

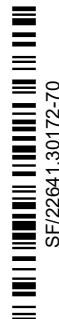
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

O art. 1º estabelece que o programa empregará recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), conforme autorizado pelo inciso I do § 1º do art. 5º da Lei nº 13.756, de 2018, segundo o qual entre 10% e 15% dos recursos do Fundo serão destinados a “programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública”.

Conforme o art. 2º, o Programa beneficiará (i) policiais ativos, inativos e aposentados integrantes da polícia federal, da polícia rodoviária federal, das polícias civis, das polícias penais, das polícias militares; (ii) bombeiros ativos e inativos integrantes dos corpos de bombeiros militares; (iii) agentes penitenciários, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação, ativos, inativos e aposentados; e (iv) integrantes das guardas municipais.

O art. 3º define os órgãos e entidades responsáveis pela condução do Programa. O *gestor do Programa* será a unidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) responsável pela política de valorização e qualidade de vida dos profissionais da segurança pública. O *gestor dos recursos do FNSP* será a unidade do MJSP responsável pela coordenação das atividades relacionadas à gestão dos recursos orçamentários do FNSP no âmbito do Programa Habite Seguro. O *agente operador* será instituição financeira oficial responsável pela gestão operacional do Programa e dos recursos orçamentários destinados à concessão da subvenção econômica prevista na MPV, função que será desempenhada pela Caixa (art. 3º, § 2º). O *agente financeiro* será a instituição financeira oficial responsável pela adoção de mecanismos e procedimentos necessários à execução das ações abrangidas pelo Programa na contratação das operações de crédito imobiliário com os beneficiários.

Ainda de acordo com o art. 3º, os *beneficiários* do Programa serão os indicados no art. 2º, profissionais de segurança pública tomadores do crédito imobiliário, incluídos aqueles contemplados com a subvenção econômica prevista na MPV.



SF/22641.30172-70





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

3

O Capítulo II (Das Diretrizes e dos Objetivos) é composto pelos arts. 4º a 6º.

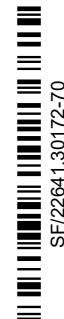
As diretrizes do Programa são apresentadas no art. 4º: (i) transparência em relação à execução física e orçamentária e participação dos agentes envolvidos e dos beneficiários no Programa, (ii) atuação em parceria com instituições financeiras oficiais, (iii) cooperação federativa e fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública, (iv) atendimento habitacional aos beneficiários, (v) valorização dos profissionais de segurança pública, (vi) atuação em parceria entre os órgãos públicos e os agentes financeiros e (vi) distribuição racional dos recursos orçamentários.

Já o art. 5º define os objetivos do Programa: ajudar a reduzir a carência habitacional de profissionais de segurança pública (inciso I) e a exposição a riscos decorrentes da sua situação habitacional (inciso II), bem como promover a melhoria da qualidade de vida e valorizar os profissionais da segurança pública (incisos III e IV).

Segundo o art. 6º, ato do Poder Executivo federal disporá sobre as condições para a participação no Programa; os prazos para financiamento habitacional; os limites de recursos orçamentários destinados ao Programa e as faixas de subvenção econômica e de remuneração.

O Capítulo III (Das Competências) contém apenas o art. 7º, que esclarece que o Programa será promovido pelo MJSP com a participação de instituições financeiras oficiais e fixa as competências dos diversos atores relevantes no âmbito do Programa: do MJSP (art. 7º, § 1º, I), do gestor do Programa (art. 7º, § 1º, II), gestor dos recursos do FNSP (art. 7º, § 1º, III), do agente operador (art. 7º, § 1º, IV), dos agentes financeiros (art. 7º, § 1º, V) e dos beneficiários (art. 7º, § 1º, VI).

O § 2º do art. 7º autoriza os governos estaduais e distrital, no âmbito de suas competências, a apoiar a implementação do Programa por meio de: disponibilização de dados e informações e aporte de recursos orçamentários oriundos de programas habitacionais estaduais e distrital,



SF/22641.30172-70





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

4

instituídos por ato normativo (§ 3º) e que concedam subvenção econômica, entre outras ações.

O Capítulo IV (Dos Recursos Orçamentários) é integrado pelos arts. 8º a 12.

Conforme o art. 8º, os recursos orçamentários destinados ao Programa observarão a programação financeira e orçamentária do FNSP. O agente operador e o agente financeiro não poderão utilizar recursos orçamentários próprios para suprir insuficiências do FNSP no pagamento das subvenções econômicas.

O art. 9º estabelece que, no caso de emprego de recursos orçamentários em desacordo com o definido na MPV, o beneficiário devolverá corrigido o valor da subvenção econômica, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades legais.

Os arts. 10 a 12 tratam da subvenção econômica, que será concedida aos beneficiários do Programa, na forma prevista em regulamento (art. 10, *caput*), destinada unicamente a subsidiar parte do valor do imóvel e parcela da tarifa para contratação do financiamento devida pelo beneficiário do Programa no ato da contratação do crédito imobiliário, até o limite previsto em regulamento. A subvenção não poderá custear o pagamento da tarifa inicial para avaliação do imóvel dado em garantia ou de tarifa equivalente (art. 10, § 4º), correrá exclusivamente à conta de recursos orçamentários do FNSP (art. 10, § 1º) e está limitada à disponibilidade orçamentária e financeira consignada ao Programa em ação orçamentária específica do Fundo (art. 10, § 2º). Os beneficiários não contemplados com a subvenção econômica poderão ter acesso a outras condições especiais de crédito imobiliário concedidas pelos agentes financeiros (art. 10, § 5º).

A subvenção econômica será concedida com base na remuneração do beneficiário e no valor do imóvel (art. 11), será deferida apenas uma vez para cada beneficiário (art. 12, *caput*) e poderá ser cumulada com outros benefícios concedidos por programas habitacionais previstos em



SF/22641.30172-70





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

5

lei de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal (art. 12, parágrafo único).

O Capítulo V (Das Vedações) traz apenas o art. 13, segundo o qual a subvenção econômica não poderá ser concedida a titular de financiamento ativo de imóvel localizado em qualquer parte do território nacional, salvo na hipótese de contratos destinados à aquisição de material de construção. Tampouco poderá ser concedida a proprietário, possuidor, promitente comprador, usufrutuário ou cessionário de imóvel localizado em qualquer parte do território nacional (art. 13, *caput*).

Além disso, os recursos orçamentários destinados à subvenção econômica não poderão ser empregados em reforma, ampliação, conclusão ou melhoria de imóvel; aquisição de terra nua, dissociada da construção de imóvel em prazo superior a dois anos; ou aquisição e construção de imóveis rurais ou comerciais (art. 13, § 1º). A vedação prevista no *caput* do art. 13 não se aplica à pessoa física que tenha propriedade de parte de imóvel residencial em fração igual ou inferior a 40%, ou nua propriedade de imóvel residencial gravada com cláusula de usufruto vitalício e tenha renunciado a esse usufruto (art. 13, § 2º). A comprovação do cumprimento desses requisitos é de responsabilidade do beneficiário (art. 13, § 3º).

Por fim, o Capítulo VI (Disposições Finais e Transitórias) é composto pelos arts. 14 a 19.

O art. 14 determina que, na cessão intervivos, gratuita ou onerosa, de imóvel adquirido ou construído com recursos orçamentários do Programa, o beneficiário devolverá corrigido o montante correspondente à subvenção econômica, caso a cessão seja efetuada antes de transcorridos cinco anos da aquisição do referido imóvel.

Os arts. 16 a 18 promovem alterações em três leis. O art. 16 altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que “dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas”, entre outras providências. Já



SF/22641.30172-70





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

6

o art. 17 modifica a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que “cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências”. E o art. 18 altera a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, “dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social, e dá outras providências”. O objetivo dessas alterações é atualizar essas leis em função da criação do Programa Habite Seguro.

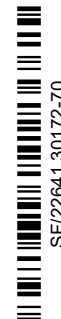
Por força do art. 19, ficam revogados o § 5º do art. 2º da Lei nº 10.188, de 2001, para reduzir a burocracia e evitar custos cartoriais desnecessários; as alíneas “a” e “b” do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 8.677, de 1993, que deram lugar a alterações promovidas pelo art. 18 da MPV; e o inciso IV do *caput* do art. 9º da Lei nº 8.677, de 1993, tendo em vista as alterações promovidas no art. 9º da mesma lei pelo art. 18 da MPV.

Finalmente, o art. 20 define que a MPV entrou em vigor na data da sua publicação.

A Exposição de Motivos Interministerial nº 162/2021, assinada pelos Ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública, da Economia e do Desenvolvimento Regional, justifica a relevância do Programa Habite Seguro com base nos riscos adicionais a que os profissionais de segurança pública estão submetidos em decorrência de sua situação habitacional. A urgência, por seu turno, é justificada pela ausência de implementação do inciso I do § 1º do art. 5º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que prevê a aplicação de recursos do FNSP em programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública.

No prazo regimental comum, fixado no art. 3º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, foram apresentadas 82 emendas à MPV nº 1.070, de 2021.

O relator na Câmara dos Deputados, Deputado Coronel Tadeu, concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da MPV; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MPV e das 82 emendas a ela apresentadas; e pela





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

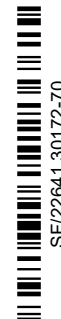
7

compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da MPV e das emendas, exceto as Emendas nºs 26, 33, 46, 69 e 81. No mérito, o relator votou pela aprovação da MPV; pelo acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 41, 43, 45, 47, 50, 53, 54, 55, 56, 59, 63, 64, 70, 74, 76 e 80; e pela rejeição das demais emendas. Em 9 de fevereiro de 2022, o relatório foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, que rejeitou outras quatro emendas de Plenário. Em 10 de fevereiro de 2022, o Plenário daquela Casa rejeitou sete destaques para votação em separado e aprovou a redação final. O PLV nº 1, de 2022, foi então encaminhado ao exame do Senado Federal.

O texto aprovado na Câmara dos Deputados mantém a essência da MPV original, com poucas alterações.

O PLV altera o inciso IV do art. 2º para explicitar que os guardas municipais ativos, inativos e aposentados podem ser beneficiários do Programa. Entre esses profissionais, aqueles que pertençam a corporações que não se enquadrem no Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014) não poderão receber subvenção econômica, ficando seu benefício restrito ao acesso a condições especiais de crédito imobiliário a critério dos agentes financeiros (§ 4º). Entendemos que este pode ser um estímulo adicional para que os municípios, no exercício de suas competências, promovam a adequação de suas guardas municipais ao Estatuto Geral.

Além disso, o PLV inclui agentes socioeducativos concursados (inciso V), agentes de trânsito concursados (inciso VI) e policiais legislativos (inciso VII) entre os beneficiários. Contudo, os profissionais dessas categorias não poderão receber subvenção econômica, ficando seu benefício restrito ao acesso a condições especiais de crédito imobiliário a critério dos agentes financeiros (§ 2º). A legitimação dos integrantes dessas carreiras como potenciais beneficiários do Programa dependerá de declaração do órgão a que pertencerem, conforme regulamento (§ 3º). A proposição inclui, por fim, dependentes e cônjuges sobreviventes dos potenciais beneficiários falecidos em razão do exercício do cargo (§ 1º).



SF/22641.30172-70





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

8

De acordo com o § 5º, no caso de beneficiários agentes socioeducativos, agentes de trânsito e policiais legislativos, diferentemente do que diz respeito aos demais beneficiários, não caberia ao MJSP “propor condições diferenciadas de crédito imobiliário aos beneficiários por meio de negociação com instituições financeiras oficiais” (art. 7º, § 1º, I, “b”).

O PLV também inclui no art. 3º um novo parágrafo, para definir que “as cooperativas de crédito poderão atuar como agente financeiro do Programa Habite Seguro, desde que sejam habilitadas pelo agente operador” (§ 3º).

Uma nova diretriz do Programa é adicionada, para contemplar a “valorização dos profissionais portadores de deficiência, concedendo, quando possível, prioridade de atendimento” (art. 4º, VIII). A inadequação da linguagem será corrigida por meio de emenda de redação.

O art. 7º, § 1º, V, fixa as competências dos agentes financeiros do Programa. A alínea “c” desse dispositivo lhes conferia a atribuição de “a seu critério, conceder condições especiais para a contratação das operações de crédito imobiliário, além das subvenções econômicas instituídas” pela MPV. A nova redação do dispositivo, proposta no PLV nº 1, de 2022, inclui a possibilidade de que os agentes financeiros, também a seu critério, promovam “a migração de financiamentos habitacionais já em curso”.

O PLV propõe ainda a inclusão de um novo art. 19, que altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS”. A redação original, atualmente em vigor, determina que “o Poder Executivo disporá em regulamento sobre a composição do Conselho Gestor do FNHIS, definindo entre os membros do Conselho das Cidades os integrantes do referido Conselho Gestor”. A redação proposta exclui a necessidade de que os integrantes do Conselho Gestor do FNHIS sejam escolhidos entre os membros do Conselho das Cidades, tendo em vista que este foi extinto pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.



SF/22641.30172-70





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

9

Os demais dispositivos da MPV permanecem inalterados.

Perante o Plenário do Senado Federal, foram apresentadas três novas emendas ao PLV nº 1, de 2022 (Emendas nºs 83 a 85), que serão descritas e analisadas adiante.

II – ANÁLISE

Nos termos do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020, compete ao Plenário desta Casa emitir parecer sobre a matéria em exame.

Ninguém duvida que, durante o desempenho de suas funções, os profissionais de segurança pública estão sujeitos a condições de trabalho adversas e a riscos graves e constantes à sua incolumidade física e à sua vida. Porém, um aspecto importante dessa questão costuma passar despercebido: o risco de vida e o estresse psicológico causado pelo constante estado de alerta acompanham policiais, bombeiros e demais profissionais da área até a esfera particular. Pelo simples fato de serem profissionais de segurança, essas pessoas vivenciam um grau adicional de risco mesmo em seu horário de descanso e lazer, quando estão com suas famílias em suas casas, que deveriam ser refúgios de relativa tranquilidade.

Esse é um custo que precisa ser reconhecido e compartilhado por toda a sociedade, já que é em seu benefício que as atividades de segurança são desempenhadas. Nesse contexto, as condições de habitação desses profissionais podem, em muitos casos, agravar ainda mais a sua exposição ao risco. Não é incomum que, pela ausência de políticas públicas específicas, integrantes das forças de segurança tenham que morar com suas famílias em locais com altos índices de violência, convivendo diariamente com situações que podem, a qualquer momento, requerer sua atuação em defesa dos bens jurídicos mais valiosos para a sociedade. Não é difícil imaginar a tensão que um policial militar, por exemplo, experimenta em uma vizinhança hostil. São frequentes os relatos de profissionais que não podem secar seus uniformes



SF/22641.30172-70





10

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

no varal de casa, ou que precisam se deslocar para o local de trabalho à paisana e, só lá, vestir o uniforme.

O PLV nº 1, de 2022, oriundo da MPV nº 1.070, de 2021, cria instrumento fundamental de concretização do direito à moradia digna dos profissionais de segurança pública em todo o País. Trata-se, assim, de iniciativa de grande relevância, mas também urgente, tendo em vista o disposto no inciso I do § 1º do art. 5º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Esse dispositivo determina que parte dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam empregados em programas habitacionais em benefício dos profissionais de segurança. A criação de programas dessa natureza é, portanto, obrigação legal inafastável do Estado brasileiro. O Programa Habite Seguro vem em boa hora preencher uma lacuna que há três anos não encontrava solução legislativa adequada. Consideramos, portanto, plenamente preenchidos os requisitos constitucionais de relevância e urgência para a edição de medidas provisórias.

No que tange à constitucionalidade, ressaltamos que promover a melhoria das condições habitacionais é competência material comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (art. 23, IX). A matéria não afronta as vedações impostas às medidas provisórias, prescritas pelo § 1º do art. 62 da Constituição Federal, tampouco avança sobre temas da competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas (arts. 49, 51 e 52 da CF). O PLV está em linha ainda com os princípios constitucionais fundamentais e não desrespeita os direitos e garantias individuais e sociais. Pelo contrário: contribui para materializar o direito à moradia, inscrito no art. 6º da Carta Magna, e busca concretizar o princípio superior da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF).

Entendemos que o Programa Habite Seguro, tanto a concessão discricionária de subvenção econômica conforme as regras do Fundo Nacional de Segurança Pública como os demais dispositivos, não conflita com as normas financeiras e orçamentárias vigentes, especialmente a Lei de



SF/22641.30172-70





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), mas também o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Por essa razão, manifestamo-nos por sua adequação financeira e orçamentária.

No mérito, consideramos o PLV nº 1, de 2022, oportuno e conveniente, tendo em vista a necessidade de dar ágil consequência ao disposto no inciso I do § 1º do art. 5º da Lei nº 13.756, de 2018, a fim de melhorar a qualidade de vida e valorizar os profissionais de segurança pública por meio da redução, para esse importante segmento da sociedade, da carência habitacional e dos riscos a ela associados.

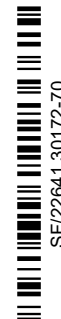
O PLV preserva em grande medida a redação original da MPV nº 1.070, de 2021. Além disso, consideramos que as mudanças promovidas pela Câmara dos Deputados, consolidadas no PLV aprimoram o texto original.

No Plenário do Senado Federal, o PLV nº 1, de 2022, recebeu 3 emendas, de números 83 a 85.

A *Emenda nº 83*, da Senadora Rose de Freitas permite que agentes socioeducativos concursados, agentes de trânsito concursados e policiais legislativos, além do benefício das condições especiais de crédito concedidas pelos agentes financeiros do Programa, recebam também a subvenção econômica criada pelo art. 10.

A *Emenda nº 84*, do Senador Rodrigo Cunha atribui prioridade às mulheres profissionais de segurança na concessão de benefícios no âmbito do Habite Seguro.

A *Emenda nº 85*, da Senadora Mara Gabrilli, atualiza a linguagem empregada no PLV ao propor a substituição da expressão “profissionais portadores de deficiência” por “profissionais com deficiência”.



SF/22641.30172-70





12

SENADO FEDERAL

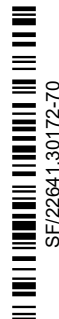
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

Em que pese a nobre intenção dos autores no sentido de introduzir aprimoramentos importantes no PLV, consideramos inviável acolher qualquer dessas emendas, tendo em vista o encerramento próximo do prazo de deliberação da matéria. Embora a MPV nº 1.070 tenha sido editada em 13 de setembro de 2021, a Câmara dos Deputados só aprovou o PLV em 9 de fevereiro de 2022, deixando, na prática, apenas uma semana para análise e deliberação do Senado. Considerando que a vigência do texto se encerra em 21 de fevereiro, segunda-feira próxima, e tendo em vista que mudanças de mérito ocasionariam o retorno da proposição à Câmara, consideramos que não há tempo hábil para nova votação naquela Casa. Desse modo, adotando uma atitude pragmática e responsável, optamos por não acolher essas importantes emendas e, assim, preservar o Programa como um todo, ainda que passível de melhorias.

Contudo, acolhemos como de redação a Emenda nº 85, da Senadora Mara Gabrilli. Se, por um lado, o uso da expressão “profissionais com deficiência” não configura alteração de mérito e, portanto, não ocasiona o retorno à Câmara, por outro, constitui uma importante oportunidade de avançar, pelo menos no nível do discurso, na proteção dos direitos de um segmento importante dos brasileiros, oportunidade essa que não pode ser desperdiçada. Faço minhas as palavras da autora da emenda em sua justificção: “o cuidado com a linguagem utilizada revela o respeito em relação às pessoas com deficiência, em benefício de uma sociedade mais igualitária e inclusiva”.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância; pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.070, de 2021; e, no mérito, por sua **aprovação** nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2022; pelo acolhimento da Emenda nº 85 como emenda de redação; e pela rejeição das Emendas nºs 83 e 84.



SF/22641.30172-70





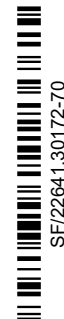
13

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 21, DE 2022 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2022 (Medida Provisória nº 1.070, de 2021).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2022 (Medida Provisória nº 1.070, de 2021), que *institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública – Programa Habite Seguro*, consolidando a Emenda nº 85, de redação, aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 16 de fevereiro de 2022.

ELMANO FÉRRER, PRESIDENTE

ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR

ELIZIANE GAMA

JORGINHO MELLO



ANEXO DO PARECER Nº 21, DE 2022 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2022 (Medida Provisória nº 1.070, de 2021).

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro); e altera as Leis nºs 8.677, de 13 de julho de 1993, 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 11.124, de 16 de junho de 2005, e 11.977, de 7 de julho de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I**DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA (PROGRAMA HABITE SEGURO)**

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro), como instrumento destinado à promoção do direito à moradia a profissionais de segurança pública, em observância ao disposto no inciso I do § 1º do art. 5º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Parágrafo único. O Programa Habite Seguro proporcionará condições específicas para acesso à moradia própria, nos termos desta Lei e de seu regulamento, e integrará, no que couber, o Programa Casa Verde e Amarela, de que trata a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

Art. 2º O Programa Habite Seguro é destinado aos seguintes profissionais de segurança pública:

I – policiais integrantes da polícia federal, da polícia rodoviária federal, das polícias civis, das polícias penais e das polícias militares:

- a) ativos;
- b) inativos:
 - 1. da reserva remunerada; e
 - 2. reformados; e



c) aposentados;

II – bombeiros integrantes dos corpos de bombeiros militares:

a) ativos; e

b) inativos:

1. da reserva remunerada; e

2. reformados;

III – agentes penitenciários, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação:

a) ativos;

b) inativos; e

c) aposentados;

IV – integrantes das guardas municipais, observado o disposto na Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014:

a) ativos;

b) inativos; e

c) aposentados;

V – agentes socioeducativos concursados;

VI – agentes de trânsito concursados; e

VII – policiais legislativos.

§ 1º Os dependentes e os cônjuges dos beneficiários falecidos em razão do exercício do cargo acessarão as mesmas condições aplicáveis aos beneficiários.

§ 2º É vedada aos integrantes das carreiras de agente socioeducativo, aos agentes de trânsito e aos policiais legislativos a concessão da subvenção de que trata o art. 10 desta Lei, o que não os impede de acessar outras condições especiais de crédito imobiliário, a critério dos agentes financeiros.

§ 3º Para os fins do disposto no § 2º deste artigo, o reconhecimento dos integrantes das respectivas carreiras dar-se-á mediante declaração do órgão a que pertencerem, na forma do regulamento a ser expedido:

I – pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no caso dos agentes socioeducativos;

II – pelo Ministério da Infraestrutura, no caso dos agentes de trânsito; e

III – pela Presidência do órgão legislativo ao qual estiverem administrativamente vinculados os policiais legislativos.

§ 4º Aplica-se o disposto no § 2º deste artigo aos integrantes das guardas municipais concursados cuja corporação não se enquadre no disposto na Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014.



§ 5º Para os fins do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, não cabe ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, no âmbito do Programa, propor as condições diferenciadas de que trata a alínea “b” do inciso I do § 1º do art. 7º desta Lei.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – gestor do Programa Habite Seguro: unidade organizacional pertencente à estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública responsável pela política de valorização e qualidade de vida dos profissionais de segurança pública;

II – gestor dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública: unidade organizacional pertencente à estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública responsável pela coordenação das atividades relacionadas à gestão dos recursos orçamentários do Fundo Nacional de Segurança Pública no âmbito do Programa Habite Seguro;

III – agente operador do Programa Habite Seguro: instituição financeira oficial responsável pela gestão operacional do Programa Habite Seguro e dos recursos orçamentários destinados à concessão da subvenção econômica de que trata o art. 10 desta Lei;

IV – agente financeiro: instituição financeira oficial responsável pela adoção de mecanismos e de procedimentos necessários à execução das ações abrangidas pelo Programa Habite Seguro na contratação das operações de crédito imobiliário com os beneficiários do Programa; e

V – beneficiário: profissional de segurança pública tomador do crédito imobiliário, incluído aquele contemplado com a subvenção econômica do Programa Habite Seguro, de que trata o art. 2º desta Lei.

§ 1º Serão estabelecidas no contrato a ser celebrado entre as partes as remunerações devidas ao agente operador, no que couber, pelas atividades exercidas no âmbito do Programa Habite Seguro.

§ 2º A Caixa Econômica Federal exercerá a função de agente operador do Programa Habite Seguro.

§ 3º As cooperativas de crédito poderão atuar como agente financeiro do Programa Habite Seguro, desde que sejam habilitadas pelo agente operador.

CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES E DOS OBJETIVOS

Art. 4º São diretrizes do Programa Habite Seguro:

I – transparência em relação à execução física e orçamentária e participação dos agentes envolvidos e dos beneficiários no Programa;

II – atuação em parceria com instituições financeiras oficiais;

III – cooperação federativa e fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública;

IV – atendimento habitacional aos beneficiários;

V – valorização dos profissionais de segurança pública;

VI – atuação em parceria entre os órgãos públicos e os agentes financeiros;



VII – distribuição racional dos recursos orçamentários; e

VIII – valorização dos profissionais com deficiência, com concessão de prioridade no seu atendimento, quando possível.

Art. 5º São objetivos do Programa Habite Seguro:

I – auxiliar a superação das carências de natureza habitacional dos profissionais de segurança pública, de acordo com os interesses institucionais e sociais;

II – reduzir a exposição dos profissionais de segurança pública a riscos em decorrência de condições habitacionais a que estejam submetidos;

III – promover a melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública; e

IV – valorizar os profissionais de segurança pública.

Art. 6º Ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

I – as condições para a participação no Programa Habite Seguro;

II – os prazos para financiamento habitacional no âmbito do Programa Habite Seguro;

III – os limites de recursos orçamentários destinados ao Programa Habite Seguro; e

IV – as faixas de subvenção econômica e de remuneração.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 7º O Programa Habite Seguro será promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública com a participação de instituições financeiras oficiais.

§ 1º No âmbito do Programa Habite Seguro, respeitadas as competências estabelecidas em legislação específica, compete:

I – ao Ministério da Justiça e Segurança Pública:

a) elaborar, propor ou editar regulamentos e normas complementares; e

b) propor condições diferenciadas de crédito imobiliário aos beneficiários por meio de negociação com instituições financeiras oficiais;

II – ao gestor do Programa Habite Seguro:

a) estabelecer as informações a serem apresentadas pelo agente operador em conjunto com o gestor dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública;

b) monitorar, planejar e coordenar a implementação do Programa Habite Seguro e avaliar os seus resultados; e

c) assegurar a transparência e a publicidade conferidas aos dados e às informações do Programa Habite Seguro, observadas as regras aplicáveis de sigilo e de proteção de dados;

III – ao gestor dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública:



a) contratar diretamente a Caixa Econômica Federal como agente operador, com dispensa de licitação, e remunerá-la na forma prevista em contrato;

b) monitorar os saldos disponíveis para a implementação do Programa Habite Seguro em conjunto com o agente operador e em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira;

c) apresentar ao órgão colegiado gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública os relatórios de prestação de contas e de auditoria fornecidos pelo agente operador;

d) efetuar os repasses de recursos orçamentários para o agente operador;

e) estabelecer as informações a serem apresentadas pelo agente operador em conjunto com o gestor do Programa Habite Seguro com a finalidade de avaliar o emprego dos recursos orçamentários e de conferir-lhe transparência;

f) avaliar a prestação de contas do agente operador e emitir parecer sobre o emprego dos recursos orçamentários;

g) estabelecer os critérios para habilitação dos agentes financeiros e, no âmbito de suas competências, autorizar o agente operador a estabelecer critérios adicionais para esse fim; e

h) autorizar o agente operador a especificar o formato do arquivo a ser utilizado para receber as informações oriundas dos agentes financeiros, a fim de viabilizar a execução do Programa Habite Seguro e a prestação de contas;

IV – ao agente operador:

a) atuar como instituição depositária e gestora dos recursos orçamentários recebidos para a execução do Programa Habite Seguro;

b) habilitar os agentes financeiros participantes do Programa Habite Seguro de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo gestor dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e, no que couber, com os critérios complementares estabelecidos pelo agente operador;

c) expedir orientações e instruções complementares aos agentes financeiros necessárias à execução do Programa Habite Seguro, de acordo com as diretrizes e os regulamentos editados pelos gestores do Programa, e ao emprego dos recursos orçamentários do Fundo Nacional de Segurança Pública;

d) efetuar os repasses das subvenções econômicas para os agentes financeiros participantes do Programa Habite Seguro;

e) efetuar a gestão operacional dos recursos orçamentários das subvenções econômicas do Programa Habite Seguro;

f) remunerar à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) os recursos orçamentários recebidos para a implementação do Programa Habite Seguro até a sua transferência efetiva aos agentes financeiros;

g) gerir e monitorar os recursos orçamentários recebidos para a implementação do Programa Habite Seguro, vedada a autorização da realização de despesas que excedam o montante disponível;



h) solicitar aos agentes financeiros a apuração de responsabilidades por eventuais falhas na sua atuação;

i) prestar contas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública quanto ao emprego dos recursos orçamentários recebidos e fornecer as informações necessárias à avaliação contínua do Programa Habite Seguro;

j) apresentar relatório gerencial trimestral com informações sobre a implementação do Programa Habite Seguro; e

k) executar o Programa Habite Seguro em âmbito nacional na forma prevista em regulamento;

V – aos agentes financeiros:

a) adotar mecanismos e procedimentos necessários à execução das ações abrangidas pelo Programa Habite Seguro;

b) participar do Programa Habite Seguro, de acordo com as suas capacidades técnica e operacional, na forma prevista em regulamento ou em norma editada pelos agentes de que tratam os incisos III e IV deste parágrafo, conforme o caso, incluindo:

1. firmar ajuste com o agente operador para formalizar a execução dos repasses de recursos orçamentários e a realização das demais atividades do Programa Habite Seguro relativas às operações de crédito imobiliário;

2. receber e analisar a documentação apresentada pelos beneficiários nas operações de crédito imobiliário, de acordo com os critérios estabelecidos pelo gestor do Programa Habite Seguro;

3. contratar as operações de crédito imobiliário com os beneficiários do Programa Habite Seguro, de acordo com a sua faixa de remuneração;

4. solicitar ao agente operador o montante correspondente ao repasse das subvenções econômicas;

5. prestar contas ao agente operador quanto às contratações das operações de crédito imobiliário;

6. disponibilizar ao agente operador acesso à base de dados no formato por ele estabelecido com a finalidade de viabilizar a execução do Programa Habite Seguro;

7. promover a apuração das responsabilidades e informar o agente operador, o Ministério Público e a Polícia Federal, tempestivamente, sobre as medidas adotadas na hipótese de suspeita de irregularidade na aplicação dos recursos orçamentários;

8. prestar contas quanto ao emprego dos recursos orçamentários destinados à implementação do Programa Habite Seguro por eles geridos;

9. estabelecer as cláusulas sancionatórias decorrentes de situações de inadimplemento nos contratos de financiamento habitacional;

10. executar, no âmbito de suas competências, as demais ações necessárias à implementação do Programa Habite Seguro; e

11. exercer outras competências que lhes forem atribuídas pelo agente operador; e



c) conceder, a seu critério, condições especiais para a contratação das operações de crédito imobiliário, além das subvenções econômicas instituídas por esta Lei, bem como promover a migração de financiamentos habitacionais já em curso; e

VI – aos beneficiários:

a) fornecer dados, informações e documentos necessários à contratação do financiamento habitacional;

b) responsabilizar-se pela contratação do financiamento habitacional e pelo pagamento de suas prestações; e

c) apropriar-se corretamente dos bens colocados à sua disposição.

§ 2º Os governos estaduais e distrital, no âmbito de suas competências, poderão apoiar a implementação do Programa Habite Seguro por meio:

I – da disponibilização de dados e informações;

II – do aporte de recursos orçamentários oriundos de programas habitacionais estaduais e distrital que concedam subvenção econômica; e

III – de outras ações que viabilizem a implementação do Programa Habite Seguro.

§ 3º Os programas habitacionais estaduais e distrital de que trata o inciso II do § 2º deste artigo deverão ser instituídos por meio de ato normativo.

CAPÍTULO IV DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 8º Os recursos orçamentários destinados à implementação e à execução do Programa Habite Seguro observarão a programação financeira e orçamentária do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Parágrafo único. O agente operador e o agente financeiro, no exercício de suas competências, não disporão de recursos orçamentários próprios para suprir insuficiência orçamentária ou financeira do Fundo Nacional de Segurança Pública no pagamento das subvenções econômicas concedidas no âmbito do Programa Habite Seguro, nos termos do Decreto nº 8.535, de 1º de outubro de 2015.

Art. 9º Na hipótese de emprego dos recursos orçamentários em desacordo com o disposto nesta Lei atestado pelo gestor do Programa Habite Seguro, o beneficiário ficará obrigado a devolver o montante correspondente à subvenção econômica concedida, acrescido de atualização monetária à taxa do Selic, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação aos responsáveis.

Art. 10. Fica instituída subvenção econômica destinada a atender os beneficiários do Programa Habite Seguro na forma prevista em regulamento.

§ 1º A subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo será financiada exclusivamente com recursos orçamentários do Fundo Nacional de Segurança Pública.

§ 2º A concessão da subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo fica limitada à disponibilidade orçamentária e financeira consignada ao Programa Habite Seguro em ação orçamentária específica do Fundo Nacional de Segurança Pública.



§ 3º A subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo subsidiará, conforme estabelecido em regulamento, exclusivamente:

I – parte do valor do imóvel; e

II – pagamento da parcela da tarifa para contratação do financiamento devida pelo beneficiário do Programa Habite Seguro no ato da contratação do crédito imobiliário até o limite previsto em regulamento.

§ 4º Observado o disposto no inciso II do § 3º, a subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo não poderá custear o pagamento da tarifa inicial para avaliação do imóvel dado em garantia ou de tarifa equivalente.

§ 5º Os profissionais de segurança pública de que trata o art. 2º desta Lei não contemplados com a subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo poderão ter acesso a outras condições especiais de crédito imobiliário concedidas pelos agentes financeiros.

Art. 11. Para a concessão da subvenção econômica de que trata o art. 10 desta Lei, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – remuneração; e

II – valor do imóvel.

Art. 12. A subvenção econômica de que trata o art. 10 desta Lei concedida ao beneficiário do Programa Habite Seguro no ato da contratação que tenha por objetivo proporcionar a aquisição ou a construção da moradia por meio do Programa Habite Seguro será deferida apenas 1 (uma) vez para cada beneficiário.

Parágrafo único. A subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo poderá ser cumulativa com outras concedidas por programas habitacionais previstos em lei de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal.

CAPÍTULO V DAS VEDAÇÕES

Art. 13. É vedada a concessão de subvenções econômicas com a finalidade de aquisição ou de construção de unidade habitacional por pessoa física, nos termos do art. 2º desta Lei:

I – titular de financiamento ativo de imóvel localizado em qualquer parte do território nacional, exceto na hipótese de celebração de contratos destinados à aquisição de material de construção; e

II – proprietária, possuidora, promitente compradora, usufrutuária ou cessionária de imóvel localizado em qualquer parte do território nacional.

§ 1º Para fins do disposto no *caput* deste artigo, é vedado o emprego de recursos orçamentários da subvenção econômica para:

I – reforma, ampliação, conclusão ou melhoria de imóvel;

II – aquisição de terra nua, dissociada da construção de imóvel em prazo superior a 2 (dois) anos, contado da data de assinatura do contrato de financiamento habitacional pelo beneficiário; e

III – aquisição ou construção de imóveis rurais ou comerciais.



§ 2º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica à pessoa física, observada a legislação específica relativa à fonte de recursos, que se enquadre nas seguintes hipóteses:

I – tenha propriedade de parte de imóvel residencial em fração igual ou inferior a 40% (quarenta por cento); ou

II – tenha nua propriedade de imóvel residencial gravada com cláusula de usufruto vitalício e tenha renunciado a esse usufruto.

§ 3º O beneficiário do Programa Habite Seguro apresentará declaração que ateste o cumprimento dos requisitos estabelecidos neste artigo, sob pena de devolução do montante correspondente à subvenção econômica, acrescido de atualização monetária à taxa do Selic, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na legislação aos responsáveis.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. Na hipótese de cessão onerosa ou gratuita *inter vivos* de imóvel adquirido ou construído com recursos orçamentários do Programa Habite Seguro, o beneficiário devolverá o montante correspondente à subvenção econômica, acrescido de atualização monetária à taxa do Selic, quando a cessão for efetuada antes de transcorridos 5 (cinco) anos da aquisição do referido imóvel.

Art. 15. O Programa Habite Seguro será regido pelo disposto nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 16. A Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....

Parágrafo único.

a) (revogada);

b) (revogada).

I – 50% (cinquenta por cento), no mínimo, e 98% (noventa e oito por cento), no máximo, em financiamentos dos projetos referidos no art. 2º desta Lei; e

II – 2% (dois por cento) em reserva de liquidez, dos quais:

a) 1% (um por cento) em títulos públicos; e

b) 1% (um por cento) em títulos de emissão da Caixa Econômica Federal.” (NR)

“Art. 9º

I – praticar os atos necessários à operação do FDS, incluída a edição de regulamentos operacionais, de acordo com as diretrizes, as normas e os programas estabelecidos pelo Conselho Curador e pelo órgão gestor do FDS;

.....



IV – (revogado);

V – firmar, como representante do FDS, contrato de repasse com os agentes financeiros para aporte dos recursos destinados à concessão dos empréstimos e dos financiamentos;

VI – gerir o fluxo dos empréstimos, dos financiamentos, dos repasses e dos subsídios, por intermédio dos agentes financeiros, e, como representante do FDS, adotar as medidas necessárias para assegurar a sua aplicação;

.....

VIII – cumprir as atribuições estabelecidas pelo Conselho Curador; e

IX – orientar, por intermédio dos agentes financeiros, a atuação dos agentes promotores, no âmbito dos programas de regularização fundiária e melhoria habitacional, com vistas à aplicação correta dos recursos orçamentários, e, como representante do FDS, adotar as medidas de regresso contra os agentes financeiros relativamente aos danos decorrentes de falhas cometidas por esses agentes na prestação dos serviços.

§ 1º No âmbito dos programas de regularização fundiária e melhoria habitacional, os riscos do agente operador inerentes ao repasse e à aplicação dos recursos estão circunscritos à certificação do envio, pelos agentes financeiros habilitados a atuar nos referidos programas, da comprovação documental da execução física dos contratos de financiamento e à conferência das informações financeiras dela constantes, nos termos estabelecidos pelo gestor do FDS.

§ 2º A certificação do recebimento da comprovação documental referida no § 1º deste artigo autorizará a liberação dos recursos financeiros pelo agente operador ao agente financeiro, que será responsável pela veracidade e pela consistência das informações prestadas.” (NR)

“Art. 12-A. Ficam os cotistas do FDS autorizados a efetuar doação gratuita, total ou parcial, dos valores que compõem as suas cotas ao referido Fundo, incluídos aqueles referentes ao retorno financeiro proporcional aos mútuos concedidos no âmbito de programas habitacionais.

.....

§ 2º As receitas provenientes da doação de que trata o *caput* poderão ser utilizadas para:

.....” (NR)

Art. 17. A Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º



.....

§ 4º Os imóveis produzidos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial poderão ser alienados nas condições estabelecidas em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, com prioridade para:

I – União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou entidades da administração pública indireta desses entes, para destinação a programas habitacionais de interesse social por eles desenvolvidos; e

II – pessoas físicas que constituam o público-alvo dos programas habitacionais federais.” (NR)

“Art. 2º-B. Fica criado o Comitê de Participação do Fundo de Arrendamento Residencial (CPFAR), cujas composição e competências serão estabelecidas em ato do Poder Executivo federal.”

Art. 18. O § 3º do art. 10 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

.....

§ 3º O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a composição do Conselho Gestor do FNHIS.

.....” (NR)

Art. 19. O art. 6º-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 17:

“Art. 6º-A.

.....

§ 17. As unidades dispensadas da reinclusão em programa habitacional referida no § 9º deste artigo, as unidades ociosas, as unidades disponíveis sem indicação de beneficiários e as unidades integrantes de operações pendentes de finalização cuja viabilidade de conclusão restar prejudicada poderão ser alienadas pelo gestor operacional do respectivo Fundo nas condições estabelecidas em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, com prioridade para:

I – União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou entidades da administração pública indireta desses entes, para destinação a programas habitacionais de interesse social por eles desenvolvidos;

II – pessoas físicas que constituam o público-alvo dos programas habitacionais federais; e

III – pessoas físicas que constituam público-alvo do Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro).” (NR)



Art. 20. Revogam-se:

I – os seguintes dispositivos da Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993:

a) alíneas “a” e “b” do parágrafo único do art. 3º; e

b) inciso IV do *caput* do art. 9º; e

II – o § 5º do art. 2º da Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 86, DE 2022

Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 9-PLEN, do Senador Paulo Paim, à MPV nº 1070/2021.

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do PT

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PT, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 9, do Senador Paulo Paim, à MPV 1070/2021, que “institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro”.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2022.

Senador Paulo Rocha
(PT - PA)
Líder do PT



Projeto de Lei nº 4392/2021





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 4392, de 2021**, que *"Institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI) e dá outras providências."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	001
Senador Paulo Paim (PT/RS)	002; 003; 004
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	005
Senador Wellington Fagundes (PL/MT)	006
Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)	007

TOTAL DE EMENDAS: 7



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

**PL 4392/2021
00001****EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 4392, de 2021)

Suprima-se o art. 6º do Projeto de Lei nº 4392, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O Poder Constituinte originário, ao conferir especial atenção às pessoas idosas no texto constitucional, garantiu a **gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de sessenta e cinco anos** (art. 230, § 2º).

Trata-se de norma de eficácia plena, ou seja, é uma norma de aplicabilidade direta, imediata e integral. Direta, pois não precisa de outras normas para viabilizar sua produção de efeitos. Imediata, pois estão aptas a produzir efeitos desde o momento em que entram em vigor. Integral, pois são capazes de produzir todos os seus efeitos, não dependendo de outras normas para completar-lhes os sentidos **nem podendo ter seus efeitos reduzidos por outra norma**.

O que o art. 39 do Estatuto do Idoso fez foi **reproduzir** um direito já garantido pelo texto constitucional, isto é, um direito exigível por qualquer idoso desde a promulgação da Constituição Federal. O Supremo Tribunal Federal deixou isso claro no âmbito da ADI nº 3768-4/DF, sob a brilhante relatoria da Min. Cármen Lúcia.

Preocupa-nos, portanto, o art. 6º do Projeto de Lei em apreço, que tenta reduzir o direito à gratuidade do transporte coletivo público aos maiores de sessenta e cinco anos, seja fazendo referência ao termo “assistência social”, seja na supressão do termo “semiurbano” ou à previsão de criação de cadastros municipais. O direito à gratuidade dos idosos nos transportes públicos coletivos, como deixa translúcido o art. 230, § 2º, da Constituição, está vinculado tão-somente à faixa etária da pessoa.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Pelos motivos expostos - e sem querer impedir qualquer transferência de subsídios da União aos entes federativos, em especial os municípios - pedimos que as nobres Senadoras e os nobres Senadores nos apoiem nessa sugestão de emenda supressiva.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



**PL 4392/2021**
00002**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM**PROJETO DE LEI Nº 4392, DE 2021****EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se a alteração ao “caput” do art. 39 da Lei nº 10.741, de 2003, constante do art. 6º.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei 4.392, de 2021, altera o caput do art. 39 do Estatuto do Idoso, para dar-lhe a seguinte redação:

“Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a assistência social da gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos, nos termos do artigo 230, § 2º da Constituição Federal, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

Na sua redação em vigor, o art. 39 prevê:

“Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.”

De pronto se observam duas limitações ao atual art. 39, que não podem prosperar.

A primeira é a tentativa de classificar o direito assegurado pelo art. 230, § 2º da CF, que reza que “aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.”

Ocorre que esse direito não é direito assistencial, em sentido estrito, nos termos dos art. 203 e 204, e a ser coberto pelo orçamento da seguridade social. Tampouco é vinculado à noção de carência, que perpassa o conceito de assistência social. É um direito assegurado diretamente pela Carta Magna e que independe dessa condição, mas, apenas, do atendimento do requisito de idade.

A segunda alteração é a limitação a transporte urbano, excluindo-se o semi-urbano, o que poderá vir a trazer dúvidas quanto à extensão do direito.

Segundo a Nota Técnica de Rodrigo Cesar Neiva Borges, consultor da Câmara dos Deputados, intitulada “Definição de Transporte Coletivo Urbano”,

“Em relação aos benefícios legais vigentes, o que já foi consagrado em legislação federal é a equiparação do serviço de transporte semi-urbano ao serviço ao transporte urbano, para fins de gozo das gratuidades consagradas constitucionalmente. Embora tais serviços possam ser de competência municipal (quando não ultrapassam os limites de um município, normalmente entre um distrito e a sede), estadual (quando ultrapassam os limites de municípios), ou federal (quando cruzam divisas estaduais) o entendimento é que, ao fazer referência ao transporte semi-urbano, o legislador federal não ampliou o direito consagrado pela Constituição Federal, mas apenas explicitou o nível de





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

abrangência desse direito, equiparando, de forma objetiva, o transporte semi-urbano ao urbano.”

Assim, de modo a preservar o Estatuto do Idoso, Lei que resulta de proposição de nossa Autoria, impõe-se a supressão da alteração ao “caput” do art. 39.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM
PT/RS



**PL 4392/2021**
00003**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador PAULO PAIM**PROJETO DE LEI Nº 4392, DE 2021****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao inciso I do art. 1º a seguinte redação:

“I - custear o direito previsto no artigo 230, § 2º da Constituição Federal, regulamentado no artigo 39 da Lei nº 10.741, 1º de outubro de 2003;”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei 4.392, de 2021, ao criar o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI), define como um de seus objetivos, no inciso I do art. 1º, custear o direito à assistência social previsto no artigo 230, § 2º da Constituição Federal, regulamentado no artigo 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Ocorre que a gratuidade assegurada pelo art. 230, § 2º da CF, que reza que “aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos” não é direito assistencial, em sentido estrito, nos termos dos art. 203 e 204. A própria previsão de criação, pelo PL, de uma forma de financiamento que não integra, na forma do PL, expressamente, o orçamento da seguridade social, evidencia esse fato.

Ademais, o direito tampouco é vinculado à noção de carência, que perpassa o conceito de assistência social. É um direito assegurado diretamente pela Carta Magna e que independe dessa condição, mas, apenas, do atendimento do requisito de idade.

Assim, de modo a preservar o Estatuto do Idoso, Lei que resulta de proposição de nossa Autoria, e o caráter do direito assegurado aos idosos pelo art. 203 da CF, impõe-se a alteração ora proposta.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM
PT/RS



PL 4392/2021
00004

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI Nº 4392, DE 2021

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a alteração ao § 1º e o § 4º do art. 39 da Lei nº 10.741, de 2003, constante do art. 6º.

JUSTIFICAÇÃO

O PL 4.392 altera o § 1º do art. 39 do Estatuto do idoso, de modo que para ter acesso à gratuidade no transporte coletivo o idoso terá que apresentar documentos perante o poder público responsável pelos serviços descritos no caput ou junto às entidades ou empresas operadoras do transporte público coletivo responsáveis pelo controle e emissão dos meios de acesso para se cadastrar. E inclui parágrafo 4º prevendo que “o poder público responsável deverá priorizar o atendimento do idoso, mediante o estabelecimento de procedimentos céleres, visando o cadastramento para o exercício do direito previsto no caput deste artigo.”

Ou seja, passará a ser exigido um “cadastro”, algo que, atualmente, é dispensado, bastando ao idoso, para exercer o direito que lhe assegura o art. 203 da CF, apresentar qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

A proposta não apenas burocratiza o acesso ao direito, mas o limita severamente, pois milhões de idosos, em todo o país, terão que, primeiro, cadastrar-se, e ter uma “carteirinha”, para exercer direito que deriva diretamente da Constituição, e é inerente à sua condição de idoso com mais de 65 anos. Ademais, abre espaço a que autoridades locais possam negar a emissão da “carteirinha”, impedindo até mesmo aos que a requeiram o exercício desse direito.

Tal retrocesso não pode ser acatado, sob pena de afronta à vedação do retrocesso social, princípio que o Legislador não deve ignorar ao apreciar a proposta em questão.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM
PT/RS



PL 4392/2021
00005**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PL nº 4392, de 2021)

Suprimam-se o art. 6º e o inciso I do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.392, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A redação proposta pelo Projeto de Lei nº 4.392, de 2021, para o art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acrescenta regras de cadastramento prévio do idoso junto ao poder público ou às entidades ou empresas operadoras do transporte público coletivo.

A Lei nº 10.741 em vigor prevê apenas que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de idade. Em algumas localidades e serviços são utilizados controles de acesso automatizado ao transporte público. Neste caso, o cidadão com direito à gratuidade precisa, de fato, apresentar-se a alguma entidade para obter o instrumento (cartão, *ticket* etc.) para garantir o seu acesso ao transporte. Entretanto, a necessidade de cadastro prévio não deve se tornar regra geral, o que criaria dificuldades para o idoso e passaria a restringir o acesso ao direito que hoje já lhe é garantido com a simples apresentação de documento pessoal,

Ademais, o inciso I do artigo 1º do PL em discussão estabelece que um dos objetivos do PNAMI é custear o direito à assistência social, previsto no § 2º da Constituição Federal, regulamentado pelo art. 39 da Lei nº 10.741 de 2003. Em que pese a boa intenção do autor, entendemos que o dispositivo da forma redigida, ao citar direito à assistência social, pode provocar interpretação indesejadas, como o a de que o custeio da gratuidade seja arcado com recursos da assistência social, destinada ao atendimento das pessoas com deficiência e idosos carentes. Se assim fosse, apenas idosos com direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), passando o dispositivo a violar a disposição do § 2º do art. 230, da Constituição Federal, que assegura aos maiores de 65 anos a gratuidade nos transportes coletivos.

Por esses motivos, apresentamos esta emenda para sanar as questões apresentadas.



Certos de que a presente Emenda aperfeiçoa o Projeto de Lei nº 4.392, de 2021, contamos com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

PL 4392/2021
00006

EMENDA Nº - PLEN
(Ao PL nº 4.392, de 2021)

Suprimam-se o art. 6º e o inciso I do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.392, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A redação proposta pelo Projeto de Lei nº 4.392, de 2021, para o art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), acrescenta regras de cadastramento prévio do idoso junto ao Poder Público ou às entidades e empresas operadoras do transporte público coletivo.

Entendemos que a alteração proposta pelo projeto apresenta óbices de ordem constitucional e legal para implementar-se. O primeiro diz respeito à interpretação de que o disposto no art. 230, § 2º da CF/88 seria um “direito assistencial *strictu sensu*”, coberto pelo orçamento da seguridade social, tal qual os arts. 203 e 204. Não é.

Trata-se, com efeito, de um direito assegurado direta e explicitamente pela própria Constituição Federal, em que se determina objetivamente que a única condição para a sua obtenção plena é a idade. Não há nenhum outro critério, senão o etário.

Além desse ponto absolutamente inafastável a se considerar, a alteração proposta, da maneira apresentada, parece centrar-se unicamente no transporte urbano, desconsiderando o transporte semi-urbano. A equiparação entre essas duas modalidades de transporte já está disposta em legislação federal. Isso, necessariamente, implica que os direitos concedidos a uma estendem-se à outra de maneira uniforme. Isso precisa estar claro no projeto.

Por tudo isso, em observância a dispositivos constitucionais, bem como à legislação específica, no caso o Estatuto do Idoso, reputamos necessária a supressão da alteração ao *caput* do art. 39, nos termos propostos pelo projeto em comento.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



PL 4392/2021
00007



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 4392, de 2021)

Insira-se o seguinte art. 9º no PL nº 4.392, de 2021, renumerando-se o atual:

“**Art. 9º** Os benefícios previstos aos idosos no art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, não serão suspensos por motivo de falta de repasse dos recursos de que trata esta Lei aos entes federados responsáveis pela prestação do serviço de transporte coletivo.”

JUSTIFICAÇÃO

Embora o objetivo do PL nº 4.392, de 2021, seja nobre, ou seja, aportar recursos nos sistemas de transporte coletivo de passageiros nos municípios, a falta de repasse desses recursos aos municípios não pode servir de escusa para os prestadores dos serviços de transporte recusarem o embarque dos idosos que façam jus a esse benefício.

São esses os motivos pelos quais apresentamos essa emenda, e que esperamos possa ser acatada.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



PARECER Nº 22, DE 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 4.392, de 2021, dos Senadores Nelsinho Trad e Giordano, que institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI) e dá outras providências.



Relator: Senador **EDUARDO BRAGA**

I – RELATÓRIO

Vem para o exame deste Plenário o Projeto de Lei nº 4.392, de 2021, que institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI) e dá outras providências.

O Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI) tem a finalidade de, simultaneamente, custear o direito constitucional das pessoas idosas à mobilidade urbana, manter a modicidade tarifária e garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de transporte coletivo.

Em seu art. 2º, a proposição esclarece que o PNAMI “dar-se-á mediante assistência financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios” e aduz, em parágrafo único, que tal assistência financeira não será considerada para contabilização dos limites mínimos de investimentos para saúde e educação previstos nos artigos 198 e 212 da Constituição Federal.

Em seu art. 3º, a proposição comanda a previsão dos recursos necessários ao PNAMI no Orçamento-Geral da União.

Em seu art. 4º, prevê que os Estados, o Distrito Federal (DF) e os Municípios instituam seus respectivos fundos de transporte público coletivo com o objetivo de receber os aportes financeiros que prevê.



Em seu art. 5º, prevê a proporcionalidade dos recursos do PNAMI conforme a população maior de sessenta e cinco anos, a ser determinada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em seu art. 6º, a proposição altera o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) para suprimir a gratuidade prevista para os serviços “semiurbanos” e prever a necessidade de cadastramento prévio do idoso para a fruição da gratuidade no transporte público urbano.

Em seu art. 7º, autoriza a União a abrir crédito extraordinário, no exercício do início de sua vigência, visando o cumprimento das medidas que institui.

Em seu art. 8º, dá prazo de seis meses para que os entes federativos instituam o fundo comandado em seu art. 4º.

Por fim, em seu art. 9º, determina a entrada imediata em vigor de lei em que eventualmente se transformar na data de sua publicação.

Na justificação que acompanha a proposta, os autores relatam as dificuldades financeiras que os sistemas municipais de transporte público de passageiros vêm atravessando, e apontam que a gratuidade dos idosos para acessar esse sistema, embora justa, deveria ser custeada por meio de uma fonte orçamentária de recursos, de forma a não criar empecilhos para a sobrevivência do mencionado sistema de transportes.

Quanto às emendas, foram apresentadas sete, que podem ser assim resumidas:

1. Do Senador Fabiano Contarato, propõe a supressão do art. 6º do PL.
2. Do Senador Paulo Paim, propõe suprimir a proposta de alteração do *caput* do art. 39 do Estatuto do Idoso.
3. Do Senador Paulo Paim, dá nova redação ao inciso I do art. 1º do PL.
4. Do Senador Paulo Paim, propõe suprimir as propostas de alterações dos §§ 1º e 4º do art. 39 do Estatuto do Idoso.



5. Da Senador Rose de Freitas, propõe suprimir o art. 1º, inciso I, e o art. 6º do PL.
6. Do Senador Wellington Fagundes, propõe suprimir os mesmos dispositivos da emenda 6.
7. Da Senadora Mara Gabrilli, propõe novo artigo ao PL, com a finalidade de garantir que os benefícios dos idosos não serão suspensos mesmo se não houver repasse de recursos do programa aqui analisado.

II – ANÁLISE

Conforme os arts. 235, 252 e 281 do Regimento Interno do Senado Federal, é facultado ao Plenário o exame do Projeto de Lei nº 4.392, de 2021.

Em relação aos aspectos formais, não há óbice de constitucionalidade na proposição, uma vez que a Carta Magna determina que compete à União o estabelecimento de diretrizes para os transportes urbanos (art. 21, XX). Determina também as diretrizes da assistência social aos idosos e seu direito à gratuidade nos transportes coletivos urbanos (art. 230, § 2º).

Além disso, seu mérito é indiscutível. De fato, o sistema de transporte coletivo urbano nas cidades e no DF, que já vinha de uma situação financeira precária, decorrente de um processo histórico de crescente descompasso entre suas receitas e despesas, sofreu um impacto agudo com a queda de arrecadação por conta da pandemia da covid-19.

Nesse sentido, caso o sistema de transportes coletivos entre em colapso, um dos grupos que mais iria sofrer com o fim desses serviços seria justamente o dos idosos, que gozam de direito à gratuidade nesse sistema, por força do art. 230, § 2º, de nossa Carta Magna.

Para evitar essa catástrofe, o projeto analisado propõe a criação do Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI), de forma a garantir os recursos públicos necessários à saúde financeira desse importante serviço público.



SF/22289,81862-17



Ressalte-se que a proposta conta com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que fez chegar o Ofício Circular nº 2, de 2022, assinado por seu presidente e prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira Filho, na qual afirma que esta entidade “debateu exaustivamente o tema e apoia o PL 4.392/2021, por ser o único que contribui efetivamente para a mitigação da crise atual, na medida em que aporta recursos diretamente nos sistemas” de transporte público local, e que “o cenário exige celeridade, inclusive, para assegurar os salários de motoristas e cobradores, evitando interrupções nos serviços e transtornos aos consumidores”.

A despeito de seu mérito, contudo, são necessárias algumas emendas para aperfeiçoar o texto do projeto, conforme passaremos a analisar.

Em relação às emendas apresentadas pelos Senadores, é necessário suprimir o atual art. 6º do PL, como propõem as de nºs 1, 2, 4, 5 e 6, todas acolhidas, uma vez que o projeto, à guisa de buscar justa contrapartida da União pelo benefício criado pelos constituintes de 1988, não pode retirar direitos dos idosos, não só por uma questão de justiça, como até mesmo por possível vício de inconstitucionalidade.

Acatamos a emenda 3, do ilustre Senador Paulo Paim, dá nova redação ao inciso I do art. 1º do PL. A forma redigida originalmente, ao citar direito à assistência social, poderia provocar interpretação indesejada, como o a de que o custeio da gratuidade seja arcado com recursos da assistência social, destinada ao atendimento das pessoas com deficiência e idosos carentes. Esse apontamento foi feito por diversos senadores e acolhemos o aperfeiçoamento.

Acatamos também a emenda nº 7 da Senadora Mara Gabrilli, que visa a garantir que os idosos não terão seus benefícios suspensos, ainda que não ocorra o repasse dos recursos de que trata o projeto.

Apresentamos também emendas de Relator. A primeira delas incide sobre o art. 5º e visa a incluir os municípios (e não só estados) gestores de sistemas de transporte metropolitano como destinatários dos recursos do PNAMI, e para determinar que somente os entes federados que puderem comprovar que possuem sistemas de transporte coletivo em operação poderão receber os valores do Programa.

A segunda emenda determina ampla publicidade aos montantes de recursos repassados no âmbito do PNAMI, e atende a pertinente sugestão



SF/22289.81862-17



encaminhada a nosso Gabinete pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC).

A terceira emenda tem por objetivo adequar este PL às exigências da legislação sobre finanças públicas. Em particular, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) exige, em seu art. 17, que os atos que criam despesas obrigatórias de caráter continuado, como este PL, devem vir instruídos com a estimativa de seu impacto orçamentário-financeiro e com indicação de fonte de custeio.

Sobre o impacto orçamentário-financeiro, estimam-se gastos da ordem de R\$ 5 bilhões por ano. Para chegar a esse número, partiu-se da população com mais de 65 anos no Brasil, de 9,2 milhões de indivíduos. Supondo que cada idoso, em média, faça cinco viagens de ida e volta por mês, teríamos um total de 120 viagens por ano. Multiplicando esse valor por R\$ 4,50 como preço médio da tarifa, chega-se a R\$ 4,968 bilhões.

Pela magnitude de recursos envolvida, propomos vincular parte das receitas dos *royalties* do petróleo para financiar tais gastos. Deve-se destacar que a receita de *royalties* do petróleo pertencente à União é mais do que suficiente para financiar essas novas despesas. Em 2021, por exemplo, somente a parcela dos *royalties* apropriada pela União superou R\$ 11 bilhões, mais que o dobro do que se projetava. Considerando que o petróleo gera outras receitas, como a participação especial, o bônus de assinatura e as receitas com óleo excedente do regime de partilha de produção, o programa deverá gastar somente uma fração do que o governo arrecada.

Em síntese, promover a vinculação com as receitas dos *royalties* do petróleo, além de permitir que nos adequemos à legislação que dispõe sobre o equilíbrio nas finanças públicas, evita-se que, anualmente, o Congresso tenha de discutir e deliberar sobre um gasto que, consensualmente, é meritório.

Por último, é necessário oferecer um horizonte temporal ao Programa. Assim, propomos que ele seja válido somente no ano da aprovação do projeto em lei, e nos dois anos subsequentes, ou seja, o programa vigoraria por três anos.



SF/22289,81862-17



III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.392, de 2021, aprovadas as emendas de nºs 1, 2, 4, 5 e 6, na forma da emenda 1, aprovadas as emendas 3 e 7, e apresentadas as seguintes emendas de Relator:

EMENDA Nº 8 - PLEN

O art. 2º do PL nº 4.392, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** O PNAMI dar-se-á mediante assistência financeira da União, de até 5 (cinco) bilhões anuais, aos Estados, Distrito Federal e Municípios que dispõem de serviços de transporte público coletivo urbano regular em operação.

.....” (NR)

EMENDA Nº 9 - PLEN

Incluam-se os seguintes §§ 2º e 4º no art. 5º do Projeto de Lei nº 4.392, de 2021, renumerando-se e alterando-se a redação do atual §2º como § 3º, todos com a seguinte redação:

“**Art. 5º**

§ 2º Nos casos de municípios responsáveis pela gestão do sistema de transporte público integrado metropolitano, para fins de aportes financeiros mencionado no *caput*, terá como cômputo geral a somatória da população maior de 65 anos residente nos municípios que compõem a região metropolitana administrada, recebendo integralmente estes recursos.

§ 3º A distribuição dos recursos para o exercício de 2022, conforme disposto neste artigo, utilizará a estimativa populacional projetada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para o ano de 2021, devendo suas atualizações subsequentes serem efetuadas na forma do regulamento, e ser parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos próximos exercícios.

§ 4º Somente poderão participar da divisão dos recursos de que trata esta lei as unidades federadas que comprovarem possuir sistema



7

de transporte público coletivo de caráter urbano ou metropolitano em funcionamento, na forma do regulamento.”

EMENDA Nº 10 - PLEN

O art. 6º do PL nº 4.392, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º** A União dará ampla publicidade aos montantes de recursos transferidos no âmbito do PNAMI por meio de portal da transparência na internet, no qual deverão ser apontados os valores aportados para cada ente federado beneficiado.”

SF/22289.81862-17

EMENDA Nº 11 - PLEN

Dê-se a seguinte redação para o art. 7º do Projeto de Lei nº 4.392, de 2021.

“**Art. 7º** O *caput* do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** Para fins de atendimento ao disposto no inciso VI do *caput* do art. 214 e nos arts. 196 e 230 da Constituição, bem como para custear o direito à assistência social previsto no art. 39 da Lei nº 10.741, 1º de outubro de 2003, serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para a saúde e para a mobilidade dos idosos, na forma do regulamento, os seguintes recursos:

.....” (NR)

EMENDA Nº 12 - PLEN

Dê-se a seguinte redação ao art. 9º do PL nº 4.392, de 2021:

“**Art. 9º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no ano de sua publicação, e nos dois anos subsequentes.”

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 23, DE 2022 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei nº 4.392, de 2021, dos Senadores Nelsinho Trad e Giordano.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 4.392, de 2021, dos Senadores Nelsinho Trad e Giordano, que *institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI) e dá outras providências*, consolidando as Emendas nºs 1, 3 e 7 – Plen e as Emendas nºs 8, 9, 10, 11 e 12, do Relator, todas aprovadas pelo Plenário.

Senado Federal, em 16 de fevereiro de 2022.

ELMANO FÉRRER, PRESIDENTE

ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR

ELIZIANE GAMA

JORGINHO MELLO



ANEXO DO PARECER Nº 23, DE 2022 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei nº 4.392, de 2021, dos Senadores Nelsinho Trad e Giordano.

Institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (Pnami) e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (Pnami), com os seguintes objetivos:

I – custear o direito previsto no art. 230, § 2º, da Constituição Federal, regulamentado no art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

II – garantir a mobilidade urbana dos idosos, mediante a utilização dos serviços de transporte público coletivo;

III – manter a modicidade tarifária para os demais usuários do serviço de transporte público coletivo;

IV – garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão do transporte público coletivo.

Art. 2º O Pnami dar-se-á mediante assistência financeira da União, de até R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) anuais, aos Estados, Distrito Federal e Municípios que dispõem de serviços de transporte público coletivo urbano regular em operação.

Parágrafo único. Os recursos necessários para a assistência financeira prevista no *caput* não serão considerados para contabilização dos limites mínimos previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal.

Art. 3º O orçamento geral da União deverá prever os recursos públicos necessários ao custeio do Pnami.

Art. 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão seus respectivos fundos de transporte público coletivo com o objetivo de receber os aportes financeiros estabelecidos nesta Lei.

Art. 5º Os recursos do Pnami serão distribuídos proporcionalmente à população maior de 65 (sessenta e cinco) anos residente no Distrito Federal e nos Municípios que



dispõem de serviços de transporte público coletivo urbano intramunicipal regular em operação.

§ 1º Nos casos de Municípios pertencentes a regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento que sejam atendidos por redes de transporte intermunicipal de caráter urbano geridas pelo respectivo Estado ou pelo Distrito Federal, 20% (vinte por cento) dos recursos previstos no *caput* serão retidos pela União e repassados ao respectivo Estado ou ao Distrito Federal.

§ 2º Nos casos de Municípios responsáveis pela gestão do sistema de transporte público integrado metropolitano, para fins dos aportes financeiros mencionados no *caput*, será considerado o somatório da população maior de 65 (sessenta e cinco) anos residente nos Municípios que compõem a região metropolitana administrada, e o Município responsável pela gestão receberá integralmente esses recursos.

§ 3º A distribuição dos recursos para o exercício de 2022, conforme disposto neste artigo, utilizará a estimativa populacional projetada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2021, devendo suas atualizações subsequentes ser efetuadas na forma do regulamento e ser parte integrante da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) dos exercícios seguintes.

§ 4º Somente poderão participar da divisão dos recursos de que trata esta Lei os entes federados que comprovarem possuir sistema de transporte público coletivo de caráter urbano ou metropolitano em funcionamento, na forma do regulamento.

Art. 6º A União dará ampla publicidade aos montantes de recursos transferidos no âmbito do Pnami por meio de portal da transparência na internet, no qual deverão ser divulgados os valores aportados para cada ente federado beneficiado.

Art. 7º O *caput* do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Para fins de atendimento ao disposto no inciso VI do *caput* do art. 214 e nos arts. 196 e 230 da Constituição Federal, bem como para custear o direito à assistência social previsto no art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para a saúde e para a mobilidade dos idosos, na forma do regulamento, os seguintes recursos:

.....” (NR)

Art. 8º Os fundos locais de transporte público coletivo de que trata o art. 4º deverão ser instituídos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data de publicação desta Lei.

Art. 9º Os benefícios previstos no art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), não serão suspensos por motivo de falta de repasse dos recursos de que trata esta Lei aos entes federados responsáveis pela prestação do serviço de transporte coletivo.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no ano de sua publicação e nos 2 (dois) anos subsequentes.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 87, DE 2022

Destaque, para votação em separado, para suprimir o art. 7º modificado por Emenda do Relator do PL nº 4.392/2021.

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do PT

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PT, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, para suprimir o art. 7º modificado pela Emenda do Relator do PL 4392/2021, que “institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI) e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2022.

Senador Paulo Rocha
(PT - PA)
Líder do PT





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 88, DE 2022

Destaque, para votação em separado, para suprimir a Emenda nº 11-PLEN apresentada pelo Relator, que modifica o art. 7 ao PL nº 4.392/2021.

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do PT

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PT, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, para suprimir a Emenda nº 11 apresentada pelo Relator, que modifica o art. 7 ao PL 4392/2021, que “institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI) e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2022.

Senador Paulo Rocha
(PT - PA)
Líder do PT





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 89, DE 2022

Retirada de tramitação do RQS nº 87/2022.

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do RQS 87/2022, que “requer destaque, para votação em separado, para suprimir o art. 7º modificado pela Emenda do Relator do PL 4392/2021”.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2022.

Senador Paulo Rocha
(PT - PA)
Líder do PT



SF/22287.12410-58 (LexEdit)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de Prazos



- Projeto de Lei nº 1.903, de 2021, da Senadora Simone Tebet, que *altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 – Lei da Interceptação Telefônica, para dispor sobre as hipóteses de captação ambiental, sem ordem judicial, quando há risco à vida, à liberdade ou à dignidade sexual.*

A matéria vai à CSP, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a primeira Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: de 18/2/2022 a 24/2/2022.



- Projeto de Lei nº 2.320, de 2021, da Senadora Simone Tebet, que *altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e a Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para incluir a ação do terceiro setor como integrante da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher;*

- Projeto de Lei nº 4.438, de 2021, da Senadora Simone Tebet, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para estabelecer medidas protetivas de urgência para idosos que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-las; e*

- Projeto de Lei nº 192, de 2022, da Senadora Simone Tebet, que *altera o art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar como crime a apologia ao nazismo, a prática de saudações nazistas e a negação, a diminuição, a justificação ou a aprovação do holocausto.*

As matérias vão à CDH, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a primeira Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: de 18/2/2022 a 24/2/2022.



- Projeto de Lei nº 2.768, de 2021, da Senadora Kátia Abreu, que *altera as Leis nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 10.925, de 23 de julho de 2004, para conceder benefícios no âmbito do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) na aquisição de motocicletas de até 250 CC para utilização no transporte autônomo de passageiros.*

A matéria vai à CAE, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: de 18/2/2022 a 24/2/2022.



Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 04/22-GLPSDB Brasília, de fevereiro de 2022.



Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **JOSÉ SERRA** para integrar, como titular, a Comissão de Assuntos Econômicos, em vaga destinada ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Desde já, agradeço.

Assinatura manuscrita em azul do Senador Izalci Lucas.

Senador **IZALCI LUCAS**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 05/22-GLPSDB Brasília, de fevereiro de 2022.



Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **JOSÉ SERRA** para integrar, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em vaga destinada ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Desde já, agradeço.

Assinatura manuscrita em azul do Senador Izalci Lucas.

Senador **IZALCI LUCAS**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**



Presidente do Senado Federal



00100.022302/2022-24
SF/22031.91098-63

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 06/22-GLPSDB Brasília, de fevereiro de 2022.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, peço a exclusão do Senador **JOSÉ SERRA** da vaga de suplente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Desde já, agradeço.

Senador **IZALCI LUCAS**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal



Despachos



A Presidência determina, com fundamento no art. 48, parágrafo 1º, do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos Requerimentos nºs 18 e 20, de 2022, por tratarem de tema correlato.



A Presidência determina, com fundamento no art. 48, parágrafo 1º, do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos Requerimentos nºs 43, 45, 46, 64 e 65, de 2022, por tratarem de tema correlato.



Encaminhamento de matéria



- Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2022, do Senador Sérgio Petecão, *que susta a aplicação do disposto no art. 254 da Resolução nº 23.669, de 2021, do Tribunal Superior Eleitoral, nos termos do art. 49, V e XI, da Constituição Federal.*

A matéria vai à CCJ.



Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº 9, DE 2022

Sugere, ao Presidente da República, a ratificação da Convenção nº 190, de 2019, da Organização Internacional do Trabalho, que dispõe “sobre eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho”, adotada em 21 de junho de 2019, na 108ª sessão, em Genebra.

AUTORIA: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)



[Página da matéria](#)



INDICAÇÃO Nº , DE 2022

Sugere ao Senhor Presidente da República a ratificação da Convenção nº 190, de 2021, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, que dispõe “sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho”.



Sugerimos ao Senhor Presidente da República, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), com a redação dada pela Resolução nº 14, de 23 de setembro de 2019, a ratificação da Convenção nº 190, de 2019, da Organização Internacional do Trabalho, que dispõe “sobre eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho”, adotada em 21 de junho de 2019, na 108ª sessão, em Genebra.

JUSTIFICAÇÃO

Até 25 de novembro de 2021, 8 (oito) países haviam ratificado a Convenção nº 190, de 2021, da Organização Internacional do Trabalho (OIT): Argentina, Equador, Fiji, Grécia, Maurício, Namíbia, Somália e Uruguai. Outros manifestaram o desejo de ratificar, mas ainda não confirmaram essa subscrição, via parlamentar. Naquele momento, apenas em Fiji e no Uruguai essas normas estavam incorporadas ao direito interno, adquirindo vigência plena, considerando que a ratificação implica a vinculação às disposições da Convenção, após um ano de ratificação.

A convenção reconhece o direito de todas as pessoas a um mundo de trabalho livre de violência e assédio.

Não há incompatibilidades entre a legislação brasileira e a referida Convenção nº 190, de 2019. Ademais, o Poder Judiciário vem reconhecendo cenários, no ambiente de trabalho, em que há violência, assédio e danos morais, com a impossibilidade de continuidade da relação de emprego. Se os Poderes Executivo e Legislativo se omitem, certamente os princípios, conceitos e parâmetros firmados na referida Convenção serão adotados nas decisões do Poder Judiciário Trabalhista.



Não ratificar essa convenção internacional apenas explicita uma certa má vontade com os direitos de trabalhadores e, especialmente, de trabalhadoras, pois as mulheres são as principais vítimas de assédio no ambiente de trabalho. Pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva¹ apontou que 76% das mulheres trabalhadoras reconhecem já ter passado por um ou mais episódios de violência e assédio no ambiente de trabalho.

Esta Indicação objetiva, portanto, a promoção das normas da Convenção nº 190, de 2019, a um nível compatível com as regras ordinárias de nossa legislação. A ratificação dela muito trará, em termos de prevenção e coibição de más práticas, além de melhorias no ambiente de trabalho, para trabalhadores e trabalhadoras, livrando-os do assédio sexual, moral e da violência.

Esperando contar com a sensibilidade de Vossa Excelência, fazemos esse apelo para que tratativas internacionais e internas sejam efetivadas, ciente de que estamos diante da possibilidade de um grande avanço na defesa de condições dignas de trabalho em nosso território nacional.

Sala das Sessões,

Senadora ELIZIANE GAMA

¹ <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/76-das-brasileiras-ja-sofreram-violencia-e-assedio-no-trabalho/>



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 2991, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Altera as Leis n°s 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), para garantir pleno acesso a informações relacionadas a parcerias com organizações da sociedade civil mantidas pelos órgãos e entidades da administração pública envolvidos na materialização do respectivo instrumento

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado](#)
- [Texto aprovado pelo Senado](#)

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/9950c163-f896-4575-b76c-a84bd514744b>



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.991-B de 2019 do Senado Federal, que "Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), para garantir a ex-prefeitos e ex-governadores acesso aos registros, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), de convênios celebrados durante a sua gestão".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera as Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), para garantir pleno acesso a informações relacionadas a parcerias com organizações da sociedade civil mantidas pelos órgãos e entidades da administração pública envolvidos na materialização do respectivo instrumento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), para garantir pleno acesso a informações relacionadas a parcerias com organizações da sociedade civil mantidas pelos órgãos e entidades da administração pública envolvidos na materialização do respectivo instrumento.

Art. 2º O *caput* do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

"Art. 7º



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

.....

VIII - acesso integral a qualquer informação, documento ou sistema de controle relacionados a parcerias disciplinadas pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ou decorrentes dos instrumentos previstos no art. 3º da referida Lei.

.....”(NR)

Art. 3º A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 81-B:

“Art. 81-B. Ao chefe do Poder Executivo e às autoridades que constem como signatárias dos respectivos instrumentos, ou que tenham delegado competência para sua celebração, é assegurado acesso integral a qualquer informação, documento ou sistema de controle relacionados a parcerias disciplinadas por esta Lei ou referidas no art. 3º, durante o curso do respectivo processo de prestação de contas, ainda que este se encerre após o afastamento do cargo ou a conclusão do mandato.”

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 90/2022/PS-GSE

Brasília, 11 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.991, de 2019, do Senado Federal, que “Altera as Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), para garantir pleno acesso a informações relacionadas a parcerias com organizações da sociedade civil mantidas pelos órgãos e entidades da administração pública envolvidos na materialização do respectivo instrumento”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222428832200>

Página 4 de 4

Avulso do PL 2991/2019 (Substitutivo-CD).



CD222428832200 LexEdit





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 418, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D'Abadia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Romaria, Estado de Minas Gerais.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059132&filename=PDL-418-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2019317&filename=TVR+178/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D'Abadia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Romaria, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.937, de 10 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 8 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D'Abadia para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Romaria, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 14 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 75/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D’Abadia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Romaria, Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221060527200>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 418/2021.



CD221060527200 LexEdit





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 420, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Cultural de Iracemápolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iracemápolis, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059138&filename=PDL-420-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2027954&filename=TVR+273/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Cultural de Iracemápolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iracemápolis, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 584, de 7 de junho de 2017, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 16 de agosto de 2011, a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Cultural de Iracemápolis para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iracemápolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 14 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 76/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Cultural de Iracemápolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iracemápolis, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221355898000>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 420/2021.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 421, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cândido Mota, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059141&filename=PDL-421-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2029331&filename=TVR+181/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cândido Mota, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.446, de 7 de junho de 2017, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 12 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cândido Mota, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 14 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 77/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cândido Mota, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

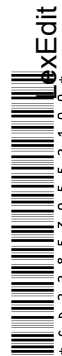
LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228539552100>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 421/2021.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 422, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Três Fronteiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Fronteiras, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059144&filename=PDL-422-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2015699&filename=TVR+101/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Três Fronteiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Fronteiras, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 593, de 7 de junho de 2017, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 22 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Cultural de Três Fronteiras para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Fronteiras, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 14 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 78/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Três Fronteiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Fronteiras, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221082612700>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 422/2021.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 429, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Encruzilhadense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059182&filename=PDL-429-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2026087&filename=TVR+116/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Encruzilhadense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 7.237, de 16 de janeiro de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 5 de junho de 2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Encruzilhadense para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 14 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 79/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Encruzilhadense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226270251700>

Página 3 de 3

Avulso do PDL 429/2021.



CD226270251700 LexEdit





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 430, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Guaraniaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059189&filename=PDL-430-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2020050&filename=TVR+325/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Guaraniaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.190, de 29 de setembro de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 16 de setembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Guaraniaçu para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 80/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Guaraniaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaraniaçu, Estado do Paraná”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221097633300>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 431, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural A Gazeta de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059192&filename=PDL-431-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2026526&filename=TVR+97/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural A Gazeta de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.613, de 9 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 9 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Cultural A Gazeta de Radiodifusão Comunitária para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 81/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural A Gazeta de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222614617700>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 433, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária 29 de Dezembro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059198&filename=PDL-433-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2017628&filename=TVR+47/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária 29 de Dezembro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.630, de 19 de agosto de 2015, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 27 de junho de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária 29 de Dezembro para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 82/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária 29 de Dezembro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225531788000>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 434, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Sócio - Cultural Ribeirão Branco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059201&filename=PDL-434-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2020246&filename=TVR+378/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Sócio - Cultural Ribeirão Branco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.031, de 28 de setembro de 2017, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 22 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Sócio - Cultural Ribeirão Branco para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 83/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Sócio - Cultural Ribeirão Branco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223158929000>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 435, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e de Defesa do Ecossistema do Rio Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aruanã, Estado de Goiás.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059207&filename=PDL-435-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2037604&filename=TVR+39/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e de Defesa do Ecossistema do Rio Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aruanã, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 710, de 9 de fevereiro de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 20 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e de Defesa do Ecossistema do Rio Araguaia para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aruanã, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 84/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e de Defesa do Ecossistema do Rio Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aruanã, Estado de Goiás”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228782369000>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 443, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Landel de Moura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059232&filename=PDL-443-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2029606&filename=TVR+195/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Landel de Moura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 708, de 9 de fevereiro de 2018, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 22 de abril de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Landel de Moura para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 85/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Landel de Moura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223735074700>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 446, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Ideal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boituva, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059247&filename=PDL-446-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2027977&filename=TVR+284/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Ideal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boituva, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 5.088, de 28 de setembro de 2017, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 3 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação Cultural Ideal para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boituva, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 86/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Ideal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boituva, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225790166000>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 452, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró - Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caconde, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059280&filename=PDL-452-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2020157&filename=TVR+339/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró - Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caconde, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.950, de 10 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 30 de agosto de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró - Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caconde, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 87/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró - Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caconde, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223661079700>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 453, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Potirendaba, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059284&filename=PDL-453-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2015696&filename=TVR+100/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Potirendaba, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.942, de 10 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 8 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumim para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Potirendaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 88/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Potirendaba, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229472731300>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 455, DE 2021

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2059290&filename=PDL-455-2021

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2037313&filename=TVR+19/2020



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.042, de 9 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 25 de fevereiro de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 89/2022/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bady Bassitt, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220639566600>



Os Projetos de Decreto Legislativo n^{os} 418, 420, 421, 422, 429, 430, 431, 433, 434, 435, 443, 446, 452, 453 e 455/2021 vão à CCT, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: 18/2/2022 a 24/2/2022.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 296, DE 2022

(nº 9.007/2017, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo federal a doar vinte viaturas operacionais MBB 1418 revitalizadas ao Exército Paraguaio.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1617315&filename=PL-9007-2017



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Autoriza o Poder Executivo federal a doar vinte viaturas operacionais MBB 1418 revitalizadas ao Exército Paraguaio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo federal, por intermédio do Ministério da Defesa, autorizado a doar ao Exército Paraguaio vinte viaturas MBB 1418 revitalizadas do Exército Brasileiro.

Art. 2º As viaturas MBB 1418 revitalizadas de que trata o art. 1º desta Lei serão doadas no estado em que se encontram e as despesas com o seu traslado correrão a expensas do donatário.

Art. 3º A doação de que trata esta Lei será realizada por meio de termo lavrado perante o chefe do órgão competente do Comando do Exército.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 10 de dezembro de 2021.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 226/2021/PS-GSE

Brasília, 10 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do *caput* do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 9.007, de 2017, do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo federal a doar vinte viaturas operacionais MBB 1418 revitalizadas ao Exército Paraguaio”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212840683800>

Página 3 de 3

Avulso do PL 296/2022.



O Projeto de Lei nº 296, de 2022, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 2022

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos dos Decretos nº 10.965 e 10.966, de 11 de fevereiro de 2022.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2022

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos dos Decretos nº 10.965 e 10.966, de 11 de fevereiro de 2022.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam sustados, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos dos Decretos nº 10.965 e 10.966, de 11 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso V, confere ao Congresso Nacional competência para **sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa**.

Em mais um movimento para passar a ‘boiada’ da desregulamentação infralegal sobre as normas de proteção ambiental do Brasil, o Presidente da República editou dois decretos sobre mineração os



quais podem ter graves impactos socioambientais, encorajando o garimpo ilegal e a superexploração de jazidas por todos o país.

De acordo com o Instituto Escolhas, “os dois decretos fragilizam ainda mais o quase inexistente controle na cadeia do garimpo [...] e estimulam a atividade que hoje é uma das principais ameaças à floresta amazônica e seus povos”.

O Decreto nº 10.965, de 11 de fevereiro de 2022, altera o Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, para fragilizar diversos aspectos da regulamentação do Código de Mineração.

Prevê, por exemplo, que a Agência Nacional de Mineração (ANM) estabelecerá critérios **simplificados** para a análise de atos processuais e procedimentos de outorga, principal - mas não unicamente - no caso de empreendimentos de pequeno porte ou de aproveitamento de substâncias minerais diversas, amplamente utilizadas pela indústria da construção civil.¹ Não há, sequer, definição do que constituiria “pequeno porte”, de modo que este processo simplificado e, por óbvio, com menor capacidade de avaliar os impactos socioambientais poderá ser aplicado mesmo para empreendimentos com grande potencial destrutivo.

Altera também o art. 10 do referido decreto para determinar que a ANM terá prazo máximo para analisar pedidos de aditamento sobre a exploração de substâncias contidas no rejeito, no estéril ou nos resíduos da mineração de empreendimentos em curso. Após esse prazo, os pedidos serão considerados tacitamente aprovados. Trata-se de medida que poderá facilitar a exploração desregulada de jazidas que contenham mais de um tipo de substância ou minério.

¹ Lei nº 9.567, de 1978, “Art. 1º, I - areias, cascalhos e saibros para utilização imediata na construção civil, no preparo de agregados e argamassas, desde que não sejam submetidos a processo industrial de beneficiamento, nem se destinem como matéria-prima à indústria de transformação; II - rochas e outras substâncias minerais, quando aparelhadas para paralelepípedos, guias, sarjetas, moirões e afins; III - argilas para indústrias diversas; IV - rochas, quando britadas para uso imediato na construção civil e os calcários empregados como corretivo de solo na agricultura; V - rochas ornamentais e de revestimento; VI - carbonatos de cálcio e de magnésio empregados em indústrias diversas”.



SF/22764.67636-05



De forma semelhante, altera-se o art. 39, do Decreto nº 9406, de 2018, para determinar que a efetivação do registro de licenciamento pela ANM em “área livre” seja concluída no prazo máximo de 60 dias, período após o qual será considerado tacitamente efetivado.²

A concessão de autorizações e licenças automáticas, sem devida avaliação por parte do poder público, representa uma violação ao princípio da defesa do meio ambiente (art. 170, VI, da Constituição Federal) e uma ameaça ao direito de todos os brasileiros e brasileiras ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, CF).

Também foi editado o Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mape). Trata-se de programa destinado a estimular atividades de garimpo, as quais têm produzido graves impactos negativos sobre a Amazônia.

O Instituto Escolhas contesta o próprio conceito de “garimpo artesanal”, apontando que todo garimpo é realizado de modo industrial, com emprego de maquinário pesado e estrutura empresarial. A área de garimpo no Brasil já é maior do que a área de mineração industrial e os múltiplos benefícios já existentes para o garimpo não se justificariam, considerando o seu grave impacto socioambiental.

De modo semelhante, o Instituto Socioambiental aponta que *“não há garimpo artesanal na Amazônia, mas sim garimpo predatório, com uso descontrolado de mercúrio e grandes impactos ambientais e à saúde da população de toda a Amazônia”*.³

Especificamente, o Decreto nº 10.966, de 2022, apresenta riscos na utilização de expressões vagas e genéricas que não esclarecem as

² OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. **Na canetada, Bolsonaro cria programa para estimular o garimpo e altera o Código de Mineração**. Brasília, 14 fev. 2022. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/na-canetada-bolsonaro-cria-programa-para-estimular-o-garimpo-e-altera-o-codigo-de-mineracao/>>. Acesso em 15 fev. 2022.

³ G1. **Decreto cria ‘mineração artesanal’ na Amazônia: para ONGs, governo quer incentivar garimpo ilegal**. Brasília, 14 fev. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/02/14/governo-lanca-programa-para-estimular-mineracao-artesanal-na-amazonia-legal.ghml>>. Acesso em 15 fev. 2022.



diretrizes do Programa, além de explicitamente colocar como objetivo do Pró-Mape a “formalização da atividade”, o que pode abrir as portas para uma anistia geral e irrestrita para o garimpo ilegal.

Para orientar e coordenar as ações do Pró-Mape, o referido decreto cria a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala. Contrariando o princípio da participação social, no entanto, esta Comissão conta apenas com membros do governo federal, representando diversos ministérios.

Ante o exposto, certos de que é imperioso sustar os efeitos dos Decretos nº 10.965 e 10.966, de 11 de fevereiro de 2022, submetemos esse projeto aos demais Senadores.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



SF/22764.67636-05



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

- Decreto nº 9.406, de 12 de Junho de 2018 - DEC-9406-2018-06-12 - 9406/18

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2018;9406>

- art39

- Decreto nº 10.965 de 11/02/2022 - DEC-10965-2022-02-11 - 10965/22

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2022;10965>

- Decreto nº 10.966 de 11/02/2022 - DEC-10966-2022-02-11 - 10966/22

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2022;10966>



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 287, DE 2022

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer específica pena de multa na hipótese de cancelamento de contrato de prestação de serviço de telefonia sem pedido ou concordância do consumidor.

AUTORIA: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer específica pena de multa na hipótese de cancelamento de contrato de prestação de serviço de telefonia sem pedido ou concordância do consumidor.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“**Art. 175-A.** O cancelamento do serviço de telecomunicações sem previsão regulamentar ou legal, qualquer que seja a modalidade, por parte da prestadora sem pedido ou concordância do consumidor, ensejará pagamento de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 1º A multa prevista no *caput* deverá ser paga imediatamente pela prestadora ao consumidor.

§ 2º O pagamento da multa será cumulativo com eventuais perdas e danos, lucros cessantes e demais penalidades ou indenizações previstas na legislação civil, penal ou administrativa.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias da data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Têm sido observados inúmeros casos de desabilitação de telefone celular por parte da empresa prestadora do serviço sem pedido, motivo justo ou concordância do consumidor.

Em alguns casos extremos, a conduta é efetuada por parte de prepostos da companhia telefônica em conluio com criminosos.



Por mais absurdo que possa parecer, as operadoras de telecomunicações não estão coibindo essa prática com o rigor necessário.

Assim, é necessária a imposição de multa para cada caso em que a prática ilegal ocorre, sem prejuízo das penalidades já previstas na legislação.

O prazo de trinta dias ora proposto como cláusula de vigência é mais do que suficiente para que os fornecedores do serviço de telefonia possam adotar as medidas necessárias para, realmente, coibir a conduta delituosa que vem sendo praticada de forma cotidiana.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nossos Pares para esta importante proposição.

Sala das Sessões,

Senadora ZENAIDE MAIA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.472, de 16 de Julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações - 9472/97
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9472>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 288, DE 2022

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a obrigatoriedade de os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio abordarem o combate ao racismo e outros.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PROJETO DE LEI Nº , DE

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a obrigatoriedade de os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio abordarem o combate ao racismo e outros.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 26

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos, ao combate ao racismo e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.

.....” (NR)

“Art. 26-A



SF/22359.48215-24



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

§ 3º No estudo de que trata o *caput*, o conteúdo programático deverá incluir, ainda, mediante uma abordagem interdisciplinar:

- I - o enfrentamento ao racismo;
 - II - o respeito aos direitos humanos e às diferenças;
 - III - a observância dos deveres de cidadania; e
 - IV - o estímulo à diversidade étnico-racial nas relações sociais.”
- (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Prestes a completar 20 (vinte) anos, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, representou um importante avanço legislativo no sentido de valorizar a história e a cultura africana no Brasil. O normativo — que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” — foi uma conquista do Movimento Negro e dos demais movimentos antirracistas.

Reconhecendo a escola como um importante *locus* para a mudança no padrão cultural da sociedade brasileira, determinou-se, por meio do referido diploma, que o conteúdo programático ministrado nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares fosse incluído o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Posteriormente, a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, incluiu, nas mesmas previsões, a necessidade do estudo da histórica e da cultura indígena.

Não obstante o relevante avanço no plano normativo, entende-se que a legislação pode avançar ainda mais. Para reforçar a necessidade de que as crianças e os jovens do Brasil sejam educados de forma a não só conhecer a história e a cultura dos povos de



SF/22359.48215-24



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

origem africana e indígena, como também a serem agentes atuantes na luta contra o racismo, em sua ampla perspectiva, entende-se imprescindível o acréscimo de positivamente à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Nesse sentido, o presente Projeto de Lei propõe a alteração do § 9º do art. 26 da aludida norma legal, para acrescentar o combate ao racismo, como tema transversal, nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Além disso, também é prevista a inclusão de um § 3º ao art. 26-A da aludida norma legal, dispondo que o conteúdo programático deverá incluir, ainda, mediante uma abordagem interdisciplinar, o combate ao racismo; o respeito aos direitos humanos e às diferenças; a observância dos deveres de cidadania; e o estímulo à diversidade étnico-racial nas relações sociais.

Assim, por meio da educação sobre aspectos históricos e, também, do debate sobre questões atuais, utilizando-se uma sistemática transversal entre diferentes disciplinas, espera-se que os ganhos proporcionados originalmente pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, possam ser consolidados e novas conquistas sejam alcançadas no enfrentamento ao racismo e na formação de cidadãos que respeitem ao próximo e as diferenças.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares na aprovação da presente matéria.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES
(REDE/AP)



SF/22359.48215-24



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
- Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003 - LEI-10639-2003-01-09 - 10639/03
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10639>
- Lei nº 11.645, de 10 de Março de 2008 - LEI-11645-2008-03-10 - 11645/08
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2008;11645>



Requerimentos



A Presidência comunica que foi deferido, “ad referendum “ da Mesa o Requerimento de Informação nº 2354 de 2021, de autoria do Senador Roberto Rocha, nos termos do art. 3º, § 7º, do Ato da Mesa nº 1/2001.

As informações serão solicitadas ao Ministro de Estado da Cidadania.



A Presidência comunica que foi deferido, “ad referendum “ da Mesa os Requerimentos de Informação n°s 52, 53, 54, 55, 56 e 57, de 2022, todos de autoria do Senador Izalci Lucas, nos termos do art. 3º, § 7º, do Ato da Mesa nº 1/2001.

As informações serão solicitadas ao Ministro de Estado da Economia; ao da Ciência, Tecnologia e Inovações; ao Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; ao de Minas e Energia; ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República e ao da Defesa.



Com fundamento no art. 3º, §7º, do Ato da Mesa nº 01/2001, defiro os Requerimentos de Informações nºs 52, 53, 54, 55, 56 e 57, de 2022, todos de autoria do Senador Izalci Lucas, *ad referendum* da Comissão Diretora.



Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 21, DE 2021

Informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde.

AUTORIA: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



[Página da matéria](#)



**REQ
00021/2021**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE - CTFC

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre o contrato de aquisição de 100 milhões de doses de vacinas contra Covid-19 desenvolvida pela Pfizer firmado em 29.11.2021 pelo Ministério da Saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre o contrato de aquisição de 100 milhões de doses de vacinas contra Covid-19 desenvolvida pela Pfizer firmado em 29.11.2021 pelo Ministério da Saúde.

Nesses termos, requisitam-se:

1. Justificativa técnica para os preços praticados.
2. Cópia do inteiro teor do processo administrativo relativo à aquisição de doses da vacina.
3. Cópia do inteiro teor do contrato firmado com a farmacêutica Pfizer.

SF/21801.40308-27 (LexEdit)



SF/21801.40308-27 (LexEdit)

JUSTIFICAÇÃO

Conforme notícia amplamente divulgada[1], o Ministério da Saúde e a farmacêutica Pfizer firmaram, em 29.11.2021, contrato para aquisição de 100 milhões de doses de vacinas contra Covid-19.

Além dos 100 milhões de doses da previsão inicial, o contrato autoriza, ainda, a aquisição de mais 50 milhões de doses, caso haja necessidade.

É de se rememorar que, recentemente, a CPI da Pandemia elucidou uma nefasta rede de favorecimentos e corrupção no âmbito do Ministério da Saúde. Foram descobertas inúmeras irregularidades, resultando num extenso e detalhado relatório final.

Nesse contexto, torna-se necessário que o Senado Federal continue realizando seu papel fiscalizatório e tenha acesso ao inteiro teor do contrato, à justificativa para sua assinatura e aos valores praticados. A propagação de novas variantes faz ainda mais indispensável que possamos ter conhecimento, por exemplo, das cláusulas que dizem respeito à atualização da vacina.

Ante o exposto, peço apoio aos nobres pares para aprovação deste requerimento.

[1] <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/novembro/ministerio-da-saude-e-pfizer-assinam-contrato-para-aquisicao-de-100-milhoes-de-vacina-covid-19-para-2022>

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2021.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 82, DE 2022

Homenagem de Pesar pelo falecimento do Sr. Helder Paniago.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Nelsinho Trad

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Heldir Paniago, bem como a apresentação de condolências a esposa, Maria de Fátima da Silva, além de filhos e netos.

JUSTIFICAÇÃO

Morreu no dia 27 de janeiro o ex-presidente do Operário Futebol Clube e farmacêutico, Heldir Ferrari Paniago. A causa da morte não foi divulgada.

Dr Heldir era graduado pela Faculdade de Farmácia da UFPR e teve enorme colaboração junto à classe farmacêutica e a saúde no estado de Mato Grosso do Sul. Foi um entusiasta do futebol sul-mato-matogrossense onde presidiu o Operário Futebol Clube e a Federação De Futebol de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande perde um cidadão querido por todos. Heldir deixa, como legado, um caminho marcado pelo respeito.

Que Deus o receba em sua infinita bondade e conforte o coração dos familiares e amigos feitos ao longo de diferentes gerações.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2022.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 84, DE 2022

Retirada de tramitação do PRS Nº 2/2022.

AUTORIA: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PRS 2/2022, que “altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre as frentes parlamentares temáticas”.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2022.

Senador Alessandro Vieira
(CIDADANIA - SE)
Líder do Cidadania



SF/22621.50914-11 (LexEdit)



RETIFICAÇÃO



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Nº 207, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2021

À página nº 4 do sumário, *onde se lê*:

2.1.1 – Abertura de Prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, aos Projetos de Lei nºs 5139/2020 e 2768/2021

Leia-se:

2.1.1 – Abertura de Prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, ao Projeto de Lei nº 5139/2020



À página 39, *onde se lê*:

As matérias vão à CAE, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: de 14/12/2021 a 20/12/2021

Leia-se:

O Projeto de Lei nº 5139/2020 vai à CAE, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: de 14/12/2021 a 20/12/2021



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PL - Romário*
Bloco-PL - Carlos Portinho** (S)
Bloco-PL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-MDB - Giordano** (S)
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

PSD - Alexandre Silveira* (S)
Bloco-MDB - Carlos Viana**
PSD - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PODEMOS - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-DEM - Chiquinho Feitosa* (S)
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - Nilda Gondim* (S)
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-MDB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Rose de Freitas*
Bloco-PT - Fabiano Contarato**
Bloco-PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PP - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Eliane Nogueira** (S)
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-PODEMOS - Flávio Arns**
Bloco-PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-PSL - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

Bloco-PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-CIDADANIA - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-PL - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 24

MDB-16 / PP-7 / REPUBLICANOS-1

Carlos Viana.	MDB / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Eliane Nogueira.	PP / PI
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Giordano.	MDB / SP
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 17

PODEMOS-9 / PSDB-6 / PSL-2

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jorge Kajuru.	PODEMOS / GO
José Serra.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcio Bittar.	PSL / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Reguffe.	PODEMOS / DF
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 12

DEM-5 / PL-6 / PSC-1

Carlos Portinho.	PL / RJ
Chico Rodrigues.	DEM / RR
Chiquinho Feitosa.	DEM / CE
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	PL / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

PSD - 11

Alexandre Silveira.	MG
Angelo Coronel.	BA
Carlos Fávaro.	MT
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Rodrigo Pacheco.	MG
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 10

PT-7 / PROS-3

Fabiano Contarato.	PT / ES
Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

PDT/CIDADANIA/REDE - 7

PDT-3 / CIDADANIA-3 / REDE-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Leila Barros.	CIDADANIA / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	24
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL.	17
Bloco Parlamentar Vanguarda.	12
PSD.	11
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	10
PDT/CIDADANIA/REDE.	7
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Giordano** (MDB-SP)	Nilda Gondim* (MDB-PB)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Humberto Costa** (PT-PE)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alexandre Silveira* (PSD-MG)	Irajá** (PSD-TO)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Paulo Paim** (PT-RS)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Carlos Portinho** (PL-RJ)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Viana** (MDB-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Chiquinho Feitosa* (DEM-CE)	Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)	Renan Calheiros** (MDB-L)
Cid Gomes** (PDT-CE)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	José Serra* (PSDB-SP)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rodrigo Pacheco** (PSD-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (CIDADANIA-DF)	Romário* (PL-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (MDB-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliane Nogueira** (PP-PI)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Elmano Férrer* (PP-PI)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcio Bittar** (PSL-AC)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fabiano Contarato** (PT-ES)	Marcos Rogério** (PL-RO)	Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Flávio Bolsonaro** (PL-RJ)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Jorginho Mello - (PL-SC)

2º Luiz do Carmo - (MDB-GO)

3º Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

4º Zequinha Marinho - (PSC-PA)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 24</p> <p>Líder Mailza Gomes - PP (55)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 16 Eduardo Braga (20,46)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65)</p> <p>Líder do PP - 7 Daniella Ribeiro (47)</p> <p>Vice-Líderes do PP Elmano Férrer (26,75) Luis Carlos Heinze (50)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (5)</p>	<p>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 17</p> <p>Líder Lasier Martins - PODEMOS (15,62)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Cunha (19,27,32,70) Soraya Thronicke (31,69) Flávio Arns (71)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PODEMOS - 9 Alvaro Dias (2,59)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (67) Eduardo Girão (14,66) Styvenson Valentim (68)</p> <p>Líder do PSDB - 6 Izalci Lucas (22,24,37,58)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (56) Rodrigo Cunha (19,27,32,70)</p> <p>Líder do PSL - 2 Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,69)</p>	<p>PSD - 11</p> <p>Líder Nelsinho Trad - PSD (43)</p> <p>Vice-Líderes Omar Aziz (53) Carlos Fávaro (52)</p>
<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 12</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (9)</p> <p>Vice-Líderes Jorginho Mello (3,11,39,76) Zequinha Marinho (10,18)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Líder do PL - 6 Carlos Portinho (40)</p> <p>Vice-Líder do PL Jorginho Mello (3,11,39,76)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (10,18)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 10</p> <p>Líder Zenaide Maia - PROS (51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 7 Paulo Rocha (23,45)</p> <p>Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (77)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (8)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (51)</p>	<p>CIDADANIA - 3</p> <p>Líder Alessandro Vieira - CIDADANIA (42)</p> <p>Vice-Líder Eliziane Gama (44,78,79)</p>
		<p>PDT - 3</p> <p>Líder Cid Gomes - PDT (60)</p>
		<p>REDE - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)</p>
	<p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (54)</p> <p>Vice-Líder Kátia Abreu (73)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Jean Paul Prates - PT (48)</p>
<p>Governo</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (25,30) Elmano Férrer (26,75) Carlos Viana (38) Jorginho Mello (3,11,39,76)</p>	<p>Oposição</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Eliziane Gama - CIDADANIA (44,78,79)</p>

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
2. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
7. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
9. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
22. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
24. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
25. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
26. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3º vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020-GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n).
40. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n).
41. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
42. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA).
43. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
45. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT).
46. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
47. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
48. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN).
49. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
50. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
51. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
52. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
53. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1º Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB).
58. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado L'ider do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
59. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
60. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
61. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB).
66. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Orioisto Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021).
73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1º Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI).
74. Em 07.06.2021, o Senador Flávio Bolsonaro é designado Líder do Patriota (Of. 18/2021-GSFB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



75. Em 09.08.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado 1º vice-líder do Progressistas (Of. nº 37/2021-GLDPP)
76. Em 12.08.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado 4º vice-líder do Governo (Of. nº 14/2021-GLDGOV)
77. Em 19.10.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado vice-líder do PT (Of. nº 31/2021-GLDPT)
78. Em 07.12.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Vice-Líder do CIDADANIA (Of. nº 012/2021 - GLCID)
79. Em 15.02.2022, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 15/2022-GSSTEBET)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.**

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾

Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽¹⁾

Senador Diego Tavares (PP-PB) ^(2,4,5)

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).

2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.

3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).

4. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

5. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): (61) 3303-3492



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA.

Finalidade: Averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética que assola o País, acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, e propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

RQS 1.749, de 2021

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁵⁾

RELATOR: VAGO ^(15,16,17)

Instalação: 28/10/2021

Prazo final: 06/06/2022

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(10,11,12)	1. Senador Carlos Viana (MDB-MG) ^(10,11,12,18)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,11,12)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽¹⁴⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁹⁾
VAGO ^(8,16,17)	2.
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,4)	1. Senador Carlos Fávaro ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. VAGO ^(2,4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽⁵⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽³⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁷⁾	1.

Notas:

- Em 16.09.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-GLDEM)
- Em 16.09.2021, os Senadores Carlos Viana e Angelo Coronel foram designados membros titulares e os Senadores Carlos Fávaro e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 78/2021-GLPSD)
- Em 16.09.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado membro titular e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 32/2021-BLPRD)
- Em 16.09.2021, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passar a substituir o Senador Nelsinho Trad, como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 81/2021-GLPSD)
- Em 16.09.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 38/2021-BLVANG)
- Em 16.09.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLDEM)
- Em 16.09.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLPDT)
- Em 16.09.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 61/2021-GLPSDB)
- Em 17.09.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLPPP)
- Em 21.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 73/2021-GLMDB)
- Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, e o Senador Giordano deixa de compor a comissão como membro suplente (Of. 75/2021-GLMDB).



12. Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Fernando Bezerra Coelho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 76/2021-GLMDB)
13. Em 30.09.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 45/2021-GLDPP)
14. Em 21.10.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 46/2021-GLDPP)
15. Em 28.10.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jean Paul Prates e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado, e designou como Relator o Senador José Aníbal (Of. 001/2021-CTECRHE).
16. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
17. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
18. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Eduardo Braga, para compor a comissão (Of. 10/2022-GLMDB)



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

VAGO ⁽¹⁾

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Notas:

1. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



**5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE
ANTEPROJETO DE LEI PARA ATUALIZAÇÃO DA LEI 1.079, DE 1950**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de lei para atualização da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crime de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

(Ato do Presidente nº 3, de 2022)

Número de membros: 12

PRESIDENTE: Ricardo Lewandowski

RELATORA: Fabiane Pereira de Oliveira

Aguardando instalação: 15/02/2022

MEMBROS

Ricardo Lewandowski

Fabiane Pereira de Oliveira

Rogério Schietti Machado Cruz

Antonio Augusto Anastasia

Heleno Taveira Torres

Marcus Vinicius Furtado Coêlho

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Fabiano Augusto Martins Silveira

Maurício de Oliveira Campos Júnior

Carlos Eduardo Frazão do Amaral

Gregório Assagra de Almeida

Pierpaolo Cruz Bottini



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽²⁾	2. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(2,7,8,9)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
VAGO ^(5,6)	1.
PSD	
Senador Vanderlan Cardoso ⁽³⁾	1. Senador Irajá ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) ⁽¹⁾	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁾	
	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP). ([DSF de 19/02/2021, p. 11](#))
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD). ([DSF de 20/02/2021, p. 36](#))
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG). ([DSF de 24/02/2021, p. 380](#))
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021). ([DSF de 02/03/2021, p. 6](#))
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
7. Em 09.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 23/2021-GLDPP). ([DSF de 10/06/2021, p. 155](#))
8. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
9. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 12/04/2022

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁴⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ^(7,10,13)	2. ^(7,10)
PSD	
Senador Sérgio Petecão (AC) ^(1,9)	1. Senador Nelsinho Trad (MS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ^(3,11,12)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(11,15)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁴⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁴⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁶⁾	1.
VAGO ^(6,13)	

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

**. Em razão da fusão do Bloco Parlamentar PSDB/PSL com o Partido PODEMOS, o Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL passa a ter 3 vagas de titular e 2 vagas de suplente neste colegiado.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).
7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).
8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).
9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).
12. Em 27.10.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-BLVANG).
13. Em 10.11.2021, o Senador Jorge Kajuru passa a compor a comissão, como membro titular, pelo Podemos (Memo. nº 58/2021-GLPODEMOS).
14. Em 18.11.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-BLPRD).
15. Em 02.12.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-GLDEM).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo



2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,55)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(1,55)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,54,57,72)	1. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (8,18,54,57,72)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,54,57,72)	2. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,18,54,57,72)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,54,57,72)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,42,44,54,65,72)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8,54,57,72,75,82,86)	4. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,72)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,54,57,72)	5. Senador Carlos Viana (MDB-MG) (9,41,45,86)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (4,57,59,72)	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (11,17,59,72)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (5,38,39,46,48,67,68)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,59)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
VAGO (12,51,69,70,83)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,31,36,51)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,51,53,73,74)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,40)
Senador Chiquinho Feitosa (DEM-CE) (12,51,79)	3. VAGO (7,50,53,71,74)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,30)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,34)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,26,29,50)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (16,51)
Senador Giordano (MDB-SP) (14,32,34,63,64)	6. VAGO (16)
PSD	
Senador Otto Alencar (2,49)	1. Senador Angelo Coronel (2,24,49)
Senador Omar Aziz (2,23,49)	2. Senador Alexandre Silveira (2,33,35,49,84,85)
Senador Vanderlan Cardoso (2,49)	3. VAGO (2,25,49)
Senador Irajá (61,78,80)	4. Senador Nelsinho Trad (61)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
VAGO (3,47)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (15,43,60,81)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3,27,28)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,52)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,52)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,20,22,52)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,52)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,52)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,52)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁶⁶⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (56)	1. VAGO (56,62)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (37,56)	2. VAGO (56,58,77)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (56,58,76,77)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (19,21,56)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE). ([DSF de 14/02/2019, p. 76](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 90](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 97](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 175](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 117](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 118](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 143](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 96](#))
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 50](#))
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 64](#))
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI). ([DSF de 03/04/2019, p. 119](#))
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI). ([DSF de 28/05/2019, p. 60](#))
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 101](#))
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 109](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 111](#))
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 120](#))
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE). ([DSF de 04/09/2019, p. 124](#))
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG). ([DSF de 04/09/2019, p. 117](#))
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG). ([DSF de 10/09/2019, p. 62](#))
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE). ([DSF de 02/10/2019, p. 186](#))
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL). ([DSF de 07/02/2020, p. 46](#))
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 126](#))
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.



38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB). ([DSF de 15/10/2020, p. 7](#))
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB). ([DSF de 17/10/2020, p. 7](#))
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 6](#))
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 7](#))
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF. ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 265](#))
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 76](#))
50. Em 18.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 10](#))
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 22](#))
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 7](#))
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2021, p. 11](#))
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 20](#))
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. ([DSF de 24/02/2021, p. 377](#))
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 361](#))
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 391](#))
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 374](#))
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 393](#))
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD). ([DSF de 27/02/2021, p. 70](#))
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND). ([DSF de 16/03/2021, p. 65](#))
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB). ([DSF de 07/05/2021, p. 116](#))
66. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
67. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
68. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
69. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
70. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLPSDB). ([DSF de 17/08/2021, p. 56](#))
71. Em 23.08.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 24/08/2021, p. 75](#))
72. Em 01.09.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Flávio Bolsonaro, foram designados membros titulares, e os Senadores Márcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 71/2021-GLMDB). ([DSF de 02/09/2021, p. 725](#))
73. Em 27.09.2021, o Senador Reguffe deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 54/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/09/2021, p. 50](#))



74. Em 27.09.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, deixando a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 55/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/09/2021, p. 51](#))
75. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 80/2021-GLMDB). ([DSF de 07/10/2021, p. 109](#))
76. Em 18.10.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, como titular, pelo Cidadania (Of. nº 6/2021-GLCID). ([DSF de 19/10/2021, p. 42](#))
77. Em 26.10.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Cidadania (Of. nº 7/2021-GLCID). ([DSF de 27/10/2021, p. 136](#))
78. Em 26.10.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Irajá, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 91/2021-GLPSD). ([DSF de 27/10/2021, p. 137](#))
79. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 72/2021-GLPSDB e Of. nº 29/2021-GLDEM). ([DSF de 09/11/2021, p. 45](#))
80. Em 30.11.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 94/2021-GLPSD). ([DSF de 01/12/2021, p. 129](#))
81. Em 01.12.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-BLVANG). ([DSF de 02/12/2021, p. 76](#))
82. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.
83. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
84. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
85. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 9/2022-GLPSD).
86. Em 10.02.2022, os Senadores Confúcio Moura e Carlos Viana foram designados, respectivamente, membros titular e suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 5/2022-GLMDB).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(13,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(13,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,41)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,41,45,47)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,41)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,41)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,41)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,17,20,25,30,31,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(8,41)	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(9,41)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,33)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(51,53,54)	6. VAGO ^(55,56)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,39)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,18,23,39)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(5,36)	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(5,37)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(5,35)	3. VAGO ^(5,28,38,48)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(14,18,32,39)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(19,39)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽⁴⁹⁾	5.
PSD	
Senador Sérgio Petecão ^(1,34)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,34)
Senador Lucas Barreto ^(1,34)	2. Senador Irajá ^(1,12,22,24,34)
Senador Angelo Coronel ^(12,34)	3. Senador Otto Alencar ^(16,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ^(15,29,46,50)
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,40)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(3,40)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,40)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,40)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵²⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴³⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(43,44)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁴³⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(21,26,27,43)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 79](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 139](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 142](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 176](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 123](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 122](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 93/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 95](#))
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS). ([DSF de 15/02/2019, p. 76](#))
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD). ([DSF de 28/02/2019, p. 108](#))
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 29](#))
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 183](#))
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/10/2019, p. 92](#))
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 108](#))
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI). ([DSF de 18/12/2019, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 127](#))
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 233](#))
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB). ([DSF de 22/10/2020, p. 52](#))
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 264](#))
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 77](#))
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 23](#))
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 19](#))
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 17](#))
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 360](#))
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 376](#))
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 395](#))



46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 341](#))
47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB). ([DSF de 27/02/2021, p. 71](#))
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/03/2021, p. 7](#))
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). ([DSF de 17/04/2021, p. 6](#))
51. Em 17.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLDPP). ([DSF de 18/06/2021, p. 186](#))
52. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
53. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
54. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
55. Em 28.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLUNIDB). ([DSF de 29/10/2021, p. 100](#))
56. Em 07.02.2022, o Senador Eduardo Braga deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, (Of. nº 2/2022-GLMDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: Acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	1. Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ⁽²⁾	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	5.

Notas:

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Mara Gabrilli e Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 38/2021-CAS).
2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Mara Gabrilli, Flávio Arns, Nilda Gondim, Maria do Carmo e Zenaide Maia, como membros titulares, e os Senadores Romário e Paulo Paim, como membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. 38/2021-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Prazo final: 31/12/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2.
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ⁽²⁾	3.
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	5.

Notas:

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Mara Gabrilli, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 39/2021-CAS).
2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Flávio Arns, Mara Gabrilli, Nilda Gondim, Romário e Zenaide Maia como membros titulares, para compor a subcomissão (Of 39/2021-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,91)VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,91)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,89)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,89)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,89)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,25,31,89)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (8,89)	3. Senador Giordano (MDB-SP) (8,89,122)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,20,89)	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,47,58,89,115,116)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,81,89,112)	5. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,19,71,73,89,112)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (4,89)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (9,66,67,76,80,89)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (94,108,109)	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6,53,55,84,87)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,29,56,84,87)
Senador Chiquinho Feitosa (DEM-CE) (6,84,118)	2. VAGO (6,29,35,39,51,52,84,87,110,111,125)
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (7,28,30,36,105)	3. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (6,84,101,121)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,18,26,27,72,74,123)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,72,74,90,96)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,96,106)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (13,42,57,59,61,69,72,74,86)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12,42,78)	6. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (14,43,78,99,102,105,106,123)
PSD	
Senador Alexandre Silveira (2,54,83,126,127)	1. Senador Nelsinho Trad (2,83,113)
Senador Lucas Barreto (2,83)	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) (2,63,83)
Senador Omar Aziz (2,70,75,77,83)	3. Senador Carlos Fávaro (2,54,77,83,97,100,114,117)
Senador Vanderlan Cardoso (97,114,117)	4. Senador Sérgio Petecão (103)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (3,79,82,92)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3,34,37)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (3,93)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,85)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,15,16,85)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,85)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5,85)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,16,41,85)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁰⁷⁾	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (65,88,95,98,104,119,120)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (88,95,98,119,120)
Senador Weverton (PDT-MA) (50,62,64,88)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (38,88)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (22,23,48,49,88)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (21,24,88,104,124)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ). ([DSF de 14/02/2019, p. 75](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 80](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))



5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 96](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 144](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovidio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI). ([DSF de 14/02/2019, p. 174](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB). ([DSF de 13/02/2019, p. 116](#))
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 13/02/2019, p. 169](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 109](#))
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD). ([DSF de 15/03/2019, p. 117](#))
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioivisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 18/04/2019, p. 55](#))
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 133](#))
20. Em 06.05.2019, o Senador Orioivisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/05/2019, p. 52](#))
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI). ([DSF de 10/05/2019, p. 72](#))
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 111](#))
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB). ([DSF de 23/05/2019, p. 118](#))
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioivisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/06/2019, p. 118](#))
27. Em 06.06.2019, o Senador Orioivisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 08/06/2019, p. 89](#))
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 11/06/2019, p. 35](#))
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB). ([DSF de 13/06/2019, p. 108](#))
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 14/06/2019, p. 54](#))
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB). ([DSF de 19/06/2019, p. 107](#))
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 102](#))
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD). ([DSF de 14/08/2019, p. 85](#))
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG). ([DSF de 15/08/2019, p. 83](#))
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB). ([DSF de 15/08/2019, p. 85](#))
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE). ([DSF de 16/08/2019, p. 86](#))
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 68](#))
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 32](#))



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/08/2019, p. 35](#))
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL). ([DSF de 26/09/2019, p. 62](#))
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL). ([DSF de 23/11/2019, p. 99](#))
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 20/11/2019, p. 147](#))
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 23/11/2019, p. 102](#))
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 26/11/2019, p. 60](#))
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 73](#))
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI). ([DSF de 10/12/2019, p. 91](#))
49. Em 11.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI). ([DSF de 12/12/2019, p. 196](#))
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI). ([DSF de 18/12/2019, p. 71](#))
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 114](#))
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB). ([DSF de 19/02/2020, p. 77](#))
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 52](#))
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 80](#))
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/03/2020, p. 51](#))
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB). ([DSF de 23/04/2020, p. 122](#))
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 106](#))
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 107](#))
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 108](#))
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD). ([DSF de 08/08/2020, p. 6](#))
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSEININD). ([DSF de 04/09/2020, p. 234](#))
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 94](#))
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD). ([DSF de 08/10/2020, p. 63](#))
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 7](#))
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 21/10/2020, p. 213](#))
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 9](#))
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/11/2020, p. 6](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 7](#))
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 257](#))
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG). ([DSF de 11/02/2021, p. 260](#))
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 78](#))
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 24](#))
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 8](#))
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2021, p. 10](#))
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 21](#))
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 362](#))
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 378](#))
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 24/02/2021, p. 385](#))
91. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
92. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 334](#))
93. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 335](#))
94. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP). ([DSF de 25/02/2021, p. 351](#))
95. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND). ([DSF de 25/02/2021, p. 342](#))
96. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/02/2021, p. 350](#))
97. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD). ([DSF de 26/02/2021, p. 93](#))
98. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND). ([DSF de 26/02/2021, p. 97](#))
99. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
100. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD). ([DSF de 09/04/2021, p. 110](#))
101. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
102. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 01/05/2021, p. 26](#))
103. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD). ([DSF de 14/05/2021, p. 138](#))
104. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA). ([DSF de 18/05/2021, p. 47](#))
105. Em 05.07.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Marcos do Val permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Jorge Kajuru passa a ser titular e o Senador Marcos do Val suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 45](#))
106. Em 05.07.2021, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Marcos do Val passa a ser titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 46](#))
107. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.



108. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
109. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
110. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021. ([DSF de 11/08/2021, p. 210](#))
111. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 53/2021-GLPSDB). ([DSF de 17/08/2021, p. 55](#))
112. Em 19.08.2021, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 70/2021-GLMDB). ([DSF de 20/08/2021, p. 121](#))
113. Em 24.08.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 68/2021-GLPSD). ([DSF de 25/08/2021, p. 137](#))
114. Em 13.09.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 79/2021-GLPSD). ([DSF de 14/09/2021, p. 41](#))
115. Em 15.09.2021, o Senador Dario Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 72/2021-GLMDB). ([DSF de 16/09/2021, p. 116](#))
116. Em 22.09.2021, o Senador Luiz do Carmo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dario Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 74/2021-GLMDB). ([DSF de 23/09/2021, p. 360](#))
117. Em 27.09.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 87/2021-GLPSD). ([DSF de 28/09/2021, p. 52](#))
118. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 71/2021-GLPSDB e Of. nº 30/2021-GLDEM). ([DSF de 09/11/2021, p. 47](#))
119. Em 23.11.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Alessandro Vieira passa a ser titular e a Senadora Eliziane Gama, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLCID).
120. Em 01.12.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, a Senadora Eliziane Gama passa a ser titular e o Senador Alessandro Vieira, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLCID).
121. Em 01.12.2021, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 38/2021).
122. Em 01.12.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Márcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 83/2021-GLMDB).
123. Em 10.12.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 63/2021-GLPODEMOS).
124. Em 15.12.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo partido REDE, para compor a comissão (Of. nº 269/2021-GSRROD).
125. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
126. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
127. Em 02.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2022-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁴⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁴⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,44)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,44)
Senador Carlos Viana (MDB-MG) ^(7,44,59,60,62)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,44)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(7,44)	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(13,30,31,35,38,48)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,44)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(8,44,46)	5. VAGO ^(21,53)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁹⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁸⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,23,27,39)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁴⁸⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁶³⁾	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(5,42)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(5,42)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(6,41)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,42)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,41)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(6,41)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(6,41,51)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(6,32,41)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(11,42)	5. VAGO ^(12,37,41)
VAGO ^(55,57)	6. VAGO ^(19,26)
PSD	
VAGO ^(1,2,40,61)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,40)
VAGO ^(1,20,40)	2. Senador Otto Alencar ^(1,22,34,36,40)
Senador Vanderlan Cardoso ^(1,34,36,40)	3. Senador Sérgio Petecão ^(1,20,40)
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(16,52)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(18,33,49,50,54)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,43)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,43)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,15,17,43)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,43)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,43)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,43)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁷⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(25,47,56)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ^(24,28,29,47)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁷⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(41,47)	3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴⁷⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 84](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 134](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 119](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLI). ([DSF de 14/02/2019, p. 177](#))

5. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 146](#))
4. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 98](#))
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 94](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 82](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 97](#))
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 20/02/2019, p. 104](#))
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 51](#))
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 150](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 55](#))
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 106](#))
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG). ([DSF de 08/08/2019, p. 143](#))
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB). ([DSF de 30/08/2019, p. 111](#))
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD). ([DSF de 12/09/2019, p. 170](#))
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB). ([DSF de 03/10/2019, p. 93](#))
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD). ([DSF de 17/10/2019, p. 110](#))
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).)
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 112](#))
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 82](#))
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 235](#))
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 8](#))
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 256](#))
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 265](#))
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 81](#))
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 18/02/2021, p. 9](#))



42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 28](#))
43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 14](#))
44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 14](#))
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 363](#))
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 392](#))
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 68](#))
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG). ([DSF de 05/03/2021, p. 121](#))
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP). ([DSF de 05/03/2021, p. 119](#))
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/03/2021, p. 7](#))
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). ([DSF de 17/04/2021, p. 6](#))
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 29/04/2021, p. 272](#))
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA). ([DSF de 18/05/2021, p. 47](#))
57. Vago, em razão de o Senador Jorge Kajuru não compor mais a Comissão (Of. 45/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 47](#))
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.09.2021, a Senadora Maria Eliza de Aguiar e Silva foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 77/2021-GLMDB). ([DSF de 29/09/2021, p. 100](#))
60. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.
61. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
62. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo Republicanos, para compor a comissão (Of. 9/2022-GSMJESUS).
63. Em 10.02.2022, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 6/2022-GLMDB)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (MDB-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Finalidade: Avaliar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾

Instalação: 13/09/2021

Prazo prorrogado: 31/12/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)	1.
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR)	2.
VAGO ⁽²⁾	3.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN)	5.

Notas:

1. Em 13.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Zenaide Maia, Presidente e Vice-Presidente (Of. nº 001/2021-CECTCOVID).

2. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.

*. Em 17.08.2021, os Senadores Confúcio Moura, Flávio Arns, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Zenaide Maia foram designados membros titulares para compor a subcomissão (Of. 9/2021-CE).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(1,47)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,47)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(10,17,28,34,42,43,46)	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(6,16,42,43,46)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,42,43,46)	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) ^(16,17,37,43,46,56)
VAGO ^(10,23,27,29,35,42)	3. VAGO ^(17,42)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(17,51,52)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁵³⁾	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁵⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,40)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(11,36,40)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(9,36,40)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(14,40)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(15,30,33,39,48)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(19,39)	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(19,22,31,49)
PSD	
Senador Carlos Fávaro ^(2,21,24,25,38)	1. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,21,38,54)
Senador Otto Alencar ^(2,38)	2. VAGO ^(2,18,26,38,56)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(12,32,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(7,41)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,41)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,41)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,41)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁰⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,45)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,45)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(3,20,45)	2. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ^(3,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 85](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 157](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 137](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 107](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 147](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 129](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 81](#))
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB). ([DSF de 15/02/2019, p. 81](#))
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE). ([DSF de 27/02/2019, p. 62](#))
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 107](#))
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 149](#))
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD). ([DSF de 27/03/2019, p. 147](#))
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 09/04/2019, p. 48](#))
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI). ([DSF de 20/08/2019, p. 69](#))
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 110](#))
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE). ([DSF de 10/10/2019, p. 92](#))
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 68](#))
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 124](#))
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 110](#))
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 7](#))
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 8](#))
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 17/10/2020, p. 8](#))
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 10](#))
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 22/10/2020, p. 53](#))
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 8](#))
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 10](#))
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 86](#))
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 13](#))
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 30](#))
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 15](#))
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 11](#))
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 390](#))
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG). ([DSF de 24/02/2021, p. 369](#))
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSEININD). ([DSF de 24/02/2021, p. 369](#))
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 398](#))
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/02/2021, p. 348](#))
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
52. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
53. Em 12.08.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLDPP). ([DSF de 13/08/2021, p. 61](#))
54. Em 30.08.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 74/2021-GLPSD). ([DSF de 31/08/2021, p. 34](#))
55. Em 20.09.2021, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLDPP). ([DSF de 21/09/2021, p. 85](#))
56. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Márcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 3/2022-GLMDB).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 24/2021-CMA, destinada a estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal e para propor aprimoramento da legislação e políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 24, de 2021)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 22/09/2021

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ⁽¹⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,3)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	3. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 01.09.2021, foram designados os Senadores Wellington Fagundes, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas como membros titulares, e os Senadores Carlos Fávaro, Jean Paul Prates, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a Comissão (Of. 113/2021-CMA)
2. Em 22.09.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wellington Fagundes e Izalci Lucas a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 1/2021-CMABIOPANT).
3. Em 05.11.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jean Paul Prates, para compor a Comissão (Of. 174/2021-CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,31,48)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (8,12,48)
Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (12,48)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (9,12,13,15,19,35,36,41,43)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (12,17,19)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,21)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (14)	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (26,48)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (23,31)	5. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (28,34,63)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (61)	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,45)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,25,32,46)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (7,45)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7,45,54)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (24,46)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (37,46)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (10,25,46)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (11,24,46,53)
PSD	
Senador Irajá (1,39,40,42,44)	1. Senador Carlos Fávaro (1,2,44,59)
Senador Omar Aziz (1,62)	2. VAGO (1,30,33)
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (22)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (20,38,52,58)	2. Senador Romário (PL-RJ) (56)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,47)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5,16,47)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,47)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,47)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁷⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,50,55,60)	1. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) (3,27,29,50,51)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3,50,51)	2. VAGO (18)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 82](#))

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 91](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 158](#))

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 106](#))

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLIID). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))

8. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 135](#))

9. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))

11. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB). ([DSF de 28/02/2019, p. 109](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
13. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
14. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB). ([DSF de 04/04/2019, p. 105](#))
15. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB). ([DSF de 09/04/2019, p. 49](#))
16. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD). ([DSF de 11/04/2019, p. 128](#))
17. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 132](#))
18. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI). ([DSF de 08/05/2019, p. 112](#))
19. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 57](#))
20. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG). ([DSF de 14/08/2019, p. 84](#))
21. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP). ([DSF de 14/08/2019, p. 86](#))
22. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 67](#))
23. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB). ([DSF de 24/09/2019, p. 61](#))
24. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB). ([DSF de 26/09/2019, p. 63](#))
25. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 182](#))
26. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB). ([DSF de 16/10/2019, p. 137](#))
27. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI). ([DSF de 08/11/2019, p. 61](#))
28. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 71](#))
29. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI). ([DSF de 12/12/2019, p. 195](#))
30. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
31. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB). ([DSF de 13/03/2020, p. 69](#))
32. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
33. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 128](#))
34. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
35. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
36. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
37. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
38. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021. ([DSF de 21/10/2020, p. 141](#))
39. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
40. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 7](#))
41. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
42. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 263](#))
43. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
44. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 87](#))
45. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 9](#))
46. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 26](#))
47. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 12](#))
48. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 10](#))



49. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
50. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 366](#))
51. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 372](#))
52. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
53. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021). ([DSF de 04/03/2021, p. 331](#))
54. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021). ([DSF de 05/03/2021, p. 123](#))
55. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND). ([DSF de 11/03/2021, p. 207](#))
56. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). ([DSF de 17/04/2021, p. 6](#))
57. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
58. Em 04.08.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-BLVANG). ([DSF de 05/08/2021, p. 740](#))
59. Em 11.08.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 64/2021-GLPSD). ([DSF de 12/08/2021, p. 112](#))
60. Em 11.11.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pela REDE Sustentabilidade, para compor a comissão (Of. nº 262/2021-GSRROD).
61. Em 07.12.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 84/2021-GLMDB).
62. Em 02.02.2022, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2022-GLPSD).
63. Em 04.02.2022, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 1/2022-GLMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
VAGO ^(1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(1,47)VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,49,52)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,49,51,52)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,49,52)	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) (9,49,52,65)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,49,52)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5,17,21,41)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,41)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (59,60)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,44)	2. Senador Chiquinho Feitosa (DEM-CE) (13,44,61)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (19,24,43,62,63)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (19,24,26,35,43,55,57)
PSD	
VAGO (2,42,64)	1. Senador Lucas Barreto (2,31,42)
Senador Nelsinho Trad (2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão (2,28,42)
VAGO (46)	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,36)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,15,45)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (48)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (48,56)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (23,48)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (48)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 87](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))

4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))

5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))

6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 14](#))

7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 148](#))

8. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 124](#))

9. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 125](#))

10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 116](#))
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 105](#))
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP). ([DSF de 08/08/2019, p. 142](#))
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 33](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE). ([DSF de 22/08/2019, p. 107](#))
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB). ([DSF de 23/11/2019, p. 96](#))
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE). ([DSF de 29/11/2019, p. 78](#))
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 113](#))
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 53](#))
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 81](#))
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPSDB). ([DSF de 18/09/2020, p. 172](#))
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 263](#))
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 84](#))
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 32](#))
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD). ([DSF de 23/02/2021, p. 22](#))
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 364](#))



49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 396](#))
50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB). ([DSF de 26/02/2021, p. 96](#))
52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB). ([DSF de 27/02/2021, p. 72](#))
53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 26/02/2021, p. 69](#))
54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB). ([DSF de 03/03/2021, p. 512](#))
55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/03/2021, p. 7](#))
56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND). ([DSF de 31/03/2021, p. 303](#))
57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
60. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
61. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM). ([DSF de 09/11/2021, p. 49](#))
62. Em 30.11.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 61/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 01/12/2021, p. 128](#))
63. Em 30.11.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 62/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 01/12/2021, p. 128](#))
64. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
65. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Márcio Bittar para compor a comissão (Of. 8/2022-GLMDB)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (MDB-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(2,3)	6. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,4)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(1,3)

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
4. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.

*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,39)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,39)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,39)	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) ^(7,39,54)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(7,39)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(7,39)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,39)	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(6,12,13,30,33)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁸⁾	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(14,39)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(11,47,52)	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁶⁾	7. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Giordano (MDB-SP) ^(5,36,49)	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,36)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(9,19,23,29,36)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(5,31)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,36)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,24,36,45)
^(18,20)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽³⁵⁾
VAGO ^(18,28,38)	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(18,35)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,34)	1. Senador Carlos Fávaro ^(2,34,44,48)
Senador Alexandre Silveira ^(2,34,53)	2. Senador Otto Alencar ^(2,34)
Senador Lucas Barreto ^(2,34)	3. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,40,43)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁰⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽⁵¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,37)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,37)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,37)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,37)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁰⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(22,26,27,41)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴¹⁾	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(26,41)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI). ([DSF de 14/02/2019, p. 189](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 120](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 121](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 145](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 100](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 88](#))



9. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP). ([DSF de 20/02/2019, p. 95](#))
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMD). ([DSF de 25/04/2019, p. 131](#))
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMD). ([DSF de 16/05/2019, p. 116](#))
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMD). ([DSF de 24/05/2019, p. 97](#))
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB). ([DSF de 04/06/2019, p. 140](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 58](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Orioivisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLI).)
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL). ([DSF de 05/12/2019, p. 111](#))
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE). ([DSF de 06/02/2020, p. 106](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 115](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 123](#))
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 11](#))
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 265](#))
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 82](#))
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Orioivisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 8](#))
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 29](#))
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 20](#))
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS) ([DSF de 23/02/2021, p. 18](#))
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMD). ([DSF de 23/02/2021, p. 16](#))
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG). ([DSF de 24/02/2021, p. 381](#))
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 368](#))
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 339](#))
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD). ([DSF de 25/02/2021, p. 354](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB). ([DSF de 25/02/2021, p. 358](#))
46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP). ([DSF de 03/03/2021, p. 509](#))
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP). ([DSF de 05/03/2021, p. 120](#))
48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD). ([DSF de 09/04/2021, p. 111](#))
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 10.08.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 36/2021-BLVANG). ([DSF de 11/08/2021, p. 102](#))
52. Em 02.12.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLDPP). ([DSF de 03/12/2021, p. 309](#))
53. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 8/2022-GLPSD).
54. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos para compor a comissão (Of. 9/2022-GLMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(1,40)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(12,40)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(10,36,41)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,36,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(10,36,41)	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,11,41)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(5,13,23,41)	3. VAGO ^(14,27,28,30)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(43,44)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽³⁹⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(7,35)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,35)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,35)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(7,35)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(18,24,33)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,22,33)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,33)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,32)	1. Senador Irajá ^(2,32)
Senador Carlos Fávaro ^(2,32)	2. Senador Nelsinho Trad ^(2,32)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,34)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(6,34)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,34)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(6,34)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴²⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,26,37)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,15,20,37)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,37)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,38)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR). ([DSF de 14/02/2019, p. 187](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 83](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 161](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 104](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 151](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 114](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 128](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 127](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 98](#))
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).



13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 52](#))
14. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 135](#))
15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI). ([DSF de 13/06/2019, p. 103](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB). ([DSF de 19/10/2019, p. 45](#))
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão(Memo. nº 131/2019-GLBSI). ([DSF de 23/10/2019, p. 131](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/02/2020, p. 107](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 86](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 109](#))
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 94](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021. ([DSF de 21/10/2020, p. 141](#))
30. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 80](#))
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 11](#))
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 13](#))
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 27](#))
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 8](#))
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 367](#))
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 375](#))
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP). ([DSF de 24/02/2021, p. 383](#))
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR). ([DSF de 25/02/2021, p. 361](#))
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB). ([DSF de 05/03/2021, p. 124](#))
42. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
43. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
44. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(12,40)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,37,38,44,46)	1. VAGO ^(9,19,37,38,44,46)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,37,38,44,46)	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(11,44,46)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(8,32,44,48,50)	3. VAGO ^(13,44)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(17,37,38,44)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁴⁵⁾	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁴⁴⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(5,35,41,49,51)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,34)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(7,30)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(14,25,35)	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) ^(16,22,24)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,35)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽³⁵⁾
PSD	
Senador Carlos Fávaro ^(1,23,26,33)	1. Senador Irajá ^(1,20,21,28,33)
Senador Sérgio Petecão ^(1,27,33)	2. Senador Nelsinho Trad ^(1,18,33)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,31,42)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,43)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,36)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,36)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,36)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,29,39)
VAGO ⁽²⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 86](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 162](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 108](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 149](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 180](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 131](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 130](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA). ([DSF de 15/02/2019, p. 78](#))

13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP). ([DSF de 16/02/2019, p. 61](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 117](#))
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 99](#))
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA). ([DSF de 21/02/2019, p. 97](#))
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 106](#))
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD). ([DSF de 22/05/2019, p. 109](#))
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 98](#))
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD). ([DSF de 29/05/2019, p. 119](#))
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG). ([DSF de 30/05/2019, p. 110](#))
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE). ([DSF de 05/02/2020, p. 91](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 12/02/2020, p. 93](#))
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 125](#))
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 83](#))
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 10](#))
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 31](#))
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 16](#))
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 12](#))
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 389](#))
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 370](#))
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB). ([DSF de 25/02/2021, p. 357](#))
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 338](#))
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 340](#))
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB). ([DSF de 25/02/2021, p. 345](#))
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP). ([DSF de 25/03/2021, p. 76](#))
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB). ([DSF de 25/03/2021, p. 76](#))
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 26.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 81/2021-GLMDB). ([DSF de 27/10/2021, p. 135](#))
49. Em 07.12.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 75/2021-GLPSDB). ([DSF de 08/12/2021, p. 9](#))



50. Em 15.12.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2021-GLMDB). ([DSF de 06/02/2021, p. 33](#))

51. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(1,24,28,44)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,40,42)	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(9,40,42)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(9,40,42,49,51,52)	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) ^(9,43,52)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(6,27)	3. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(9,52)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(10,23)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(5,15)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽⁴²⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,38)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,38)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(8,38)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,38)
^(18,26)	3. VAGO ^(19,33,38)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,37)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,37)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,30,31,32,36)	1. Senador Sérgio Petecão ^(2,3,36,50)
Senador Vanderlan Cardoso ^(2,3,36)	2. VAGO ^(2,25,32,36,52)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽³⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,39)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,14,20,39)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,39)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(7,39)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,41,46,48)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(12,37,41)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(21,41)	2. VAGO ^(41,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT). ([DSF de 14/02/2019, p. 188](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 81](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 92](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 102](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 150](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 126](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI). ([DSF de 20/02/2019, p. 103](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI). ([DSF de 21/02/2019, p. 99](#))
13. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT). ([DSF de 27/02/2019, p. 63](#))
14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB). ([DSF de 10/04/2019, p. 120](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 104](#))
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI). ([DSF de 28/08/2019, p. 114](#))
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG). ([DSF de 24/09/2019, p. 60](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP). ([DSF de 05/03/2020, p. 88](#))
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT). ([DSF de 05/03/2020, p. 84](#))
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD). ([DSF de 13/03/2020, p. 67](#))
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 6](#))
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 262](#))
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG). ([DSF de 11/02/2021, p. 259](#))
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 79](#))
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 12](#))
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 25](#))
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 9](#))
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 7](#))
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 365](#))
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 388](#))
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP). ([DSF de 24/02/2021, p. 384](#))
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND). ([DSF de 06/03/2021, p. 8](#))
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND). ([DSF de 11/03/2021, p. 206](#))
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 19.08.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 48/2021-GLPDT). ([DSF de 20/08/2021, p. 120](#))
49. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2021-GLMDB). ([DSF de 07/10/2021, p. 108](#))



50. Em 21.10.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 89/2021-GLPSD). ([DSF de 22/10/2021, p. 91](#))

51. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.

52. Em 10.02.2022, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Carlos Viana, membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, que passa a ocupar a terceira suplência, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 4/2022-GLMDB).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(6,20)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,20)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁸⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁸⁾
VAGO ^(11,12,19)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹¹⁾
	3.
PSD	
Senador Omar Aziz ^(1,16)	1. Senador Angelo Coronel ^(1,13,14,16)
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,17)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,17)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽²²⁾	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²¹⁾	1.

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 93](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 101](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 136](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019). ([DSF de 20/02/2019, p. 105](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF). ([DSF de 27/02/2019, p. 60](#))
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 59](#))
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB). ([DSF de 07/06/2019, p. 119](#))
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 28](#))
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 12/09/2019, p. 168](#))
- Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 8](#))
- Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
- Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 85](#))
- Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 17](#))
- Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 33](#))



19. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS) ([DSF de 23/02/2021, p. 18](#))
20. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF). ([DSF de 25/03/2021, p. 74](#))
21. Em 31.05.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão, pelo Bloco Senado Independente (Of. 28/2021-GSEGAMA). ([DSF de 01/06/2021, p. 6](#))
22. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): Andréia Mano

Telefone(s): 61 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ⁽³⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,39)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (6,38)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (5,12,38)	2. VAGO (5,38)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (5,38)	3. VAGO (5,11,25,29)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (8,42,43)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,35)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (4,13,35)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (21,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (18,19,24,34)
PSD	
Senador Irajá (1,33)	1. Senador Nelsinho Trad (1,22,27,33)
VAGO (1)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
VAGO (2,30)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (7)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,7)	2. VAGO (14,15,16,44,45)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,36)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴¹⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (10,40)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (40)	2. VAGO

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 89](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 133](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 152](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 99](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 80](#))
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP). ([DSF de 21/02/2019, p. 94](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC). ([DSF de 28/02/2019, p. 111](#))
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI). ([DSF de 13/03/2019, p. 102](#))
- Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB). ([DSF de 21/03/2019, p. 96](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 120](#))
13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/05/2019, p. 81](#))
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 56](#))
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG). ([DSF de 10/07/2019, p. 131](#))
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB). ([DSF de 11/07/2019, p. 130](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 118](#))
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 25/09/2019, p. 28](#))
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 30/10/2019, p. 112](#))
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD). ([DSF de 05/03/2020, p. 83](#))
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 33](#))
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 88](#))
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 14](#))
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 34](#))
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 18](#))
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 23/02/2021, p. 15](#))
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 13](#))
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 371](#))
41. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
42. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
43. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
44. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
45. Em 15.02.2022, o Senador José Serra deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 4/2022-BLVANG)



Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO ^(1,5)	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) ⁽¹⁷⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁸⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹²⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽³⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽¹³⁾
Senador Alexandre Silveira ^(2,16)	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	1.
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁷⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁵⁾	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,14)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁾	2.

Notas:

- Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 17/03/2021, p. 208](#))
- Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD). ([DSF de 17/03/2021, p. 210](#))
- Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB). ([DSF de 17/03/2021, p. 211](#))
- Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG). ([DSF de 18/03/2021, p. 6](#))
- Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND). ([DSF de 23/03/2021, p. 6](#))
- Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP). ([DSF de 23/03/2021, p. 7](#))
- Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD). ([DSF de 24/03/2021, p. 70](#))
- Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP). ([DSF de 24/03/2021, p. 69](#))
- Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB). ([DSF de 24/03/2021, p. 71](#))
- Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP). ([DSF de 25/03/2021, p. 74](#))



11. Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/03/2021, p. 77](#))
12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/03/2021, p. 78](#))
13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD). ([DSF de 25/03/2021, p. 79](#))
14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND). ([DSF de 26/03/2021, p. 7](#))
15. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
16. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 10/2022-GLPSD).
17. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 7/2022-GLMDB)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
VAGO	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
VAGO	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (PT-ES)
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio à Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
VAGO	



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Ato do Presidente do Senado Federal, nº 11, de 2021, designa a Senadora LEILA BARROS, como Procuradora Especial da Mulher, para o período de 2021 a 2023.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019**Notas:**

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS	
REDE	
Senador	Randolfe Rodrigues (AP)



7) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



8) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



9) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

